



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

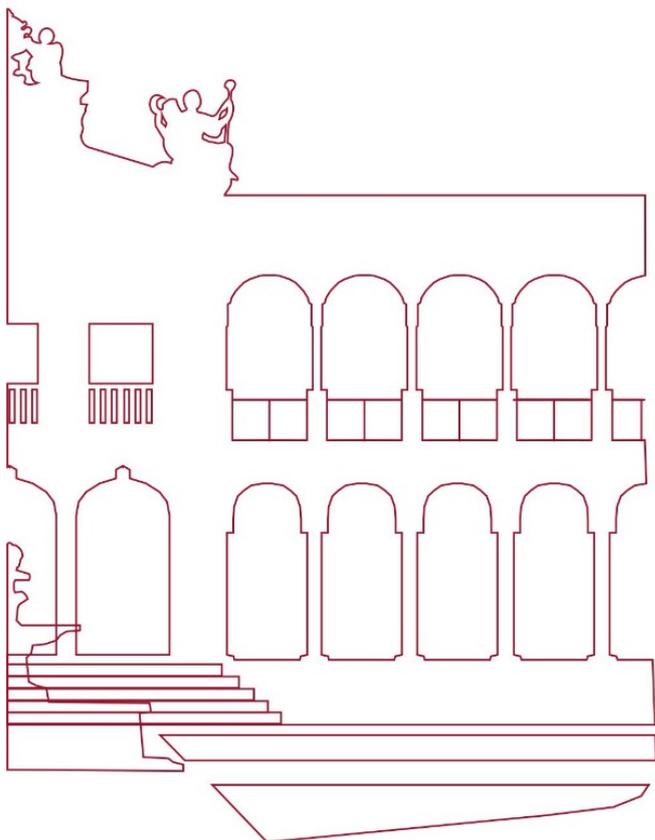
QUE CAMINHOS PARA O FUTURO DA FECUNDIDADE EM PORTUGAL? O FILHO ÚNICO COMO MODELO DE DESCENDÊNCIA FINAL.

Rita Brazão de Freitas

Orientadora | Maria Filomena Ferreira Mendes

Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do
Grau de Doutor em Sociologia

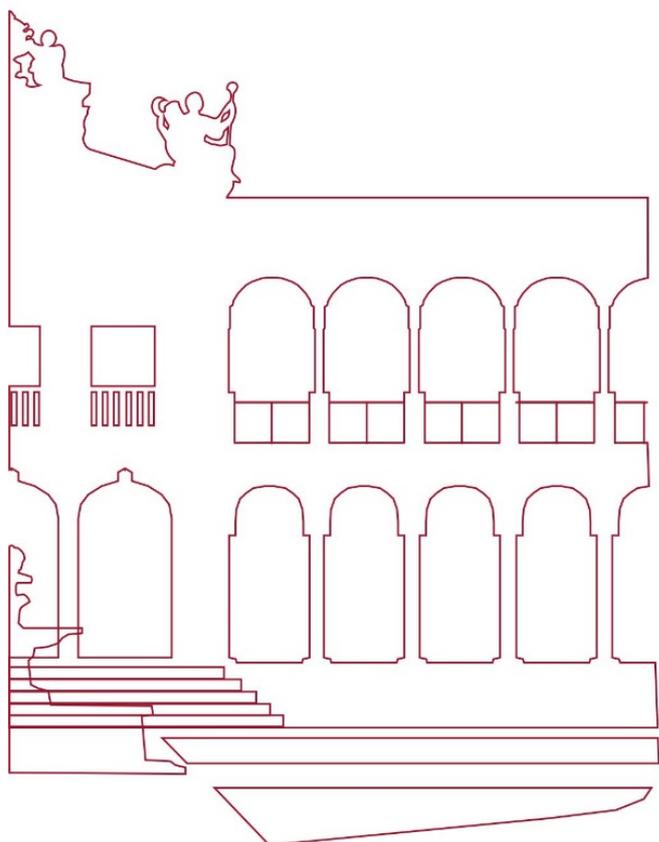
Évora, Julho 2019



INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO
AVANÇADA



UNIVERSIDADE DE ÉVORA



INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO
AVANÇADA

Resumo

O declínio da fecundidade tem vindo a ser amplamente estudado ao longo das últimas décadas, especialmente no quadro das teorias da Segunda Transição Demográfica e da Individualização. No contexto destas teorias, desde 1960, um pouco por toda a Europa, assistimos à difusão e adoção de métodos contraceptivos, o padrão de formação das famílias modificou-se e os casais passaram a não estar tão motivados para ter mais do que um ou dois filhos, conduzindo a um contínuo e sustentado declínio da fecundidade. Em Portugal, a fecundidade decresceu de tal forma que o país regista atualmente um dos níveis mais baixos da Europa: aproximadamente um filho por mulher.

Numa situação de baixa fecundidade, esta tese pretende compreender qual o futuro da fecundidade em Portugal, avaliando se as gerações mais jovens poderão (ou não) vir a ter um comportamento distinto das gerações que estão a ter filhos hoje, quer em termos de desejos e intenções de fecundidade centradas no filho único, como em termos do número de filhos que esperam vir a ter ao longo dos seus percursos reprodutivos.

Concluimos que os indivíduos menos jovens são mais propensos a desejar e esperar ter apenas um filho, pois com o avançar da idade e face aos seus constrangimentos tendem a baixar as suas expectativas. Entretanto, apesar dos mais jovens manifestarem intenções de fecundidade mais elevadas, estão também em maior risco de adiar a entrada na parentalidade, bem como de limitar o número de filhos face à ponderação entre benefícios e custos de ter (mais) filhos. Nesta conjuntura, se não se reunirem as condições necessárias para a decisão de ter um filho com algum nível de estabilidade, é espectável que em idades mais tardias as gerações mais jovens possam vir a ter ainda menos filhos do que as gerações anteriores estão a ter atualmente.

Palavras chave: filho único, motivações-desejos-intenções, adiamento, fecundidade.

Abstract

The decline in fertility has been widely studied over the last decades, especially in the context of the Second Demographic Transition and the Individualization theories. Among these theories, since 1960s throughout Europe, highly efficient contraceptive methods became accessible, family formation underwent very significant changes and couples appeared to lack the motivation to have more than one or two children. As a result, fertility levels fell within the following years. In Portugal, fertility levels dropped drastically and today the country has one of the lowest fertility levels in Europe and close to one child per woman.

In a situation of low fertility, this thesis aims to understand the future of fertility in Portugal, assessing whether younger generations may behave differently from the generations that are having children today, either in terms of desires and fertility intentions towards the only child, as well as in terms of the number of children that individuals expect to have.

We conclude that older generations are more likely to formulate a desire and an intention to have only one child, since as age increases they tend to lower their expectations given their constraints. Although younger generations are more likely to formulate higher fertility intentions, these individuals are at greater risk of postponing the birth of the first child, even more than older generations did. Moreover, they are more likely to consider limiting the number of children when faced with the challenge to balance between benefits and costs of having (more) children. In this conjuncture, if the necessary conditions to formulate the decision to have a child with some level of stability aren't met, it is likely that at later ages the younger generations may have fewer children than the older generations are having today.

Keywords: only child, motivations-desires-intentions, postponement, fertility.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço aos meus pais pelo constante apoio. Obrigada por acreditarem em mim e nas minhas escolhas e por, desde cedo, me ensinarem a ter força e persistência. Agradeço imensamente todas as oportunidades que me proporcionaram, sem o vosso apoio não seria possível concretizar mais esta etapa.

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Maria Filomena Mendes, por todo o seu apoio e pela forma como me incentivou ao longo dos anos. Muito obrigada por acreditar em mim e nas minhas capacidades. Agradeço por me ter encaminhado para o “mundo” da Demografia e por me ter incentivado a fazer o doutoramento nesta área. Consigo aprendi muito e, com certeza, não irei esquecer as nossas longas conversas sobre o tema da fecundidade.

Agradeço também à investigadora Doutora Maria Rita Testa pela oportunidade que me facultou ao trabalhar consigo no *Vienna Institute of Demography*. Obrigada por toda a experiência que me proporcionou. O que aprendi consigo foi muito importante para a elaboração desta tese.

Deixo um agradecimento aos professores do doutoramento em Sociologia pelo apoio e disponibilidade em atender aos meus pedidos e pela sua contribuição para a minha formação, nomeadamente ao Professor Doutor Eduardo Esperança, à Professora Doutora Rosário Mauritti e ao Professor Doutor Carlos da Silva.

Agradeço também ao Professor Doutor Paulo Infante, orientador da minha tese de mestrado, pela sua importante contribuição para a minha formação académica. Obrigada por todas as oportunidades que me proporcionou e por ter acreditado nas minhas capacidades, levando-me a integrar o primeiro projeto de investigação na área de Demografia.

Agradeço aos membros do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS), em particular à Professora Doutora Fernanda Olival, por estarem sempre disponíveis para atender as minhas solicitações. Obrigada

também pelo apoio financeiro proporcionado aquando das participações em congressos e outros eventos científicos.

Agradeço à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) pelo financiamento da minha investigação, permitindo a necessária dedicação para a conclusão desta tese.

Agradeço à Andreia Maciel, à Lídia Tomé e ao Filipe Ribeiro pelas vossas sugestões em relação a este trabalho e também pelo apoio que proporcionaram ao longo destes anos. Obrigada por todos os momentos partilhados, mesmo sob pressão, e, acima de tudo, agradeço a vossa amizade.

Índice

Capítulo I. Introdução	1-11
Capítulo II. Estado da Arte	12-31
Capítulo III. Dados e metodologia	32-39
III.1 Modelos de regressão logística	39-44
III.2 Modelos de regressão Hurdle	44-48
III.3 Análise de sobrevivência: estimativas de Kaplan Meier e modelos de Cox	48-55
Capítulo IV. Tendências de fecundidade em Portugal e na Europa	56-58
IV.1 Percursos de fecundidade e de formação da família	58-75
IV.2 Contextos socioeconómicos e a fecundidade	76-86
IV.3 Discussão dos resultados e conclusões	86-90
Capítulo V. Trajetórias recentes dos nascimentos em Portugal	91-92
V.1 Tendências da última década: entre o adiamento e a recuperação	93-110
V.2 Contexto parental à chegada do primeiro filho	111-116
V.3 Discussão dos resultados e conclusões	116-121
Capítulo VI. O futuro da fecundidade em Portugal	122-126
VI.1 Caracterização da fecundidade: da intenção ao comportamento reprodutivo	126-138
VI.2 Fecundidade final esperada: perspectivas para Portugal	138-144
VI.3 Discussão dos resultados e conclusões	144-149
Capítulo VII. Filhos únicos em Portugal	150-155
VII.1 Preferência pelo filho único perante a ponderação entre benefícios e custos de ter (mais) filhos	155-170
VII.2 Desejo pela descendência de filho único	170-183
VII.3 Fecundidade final esperada: o filho único como descendência definitiva	183-197
VII.4 Adiamento da entrada na parentalidade: continuidade ou alteração da tendência	197-221
VII.5 Discussão dos resultados e conclusões	221-231
Capítulo VIII. Considerações finais	232-238

9. Bibliografia	239-254
------------------------------	----------------

Lista de Figuras

Figura 4.1.1: Índice Sintético de Fecundidade nas regiões da UE28, 1960-2016	59
Figura 4.1.2: Índice Sintético de Fecundidade nos países da UE28 em 2016 (eixo à direita) e taxa de variação (Δ , em %) do ISF entre 2016 e 2010, 2010 e 2000, 2000 e 1990 (eixo à esquerda)	60
Figura 4.1.3: Número de nascimentos por ano e pela ordem de nascimento (eixo à esquerda) e Índice Sintético de Fecundidade por ano (eixo à direita), 1990-2016, em Portugal (a); na Europa do norte (b); na Europa central (c); na Europa ocidental (d); na Europa do sul (e); na Europa de leste (f)	63-65
Figura 4.1.4: Idade (anos) média da mãe ao nascimento dos filhos nas regiões da UE28, 1960-2016	66
Figura 4.1.5: Idade (anos) média da mãe ao nascimento do primeiro filho nas regiões da UE28, 1990-2016	67
Figura 4.1.6: Diferença (anos) entre a idade média da mãe ao nascimento dos filhos (IMF) e a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho (IM1F) nas regiões da UE28, 1990-2016	68
Figura 4.1.7: Idade (anos) média da mãe ao nascimento dos filhos pela ordem de paridade nas regiões da UE28, 2000-2015	70
Figura 4.1.8: Proporção (%) de nados vivos fora do casamento nas regiões da UE28, 1960-2016	71
Figura 4.1.9: Idade (anos) média ao primeiro casamento por sexo, nas regiões da UE28, 1995-2015	74
Figura 4.2.1: Despesa pública em % do PIB dos países da UE28, direcionada à proteção social, em 2015 (a); ao sistema de saúde, em 2015 (b); ao sistema de pensões, em 2015 (c); às famílias e crianças, em 2015 (d); ao sistema de educação, em 2016 (e)	78
Figura 4.2.2: Distribuição (%) da população Portuguesa, 15-64 anos, entre 1992 e 2017, pelo nível de escolaridade	80
Figura 4.2.3: Distribuição (%) da população das regiões da UE28, 15-64 anos, entre 2000 e 2017, pelo nível de escolaridade	81

Figura 4.2.4: Taxa de emprego feminino total (%), nas idades 15-64 anos, nos países da UE28, em 2016	82
Figura 4.2.5: Taxa de emprego feminino (%), nas idades 15-64 anos, em Portugal, entre 1986 e 2016, total e pelo nível de escolaridade	83
Figura 4.2.6: Taxa de emprego feminino (%), nas idades 15-64 anos, nas regiões da UE28, entre 2000 e 2016, total e pelo nível de escolaridade	84
Figura 4.2.7: Diferença salarial entre homens e mulheres (diferença entre os ganhos médios brutos por hora dos empregados do sexo masculino e feminino em % dos ganhos brutos masculinos) nos países da UE28, em 2016	86
Figura 5.1.1: Número total de nascimentos por ano, 1960-2016	93
Figura 5.1.2: Número total de nascimentos por ano, pela idade da mãe (a) e do pai (b)	94
Figura 5.1.3: Proporção de nascimentos por ano, pela idade da mãe (a) e do pai (b)	95
Figura 5.1.4: Número total nascimentos por ano, pela ordem de nascimento, pela idade da mãe (a) e do pai (b)	97
Figura 5.1.5: Proporção de nascimentos por ano, pela ordem de nascimento, pela idade da mãe (a) e do pai (b)	98
Figura 5.1.6: Número total de nascimentos pela idade da mãe, por ano (as linhas a tracejado indicam a idade média da mãe por ano, Tabela 5.1.3a)	99
Figura 5.1.7: Número total e proporção de nascimentos por ano, por filiação, pela idade da mãe	101
Figura 5.1.8: Número total de nascimentos por ano, pelo nível de escolaridade da mãe e idade da mãe (a), pelo nível de escolaridade do pai e idade do pai (b)	102
Figura 5.1.9: Proporção de nascimentos por ano, pelo nível de escolaridade da mãe e idade da mãe (a), pelo nível de escolaridade do pai e idade do pai (b) ..	103
Figura 5.1.10: Número total de nascimentos por ano, pela condição perante o trabalho da mãe e idade da mãe (a), pela condição perante o trabalho do pai e idade do pai (b)	104
Figura 5.1.11: Proporção de nascimentos por ano, pela condição perante o trabalho da mãe e idade da mãe (a), pela condição perante o trabalho do pai e idade do pai (b)	105

Figura 5.1.12: Número total de nascimentos pela idade da mãe, pelo espaçamento entre nascimentos, por ano (as linhas a tracejado indicam a idade média da mãe pelo espaçamento, no total dos anos)	107
Figura 5.1.13: Número total de nascimentos pela ordem de nascimento, pelo espaçamento entre nascimentos e idade da mãe	109
Figura 5.1.14: Proporção de nascimentos pela ordem de nascimento, pelo espaçamento entre nascimentos, pela idade da mãe e por ano	108
Figura 5.1.15: Número total de nascimentos pelo nível de escolaridade da mãe (agregado), pelo espaçamento entre nascimentos e idade da mãe	109
Figura 5.1.16: Proporção de nascimentos pelo nível de escolaridade da mãe (agregado), pelo espaçamento entre nascimentos, pela idade da mãe e por ano	110
Figura 5.2.1: Número total de nascimentos de primeira ordem pela idade da mãe, por ano (as linhas a tracejado indicam a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho em cada ano)	111
Figura 5.2.2: Número total e proporção de nascimentos de primeira ordem por ano, por filiação, pela idade da mãe	114
Figura 5.2.3: Número total de nascimentos de primeira ordem por ano, pelo nível de escolaridade da mãe e idade da mãe (a), pelo nível de escolaridade do pai e idade do pai (b)	113
Figura 5.2.4: Proporção de nascimentos de primeira ordem por ano, pelo nível de escolaridade da mãe e idade da mãe (a), pelo nível de escolaridade do pai e idade do pai (b)	114
Figura 5.2.5: Número total de nascimentos de primeira ordem por ano, pela condição perante o trabalho da mãe e idade da mãe (a), pela condição perante o trabalho do pai e idade do pai (b)	115
Figura 5.2.6: Proporção de nascimentos de primeira ordem por ano, pela condição perante o trabalho da mãe e idade da mãe (a), pela condição perante o trabalho do pai e idade do pai (b)	116
Figura 6.1.1: Proporção da fecundidade realizada e da fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos: 18-29 anos (a) e 30-49 anos (b), em percentagem	127

Figura 6.1.2: Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respectivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos, existência de filhos (a) e idade ao nascimento do primeiro filho (no universo de quem tem filhos) (b)	129
Figura 6.1.3: Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respectivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos, sexo (a) e naturalidade (b)	130
Figura 6.1.4: Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respectivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos, dimensão da área de residência (a) e nível de escolaridade (b)	131
Figura 6.1.5: Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respectivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos e nível de escolaridade da mãe (a) e do pai (b)	132
Figura 6.1.6: Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respectivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos, idade com que deixaram de residir com o agregado parental de origem (a) e número de irmãos (b)	133
Figura 6.1.7: Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respectivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos, situação conjugal (a) e idade à primeira coabitação (b)	134
Figura 6.1.8: Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respectivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos, número de filhos considerado ideal para uma família (a) e número de filhos desejado ao longo da vida (b)	136
Figura 6.1.9: Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respectivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos, compensação entre quantidade e qualidade dos filhos (a) e <i>realização profissional</i> (b)	137
Figura 7.1.1: Proporção da tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, pela idade dos indivíduos, paridade (a) e sexo (b), em percentagem	157
Figura 7.1.2: Distribuição e média (ponto assinalado nas figuras) da idade dos indivíduos (a) e da idade ao nascimento do primeiro filho (no universo de quem	

tem filhos) (b), pela tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, e pelos dois grupos etários	159
Figura 7.1.3: Proporção da tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, pela idade dos indivíduos, nível de escolaridade do próprio, em percentagem	160
Figura 7.1.4: Proporção da tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, pela idade dos indivíduos e número de irmãos, em percentagem	161
Figura 7.1.5: Proporção da tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, pela idade dos indivíduos, número de filhos considerado ideal para uma família (a) e número de filhos desejado ao longo da vida (b), em percentagem	163
Figura 7.2.1: Proporção da fecundidade desejada, pela idade dos indivíduos, paridade (a) e sexo (b), em percentagem	172
Figura 7.2.2: Distribuição e média (ponto assinalado nas figuras) da idade dos indivíduos (a) e da idade ao nascimento do primeiro filho (no universo de quem tem filhos) (b), pela fecundidade desejada e pelos dois grupos etários	172
Figura 7.2.3: Proporção da fecundidade desejada, pela idade dos indivíduos e número de irmãos, em percentagem	173
Figura 7.2.4: Proporção da fecundidade desejada, pela idade dos indivíduos, nível de escolaridade do próprio, em percentagem	174
Figura 7.2.5: Proporção da fecundidade desejada, pela idade dos indivíduos, número de filhos considerado ideal para uma família (a) e compensação entre quantidade e qualidade dos filhos (b), em percentagem	176
Figura 7.3.1: Proporção da fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos, existência de filhos (a) e sexo (b), em percentagem	185
Figura 7.3.2: Distribuição e média (ponto assinalado nas figuras) da idade dos indivíduos (a) e da idade ao nascimento do primeiro filho (no universo de quem tem filhos) (b), pela fecundidade final esperada e pelos dois grupos etários ...	186
Figura 7.3.3: Proporção da fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos, número de irmãos, em percentagem	187

Figura 7.3.4: Proporção da fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos, nível de escolaridade do próprio, em percentagem	188
Figura 7.3.5: Proporção da fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos, número de filhos considerado ideal para uma família (a) e o número de filhos desejado ao longo da vida (b), em percentagem	190
Figura 7.3.6: Proporção da fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos, compensação entre quantidade e qualidade dos filhos (a) e <i>realização profissional</i> (b), em percentagem	191
Figura 7.4.1: Curvas de Kaplan Meier para indivíduos nascidos entre 1984 e 1995 e entre 1964 e 1983, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M)	198
Figura 7.4.2: Curvas de Kaplan Meier para homens e mulheres, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	199
Figura 7.4.3: Curvas de Kaplan Meier pela naturalidade dos indivíduos, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	200
Figura 7.4.4: Curvas de Kaplan Meier pela a dimensão da área de residência, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	201
Figura 7.4.5: Curvas de Kaplan Meier pela situação conjugal, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Peto e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	202
Figura 7.4.6: Curvas de Kaplan Meier pela existência de enteados, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Peto e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	203
Figura 7.4.7: Curvas de Kaplan Meier pela a idade à primeira coabitação, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	203
Figura 7.4.8: Curvas de Kaplan Meier pela situação perante o trabalho, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	204

Figura 7.4.9: Curvas de Kaplan Meier pela a idade ao primeiro emprego pago, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	205
Figura 7.4.10: Curvas de Kaplan Meier pelo nível de escolaridade, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	206
Figura 7.4.11: Curvas de Kaplan Meier pelo nível de escolaridade da mãe, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	207
Figura 7.4.12: Curvas de Kaplan Meier pelo nível de escolaridade do pai, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	207
Figura 7.4.13: Curvas de Kaplan Meier pelo agregado parental de origem, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	208
Figura 7.4.14: Curvas de Kaplan Meier pela idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	209
Figura 7.4.15: Curvas de Kaplan Meier pela existência de divórcio parental, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	210
Figura 7.4.16: Curvas de Kaplan Meier pelo número de irmãos, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	211
Figura 7.4.17: Curvas de Kaplan Meier pela fecundidade final esperada, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	212
Figura 7.4.18: Curvas de Kaplan Meier pela fecundidade desejada ao longo da vida, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	212
Figura 7.4.19: Curvas de Kaplan Meier pelo número de filhos considerado ideal para uma família, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-	

Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	213
Figura 7.4.20: Curvas de Kaplan Meier pela compensação entre quantidade e qualidade dos filhos, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	214
Figura 7.4.21: Curvas de Kaplan Meier pela <i>realização pessoal</i> , respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	214
Figura 7.4.22: Curvas de Kaplan Meier pela <i>realização profissional</i> , respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	215
Figura 7.4.23: Curvas de Kaplan Meier pela <i>presença materna</i> , respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	216
Figura 7.4.24: Curvas de Kaplan Meier pela <i>presença paterna</i> , respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	216
Figura 7.4.25: Curvas de Kaplan Meier pela <i>conciliação materna</i> , respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	217
Figura 7.4.26: Curvas de Kaplan Meier pela <i>conciliação paterna</i> , respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	218

Lista de Tabelas

Tabela 3.1: Distribuição das variáveis resposta e das variáveis explicativas consideradas no ajustamento dos diferentes modelos de regressão, pela idade dos indivíduos, em percentagem	36-39
Tabela 4.1.1: Índice Sintético de Fecundidade nos países da UE28 em 1990, 2000, 2010, 2016 e respetivas diferenças medidas pela taxa de variação (em %) do ISF entre a década final (f) e a década inicial (i), relativamente à década i : $\Delta(\%) = (ISF_f - ISF_i)/ISF_i$	61
Tabela 4.1.2: Idade média da mãe ao nascimento dos filhos (IMF), idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho (IM1F) nos países da UE28 em 1990, 2000, 2010, 2016 e respetivas diferenças (D , em anos)	69
Tabela 4.1.3: Proporção (P , em %) de nascimentos fora do casamento nos países da UE28 em 1990, 2000, 2010, 2016 e respetivas aumentos face ao início da década anterior (A , em %)	72-73
Tabela 4.1.4: Idade média dos homens (H) e mulheres (M) (em anos) ao primeiro casamento nos países da UE28 em 1995 e 2015, respetivas diferenças (D , em anos) da idade média entre homens e mulheres e aumentos (A , em anos) da idade média entre 1990 e 2015 para os homens e mulheres	74-75
Tabela 5.1.1: Número total de nascimentos por ano e diferença (%) face ao ano anterior	94
Tabela 5.1.2: Número total e percentagem de nascimentos pela ordem de nascimento e por ano	95
Tabela 5.1.3: Idade média da mãe ao nascimento dos filhos por ano (a), idade média da mãe pela ordem de nascimento e por ano (b), idade média da mãe pela ordem de nascimento no total dos anos (c) e aumento da idade média da mãe entre 2010 e 2016 pela ordem de nascimento (d)	100
Tabela 5.1.4: Média da idade da mãe pelo espaçamento entre nascimentos (a), média da idade da mãe pelo espaçamento entre nascimentos e por ano (b)	106
Tabela 6.1.1: Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respetivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos e pelas variáveis relacionadas com características do indivíduo e com o seu background familiar	135

Tabela 6.1.2: Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respectivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos e pelos seus valores e atitudes	138
Tabela 6.2.1: Coeficientes estimados do modelo de regressão Hurdle para os indivíduos com idades entre os 18 e 29 anos e com idades entre os 30 e 49 anos, considerando o modelo zero Hurdle (Binomial) para quem espera ter filhos vs. quem espera terminar a vida reprodutiva sem filhos e o modelo de contagens (Poisson truncada) para os que esperam ter pelo menos um filho até ao final da vida reprodutiva, respetivos desvios padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados	143-144
Tabela 6.2.2: Zeros estimados e valores AIC para os modelos Poisson, Binomial negativo, Hurdle Binomial negativo e Hurdle Poisson	144
Tabela 7.1.1: Proporção da tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, pela idade dos indivíduos e pelas variáveis relacionadas com características do indivíduo e com o seu background familiar, em percentagem	161-162
Tabela 7.1.2: Proporção da tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, pela idade dos indivíduos e pelos seus valores e atitudes, em percentagem	164
Tabela 7.1.3: Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 18 e 29 anos e com idades entre os 30 e 29 anos, considerando quem concorda com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos vs. quem discorda, respetivos desvios padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados	169-170
Tabela 7.2.1: Proporção da fecundidade desejada, pela idade dos indivíduos e pelas variáveis relacionadas com características do indivíduo e com o seu background familiar, em percentagem	175-176
Tabela 7.2.2: Proporção fecundidade desejada, pela idade dos indivíduos e pelos seus valores e atitudes, em percentagem	177-178
Tabela 7.2.3: Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 18 e 29 anos e com idades entre os 30 e 29 anos, considerando quem deseja ou desejou ter apenas um filho ao longo da vida vs.	

quem deseja ou desejou ter pelo menos dois filhos, respetivos desvios padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados	182-183
Tabela 7.3.1: Proporção da fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos e pelas variáveis relacionadas com características do indivíduo e com o seu background familiar, em percentagem	188-189
Tabela 7.3.2: Proporção fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos e pelos seus valores e atitudes, em percentagem	192
Tabela 7.3.3: Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 18 e 29 anos e com idades entre os 30 e 29 anos, considerando quem espera ter apenas um filho até ao final da vida reprodutiva vs. quem espera ter pelo menos dois filhos, respetivos desvios padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados	196
Tabela 7.4.1: Estimativas de Kaplan Meier para o tempo mediano (M) da idade ao nascimento do primeiro filho, respetivos intervalos de confiança a 95% (IC _{95%}) e valores p do teste de Peto ou Log-Rank (dependendo se as curvas de Kaplan Meier se intersectam ou não), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983	218-221

I. Introdução

O constante declínio da fecundidade em Portugal teve início no final da década de 70 do século passado e foi fortemente influenciado por profundas alterações sociais e económicas que marcaram a sociedade Portuguesa ao longo das décadas seguintes. A difusão e adoção de métodos contraceptivos eficazes, as alterações nos modelos de formação e composição da família, o aumento dos níveis de escolaridade e da participação feminina no mercado de trabalho, bem como a crescente preocupação com a realização e felicidade pessoal alteraram as motivações dos indivíduos para a parentalidade (Van de Kaa, 2002). Estas alterações conduziram a que os Portugueses tivessem menos filhos, e apenas os que desejavam, e ainda que adiassem o nascimento desses filhos para idades cada vez mais tardias. Assim, sucessivos adiamentos dos projetos de fecundidade resultaram no decréscimo acentuado dos níveis de fecundidade no país para valores cada vez mais próximos de um filho por mulher.

De facto, nos últimos anos, o número de Portugueses que se mantém com apenas um filho tem vindo a aumentar (Cunha, 2012b e 2013; Mendes, 2012; Oliveira, 2012; Maciel et al., 2016; Mendes et al., 2016). Apesar do ideal de dois filhos por família ainda permanecer como o modelo normativo na sociedade Portuguesa (Testa, 2006; Cunha, 2012a; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016), face ao aumento das descendências de filho único, no futuro, ter apenas um filho poderá constituir-se como um novo modelo normativo.

Nas atuais circunstâncias de mortalidade dos países Europeus, o limiar da substituição das gerações encontra-se em 2,1 filhos por mulher. Próximo desta situação, encontram-se países como a Dinamarca, Suécia, França e Reino Unido, contrastando com os países da Europa do sul que, por sua vez, apresentam os índices de fecundidade mais baixos de toda a Europa (Kohler et al., 2006; Mendes et al., 2016; Sobotka, 2016). Portugal não é exceção. Em 2016, o índice sintético de fecundidade no país (ISF, número médio de nados vivos nascidos por mulher em idade fértil, 15-49 anos completos, se as taxas de fecundidade por idade se mantiverem constantes) foi igual a 1,36 filhos por mulher. No entanto, já em 1982 este índice passou para baixo do limiar da substituição das gerações, em 1994 ficou, pela primeira vez, abaixo de 1,5 filhos por mulher, atingindo, em

2013, o valor mais baixo alguma vez registado em Portugal (1,21). Apesar do ISF ter aumentado entre 2013 e 2016, este índice continua distante do limiar da substituição das gerações, encontrando-se, ainda, próximo de um filho por mulher.

Relacionado com o facto de os indivíduos terem, em média, menos filhos, está o adiamento da entrada na maternidade e paternidade. O efeito deste adiamento tem sido crucial no decréscimo dos níveis de fecundidade no país (Cunha, 2012a; Mendes et al., 2006; Tomé, 2015; Cunha, 2016; Mendes et al., 2016). Porém, os Portugueses não só têm vindo a adiar o nascimento do primeiro filho, mas também o nascimento do segundo filho (Cunha, 2012a, Oliveira, 2012; Cunha, 2016; Mendes et al., 2016).

Segundo os dados de 2016 do Instituto Nacional de Estatística (INE), a idade média em que as mulheres têm filhos é aos 31,1 anos e a idade com que têm o primeiro filho é igual a 29,6 anos. Portanto, a proximidade destas idades sugere que as mulheres Portuguesas tendem a ter apenas um filho e tardiamente. Este padrão, no qual se verifica uma concentração de nascimentos em torno dos 30 anos, é comum a alguns países da Europa, nomeadamente aos países do Sul (Sobotka, 2013; Mendes, 2012; Tomé e Mendes, 2013; Tomé, 2015; Mendes, 2016; Mendes et al., 2016; Sobotka, 2016).

Se os níveis de fecundidade se mantiverem assim tão baixos e próximos do *lowest-low fertility level* – índice inferior a 1,3, considerado na literatura como o mais baixo de entre os mais baixos (Kohler et al., 2002) – e se não houver um aumento de população em idade ativa a imigrar para o país, a recuperação das gerações no futuro estará comprometida (Kohler et al., 2006; Lutz et al., 2006).

De facto, face ao constante decréscimo do número de nascimentos, pela diferença entre nascimentos e óbitos, o crescimento populacional tem ficado comprometido. Além disso, nos últimos anos, o número de jovens em idade ativa tem diminuído (sendo este um resultado direto da diminuição dos nascimentos), enquanto a esperança de vida tem vindo a aumentar, o que tem permitido que a população Portuguesa envelheça de forma acelerada, provocando, assim, um desequilíbrio geracional. Se em 2017 o índice de sustentabilidade potencial era de 3 indivíduos ativos (15-64 anos) por cada indivíduo com mais de 65 anos, espera-se que em 2080 este índice seja de apenas 1,4 (INE, 2017).

Nessas condições, a situação do país é preocupante, tanto do ponto de vista demográfico como do ponto de vista socioeconómico (Bongaarts e Feeney, 1998; Lesthaeghe e Willems, 1999; Livi-Bacci, 2001; Mendes, 2012). Para além de, no futuro, termos cada vez menos mulheres em idades férteis e, conseqüentemente, menos nascimentos e um contínuo declínio da população (Bongaarts e Feeney, 1998; Mendes, 2012), o índice de dependência dos mais idosos continuará a aumentar, colocando em risco a sustentabilidade da segurança social, na medida que teremos menos jovens a contribuir para as pensões de reforma. Além disso, uma sociedade mais envelhecida poderá conduzir a um maior encargo com o sistema de saúde, na medida em que haverá uma maior incidência de doenças degenerativas e um maior encargo com o cuidado a idosos (Frejka e Sobotka, 2008).

Atualmente, é frequente associar-se a redução do número de nascimentos e o adiamento dos projetos de fecundidade à crise económica e financeira com início em 2008. No contexto dessa crise, os níveis de desemprego aumentaram no país, assim como a emigração (Mendes, 2016), e diminuiu o apoio económico do estado às famílias e crianças (Atalaia e Cunha, 2017), tendo afetado diretamente a população jovem e em idade reprodutiva. Como consequência, verificou-se um acentuado declínio da fecundidade nos anos seguintes a 2008 (Mendes, 2016; Mendes et al., 2016; Sobotka, 2016). Porém, a crise económica não explica a totalidade das alterações dos padrões de fecundidade em Portugal, pois o decréscimo dos níveis de fecundidade no país ocorre já desde o final da década de 70 do século passado.

Mas, então, o que explica o declínio da fecundidade em Portugal para valores cada vez mais próximos de um filho por mulher? Podemos ter variadas opiniões para justificar os atuais níveis fecundidade no país, como: 1) o desejo de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão dos indivíduos não terem filhos; 2) os Portugueses estão mais focados numa carreira profissional; 3) preferem antes viajar e ter filhos depois; 4) num contexto em que a procura por níveis de escolaridade mais elevados tornou-se uma exigência entre os mais jovens, estes permanecem por mais tempo na casa dos pais e entram mais tarde no mercado de trabalho, adiando, também, o nascimento dos filhos; 5) num modelo cultural que dissocia a atividade de estudo com o trabalho remunerado,

o prolongamento da dependência dos jovens face às famílias de origem é um fator condicionante da entrada na parentalidade; 6) os jovens preferem estabelecer-se no mercado de trabalho primeiro e só depois decidem ter filhos; 7) as baixas perspectivas de progressão na carreira e os contratos precários no início da atividade profissional, sustentam uma maior instabilidade e incerteza económica, dificultando a decisão definitiva de ter um filho; 8) as condições de acesso à habitação no país pioraram, sendo também este um fator que mantém os mais jovens por mais tempo em casa dos pais; 9) o custo associado às crianças tem vindo a aumentar e os casais tendem a reduzir o número de filhos, pois preferem garantir mais oportunidades ao(s) filho(s) já nascidos; 10) o estado não apoia as famílias através de subsídios ou licenças de maternidade e paternidade suficientes; e o trabalho a tempo parcial (dada a sua frequente e maior precaridade) não é solução para conciliar o trabalho da mãe com a vida familiar. No entanto, apesar do interesse pelo tema da baixa fecundidade entre os académicos ou até, mais recentemente, entre a sociedade civil, a comunicação social e os políticos, existe ainda algum desconhecimento em relação à razão pela qual se verifica um crescente aumento do número de casais a terminar a vida reprodutiva com apenas um filho. Não sabemos, ao certo, o que determina a manutenção da fecundidade em valores tão próximos de um filho por mulher.

Não sabemos, por exemplo, se as motivações dos indivíduos para terminar a vida reprodutiva com apenas um filho são mais influenciadas por contextos sociais e familiares, por alterações socioeconómicas (mudanças estruturais) ou por mudanças de valores e atitudes individuais. Será que a conjuntura económica no país ou o apoio insuficiente do estado às famílias e crianças são fatores que contribuem para manter a fecundidade em níveis próximos de 1? E qual será a influência das desigualdades sociais e de género, que ainda subsistem no país?

A procura por maiores níveis de escolaridade, geralmente associada a uma maior autonomia e independência económica, é um fator que influencia a decisão de ter apenas um filho? Numa sociedade mais individualizada, será o crescente desejo de autorrealização um condicionante à fecundidade? Contrariamente, na medida em que os filhos assumem um papel de destaque, sendo que a parentalidade implica também um maior custo associado aos filhos,

será que se tornou preferível ter menos filhos proporcionando-lhes mais oportunidades e menos restrições, espelhando, assim, atitudes mais altruístas e não tanto individualistas? Ou seja, em situações de maior constrangimento, os Portugueses tendem a ter apenas um filho mesmo quando desejam ter mais?

Sendo os ideais e desejos de fecundidade frequentemente associados a dois filhos por família, os Portugueses têm vindo a renunciar a sua fecundidade desejada e esperada? Será que a descendência de filho único traduz um cenário de contenção ou está mais relacionada com os direitos sociais básicos dos indivíduos que lhes permite decidir ter apenas um filho sem estereótipos ou preconceitos?

O que sabemos, de facto, é que a forma como os indivíduos concretizam os seus projetos de fecundidade e as próprias motivações para a parentalidade têm vindo a ser alteradas ao longo das últimas décadas, sendo diversos os fatores apontados como condicionantes da fecundidade.

O declínio da fecundidade teve início na década de 60 do século passado nos países Nórdicos e na Europa ocidental, tendo se espalhado um pouco por toda a Europa nas décadas seguintes (Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Lesthaeghe, 2010). Este declínio, justificado pela redução do número de filhos (*quantum*) e pelo adiamento do nascimento dos filhos (*tempo*), ocorreu em paralelo com as mudanças comportamentais no quadro da teoria da Segunda Transição Demográfica. Esta transição foi caracterizada por novos modelos de formação e composição da família, pela adoção de métodos contraceptivos mais modernos e eficazes, pela massiva inserção feminina no sistema formal de ensino e no mercado de trabalho, bem como pelo crescente desejo de autorrealização (Van de Kaa, 2002; Frejka, 2008; Sobotka, 2008; Lesthaeghe, 2010; Mills et al., 2011; Basten et al., 2013).

Em Portugal, a partir da década de 80, as taxas de divórcio aumentaram, tendo esta situação se formalizado no final dos anos 70 (Torres, 2001), verificando-se um constante aumento do número de casais a viver em coabitação e a ter filhos fora do casamento (Torres, 2001; Aboim, 2010). Além disso, as mulheres Portuguesas tiveram acesso a novos métodos contraceptivos mais eficazes (Almeida et al., 1998; Almeida et al., 2002), permitindo-lhes ter um maior controlo sobre a sua fecundidade (Almeida et al., 1998; Cunha, 2005a e

2012a; Wall e Guerreiro, 2005; Wall, 2010; Wall et al., 2014; Mendes, 2016; Sobotka, 2016). Na mesma altura, o prolongamento das trajetórias escolares, ditado pelo aumento das aspirações dos indivíduos – procurando uma maior autonomia e autorrealização – implicou, e continua a implicar, um aumento na idade com que os indivíduos deixam de residir com o agregado parental de origem e uma entrada mais tardia no mercado de trabalho (Mendes, 1987; Billari e Kohler, 2002; Bongaarts, 2003; Adsera, 2006; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017). Como consequência, ao longo dos anos, assistimos a um constante aumento da idade ao nascimento do primeiro filho e a uma redução considerável dos níveis de fecundidade no país.

Adicionalmente, as atuais tendências da fecundidade são também uma consequência da ponderação entre desejos e requisitos (Beck e Beck-Gernsheim, 2002). A preocupação com a percepção de possíveis oportunidades futuras dos filhos, no sentido em que controlar e limitar o número de filhos poderá beneficiar o futuro dos mesmos, tem vindo a ganhar maior importância nas decisões de fecundidade dos indivíduos (Becker e Tomes, 1976; Bandeira, 2012; Mendes et al. 2016). Neste sentido, os indivíduos acabam por ter menos filhos do que aqueles que desejaram ao longo da vida com o intuito de assegurar uma maior qualidade (recursos) a cada filho (Becker, 1960; Becker e Lewis, 1974; Becker e Tomes, 1976; Cunha, 2002; Mendes et al., 2016).

A par transformações ocorridas no quadro da teoria da Segunda Transição Demográfica, a conjuntura económica e as políticas de intervenção na área da segurança social, da saúde e do apoio às famílias e crianças, também têm vindo a influenciar as decisões de fecundidade dos indivíduos (Cigno e Rosati, 1992; Mayer, 2004; McDonald, 2006; Balbo et al., 2013; Wall et al., 2016; Aisenbrey e Fasang, 2017; Sobotka et al., 2017). O mesmo se pode dizer relativamente a desigualdades sociais ou de género, em grande parte influenciadas pelo nível de escolaridade dos indivíduos e pela conjuntura económica dos países (OECD, 2017b).

Ao longo das últimas décadas, todas essas novas dinâmicas alteraram as motivações para a parentalidade, permitindo que os indivíduos tivessem menos filhos e que adiassem os seus projetos de fecundidade para idades cada vez mais tardias (Lesthaeghe e Willems, 1999; Van de Kaa, 2002). Como resultado de

sucessivos adiamentos, nos últimos anos, temos assistido ao aumento do número de Portugueses a terminar a vida reprodutiva com apenas um filho.

Numa situação de baixíssima fecundidade, a questão principal centra-se em saber qual o futuro da fecundidade em Portugal. Neste âmbito, é de crucial importância perceber se as gerações mais jovens poderão ou não vir a ter um comportamento distinto das gerações que estão a ter filhos atualmente. Para atingir este primeiro objetivo, considerando que a intenção de ter um filho é um precursor do comportamento (Ajzen, 1991; Miller, 1986) e tendo em conta o padrão de nascimentos em Portugal em torno dos 30 anos de idade (Mendes, 2012; Tomé e Mendes, 2013; Tomé, 2015; Mendes, 2016; Mendes et al., 2016), consideramos a seguinte hipótese:

O número de filhos que os Portugueses tencionam ter até ao final do seu período reprodutivo, difere entre os mais jovens (18-29 anos) e os menos jovens (30-49 anos)

Num contexto de contínuo declínio da fecundidade em Portugal para valores cada vez mais próximos de um filho por mulher, pretendemos ainda perceber se a descendência de filho único é determinada pelas circunstâncias de vida dos indivíduos, por questões económicas, contextos pessoais e familiares ou se é mais influenciada por uma alteração de valores e atitudes entre os mais jovens, distanciando-se de orientações culturais mais tradicionais, que noutros tempos marcaram a vida pessoal e familiar. Assim, é essencial perceber se a sociedade Portuguesa está a evoluir no sentido de adotar uma nova norma: a do filho único. Para atingir este objetivo, tendo em conta que motivações, desejos e intenções de fecundidade individuais são determinantes próximos do comportamento (Miller, 1994; Testa et al., 2014; Freitas e Testa, 2017), consideramos a seguinte hipótese:

As motivações, desejos e intenções de fecundidade no que respeita a descendência de filho único diferem entre os mais jovens (18-29 anos) e os menos jovens (30-49 anos)

É ainda fundamental perceber quais as medidas de política que poderão vir a ser protetoras da fecundidade e potenciadoras das decisões de quem pretende vir a ter (mais) filhos. Deste modo, importa perceber comportamentos, avaliar desejos e intenções, em particular daqueles que pretendem ter filhos, sendo estes os indivíduos que ainda podem vir a fazer a diferença no sentido de elevar os níveis de fecundidade no país. Assim, pretendemos prever uma possível alteração do modelo e dos padrões de fecundidade, em função da idade, capacitando uma intervenção ao nível de políticas públicas.

Para atingir os objetivos propostos, esta tese foi realizada no âmbito da Bolsa de Investigação SFRH/BD/118414/2016, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Na procura por uma melhor compreensão dos comportamentos de fecundidade dos Portugueses, em particular daqueles que pretendem ter apenas um filho até ao final da vida reprodutiva efetuámos uma série de análises quantitativas. Esta escolha prendeu-se com o objeto de interesse, bem como com a natureza do problema a investigar, conciliável com as bases de dados disponíveis, nomeadamente as bases de dados do INE, do Eurostat (*European Statistics*) e do Inquérito à Fecundidade em Portugal (2013), realizado em parceria entre o INE e a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Através de uma análise descritiva e de uma componente explicativa, na qual recorreremos a testes estatísticos e a modelos de regressão estatística, pretendemos estabelecer a relação entre o modelo teórico proposto e os dados observados na realidade social.

Porém, na procura por uma melhor compreensão dos fenómenos em causa, encontrámos algumas das limitações. Entre elas, a ausência de dados longitudinais em Portugal – que por inquirirem os indivíduos em diversos momentos da sua vida, permitem um melhor entendimento das alterações sociais verificadas ao longo do tempo. Contudo, tais inquéritos, por serem demasiado dispendiosos, são bastante escassos ou mesmo inexistentes. Assim sendo, acabámos por recorrer a dados transversais. Estes dados, por sua vez, condicionam a capacidade de conhecer de forma mais profunda as alterações dos projetos de fecundidade dos Portugueses ao longo do tempo, já que não são aplicados aos mesmos indivíduos em diferentes momentos da sua vida. Apesar das limitações associadas às fontes de informação disponíveis, importa referir

que, no que respeita ao estudo da fecundidade, a literatura aponta no sentido de recorrer também a dados transversais, na medida em que apresentam também um grande potencial associado à elevada dimensão e representatividade das amostras, bem como à possibilidade de inferir sobre comportamentos distintos entre gerações.

Outra limitação encontrada está relacionada com o facto de o mais recente Inquérito à Fecundidade em Portugal (2013) questionar as motivações para a parentalidade apenas dos inquiridos, não contemplando a percepção das motivações do parceiro. Contudo, segundo Miller et al. (2004), quando se pretende estudar a fecundidade dos indivíduos que vivem uma relação conjugal, é de esperar que a robustez das motivações individuais envolva também a combinação das motivações do parceiro. No entanto, apesar de não termos acesso à informação das motivações do parceiro, recorreremos à informação sobre desejos e intenções de fecundidade individuais que, por si só, são considerados excelentes determinantes do comportamento reprodutivo (Miller, 1986; Ajzen, 1991).

Assim, tendo em consideração as ponderações colocadas acima e na tentativa de responder às indagações anteriormente referidas, optámos por dividir esta tese em oito capítulos, incluindo a introdução e conclusões finais. No **Capítulo II**, fazemos uma revisão da literatura sobre a temática da fecundidade. Nomeadamente, sobre estudos nos quais são abordados os temas da baixa fecundidade, do filho único e dos diferentes tipos de fecundidades: realizada (número de filhos tidos), final esperada (número de filhos tidos, acrescido pelo número de filhos que ainda se pretende vir a ter) e desejada (número de filhos desejados ao longo da vida). Além disso, tendo em consideração o objecto de estudo, damos particular importância às teorias da Segunda Transição Demográfica (Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004), da Individualização (Beck & Beck-Gernsheim, 2002), do Comportamento Planeado (Ajzen, 1991) e dos Traços-Desejos-Intenções-Comportamento (Miller, 1986), sendo estas teorias amplamente referidas no contexto da fecundidade.

No **Capítulo III**, descrevemos as bases de dados e as metodologias utilizadas para atingir os objetivos propostos. No **Capítulo IV**, recalculamos e analisamos os indicadores demográficos relacionados com a fecundidade desde

1960, comparando-os com os indicadores dos restantes países Europeus. Para melhor compreender as diferenças observadas nestes indicadores, analisamos a evolução das taxas de educação dos homens e das mulheres, a participação feminina no mercado de trabalho ao longo das últimas décadas e comparamos as atuais despesas públicas dos diferentes países da União Europeia destinadas ao sistema do estado social, bem como as diferenças salariais entre homens e mulheres. Deste modo, pretendemos estabelecer uma relação entre padrões de fecundidade e contextos socioeconómicos.

Para analisar as mudanças comportamentais ocorridas em Portugal nos anos mais recentes, no **Capítulo V**, caracterizamos os nascimentos ocorridos em Portugal entre 2010 e 2016, em particular os nascimentos de primeira ordem. Com o objetivo de detectar alterações comportamentais entre os mais jovens e os menos jovens, e considerando o padrão de nascimentos, em Portugal, em torno dos 30 anos, estratificamos esta análise em dois grupos distintos: indivíduos com idades até aos 29 anos e indivíduos com 30 anos ou mais.

Tendo em conta que intenções de fecundidade são consideradas determinantes próximos do comportamento (Ajzen, 1991; Miller, 1986), no **Capítulo VI**, pretendemos avaliar as intenções dos indivíduos a longo prazo no que respeita à sua fecundidade final esperada. Neste sentido, ao longo deste capítulo, também estratificamos as análises consoante a idade dos indivíduos, comparando as intenções de fecundidade dos mais jovens (18-29 anos) com as dos menos jovens (30-49 anos).

Sendo as motivações para a parentalidade impulsionadoras de desejos de fecundidade que, por sua vez, antecedem intenções (Miller, 1994), e centrando a atenção no filho único, no **Capítulo VII** tivemos como objetivo perceber o que determina: 1) a tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições; 2) o desejo de ter apenas um filho; e 3) a intenção de ter apenas um filho até ao final da vida reprodutiva.

Ainda no contexto de descendências de filho único e considerando que a idade ao nascimento do primeiro filho tem um papel fundamental no decréscimo dos níveis de fecundidade no país, no Subcapítulo VII.4, pretendemos identificar quais os fatores associados ao adiamento do nascimento do primeiro filho. Ou

seja, pretendemos perceber quais os fatores que estão associados a um maior risco de ter transitar para a parentalidade mais tardiamente. Também ao longo deste capítulo, com o objetivo de analisar o efeito das gerações, estratificamos as análises referidas pela idade dos indivíduos: 18-29 anos vs. 30-49 anos.

Ao estudar os comportamentos de fecundidade dos Portugueses, em particular daqueles que pretendem ter apenas um filho, pretendemos perceber se motivações, desejos e intenções, mais centradas no filho único, se devem apenas a fatores associados ao adiamento dos projetos de fecundidade ou se os valores da nossa sociedade se alteraram de tal forma que permite aos Portugueses decidir ter apenas um filho sem preconceitos ou estereótipos.

Os resultados obtidos poderão ser úteis na previsão e planeamento de políticas públicas devidamente sustentadas, no sentido de elevar os níveis de fecundidade no país. Assim, pretendemos perceber quais as medidas que poderão criar condições sustentáveis, materiais e institucionais, para que os jovens Portugueses possam planear projetos de futuro com um maior nível de certeza de que a chegada de um filho não irá comprometer o seu futuro. Assim sendo, pretendemos apresentar propostas de planeamento e previsibilidade ao nível de políticas públicas, propostas estas que podem servir de guia para encorajar os casais a ter os filhos que desejam.

Tendo em consideração a estrutura proposta na tese, começamos por fazer uma revisão da literatura no que respeita às temáticas abordadas nos capítulos subsequentes. Em primeiro lugar, focamos a nossa atenção nas teorias da Segunda Transição Demográfica (Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004) e da Individualização (Beck & Beck-Gernsheim, 2002) e, em seguida, abordamos as teorias do Comportamento Planeado (Ajzen, 1991) e dos Traços-Desejos-Intenções-Comportamento (Miller, 1986). A escolha destas teorias para o enquadramento teórico prende-se com o facto de as mesmas se enquadrarem com o nosso objeto de estudo e, também, de surgirem como as mais referenciadas no contexto da fecundidade. Posteriormente, fazemos uma revisão da literatura sobre as trajetórias da sociedade Portuguesa no que respeita à temática da fecundidade.

II. Estado da Arte

A forma como os indivíduos concretizam os seus projetos de fecundidade e as próprias motivações para a parentalidade têm vindo a ser alteradas ao longo das últimas décadas. Como tal, muitos autores têm vindo a estudar a fecundidade no contexto de diversas mudanças sociais, nomeadamente sob a perspetiva das mudanças ocorridas no quadro das teorias da Segunda Transição Demográfica (Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004) e da Individualização (Beck & Beck-Gernsheim, 2002). Adicionalmente, são diversos os estudos que se baseiam nas teorias do Comportamento Planeado (Ajzen, 1991) e dos Traços-Desejos-Intenções-Comportamento (Miller, 1986), sendo que a aplicação destas teorias tem vindo a fornecer informações muito úteis sobre as decisões de fecundidade dos indivíduos. Neste sentido, começamos por abordar as teorias referidas e, posteriormente, fazemos uma revisão bibliográfica sobre as diferentes abordagens do estudo da fecundidade em Portugal ao longo das últimas décadas.

A partir de 1960, na Europa do norte e ocidental, houve uma drástica transformação no padrão de formação e composição das famílias. A idade ao primeiro casamento aumentou, assim como as taxas de divórcio, e verificou-se um constante aumento do número de casais a viver em coabitação e, também por esse facto, a ter filhos fora do casamento (Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Lesthaeghe, 2010). Na mesma altura, a difusão e adoção em larga escala de métodos contraceptivos mais eficazes alterou a forma como os indivíduos passaram a controlar a sua própria fecundidade, pois passaram a ter um maior controlo sobre quando e quantos filhos ter (Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Goldin, 2006; Lutz et al. 2006; Frejka, 2008; Lesthaeghe, 2010; Basten et al., 2013). Porém, estas novas dinâmicas permitiram que os indivíduos tivessem menos filhos, e apenas os que desejavam, e que adiassem os seus projetos de fecundidade para idades cada vez mais tardias (Lesthaeghe e Willems, 1999; Van de Kaa, 2002). Como consequência, no final da década de 60 do século passado, verificou-se um declínio acentuado dos níveis de fecundidade naqueles países.

Os efeitos destas alterações comportamentais foram primeiramente identificados por Dirk van de Kaa e Ron Lesthaeghe em 1986 e definidas como a

Segunda Transição Demográfica (STD)¹ – em consequência da Teoria da (Primeira) Transição Demográfica cujas mudanças demográficas, após a Segunda Guerra Mundial, foram consideradas principalmente em função do progresso na sociedade e do contínuo declínio das taxas de mortalidade (Notestein, 1945; Kirk, 1996; Van de Kaa, 2002).

As referências à STD intensificaram-se nas últimas duas décadas (Zaidi e Morgan, 2017). No quadro desta teoria, o declínio da fecundidade está associado à redução do número de filhos (*quantum*), acompanhada pelo adiamento da fecundidade (*tempo*), e, posteriormente, ao fim do adiamento com incidência numa incompleta recuperação dos nascimentos uma vez adiados (Lesthaeghe e Willems, 1999; Van de Kaa, 2002).

O conceito inicial da STD é o de que os países industrializados, em particular os países da Europa ocidental e do norte, alcançaram uma nova etapa no seu desenvolvimento demográfico no final da década de 60 do século passado. O declínio da fecundidade para valores bem abaixo do limiar da substituição das gerações, facilitado pela difusão de novos métodos contraceptivos, foi percebido como a principal característica desta transição.

No entanto, esta etapa foi caracterizada não apenas pelo controlo sobre a fecundidade, mas também por uma alteração das motivações dos indivíduos para a parentalidade, sendo que os casais passaram a não estar tão motivados para ter mais do que um ou dois filhos (Van de Kaa, 2002). A conexão entre as transformações demográficas ocorridas durante a década de 60 do século XX e as mudanças de valores relacionados com a vida familiar “tornou-se um ingrediente essencial da STD na Europa” (Surkyn e Lesthaeghe, 2004, p. 47).

Apesar da STD ter tido início nos países da Europa ocidental e do norte, a “segunda transição” deu sinais de abrandamento nestes países no final da década de 80 do século passado. Entretanto, por esta altura, em Portugal, Espanha e Itália, assistiu-se ao início do processo de adiamento do casamento e da fecundidade, assim como a profundas alterações nos modelos de formação e

¹ Mais recentemente, surgiu ainda a teoria da Terceira Transição Demográfica, sendo os movimentos migratórios considerados importantes para as dinâmicas populacionais, principalmente em circunstâncias de baixa fecundidade (Coleman, 2006).

composição das famílias e das formas de se viver a intimidade e sexualidade, que se acentuaram após 1990 (Mendes, 1987; Almeida et al., 1998; Almeida et al., 2002; Cunha, 2005a e 2012a; Wall e Guerreiro, 2005; Aboim, 2010; Wall, 2010; Mendes e Tomé, 2013; Mendes e Tomé, 2014; Wall et al., 2014; Mendes, 2016; Sobotka, 2016). Apenas nesta década é que as transformações no quadro da STD também se estenderam aos países da Europa central e de leste (Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Sobotka, 2008). Este processo foi mais tardio nas regiões do Sul, Centro e Leste, porém as consequências da STD foram ainda mais intensas (Livi-Bacci, 2001; Lesthaeghe, 2010), sendo que estes países mantiveram níveis de fecundidade extremamente baixos durante quatro décadas, não se tendo verificado ainda claros sinais de abrandamento.

Nos anos seguintes à primeira publicação sobre a STD, o conceito desta transição foi sendo elaborado em diversas publicações. Os autores também associaram as alterações dos padrões de fecundidade – redução do *quantum* e adiamento do *tempo* da fecundidade – a mudanças culturais (secularização e ascensão de valores individualistas, de autoexpressão e autorrealização) e estruturais (modernização, crescimento da economia e qualidade dos serviços do estado social), assim como à massiva inserção feminina no sistema formal de ensino e no mercado de trabalho (Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Lesthaeghe, 2010).

O acesso à educação superior tem se expandido um pouco por toda a Europa, especialmente entre as mulheres (OECD, 2017a). No entanto, o prolongamento das trajetórias escolares, implica também um aumento na idade com que os indivíduos deixam de residir com o agregado parental de origem, bem como uma entrada mais tardia no mercado de trabalho. Como consequência, os indivíduos tendem a adiar os seus projetos de fecundidade (Van de Kaa, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007; McDonald, 2008; Sobotka, 2008; Lesthaeghe, 2010; Cachapa et al., 2012; Wall et al., 2014; Azevedo et al., 2016; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017).

O nível de escolaridade é um dos fatores mais estudados na literatura e continua a ser considerado como um dos mais importantes preditores da fecundidade (Cleland, 2009; Stange, 2011). No entanto, a influência da educação nos projetos de fecundidade dos indivíduos também é modelada pelos contextos

institucionais, por desigualdades sociais e de género (Torres, 2001; Aboim, 2010) e pela conjuntura económica dos diferentes países, especialmente entre os do Sul que foram mais afetados pela crise económica de 2008 (Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017).

Uma maior instabilidade económica resulta em maiores níveis de desemprego e, por sua vez, em menores capacidades das gerações mais jovens se estabilizarem no mercado de trabalho, tendo também um grande impacto nos padrões de formação das famílias (Testa e Basten, 2014; Sobotka et al., 2017). Sendo atualmente a estabilidade financeira e a existência de um emprego remunerado uma condição extremamente relevante para a entrada na parentalidade (Livi-Bacci, 2001; Kohler et al., 2006; Fagan et al., 2011; Adsera, 2004 e 2011; Sobotka et al., 2017), o desemprego e a precariedade no emprego traduzem-se numa maior sensação de insegurança (Cachapa et al., 2012; Hanappi et al., 2017; Sobotka et al., 2017). Por sua vez, estas incertezas contribuem para o adiamento da entrada na parentalidade e até a decisão de ter um filho adicional pode ser comprometida (Kohler et al., 2006; Testa e Basten, 2014). No entanto, melhores condições de emprego das mulheres, normalmente associadas a níveis de escolaridade mais elevados, podem favorecer as decisões de fecundidade. Efetivamente, os países com maiores taxas de emprego feminino, nomeadamente, a Dinamarca, Suécia e Reino Unido, apresentam os níveis de fecundidade mais elevados da Europa, verificando-se uma alteração de comportamentos em comparação às décadas anteriores a 1980 (Adsera, 2004 e 2011; Spéder e Kapitány, 2009; Kohler et al., 2006; Balbo et al., 2013; Hanappi et al., 2017).

Tradicionalmente, são as mães com nível de escolaridade superior – que adiaram a entrada no mercado de trabalho devido ao tempo que precisaram para concluir os estudos – as que mais tendem a adiar o nascimento do primeiro filho e às quais ainda se associam níveis de fecundidade mais baixos (Barber, 2001; Van de Kaa, 2002; Adsera, 2005; Kohler et al., 2006; Lutz, 2006; McDonald, 2006 e 2008; Mendes et al., 2006; Frejka e Sobotka, 2008; Aassve et al., 2012; Testa, 2012b; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017). No entanto, são também as mães com níveis de escolaridade mais elevados que, em idades mais tardias e, geralmente, com maiores capacidades de enfrentar os riscos das incertezas

económicas, tendem a reduzir o tempo entre nascimentos de forma a compensar o adiamento inicial (Kohler et al., 2006; Fagan et al., 2011; Basten et al., 2013; Sobotka, 2013). Já as mães com níveis de escolaridade mais baixos, apesar de terem mais filhos em média (Adsera, 2005; Kohler et al., 2006; Mendes et al., 2016), quando adiam o nascimento dos filhos, têm uma maior dificuldade (falta de recursos) em comportar os custos da parentalidade, especialmente em contextos onde há uma maior instabilidade económica. Deste modo, em idades mais tardias, estas mulheres também apresentam um maior risco de limitar o número de filhos e de não conseguir recuperar os nascimentos uma vez adiados (Cunha, 2002; Adsera, 2005; Kohler et al., 2006; Sobotka, 2008; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016; Freitas et al., 2017).

As desigualdades sociais – em grande parte influenciadas pelo nível de escolaridade dos indivíduos e pela conjuntura económica dos países (OECD, 2017b) – também têm vindo a ser estudadas como fatores condicionantes da fecundidade, especialmente após a recessão económica com início em 2008. As desigualdades sociais agravaram-se nos mais recentes anos, deixando os mais jovens – especialmente os da Europa do sul com menores níveis de escolaridade – em pior situação do que as gerações mais velhas (OECD, 2014 e 2016; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017). Em paralelo, as desigualdades entre géneros, incluindo diferenças no trabalho a tempo parcial e nos salários entre homens e mulheres, ainda persistem (Balbo et al., 2013; OECD, 2017b; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017).

Em sociedades mais igualitárias, onde predominam elevadas taxas de participação feminina no mercado de trabalho, as mulheres com maiores níveis de escolaridade têm vindo a aumentar os níveis de fecundidade e a apresentar uma maior estabilidade na união familiar (Esping-Andersen e Billari, 2015; Sobotka et al., 2017). Contrariamente, nos países onde predominam maiores desigualdades entre géneros os níveis de fecundidade tendem a ser mais reduzidos (McDonald, 2000a, 2000b e 2006; Mills et al., 2011; Basten et al., 2013; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017).

Alguns autores defendem que as políticas de intervenção na área da segurança social, da educação, da saúde e do apoio às famílias e crianças, também são fatores que influenciam as decisões de fecundidade dos indivíduos,

sendo que menores apoios por parte do estado podem contribuir para o adiamento do nascimento dos filhos (Cigno e Rosati, 1992; Mayer, 2004; Blossfeld et al., 2005; McDonald, 2006; Buchholz et al., 2009; Balbo et al., 2013; Aisenbrey e Fasang, 2017; Sobotka et al., 2017; Wall et al., 2016).

De facto, os níveis de fecundidade tendem a ser mais baixos nos países onde as mulheres recebem um apoio mais limitado, principalmente no que respeita à conciliação entre o trabalho e família, como é o caso dos países da Europa do sul (Sobotka, 2016; Beaujouan e Berghammer, 2017). Já os sistemas que provisionam um maior suporte de conciliação entre o trabalho e família – nomeadamente, na Dinamarca, Suécia, Reino Unido e França – ajudam a evitar baixos níveis de fecundidade (Hofmeister et al., 2006; OECD, 2011; Andersson, 2012; Neyer, 2012; Basten et al., 2013; Sobotka, 2013; Hanappi et al., 2017).

Seja pelo prolongamento das trajetórias escolares, pela conjuntura económica no país, pela qualidade dos serviços do estado social ou pelas desigualdades sociais e de género, sucessivos adiamentos dos projetos de fecundidade, principalmente entre as gerações mais jovens, resultam em idades cada vez mais tardias ao nascimento dos filhos. Como consequência dos constantes adiamentos e do limite biológico das mulheres, o tempo de recuperação dos nascimentos é cada vez mais estreito, resultando numa incompleta recuperação dos nascimentos dos filhos (Lesthaeghe e Willems, 1999; Van de Kaa, 2002; Frejka e Sardon, 2006; Mendes, 2016) ou até numa infecundidade involuntária devido a problemas associados à infertilidade (Morgan, 1991; Rowland, 1998). Deste modo, o adiamento na idade em que se tem filhos é apontado como uma das principais causas do declínio da fecundidade (Kohler et al., 2002; Frejka e Sardon, 2006; Billari, 2008; Frejka, 2008; Bongaarts e Sobotka, 2012; Sobotka et al., 2012; Sobotka, 2013; Tomé e Mendes, 2013; Mendes, 2016).

No entanto, o adiamento dos projetos de fecundidade não explica a totalidade das alterações de fecundidade que têm vindo a ocorrer ao longo das últimas décadas. Efetivamente, uma das principais características da STD é a esmagadora preocupação com a autorrealização, liberdade de escolha, desenvolvimento pessoal e emancipação, refletindo-se nos modelos de formação

e composição da família e nas atitudes em relação ao controlo e motivação para a parentalidade (Van de Kaa, 2002).

Segundo Lesthaeghe (2010), a autorrealização produz uma procura crescente por maiores níveis de escolaridade – especialmente entre as mulheres, pois proporciona uma maior autonomia e independência económica – e estimula outros gostos e estilos de vida (Beck e Beck-Gernsheim, 2002), o que, por si só, poderá resultar na permanência dos níveis de fecundidade em valores abaixo do limiar da substituição das gerações. Deste modo, as motivações para a fecundidade estão cada vez mais associadas a valores individuais e não tanto a normas e valores tradicionais que noutros tempos marcaram a vida familiar (Beck e Beck-Gernsheim, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Guerreiro e Abrantes, 2007; Lesthaeghe, 2010; Cunha, 2012a; Wall, et al., 2014; Ramos et al., 2016).

Beck e Beck-Gernsheim (2002) argumentam que estamos perante uma mudança fundamental na natureza da sociedade. Os autores defendem que a individualização é uma característica estrutural das sociedades e que se relaciona com os direitos sociais básicos dos indivíduos – cada vez mais orientados para redes sociais mais amplas, que incluem uma maior participação de amigos, e não tão centradas em laços familiares tradicionais – e com a crescente necessidade dos indivíduos se tornarem economicamente ativos e independentes.

Segundo os mesmos autores, individualização significa, por um lado, uma desintegração de formas sociais previamente existentes – por exemplo, relacionadas com a classe e status social, papéis de género, família e pares – e por outro, uma imposição por novas exigências, controlos e restrições das sociedades modernas. Através do mercado de trabalho, do sistema do estado social e das instituições, os indivíduos estão ligados a uma rede de regulamentos e condições – tais como, a proteção da segurança social, as pensões de reforma e as taxas de impostos – sendo que “o pensamento, planeamento e ação contemplam uma variedade de condicionantes modernas” (Beck e Beck-Gernsheim, 2002, p. 2).

Deste modo, individualização não significa uma lógica de ação descontrolada ou subjetiva que contraria a esfera social. Pelo contrário, é

pensada em relação à sociedade, mas tendo em consideração que, nos regulamentos modernos, os indivíduos devem proporcionar, por si mesmos, melhores condições de vida e maiores capacidades de fazer face às novas exigências das sociedades modernas. Para tal, o emprego e a procura por níveis de escolaridade mais elevados – que, por sua vez, pressupõem uma maior mobilidade ou uma maior disponibilidade de mudança – são requisitos subjacentes às transformações societárias que têm vindo a ocorrer ao longo das últimas décadas (Beck e Beck-Gernsheim, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007).

No entanto, tal como referem Beck e Beck-Gernsheim (2002, p. 3), “os indivíduos não são obrigados, mas sim ‘convidados’ a constituírem-se como indivíduos: a planear, entender, projetar-se e a agir como indivíduos”. Desta forma, a individualização é uma condição social, que não é alcançada por uma decisão livre dos indivíduos, mas sim por uma necessidade de criar e regular as suas motivações individuais – influenciadas pelas redes que os rodeiam – fazendo-o em diversas etapas da vida, enquanto se adaptam constantemente às condições do mercado de trabalho, ao sistema educacional e ao estado social.

Neste sentido, a adaptação a novas condicionantes coloca o indivíduo no centro das decisões e responsabilizam-no pelas suas escolhas e ações, ao mesmo tempo que os distancia de comportamentos mais tradicionais e aproxima de novos estilos de vida, intimamente ligados ao seu bem-estar, autonomia, emancipação, liberdade e autorrealização. Contudo, o indivíduo é confrontado com vários desafios, sendo que até pode conduzir a sua própria vida de forma independente e distante das normas sociais mais tradicionais, mas tem de fazê-lo dentro de novas regras que o estado ou o mercado de trabalho estabelecem (Beck e Beck-Gernsheim, 2002).

Se, anteriormente, as mulheres tinham maiores responsabilidades na esfera familiar e doméstica, sendo as principais provedoras do sexo masculino, atualmente, têm ainda mais responsabilidades do que os homens – apesar de nos últimos anos os homens terem ganho um maior envolvimento nas tarefas domésticas (Gauthier et al., 2004; Wall e Guerreiro, 2005; Ramos et al., 2016). Para além de suportarem a responsabilidade das tarefas familiares, as mulheres têm cada vez mais expectativas e desejos que se estendem para além da família,

procurando uma maior autonomia, autorrealização e emancipação (Beck e Beck-Gernsheim, 2002).

O alongamento das trajetórias escolares, motivado pela procura por melhores condições de vida e de trabalho e por uma maior capacidade das mulheres serem responsáveis pelo seu próprio sustento, é, atualmente, uma meta entre as mulheres mais jovens. As mulheres procuram contribuir para o orçamento familiar, sendo que lhes permitirá ter uma maior capacidade de moldar o seu estilo de vida e de afirmar os seus direitos. No entanto, à medida que o nível de escolaridade aumenta, “as orientações tradicionais, os modos de pensar e os estilos de vida vão sendo reformulados e substituídos por formas mais universais de aprendizagem” (Beck e Beck-Gernsheim, 2002, p. 32), proporcionando um maior grau de autodescoberta e reflexão (Beck e Beck-Gernsheim, 2002; Lesthaeghe, 2010).

Estas transformações abriram um novo espaço para a ação e decisão perante novas oportunidades. Porém, da mesma forma, trouxe novas incertezas, conflitos e pressões (Beck e Beck-Gernsheim, 2002). Consequentemente, dentro da perspectiva de insegurança, pressões e opções aumentadas, as mulheres estão mais divididas entre o desejo de ter um filho e o desejo de independência (Beck e Beck-Gernsheim, 2002). A possibilidade de combinar os projetos de fecundidade com outros objetivos, especialmente no que respeita ao mercado de trabalho, tornou-se um processo mais frágil e aberto a incertezas. Deste modo, o desejo de ter filhos é, muitas vezes, adiado e mais tarde preenchido ou, eventualmente, suprimido em favor de outros objetivos.

Segundo Beck e Beck-Gernsheim (2002), o declínio da fecundidade só pode ser decifrado se for visto perante uma alteração de desejos, esperanças e planos de vida dos indivíduos, sendo que o adiamento dos projetos de fecundidade também é percebido como uma vantagem para o bem-estar dos indivíduos (Almeida et al., 1998; Giddens, 2006; Cunha, 2007 e 2010; Ramos et al., 2016). Contudo, a associação entre adiamento e bem-estar pode variar, não apenas entre subgrupos de populações, mas também entre contextos (Goisis e Sigle-Rushton, 2014).

Neste sentido, as atuais tendências da fecundidade são também uma consequência da individualização, sendo que o desejo de ter filhos é ponderado

por oportunidades e riscos (Beck e Beck-Gernsheim, 2002). Como tal, a ponderação entre benefícios e riscos de ter (mais) filhos tornou-se um objeto do planeamento consciente dos indivíduos (Becker e Barro, 1986), de forma a satisfazer as suas expectativas emocionais e afetivas (Mendes, 1987; Cunha, 2005b e 2007; Giddens, 2006; Sobotka, 2008; Billari, 2009; Machado, 2012). Esta ponderação é ainda mais importante entre as mulheres, pois são estas as que apresentam mais dificuldades em conciliar a vida familiar e profissional (Torres, 2001; Wall e Guerreiro, 2005; Mills et al., 2008; Aboim, 2010).

Deste modo, a fecundidade também tem vindo a ser estudada como uma interação – ou *trade-off* – entre quantidade e qualidade dos filhos. Segundo Becker (1960) e Becker e Lewis (1974), os projetos de fecundidade dos indivíduos são determinados, não apenas pela satisfação pessoal dos pais, mas também pelo custo das crianças, sendo que a qualidade dos filhos está diretamente relacionada com o valor gasto com eles, seja na alimentação, saúde, habitação ou educação. No entanto, o aumento na quantidade de filhos, aumenta o custo associado à qualidade de cada filho (Becker e Lewis, 1974; Becker e Tomes, 1976; Oliveira, 2007). Deste modo, muitos pais são altruístas em relação aos filhos e as decisões de fecundidade contemplam a equação entre benefícios de ter mais um filho e os custos associados a esse filho (Becker, 1974; Becker e Barro, 1986).

Como consequência, atualmente, há uma maior preocupação com a percepção de possíveis oportunidades futuras para os filhos, no sentido em que controlar e limitar o número de filhos poderá beneficiar o futuro dos mesmos (Becker e Tomes, 1976; Bandeira, 2012; Mendes et al. 2016). Deste modo, os indivíduos acabam por ter menos filhos do que aqueles que desejaram ao longo da sua vida reprodutiva com o propósito de assegurar uma maior qualidade a cada filho (Becker, 1960; Becker e Lewis, 1974; Becker e Tomes, 1976; Cunha, 2002; Mendes et al., 2016).

Seja pelas transformações ocorridas no quadro da STD, pelo processo de individualização das sociedades ou pela crescente demanda pela qualidade dos filhos, as motivações para a parentalidade têm um papel fundamental nos projetos de fecundidade dos indivíduos. Assim, as motivações dos indivíduos, em particular desejos e intenções de fecundidade, influenciadas pelos contextos

sociais e familiares e por valores individuais, são vistas como determinantes do comportamento reprodutivo. Neste sentido, de seguida fazemos um enquadramento teórico recorrendo às teorias do Comportamento Planeado (Ajzen, 1991) e dos Traços-Desejos-Intenções-Comportamento (Miller, 1986).

Das motivações ao comportamento

Apesar de não existir uma medida perfeita que permita predizer o comportamento reprodutivo, os desejos e intenções dos indivíduos são vistos como indicadores significativos da fecundidade. Neste sentido, a teoria do comportamento planeado (theory of planned behaviour, TPB) (Ajzen, 1991; Ajzen e Klobas, 2013) e a teoria traços-desejos-intenções-comportamento (traits-desires-intentions-behaviour, TDIB) (Miller, 1986) permitem contextualizar desejos e intenções nas decisões de fecundidade dos indivíduos.

Segundo a TPB, a intenção de ter ou não um filho é vista como um precursor do comportamento e a sua formulação é influenciada por três grupos de fatores: (1) atitudes pessoais (positivas ou negativas) em relação ao comportamento, sendo que no contexto da fecundidade o comportamento em causa é ter ou não um filho; (2) normas subjetivas, i.e., percepção da pressão social, sendo que comportamentos exibidos por familiares e amigos podem incentivar os indivíduos a comportarem-se de forma semelhante; (3) percepção de controlo do comportamento, ou seja, percepção da possibilidade de ter ou não um filho (Ajzen e Klobas, 2013).

Esta teoria, assume que o comportamento (ter um filho) é um produto de intenções comportamentais, que, por sua vez, são produtos das atitudes, das normas subjetivas e da percepção de controlo. As atitudes refletem as crenças e valores pessoais e as normas subjetivas refletem a posição do indivíduo em relação aos seus pares, sendo que a ponderação destas atitudes e normas resulta numa intenção que pode ser vista como um determinante próximo do comportamento.

Segundo Ajzen e Klobas (2013), quanto mais favorável a atitude, a norma subjetiva e a percepção de controlo, mais provável é que uma pessoa venha a formar a intenção de ter um filho. Considerando que os indivíduos têm controlo no comportamento, espera-se que estas intenções resultem em ter ou não um

filho. Deste modo, espera-se que o controlo em relação ao comportamento seja um moderador do efeito da intenção no comportamento. No entanto, é difícil prever todos os fatores que influenciam o controlo sobre um determinado comportamento, por isso é preferível usar um *proxy* de controlo, assumindo que as percepções de controlo refletem bem o “verdadeiro” controlo.

Simultaneamente, a TPB pode ajudar a prever o papel de variáveis como a naturalidade, idade, sexo, paridade, educação, rendimento, religião, personalidade, valores e atitudes individuais, entre outras, na intenção de ter ou não um filho. Ainda segundo Ajzen e Klobas (2013), a aplicação da TPB pode fornecer informações muito úteis sobre as decisões de fecundidade, permitindo, assim, melhorar o conhecimento desta tomada de decisão. Ao estudar crenças e normas subjetivas individuais em relação ao comportamento, ou seja, conhecendo as intenções de fecundidade dos indivíduos, podemos identificar considerações importantes que influenciam a decisão de ter um filho.

Embora a TPB continue a ser extremamente importante no estudo da fecundidade e seja amplamente referida em inúmeros de estudos ao longo das últimas décadas (Harzing, 2010), as intenções de fecundidade do parceiro não são consideradas no quadro da TPB. Podemos assumir que a percepção de concordância com o parceiro influencia as intenções individuais de fecundidade. Contudo, esta teoria não foi desenhada para considerar, explicitamente, a complexidade da natureza conjunta da reprodução (Miller et al., 2004).

Miller e Pasta (1996), Miller et al. (2004) reformularam a teoria TDIB (Miller, 1986) para considerar a natureza conjunta do comportamento reprodutivo. Os autores propõem um modelo que demonstra como é que os traços motivacionais – positivos ou negativos – conduzem a desejos conscientes e como é que a combinação dos desejos individuais e da percepção dos desejos do parceiro são transformados, através de intenções comportamentais conjuntas, no comportamento de ter um filho.

A sequência TDIB primeiro considera traços motivacionais individuais, que são considerados como "disposições latentes para ser positivamente ou negativamente motivado para experiências relacionadas com a fecundidade" (Miller, 2010, p. 3), incluindo a gravidez e o nascimento de um filho, cuidados às crianças e a interação com o parceiro, família e amigos. De acordo com esta

teoria, os traços motivacionais são considerados os principais motivadores dos desejos de fecundidade (Miller, 1994). Apesar destes traços motivacionais envolverem sentimentos positivos ou negativos, os desejos em que esses traços são ativados são mais orientados para o processo de tomada de decisão e representam o que o indivíduo gostaria de fazer sobre ter ou não um filho. No entanto, os desejos de fecundidade não conduzem diretamente ao comportamento de ter um filho. São a principal fonte impulsionadora das intenções de fecundidade, sendo que estas intenções representam o que o indivíduo realmente pretende fazer em algum momento futuro.

De acordo com Miller et al. (2004), todos os desejos de fecundidade têm as suas intenções de fecundidade correspondentes e a diferença entre desejos e intenções está associada às diferenças entre o que um indivíduo deseja fazer sem restrições e o que realmente pretende fazer considerando as suas reais restrições. No entanto, a TDIB considera não apenas os desejos e intenções de fecundidade individuais, mas também a percepção dos desejos do parceiro. Apesar das motivações-desejos-intenções existirem separadamente dentro de cada membro do casal, quando se pretende estudar a fecundidade dos indivíduos que vivem uma relação conjugal, o seu comportamento é melhor descrito como um conjunto (Miller et al., 2004, Miller 2010; Miller et al., 2016). Portanto, a TDIB combina uma sequência de motivações e desejos de cada indivíduo com a mesma sequência do seu parceiro, levando o casal a um modelo comportamental conjunto. Deste modo, ao estudar o comportamento dos casais, é importante considerar, não apenas as motivações e desejos dos indivíduos, mas também as motivações do parceiro, sendo que, assim, será possível identificar melhor os fatores que influenciam a intenção, e conseqüente decisão, do casal no que respeita a ter um filho. Como a interação entre os parceiros é considerada em todos os estágios da TDIB, a percepção do desejo do parceiro é crucial para a construção individual das etapas seguintes da estrutura motivacional. Deste modo, é de esperar que a robustez das motivações envolva a combinação da motivação individual e do parceiro.

Para estender as dimensões motivacionais ao comportamento, ocorre outra transformação: a implementação das intenções de fecundidade. Deste modo, o comportamento reprodutivo pode ser desenhado para atingir

(proceptivo) ou prevenir (contraceptivo) uma gravidez. O comportamento proceptivo tem duas formas: 1) passivo, caracterizado pela iniciação de relações sexuais desprotegidas com a intenção de conceber; e 2) ativo, caracterizado pelo esforço para aumentar as hipóteses de concepção. Já o comportamento contraceptivo é desenhado para evitar a concepção através de uma variedade de métodos hormonais, mecânicos ou comportamentais (Miller e Pasta, 1996).

De acordo com Miller (2010), no que respeita às intenções de fecundidade, os dois tipos de comportamento reprodutivos – contraceptivo e proceptivo – tendem a não estar presentes ao mesmo tempo no mesmo indivíduo, mas no caso dos desejos pode acontecer que o indivíduo mude entre estes dois comportamentos durante um curto intervalo de tempo. Para além disso, a implementação das intenções de fecundidade depende não apenas do comportamento reprodutivo individual, mas também do comportamento reprodutivo do parceiro e da escolha conjunta do casal no método contraceptivo escolhido.

Tendo como base a TPB e a teoria TDIB – sendo que em ambas as teorias a intenção de ter um filho é vista como um precursor do comportamento – é possível perceber comportamentos, identificar desejos e avaliar intenções, em particular daqueles que (ainda) podem vir a fazer a diferença em termos de decisão de fecundidade, no sentido de elevar os baixos índices observados nos últimos anos.

A aplicação destas teorias tem fornecido informações muito úteis sobre as decisões de fecundidade, permitindo, assim, melhorar o conhecimento desta tomada de decisão. Ao estudar os desejos e as intenções de fecundidade dos indivíduos, diversos autores têm identificado os fatores que influenciam a decisão de ter filhos.

Tendo em consideração a importância de desejos e intenções para melhor prever o comportamento reprodutivo, de seguida fazemos uma revisão da literatura, não apenas sobre os estudos nos quais são abordados os temas da baixa fecundidade e do filho único, mas também sobre os diferentes tipos de fecundidades: desejada e final esperada (número de filhos tidos, acrescido pelo número de filhos que ainda se tenciona ter).

Diferentes abordagens das trajetórias da fecundidade em Portugal

O declínio acentuado dos níveis de fecundidade em Portugal teve início no final da década de 70 do século passado. Em 4 décadas, o índice sintético de fecundidade baixou drasticamente e hoje questiona-se a recuperação das gerações no futuro. O número de nascimentos no país tem vindo a diminuir (*quantum*), em grande parte influenciado pelo adiamento do nascimento dos filhos (*tempo*), e a esperança de vida continua a aumentar, permitindo que a população Portuguesa envelheça de forma acelerada.

Em Portugal, a redução do *quantum* e adiamento do *tempo* enquadram-se nas transformações previstas na teoria da Segunda Transição Demográfica, sendo que, atualmente, os Portugueses não estão tão motivados a ter mais do que dois filhos e tendem a adiar o nascimento dos mesmos. Neste sentido, considerando que o adiamento da entrada na parentalidade condiciona o *tempo* dos nascimentos de ordens superiores, tendo também um grande impacto na redução dos níveis de fecundidade, muitos autores têm procurado melhor compreender as causas deste adiamento.

No contexto Português, o adiamento da entrada na parentalidade, ao qual estão associados os indivíduos que apresentam um maior risco de ter o primeiro filho mais tardiamente, é condicionado pelo sexo e pelo nível de escolaridade (Tomé, 2015; Mendes et al., 2016). À semelhança do que se verifica um pouco por toda a Europa, são os homens que mais tarde entram na parentalidade (Zhang, 2008), assim como aqueles com níveis de escolaridade mais elevados (Billari e Kohler, 2002; Bongaarts, 2003; Adsera, 2006; Mills et al., 2011; Sobotka et al., 2017).

Os contextos de socialização e familiares também são apontados como fatores com elevada influência no adiamento dos projetos de fecundidade dos Europeus (Udry, 1983; Ajzen, 1991; Testa e Grilli, 2006; Testa, 2010; Ajzen e Klobas, 2013; Mendes et al., 2016). Em Portugal, os indivíduos que têm menos irmãos, cuja mãe tem um nível de escolaridade mais elevado e que apresentam uma idade mais tardia à primeira coabitação ou ao primeiro emprego pago, são mais susceptíveis de adiar a entrada na parentalidade (Tomé, 2015; Mendes et al., 2016). Da mesma forma, ter ideais reduzidos – número de filhos considerado

ideal para uma família – é um fator que potencia o adiamento do nascimento do primeiro filho (Tomé, 2015; Mendes et al., 2016).

Para além dos fatores mencionados, Billari e Kohler (2002) apontam para a idade tardia com que os indivíduos deixam de residir com o agregado parental de origem como um fator potenciador do adiamento da entrada na parentalidade. Em Portugal, para além de este adiamento ser potenciado por uma idade mais tardia da saída de casa dos pais, aqueles indivíduos que deixaram de residir com o agregado depois dos 25 anos têm, em média, menos filhos do que aqueles que saíram mais cedo de casa dos pais (Mendes et al., 2016).

Sucessivos adiamentos, por vezes, têm como consequência descendências de filho único. De facto, o *tempo* para a parentalidade é uma variável crucial nesta descendência, sendo que, quanto maior a idade ao nascimento do primeiro filho, maior é a probabilidade de não transitar para o segundo filho (Rowland, 1998; Billari e Kohler, 2009; Sobotka, 2009; Spéder e Kapitány, 2009; Adsera, 2011; Tomé, 2015; Maciel, 2015; Maciel et al., 2016; Mendes et al., 2016; Sobotka, 2016). Assim como referem Frejka e Sardon (2006, p. 175), “o adiamento dos primeiros nascimentos é um processo contínuo e persistente na Europa”, resultando num tempo mais estreito para os nascimentos de segunda ordem ou superior. Como tal, nem todos os casais conseguem recuperar os nascimentos uma vez adiados, aumentando a probabilidade permanecerem com apenas um filho.

Porém, as descendências de filho único não são apenas um reflexo do adiamento dos projetos de fecundidade dos indivíduos. Efetivamente, as motivações individuais, influenciadas, por exemplo, por valores individuais, por contextos sociais e familiares ou pela conjuntura económica dos países, são condicionantes da fecundidade.

Em primeiro lugar, as motivações para a parentalidade diferem pela ordem de paridade (Namboodiri, 1972; Udry, 1983; Ajzen e Klobas, 2013), sendo que aqueles que ainda não têm filhos são motivados pelo desejo de entrar ou não na parentalidade e aqueles que já têm filhos são motivados pela experiência da parentalidade e pela ponderação entre benefícios e custos de ter mais um filho (Cunha, 2005b; Adsera, 2006 e 2011; Guerreiro e Abrantes, 2007; Bandeira,

2012; Mendes et al. 2016). Neste sentido, os determinantes dos desejos e intenções de ter apenas um filho variam entre aqueles que já transitaram para a parentalidade ou não.

No que respeita à decisão de ter um único filho em Portugal e nos restantes países da Europa do sul, Freitas et al. (2017) caracterizaram os indivíduos que, depois dos 35 anos, tencionavam ter apenas um filho como descendência final. Este estudo permitiu concluir que a transição para o segundo filho é condicionada, não apenas pelo aumento da idade dos indivíduos, mas também por níveis de escolaridade mais baixos², pela inexistência de um companheiro, bem como pelas percepções e expectativas negativas que os indivíduos têm em relação à sua vida e ao estado do país. O mesmo se verifica um pouco por toda a Europa, sendo que a estabilidade no mercado de trabalho e a conjuntura económica dos países são apontados como fatores determinantes das intenções reprodutivas dos Europeus (Morgan, 1991; Kohler et al., 2006; Testa, 2012b; Testa e Basten, 2014; Sobotka, 2008; Sobotka, 2016). Mendes et al. (2016) acrescentam que ter menos irmãos e deixar de residir com o agregado parental de origem em idades mais tardias também constituem aspetos importantes para a intenção de não transitar para o segundo filho.

A situação conjugal permanece como um fator essencial nas intenções reprodutivas dos Portugueses. Apesar de se verificar um aumento do número de indivíduos a viver em coabitação e um aumento do número de nascimentos ocorridos fora do casamento, são diversos os estudos que salientam a importância de ter um companheiro (Almeida et al, 1998; Bongaarts, 1998; Schoen et al., 1999; Guerreiro e Abrantes, 2007; Heiland et al., 2008; Spéder e Kapitány, 2009; Mills et al., 2011; Aassve et al., 2012; Buber et al., 2012; Cunha, 2012b; Maciel, 2015). De facto, os Portugueses que não vivem em nenhum tipo de relacionamento conjugal são mais propensos a ter um único filho e a permanecer apenas com esse filho (Maciel, 2015; Mendes et al., 2016; Freitas et

² Os indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos, que atingiram estas idades (35 anos ou mais) com apenas 1 filho, são mais susceptíveis de não tencionar ter um segundo filho, visto que têm menos recursos para fazer face a possíveis incertezas económicas (Cunha, 2002; Adsera, 2005; Kohler et al., 2006; Sobotka, 2008; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016; Freitas et al., 2017). Pelo contrário, é nas idades mais tardias que os indivíduos com maiores níveis de escolaridade – e agora mais estabilizados no mercado de trabalho – tendem a recuperar o adiamento inicial. Logo, são mais prováveis de planear a chegada de um segundo filho (ou mais) (Kohler et al., 2006; Fagan et al., 2011; Basten et al., 2013; Maciel, 2015).

al., 2017). Apesar da situação conjugal ter um papel fundamental na sociedade Portuguesa, o estado civil também assume algum peso no que concerne ao desejo de ter mais filhos, sendo que ser divorciado diminui o desejo de ter mais filhos (Mendes et al., 2016).

O rendimento familiar ou a quantidade de horas dedicadas ao trabalho também têm influência nas intenções de fecundidade dos indivíduos (Spéder e Kapitány, 2009; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016). Segundo Mendes et al. (2016), os Portugueses que têm rendimentos *per capita* intermédios são mais susceptíveis de permanecer com apenas um filho até ao final da vida reprodutiva.

Maciel (2015) acrescenta que os jovens desempregados ou que trabalham a tempo parcial (menos de 36 horas semanais), apresentam uma maior probabilidade de não transitar para o segundo filho. Embora Testa e Stephany (2017) sugeriram que as mulheres com maior nível de escolaridade podem ser incentivadas a ter mais filhos perante uma maior disponibilidade de trabalho a tempo parcial (pois permite-lhes ter, tanto uma carreira, como uma família com mais filhos), em Portugal, o trabalho a tempo parcial tem um efeito oposto. De facto, o trabalho a tempo parcial em Portugal ainda está associado a salários mais baixos e a uma maior instabilidade financeira (OECD, 2004; Mendes et al., 2006; Charles, 2011). Segundo Mendes et al. (2006, p. 20), o trabalho a tempo parcial não é tão comum e “os baixos salários poderão igualmente explicar a relação direta entre a participação no mercado de trabalho, a tempo inteiro, e a fecundidade”. Contrariamente, em países como o Reino Unido e a Dinamarca, nos quais o ISF é mais elevado, verifica-se uma maior taxa de emprego a tempo parcial como resultado de medidas implementadas pelo estado com o objetivo de proporcionar um maior apoio no cuidado às crianças e, consequentemente, aumentar os níveis de fecundidade nestes países (OECD, 2003 e 2007).

No mais recente relatório da fecundidade em Portugal (Mendes et al., 2016), uma atitude emergiu como um determinante crucial do comportamento reprodutivo dos Portugueses: o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos, medido pela questão *É preferível ter apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades do que ter mais filhos?* Os autores concluíram que um indivíduo que concorda que é preferível ter apenas um filho e dar-lhe mais oportunidades

e menos restrições é mais provável de: (1) não ter entrado na parentalidade; (2) não ter tido a segunda criança ou posterior; (3) esperar ter apenas um filho; e (4) estar mais perto da sua fecundidade esperada (soma da fecundidade realizada e da fecundidade intencional), sobretudo porque estes indivíduos esperam ter menos filhos, aumentando assim as hipóteses de atingir a fecundidade esperada. Já discordar com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos potencia: (1) uma fecundidade final esperada superior; (2) uma média do número de filhos superior; e (3) um risco superior de ter o primeiro, o segundo ou o terceiro filho mais cedo. Estes resultados são claros, sendo que concordar que é preferível ter apenas um filho e proporcionar-lhe mais oportunidades e menos restrições está significativamente associado a baixos níveis de fecundidade.

Deste modo, a preocupação com a percepção de possíveis oportunidades futuras dos filhos assume um papel determinante dos projetos de fecundidade dos Portugueses (Guerreiro e Abrantes, 2007; Bandeira, 2012; Maciel, 2015; Mendes et al. 2016), sendo que as motivações para a parentalidade também são influenciadas pelo bem-estar dos filhos (Cunha, 2005a e 2005b; Adsera, 2006 e 2011; Cunha, 2013; Bandeira, 2012). Assim como aponta Cunha (2013, p. 33), “a descendência de filho único traduz um cenário de contenção”, garantindo, por outro lado, melhores condições num filho apenas. Deste modo, em situações de maior constrangimento, os Portugueses tendem a limitar o número de filhos de forma a lhes proporcionar mais oportunidades, mesmo quando até têm desejos mais alargados ou quando consideram que o ideal para uma família é ter mais filhos (Morgan, 2003; Cunha, 2007 e 2012b, Sobotka, 2008; Testa, 2012a).

De facto, a maioria dos Portugueses considera que o número ideal de filhos de uma família é igual a dois e reporta o desejo de ter dois filhos (Cunha, 2002; Testa, 2006; Cunha, 2010; Testa, 2012a; Sobotka e Beaujouan, 2014). No entanto, a realidade é que nem todos conseguem atingir as suas aspirações, resultando em fecundidades mais próximas de um filho por mulher ou até numa infecundidade involuntária. Deste modo, “entre o ideal e a prática há, então, um desfasamento” (Cunha, 2002, p. 213). Segundo Cunha (2002 e 2013), as razões para este desfasamento estão associadas a uma diversidade de pré-requisitos necessários para garantir uma maior qualidade à criança. Tais requisitos contemplam uma maior estabilidade económica e conjugal, disponibilidade

pessoal, saúde e equilíbrio afetivo. Como consequência destas atuais exigências, as descendências de filho único são cada vez mais comuns e estão mais associadas a mulheres que, apesar de integrarem o mercado de trabalho, possuem qualificações intermédias, pois são estas mulheres que apresentam uma maior dificuldade em se estabilizar economicamente (Cunha, 2013; Maciel, 2015).

Embora os ideais permaneçam nos dois filhos por família, nos últimos anos, em Portugal, assiste-se a um gradual aumento do número de mulheres a expressar ideais de um único filho (Sobotka e Beaujouan, 2014; Maciel, 2015). Face a este aumento, no futuro, as descendências de filho único podem ganhar ainda mais importância no país. Deste modo, importa perceber se há ou não uma mudança de atitudes e valores entre as gerações mais jovens e as gerações que estão a ter filhos hoje. Igualmente, importa avaliar as motivações dos Portugueses que pretendem terminar a vida reprodutiva com apenas um filho, em função da idade, permitindo uma intervenção sustentada em termos de políticas públicas, no sentido de elevar os níveis de fecundidade no país.

Neste sentido, tendo em conta que desejos e intenções são determinantes próximos do comportamento (Miller, 1994; Testa et al., 2014; Freitas e Testa, 2017) e considerando os fatores que têm vindo a influenciar as decisões de fecundidade dos indivíduos, em particular os fatores associados a níveis de fecundidade mais baixos, pretendemos perceber o que determina as escolhas dos Portugueses no que respeita tanto ao número de filhos que esperam ter no futuro, como ao desejo e intenção por descendências de filho único. Com este propósito, e considerando a revisão bibliográfica efetuada, passamos agora a discutir a metodologia utilizada com o objetivo de atingir os nossos objetivos.

III. Dados e metodologia

A escolha dos dados e metodologia a utilizar prendeu-se, por um lado com os objetivos propostos, por outro com a revisão da literatura.

Primeiramente, considerando o tema da fecundidade, consideramos ser de extrema importância analisar e comparar os indicadores demográficos em Portugal com o dos restantes países Europeus. Para tal, recorreremos aos macrodados do Eurostat (*European Statistics*), disponíveis entre 1960 e 2016, com o propósito de analisar os indicadores demográficos que melhor poderiam descrever o *quantum* e *tempo* da fecundidade, bem como os indicadores relacionados com a formação familiar. Assim sendo, no Capítulo IV.1, analisamos a evolução do índice sintético de fecundidade entre 1960 e 2016 em Portugal e nos restantes países Europeus, pois esta é uma medida que nos permite avaliar o número médio de filhos por mulher em idade fértil (15-49 anos completos) admitindo que as taxas de fecundidade por idade se mantiveram constantes em cada ano. Avaliamos, também, a evolução da idade média da mãe ao nascimento dos filhos e do primeiro filho, visto que estas medidas poderiam nos permitir prever um adiamento do nascimento dos filhos ou da entrada na parentalidade, cujo impacto se reflete no número de filhos que os indivíduos têm ao final da vida reprodutiva. Analisamos ainda dois importantes indicadores do comportamento reprodutivo e da formação familiar: a evolução da proporção de nascimentos ocorridos fora do casamento e a idade média dos homens e das mulheres ao primeiro casamento.

No Subcapítulo IV.2, recorreremos à mesma base de dados para caracterizar os países da União Europeia no que respeita às atuais despesas públicas destinadas ao sistema de proteção social e ao sistema de educação. Analisamos, ainda, a evolução das taxas de educação e da participação feminina no mercado de trabalho ao longo das últimas décadas em Portugal, comparando-as com as taxas dos restantes países da Europa, e avaliamos as atuais diferenças salariais entre homens e mulheres. A escolha dessas variáveis prende-se com o facto de diversos autores apontarem para os contextos institucionais e socioeconómicos como condicionantes da fecundidade (Torres, 2001; Guerreiro e Abrantes, 2007; Aboim, 2010; Cachapa et al., 2012; Balbo et al., 2013; Aisenbrey e Fasang, 2017;

Sobotka et al., 2017; Wall et al., 2016). Importa referir que com esta análise pretendemos perceber em que medida os indicadores demográficos de fecundidade dos diferentes países diferem conforme os distintos contextos institucionais e socioeconómicos dos países da Europa.

Para analisar as mudanças comportamentais ocorridas em Portugal nos últimos anos, no Capítulo V, recorreremos aos micro-dados dos nascimentos em Portugal entre 2010 e 2016, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A escolha do período mencionado prende-se com o facto de estarmos perante os anos posteriores à crise económica com início em 2008, bem como de nos permitir uma subsequente comparação com os dados de 2013 do Inquérito à Fecundidade em Portugal. Neste capítulo, caracterizamos os nascimentos ocorridos em Portugal nos últimos anos, consoante a idade da mãe, a ordem do nascimento, a filiação, o nível de escolaridade e a condição perante o trabalho dos pais, e, finalmente, o espaçamento entre nascimentos, permitindo-nos, assim, melhor compreender os contextos parentais ao nascimento dos filhos. Ao longo deste capítulo, para analisar o efeito das gerações (quer da mãe, como do pai) e para detectar possíveis alterações comportamentais, consideramos dois grupos de indivíduos: 1) os mais jovens, com idades até aos 29 anos; 2) os menos jovens, com idades iguais ou superiores a 30 anos. Repare-se que a escolha da divisão destes dois grupos etários, prende-se com o facto de, atualmente, em Portugal, verificar-se uma concentração dos nascimentos em torno dos 30 anos.

No Capítulo VI recorreremos à base de dados do Inquérito à Fecundidade em Portugal 2013 (IFEC), na análise específica da situação Portuguesa. Sendo intenções de fecundidade determinantes próximos do comportamento reprodutivo (Ajzen, 1991; Miller, 1986), considerando a temática da baixa fecundidade e tendo como objetivo perceber qual o futuro da fecundidade em Portugal, modelamos o número de filhos que os indivíduos esperam ter até ao final da vida reprodutiva (fecundidade final esperada: número de filhos que se tem, acrescido do número de filhos que ainda se tenciona ter). Com esta análise, pretendemos identificar os fatores que fazem diminuir a fecundidade que os indivíduos tencionam ter, findado o seu período reprodutivo. Sendo a variável de

interesse uma variável de contagens, neste capítulo recorreremos a modelos de regressão Hurdle.

Considerando que motivações, desejos e intenções de fecundidade são excelentes preditores do comportamento reprodutivo e focando a nossa atenção na temática do filho único, no Capítulo VII, no qual também recorreremos aos dados IFEC (2013), procuramos perceber se as motivações direcionadas para a descendência de filho único são mais acentuadas entre os mais jovens ou os menos jovens. Neste sentido, no Subcapítulo VII.1, identificamos os fatores que influenciam a tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições. Posteriormente, nos Subcapítulos VII.2 e VII.3, procuramos identificar diferenças comportamentais entre os mais jovens e menos jovens analisando o desejo e a intenção de ter apenas um filho. Considerando as características das variáveis resposta mencionadas recorreremos a modelos de regressão logística.

Por fim, tendo em conta que o tempo até ao nascimento do primeiro filho tem um grande impacto nos nascimentos de ordem superior, podendo até comprometer a chegada de um segundo filho, no Capítulo VII.4, estudamos o tempo até ao nascimento do primeiro filho. Dado que nem todos os indivíduos tinha tido o primeiro filho à data da recolha de dados do IFEC (2013), recorreremos à análise de sobrevivência para avaliar se os mais jovens estão ou não em maior risco de adiar a entrada na parentalidade.

Com o objetivo de detetar possíveis alterações comportamentais entre gerações, nos Capítulos VI e VII, estratificamos as referidas análises pela idade dos indivíduos: 18-29 anos vs. 30-49 anos, pois também neste caso consideramos padrão de nascimentos em Portugal em torno dos 30 anos. Repare-se que a amostra do IFEC inclui mulheres com idades entre 18 e 49 anos e homens com idades entre 18 e 54 anos. No entanto, optamos por truncar a amostra nos 49 anos de forma a equilibrar a comparação entre homens e mulheres.

Ainda relativamente à amostra do IFEC (2013), esta é constituída por 7624 indivíduos e foi selecionada utilizando um esquema de amostragem multietápico e estratificado por NUTS II. Neste processo, foi realizada uma recolha de informação nas unidades primárias de amostragem (a partir da amostragem estratificada pelo grau de urbanização) e, posteriormente, dentro

de cada unidade primária, foram selecionadas as unidades secundárias (alojamentos), nas quais se selecionaram apenas um indivíduo. As entrevistas foram presenciais e realizadas diretamente no domicílio do inquirido.

Este tipo de amostragem complexa permitiu obter uma amostra representativa de Portugal, pois para cada indivíduo foi fornecido o peso final (w) que pode ser interpretado como o número de indivíduos no país que são representados pelo indivíduo observado. A utilização destes pesos permite corrigir eventuais amostragens desproporcionais e o seu cálculo tem por base a comparação entre o sexo, a idade, a região e a dimensão da localidade de residência da amostra com o universo da população. Como estamos perante um esquema de amostragem complexo, foi necessário incluir os pesos fornecidos pelo IFEC de forma a poder obter estimativas das variâncias mais precisas e não enviesadas. Assim, tanto para comparar médias ou proporções, como para ajustar os modelos de regressão Hurdle, de regressão logística ou de sobrevivência, consideramos os respetivos pesos individuais.

Todas as análises estatísticas foram realizadas com recurso ao *software* estatístico R Project (R Core Team, 2013) e aos pacotes *dplyr*, *epicalc*, *EPI*, *epiR*, *fBasics*, *gam*, *ggplot*, *gridExtra*, *lmtest*, *memisc*, *mfp*, *pscl*, *RGraphics*, *rms*, *scales*, *survey*, *survival*.

Ao longo das análises dos Capítulos VI e VII, nas quais recorreremos aos dados do IFEC (2013), consideramos algumas variáveis apontadas na literatura como estando associadas à baixa fecundidade. A distribuição das variáveis resposta dos diferentes modelos estatísticos, assim como a distribuição das variáveis explicativas utilizadas na fase de modelação (por vezes com algumas das categorias agrupadas devido ao reduzido número de observações), estão descritas na Tabela 3.1. Repare-se que os valores apresentados (em percentagem) foram obtidos a partir da amostra, mas tendo em consideração os pesos fornecidos para cada indivíduo.

Por fim, importa também mencionar que ao longo da tese, por uma questão de generalização e considerando que a maioria dos residentes em Portugal são de nacionalidade Portuguesa, referimo-nos a *Portugueses* como todos os indivíduos residentes em Portugal.

Tabela 3.1 Distribuição das variáveis resposta e das variáveis explicativas consideradas no ajustamento dos diferentes modelos de regressão, pela idade dos indivíduos, em percentagem

	18-29 anos	30-49 anos
Total (amostra)	1738	5508
Variáveis resposta		
Fecundidade final esperada (fecundidade realizada + fecundidade intencional)		
0	7,5	7,9
1	18,0	28,5
2	57,5	48,7
3	12,0	10,7
4	1,9	2,1
5	1,0	0,5
6 ou mais	0,3	0,8
Não sabe se tenciona ter (mais) filhos	1,8	0,8
Fecundidade desejada ao longo da vida		
0	1,1	0,9
1	10,4	9,7
2	55,4	49,1
3	19,1	22,4
4	4,8	6,6
5	2,1	2,6
6 ou mais	0,7	1,9
Não sabe/Não responde	6,4	6,9
Compensação – “é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos?”		
Discorda	30,6	47,0
Concorda	68,6	52,5
Não sabe/Não tem opinião	0,8	0,5
Idade ao nascimento do primeiro filho (no universo de quem tem filhos)		
(média, desvio padrão)	22,5 (3,7)	27,6 (5,1)
Covariáveis		
Fecundidade realizada / paridade		
0	80,9	21,9
1	14,5	35,4
2	3,7	34,5
3	0,8	6,3
4	0,1	1,3
5	0	0,3
6 ou mais	0	0,4
Idade (média, desvio padrão)	23,7 (3,5)	39,6 (5,5)
Idade ao nascimento do primeiro filho (categorizada) ¹		
Menos de 20 anos	4,6	4,4
20-24 anos	8,5	17,9
25-29 anos	6,0	28,1
30-34 anos	-	20,8
35 ou mais anos	-	6,9
Não tem filhos	80,9	21,9

Tabela 3.1 continuação

	18-29 anos	30-49 anos
Sexo		
Homens	50,1	48,5
Mulheres	49,9	51,5
Naturalidade		
Portuguesa	92,9	87,1
Outra	7,1	12,9
Dimensão da área de residência		
Área densamente povoada (ADP)	45,4	43,2
Área medianamente povoada (AMP)	33,7	35
Área pouco povoada (APP)	20,8	21,8
Situação conjugal		
Solteiro	80,9	23,4
Vive com cônjuge	12,0	65,7
Vive com companheiro	7,1	10,9
Idade à primeira coabitação ¹		
Menos de 20 anos	9,3	10,8
20-24 anos	16,8	34,3
25-29 anos	6,3	31,2
30 ou mais	-	13,5
Nunca coabitou	67,7	10,2
Situação perante o trabalho		
Empregado	48,9	77,2
Desempregado	20,8	17,4
Estudante	28,9	0,4
Doméstico(a)	0,5	3,3
Outra ²	0,8	1,7
Idade ao primeiro emprego pago ¹		
Menos de 18 anos	23,9	42,3
18-23 anos	43,8	43,9
24-29 anos	5,2	11,3
30 ou mais	-	1,1
Nunca trabalhou	27,1	1,3
Nível de escolaridade		
Até básico	37,9	49,9
Secundário	44,3	24,6
Superior	17,9	25,5
Nível de escolaridade do pai		
Até básico	73,9	85,6
Secundário	12,1	6,1
Superior	10,0	5,9
Não sabe/Não responde	4,0	2,5
Nível de escolaridade da mãe		
Até básico	74,2	87,0
Secundário	14,1	5,6
Superior	10,7	6,1
Não sabe/Não responde	0,9	1,2

Tabela 3.1 continuação

	18-29 anos	30-49 anos
Agregado parental de origem		
Com ambos os pais	82,5	88,3
Sem um dos pais	14,0	8,4
Sem a mãe e sem o pai	3,5	3,3
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem ¹		
Menos de 18 anos	7,0	7,2
18-29	27,3	70,5
30-39	-	10,0
40 ou mais	-	0,3
Não deixou de residir	63,8	9,2
Não sabe/Não responde	1,9	2,8
Divórcio parental		
Não	74,2	85,8
Sim	21,2	9,9
Pais nunca viveram juntos	1,1	1,0
Respondente nunca viveu com pais	3,5	3,3
Número de irmãos		
0	14,5	9,6
1	46,1	36,4
2	19,6	18,9
3+	19,8	35,2
Existência de enteados		
Não	98,8	96,6
Sim	1,2	3,4
Número de filhos considerado ideal para uma família		
Dois	65,3	62,0
Mais de dois	30,2	33,9
Menos de dois	3,8	3,1
Não sabe/Não responde	0,8	1,0
Realização pessoal – “uma mulher e um homem precisam de ter filhos para se sentirem realizados?”		
Alguma concordância	47,2	56,7
Discordância plena	52,8	43,3
Realização profissional – “o desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos?”		
Concorda	83,2	86,6
Discorda	15,9	12,8
Não sabe/Não tem opinião	0,8	0,5
Presença materna – “é prejudicial para a criança, em idade pré-escolar, que a mãe trabalhe fora de casa?”		
Concorda	38,1	40,9
Discorda	61,4	58,8
Não sabe/Não tem opinião	0,5	0,3
Presença paterna – “é prejudicial para a criança, em idade pré-escolar, que o pai trabalhe fora de casa?”		
Concorda	19,0	15,8
Discorda	80,9	83,9
Não sabe/Não tem opinião	0,1	0,3

Tabela 3.1 continuação

	18-29 anos	30-49 anos
Conciliação materna – “qual é a opção ideal para conciliar o trabalho da mãe com a vida familiar [na presença de criança(s) pequena(s)]?”		
Trabalhar a tempo inteiro fora de casa	23,8	17,3
Trabalhar a tempo parcial fora de casa	47,1	43,9
Trabalhar a partir de casa	17,4	15,4
Não trabalhar	11,4	22,9
Não tem opinião	0,4	0,5
Conciliação paterna – “qual é a opção ideal para conciliar o trabalho do pai com a vida familiar [na presença de criança(s) pequena(s)]?”		
Trabalhar a tempo inteiro fora de casa	62,7	65,5
Trabalhar a tempo parcial fora de casa	30,4	26,4
Trabalhar a partir de casa	5,8	6,4
Não trabalhar	0,9	1,3
Não tem opinião	0,2	0,4

¹ A escolha das categorias destas variáveis prende-se com o facto de, no IFEC, as variáveis terem sido disponibilizadas com as respetivas categorias.

² Reformado(a) do trabalho (sendo esta percentagem próxima de zero para o grupo 30-49 e inexistente entre os mais jovens); incapacitado(a) permanente (impossibilidade permanente para o trabalho); outra situação de inatividade; outra reforma/pensão.

Após uma primeira abordagem aos dados utilizados e depois de realizarmos uma pequena introdução às metodologias estatísticas, importa agora descrever os modelos estatísticos nos quais nos baseamos para atingir os objetivos propostos. Dada a sua maior simplicidade, começamos por descrever os modelos de regressão logística, seguindo-se os modelos de regressão Hurdle e as técnicas de análise de sobrevivência.

III.1 Modelos de regressão logística

Segundo Hosmer e Lemeshow (2013), a aplicação dos modelos de regressão logística tem crescido muito nas últimas duas décadas. Desde a sua aplicação inicial nos estudos epidemiológicos, hoje verifica-se uma crescente aceitação em diversas áreas, tais como na biologia, ecologia, criminologia, engenharia, economia e finanças, entre outras. Esta técnica estatística tem uma grande aplicabilidade quando se pretende ajustar um modelo parcimonioso que permita descrever a relação entre uma variável resposta e um conjunto de variáveis explicativas. Porém, o que distingue um modelo de regressão logística é o facto da variável resposta ser uma variável dicotómica, como é o caso das três variáveis resposta em estudo nos Subcapítulos VII.1, VII.2 e VII.3:

- **Compensação:** 0 – indivíduos que discordam da compensação entre quantidade e qualidade dos filhos; 1 – indivíduos que concordam;
- **Fecundidade desejada de apenas um filho:** 0 – indivíduos que desejaram ter mais do que um filho ao longo da vida; 1 – indivíduos que desejaram ter apenas um filho ao longo da vida;
- **Fecundidade final esperada de apenas um filho:** 0 – indivíduos com uma fecundidade final esperada superior a 1; 1 – indivíduos com uma fecundidade final esperada igual a 1.

Nestes casos, Hosmer e Lemeshow (2013) referem que a aplicação dos modelos de regressão logística tornou-se o método de análise *standard*.

Uma das razões da popularidade deste tipo de modelos está relacionada com o facto da função logística

$$f(z) = \frac{1}{1 + e^{-z}}, \quad (1.1)$$

onde $z = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p$, para p covariáveis, na qual o modelo de regressão logística se baseia, ser extremamente flexível do ponto de vista matemático e de fácil interpretação. O modelo de regressão logística pode ser escrito através da expressão

$$\pi(\mathbf{X}) = E(Y | \mathbf{X}) = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p}} = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p)}}, \quad (1.2)$$

onde $\pi(\mathbf{X}) = E(Y | \mathbf{X})$ representa a média da variável resposta Y condicionada aos valores das p variáveis explicativas, tal que $\mathbf{X} = (X_1, X_2, \dots, X_p)$.

Note-se que como a variável resposta é dicotómica, então $\pi(\mathbf{X})$ representa a probabilidade de ocorrer o evento 1, pelo que apenas toma valores entre 0 e 1. Assim, a transformação de $\pi(\mathbf{X})$, através da função *logit*, permite linearizar a expressão (1.2) de tal forma que $g(\mathbf{X})$

$$g(\mathbf{X}) = \ln\left(\frac{\pi(\mathbf{X})}{1 - \pi(\mathbf{X})}\right) = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_p X_p \quad (1.3)$$

é linear nos seus parâmetros, contínua e varia entre $-\infty$ a $+\infty$ (Hosmer e Lemeshow, 2013).

Os coeficientes do modelo de regressão logística são estimados por máxima verosimilhança e os parâmetros estimados maximizam a função $L(\mathbf{B})$,

$$L(\mathbf{B}) = \sum_{i=1}^n \{y_i \ln[\pi(\mathbf{X}_i)] + (1 - y_i) \ln[1 - \pi(\mathbf{X}_i)]\} \quad (1.4)$$

onde:

\mathbf{B} é o vetor $(\beta_0, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_p)$ dos parâmetros a estimar;

n é o número de observações independentes para o par (\mathbf{X}_i, y_i) , tal que $i = 1, 2, \dots, n$;

y_i toma o valor da variável resposta (0 ou 1) e \mathbf{X}_i os valores das variáveis independentes da i -ésima observação;

$\pi(\mathbf{X}_i)$ é a probabilidade de $y_i = 1$ condicional a \mathbf{X}_i ;

$1 - \pi(\mathbf{X}_i)$ é a probabilidade de $y_i = 0$ condicional a \mathbf{X}_i .

Para estimar o valor de \mathbf{B} que maximiza $L(\mathbf{B})$ é necessário encontrar a solução das $p+1$ equações de verosimilhança

$$\sum [y_i - \pi(\mathbf{X}_i)] = 0 \quad (1.5)$$

$$\sum_{i=1}^n x_{ij} [y_i - \pi(\mathbf{X}_i)] = 0, \quad j = 1, 2, \dots, p \quad (1.6)$$

Para testar a significância dos coeficientes do modelo comparam-se os valores observados da variável resposta com os valores preditos obtidos a partir dos modelos com e sem a variável explicativa em causa. Esta comparação é baseada no logaritmo da função de verosimilhança definido na equação (1.4) e o teste da razão de verosimilhanças pode ser obtido através de:

$$D = -2 \ln \left[\frac{\text{verosimilhança com a variável } p}{\text{verosimilhança sem a variável } p} \right] \cap \chi_{v, g.l.}^2 \quad (1.7)$$

Também é possível testar a significância dos coeficientes através do teste de *Wald*, sendo que este se baseia na comparação da estimativa de máxima verosimilhança do parâmetro $\hat{\beta}_j$ ($j = 0, 1, 2, \dots, p$) com a estimativa do desvio padrão, sobre a hipótese nula de que $\hat{\beta}_j = 0$, tal que:

$$W = \frac{\hat{\beta}_j}{\hat{\sigma}_{\hat{\beta}_j}} \cap N(0,1) \quad (1.8)$$

O intervalo de confiança para o estimador do *logit* pode ser obtido através de:

$$\hat{g}(\mathbf{X}) \pm Z_{1-\alpha/2} \text{Vâr}[\hat{g}(\mathbf{X})]^{1/2}, \quad (1.9)$$

onde $Z_{1-\alpha/2}$ é o valor obtido a partir da distribuição normal padronizada, tal que a probabilidade do intervalo estimado conter o parâmetro estimado é igual a $1-\alpha$ (α é o nível de significância escolhido) e

$$\text{Vâr}[\hat{g}(\mathbf{X})] = \sum_{j=0}^p X_j^2 \text{Vâr}(\hat{\beta}_j) + \sum_{k=j+1}^p 2X_j X_k \text{Cov}(\hat{\beta}_j, \hat{\beta}_k).$$

A medição do efeito das variáveis explicativas é efetuada estimando a razão de possibilidades (*Odds Ratio*, OR) de um determinado grupo de indivíduos em relação a outro, tal que:

$$\hat{OR} = \frac{\pi(\mathbf{X}^*) / [1 - \pi(\mathbf{X}^*)]}{\pi(\mathbf{X}) / [1 - \pi(\mathbf{X})]}, \quad (1.10)$$

onde $\mathbf{X} = (X_1, X_2, \dots, X_p)$ e $\mathbf{X}^* = (X_1^*, X_2^*, \dots, X_p^*)$ denotam os vetores das covariáveis de dois grupos de indivíduos com características distintas. $X_i^* = 1$ define os indivíduos expostos a determinadas características das variáveis i e $X_i = 0$ os indivíduos não expostos a essas características.

Por exemplo, se quisermos estimar a razão de possibilidades dos homens em relação à mulheres, então $\mathbf{X} = (X_1, X_2, \dots, X_p) = X_1$ e $\mathbf{X}^* = (X_1^*, X_2^*, \dots, X_p^*) = X_1^*$, onde X_1^* toma o valor 1 para o grupo dos homens e X_1 toma o valor 0 para o grupo da mulheres, tal que:

$$\hat{OR} = \exp[\hat{\beta}_1(X_1^* - X_1)] = \exp[\hat{\beta}_1(1 - 0)] = e^{\hat{\beta}_1} \text{ e}$$

$$IC_{95\%}(\hat{OR}) = \exp\left[\hat{\beta}_1 \pm Z_{1-\alpha/2} \sqrt{\text{Vâr}(\hat{\beta}_1)}\right].$$

No caso de estarmos perante variáveis contínuas, então a razão de possibilidades pode ser obtida através de:

$$\hat{OR} = \exp[\hat{\beta}_1(X_1 + c) - \hat{\beta}_1(X_1)] = \exp[c\hat{\beta}_1] = e^{c\hat{\beta}_1} \text{ e}$$

$$IC_{95\%}(\hat{OR}) = \exp\left[c\hat{\beta}_1 \pm Z_{1-\alpha/2} c \sqrt{\text{Vâr}(\hat{\beta}_1)}\right].$$

De uma forma geral, o intervalo de confiança associado à razão de possibilidades entre dois grupos (0,1) de uma variável X_1 com interações $X_1 \times W_1, \dots, X_1 \times W_k$ é calculado pela seguinte expressão:

$$IC_{95\%}(OR) = \exp \left[\hat{l} \pm Z_{1-\alpha/2} \sqrt{V\hat{ar}\hat{l}} \right], \quad (1.11)$$

onde $\hat{l} = \beta_1 + \delta_1 W_1 + \delta_2 W_2 + \dots + \delta_k W_k$,

β_1 é o coeficiente de X_1 ,

δ_j é o coeficiente de $X_1 \times W_j, j = 1, \dots, k$ e

$$V\hat{ar}(\hat{l}) = V\hat{ar}(\hat{\beta}_1) + \sum_j W_j^2 V\hat{ar}(\hat{\delta}_1) + 2 \sum_j W_j C\hat{ov}(\hat{\beta}_1, \hat{\delta}_j) + 2 \sum_j \sum_k W_j W_k C\hat{ov}(\hat{\delta}_j, \hat{\delta}_k).$$

Para ajustar um modelo multivariado de regressão logística, Hosmer e Lemeshow (2013) sugerem que se efetue os seguintes passos:

1. Para o modelo inicial, selecionar todas as variáveis que se revelam significativas na fase univariada (valores p do teste de Wald inferiores a 0,25);
2. A partir desse modelo eliminar sucessivamente, e por ordem decrescente dos valores p de Wald, todas as variáveis não significativas (valor p > 0,05);
3. Verificar se as variáveis que não foram incluídas no modelo inicial se mostram significativas na presença das restantes; se for esse o caso, então as variáveis devem ser adicionadas ao modelo;
4. Ajustar as categorias das variáveis e verificar, para as variáveis contínuas, o pressuposto da linearidade com a função *logit*, através do método dos quartis e pelo método dos polinômios fracionários;
5. Testar, via teste de razão de verossimilhanças, as interações entre as variáveis que fazem sentido no contexto do estudo (valor p ≤ 0,05);
6. Realizar uma análise aos valores atípicos, através dos resíduos de Pearson e Deviance, e às observações influentes nos parâmetros do modelo, através da distância de Cook e dos DfBetas;
7. Avaliar a bondade do ajustamento através do teste de Hosmer e através do coeficiente de determinação de Nagelkerke (R_N^2). A estatística do teste de Hosmer é obtida agrupando as observações em

decis, de acordo com os valores preditos, e utiliza o teste do qui-quadrado para comparar os valores observados com os valores preditos em cada grupo.

8. Avaliar a capacidade discriminativa do modelo (capacidade de discriminar entre os indivíduos que experienciaram o evento dos que não o fizeram) através do AUC (area under the curve), da sensibilidade (capacidade de detetar o evento corretamente) e da especificidade (capacidade de detetar a não ocorrência do evento corretamente).

III.2 Modelos de regressão Hurdle

No Capítulo VI, com o objetivo de identificar os fatores que fazem diminuir o número de filhos esperados ao final do período reprodutivo, pretendemos modelar a fecundidade final esperada dos indivíduos, sendo esta variável igual à soma do número de filhos que os indivíduos tinham à data do Inquérito à Fecundidade (2013) com o número de filhos que ainda tencionavam ter. Considerando que a variável de interesse é uma variável resposta em forma de contagens – podendo tomar valores entre 0 e 14 filhos (máximo observado na amostra do IFEC) – os modelos Poisson são úteis para descrever a média da variável resposta (Hosmer e Lemeshow, 2013). No entanto, a regressão de Poisson raramente é a mais adequada em contagens com excesso de zeros, nas quais a variância tende a ser mais elevada do que a média, resultando numa sobre-dispersão dos dados. Nestas situações, Zuur et al. (2009) recomendam a comparação da bondade do ajustamento dos modelos Poisson com outro tipo de modelos que têm vindo a ganhar uma grande popularidade nos últimos anos: os modelos quasi-Poisson, Binomial Negativo, Zero-Inflated e Hurdle. Estes modelos, descrevem não apenas a média da variável resposta, mas também resolvem possíveis problemas de sobre-dispersão dos dados, assim como o excesso de zeros que não se adequam a uma distribuição Poisson. Deste modo, para modelar o número de filhos esperados ao final da vida reprodutiva, seguimos a estratégia definida por Zurr et al. (2009).

Numa primeira fase, ajustamos um modelo Poisson para analisar a média da fecundidade final esperada. Posteriormente, verificámos a adequabilidade do ajustamento deste modelo recorrendo a uma análise de resíduos e a uma comparação do critério AIC³ do modelo Poisson com os respetivos critérios dos modelos quasi-Poisson, Binomial Negativo, Zero-Inflated e Hurdle. Esta comparação permitiu concluir que o modelo Hurdle é o modelo de contagens que melhor se ajusta à distribuição da variável resposta em estudo. Deste modo, no Capítulo VI, apenas apresentamos o modelo Hurdle final e os valores AIC, assim como o número de zeros estimados, dos diferentes tipos de modelos de contagem referidos anteriormente.

A ideia principal dos modelos Hurdle – ou modelos Poisson truncados em zero – é que existem dois processos de contagens diferentes. Nestes modelos, recorremos a uma distribuição binomial (1.1) para modelar os zeros e a uma distribuição Poisson para modelar as contagens iguais ou superiores a 1 (Zurr et al., 2009).

A função probabilidade para o modelo Hurdle é definida por

$$P(Y_i = y_i; \mu_i | \boldsymbol{\beta}, \boldsymbol{\gamma}) = \begin{cases} \pi_i, & y_i = 0 \\ (1 - \pi_i) \times \frac{\mu_i^{y_i} \times e^{-\mu_i}}{y_i! (1 - e^{-\mu_i})}, & y_i > 0 \end{cases}, \quad (2.1)$$

onde Y_i é a variável resposta para a observação i condicionada aos p valores das $\mathbf{X} = (X_1, X_2, \dots, X_p)$ variáveis explicativas e parâmetros de regressão $\boldsymbol{\beta} = (\beta_0, \beta_1, \dots, \beta_p)$ no caso em que $y_i = 0$ e $\boldsymbol{\gamma} = (\gamma_0, \gamma_1, \dots, \gamma_p)$ no caso em que $y_i > 0$, tal que

$$\pi_i = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_p X_p}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_p X_p}} \text{ e } \mu_i = e^{\gamma_0 + \gamma_1 X_1 + \dots + \gamma_p X_p}.$$

Repare-se que nos modelos Hurdle podemos considerar diferentes covariáveis para modelar os zeros e os não zeros, por isso é necessário considerar dois parâmetros de regressão $\boldsymbol{\beta}$ e $\boldsymbol{\gamma}$.

³ AIC – Akaike Information Criterion, sendo que o modelo com o valor do critério AIC mais baixo é considerado o modelo que mais se adequa aos dados.

Na equação (2.1) a probabilidade de medir zeros é modelada através de uma distribuição binomial onde π_i é a probabilidade de $y_i = 0$ e $1 - \pi_i$ é a probabilidade de não medir zeros. Por isso, a segunda parte da equação (2.1), onde $y_i > 0$, diz que a probabilidade de medir um *não-zero* é igual à probabilidade de não ser zero ($1 - \pi_i$) multiplicada pela função probabilidade Poisson truncada em zero. Note-se que esta função truncada em zero é a função probabilidade Poisson

$$f(Y_i = y_i; \mu_i | y_i \geq 0) = \frac{\mu_i^{y_i} \times e^{-\mu_i}}{y_i!},$$

da qual se exclui a probabilidade de $y_i = 0$, tal que

$$f(0; \mu_i) = \frac{\mu_i^0 \times e^{-\mu_i}}{0!} = e^{-\mu_i}.$$

Logo, a função probabilidade Poisson truncada em zero é dada por

$$f(Y_i = y_i; \mu_i | y_i > 0) = \frac{\mu_i^{y_i} \times e^{-\mu_i}}{y_i!(1 - e^{-\mu_i})}.$$

Os coeficientes da parte binomial são estimados de acordo com um modelo de regressão logística, assim como a medição do efeito das variáveis explicativas (OR), o teste de significância dos coeficientes do modelo e os respetivos intervalos de confiança, definidos no subcapítulo anterior. Da mesma forma, para modelar os zeros devemos seguir os passos indicados anteriormente, definidos por Hosmer e Lemeshow (2013).

Para modelar os não zeros, Zurr et al. (2009) sugerem que se efetuem os mesmos passos. Porém, a estimação dos coeficientes do modelo Poisson truncado em zero, assim como a medição do efeito das variáveis explicativas requerem outros cálculos.

A média e variância são definidas por

$$E(Y_i = y_i; \pi_i, \mu_i) = \frac{1 - \pi_i}{1 - e^{-\mu_i}} \times \mu_i \quad (2.2)$$

$$Var(Y_i = y_i; \pi_i, \mu_i) = \frac{1 - \pi_i}{1 - e^{-\mu_i}} \times (\mu_i + \mu_i^2) - \left(\frac{1 - \pi_i}{1 - e^{-\mu_i}} \times \mu_i \right)^2 \quad (2.3)$$

e os coeficientes do modelo de regressão são estimados por máxima verosimilhança, tal que os parâmetros estimados maximizam a função L ,

$$L = \prod_i f(Y_i = y_i; \mu_i | y_i > 0) = \prod_i \frac{\mu^{y_i} \times e^{-\mu_i}}{y_i!(1 - e^{-\mu_i})}. \quad (2.4)$$

Para otimizar os cálculos, é necessário usar o logaritmo de verosimilhança para que se possa trabalhar com uma soma em vez do produto da equação (2.4). Deste modo, os coeficientes do modelo podem ser estimados por

$$\log(L) = -\sum_i e^{X_i \times \gamma} + \sum_i y_i X_i \times \gamma - \sum_i \log(1 - e^{X_i \times \gamma}) - \sum_i \log(\Gamma(y_i + 1)).$$

Para testar a significância dos coeficientes do modelo comparam-se os valores observados da variável resposta com os valores preditos obtidos a partir dos modelos com e sem a variável explicativa em causa. Esta comparação é baseada no logaritmo da função de verosimilhança definida anteriormente e o teste da razão de verosimilhanças pode ser obtido através da equação definida em (1.7).

No contexto em análise, a probabilidade de medir os zeros dá-nos a probabilidade de esperar não ter filhos. No entanto, devido à forma como π é definido em (2.1), comparamos os indivíduos que esperam não ter filhos (tomando o valor 0 no modelo de regressão logística) com os indivíduos que esperam ter pelo menos um filho ao final da vida reprodutiva (tomando o valor 1). Deste modo, é possível interpretar diretamente os coeficientes do modelo logístico com efeito positivo ou negativo na probabilidade de esperar ter pelo menos um filho. Contrariamente, é possível interpretar o efeito das variáveis explicativas na probabilidade de esperar não ter filhos se e só se invertermos o sinal dos coeficientes do modelo logístico.

Já a parte de contagens do modelo Hurdle é derivada pela média de uma distribuição de Poisson habitual e o cálculo da exponencial dos valores estimados pelo modelo indicam quanto se altera a média do número de filhos esperado entre aqueles que esperam ter pelo menos um filho (representada por μ) por cada aumento de uma unidade de uma dada covariável. Deste modo, por um lado é possível identificar quais os fatores aumentam a probabilidade de esperar terminar a vida reprodutiva sem filhos, por outro conseguimos

identificar também quais os fatores que aumentam a média do número de filhos esperados ao final da vida reprodutiva.

III.3 Análise de sobrevivência: estimativas de Kaplan Meier e modelos de Cox

No Subcapítulo VII.4, estudamos o tempo até ao nascimento do primeiro filho (i.e. a idade dos indivíduos aquando do nascimento do primeiro filho), com o objetivo de verificar se as gerações mais jovens estão ou não em maior risco de adiar a entrada na parentalidade, ainda mais do que as gerações mais avançadas o fizeram. No entanto, sabendo que até à data de recolha de dados do IFEC (2013), nem todos os indivíduos tinham tido um primeiro filho, as metodologias de análise de sobrevivência são as mais adequadas a este tipo de variável resposta.

Na análise de sobrevivência, normalmente, referimo-nos à variável resposta como o tempo de sobrevivência, ou seja, o tempo ao fim do qual um indivíduo sobreviveu a um evento. O evento pode ser a morte de um paciente, a incidência ou a recuperação de uma doença. Porém, na maioria destes estudos, quando termina o período de *follow-up* nem todos os indivíduos experienciaram o evento e, apesar de termos alguma informação sobre estes indivíduos, não sabemos ao certo qual o seu tempo de sobrevivência. Estas observações são consideradas censuradas e, apesar de fornecerem informações incompletas, não devem ser descartadas, pois a sua exclusão da análise pode introduzir algum enviesamento nas funções de sobrevivência (Kleinbaum, 2012).

As censuras podem ocorrer quando um indivíduo não experienciou o evento até ao final do período de estudo ou quando o indivíduo desiste do estudo. No caso particular do modelo de sobrevivência do Capítulo VII no qual se modela o tempo até ao nascimento do primeiro filho, o evento é o nascimento do primeiro filho e os tempos censurados são relativos àqueles indivíduos que ainda não tiveram o primeiro filho. No caso dos indivíduos que tiveram o primeiro filho (experienciaram o evento), a variável resposta foi definida como a idade ao nascimento do primeiro filho. No caso das observações censuradas, os tempos

censurados correspondem à idade dos indivíduos aquando do período de *follow-up* (recolha dos dados do IFEC em 2013).

Na análise de sobrevivência existem diversas formas de especificar a distribuição do tempo de vida dos indivíduos. A função de sobrevivência $S(t)$ é a probabilidade que um indivíduo tem de sobreviver ao evento até um determinado tempo t , isto é, $S(t)$ dá-nos a probabilidade da variável aleatória T exceder um tempo específico t

$$S(t) \equiv P(T > t). \quad (3.1)$$

Por outro lado, define-se a distribuição do tempo de vida $F(t)$ como a probabilidade do evento ocorrer até ao tempo t

$$F(t) \equiv P(T \leq t), \quad (3.2)$$

tal que $F(t) + S(t) = 1$, em qualquer tempo t .

Definimos a função de risco $h(t)$ como a probabilidade de um determinado indivíduo experienciar o evento no intervalo de tempo instantâneo ($t \leq T < t + \Delta t$), no universo daqueles que sobreviveram até ao tempo t , por unidade de tempo Δt . Assim, a função de risco é definida como uma taxa de risco instantânea da ocorrência do evento no instante t , condicional à sobrevivência até esse instante (Kleinbaum, 2012),

$$h(t) = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \frac{P(t \leq T < t + \Delta t | T \geq t)}{\Delta t}, \text{ tal que: } 0 \leq h(t) < \infty. \quad (3.3)$$

A função de risco pode apresentar várias formas:

1. Pode ser constante ao longo do tempo, tal que $h(t) = \lambda$. Neste caso, consideramos o modelo de sobrevivência exponencial.
2. Pode aumentar ou diminuir ao longo do tempo, sendo que um modelo de *weibull* crescente ou decrescente pode ser adequado a este tipo de funções.
3. Pode ser crescente nos primeiros períodos de tempo e decrescente ao fim de um determinado tempo. Neste caso, um modelo *log-normal* pode ser o mais adequado.

Note-se que a função de risco foca-se na ocorrência do evento, ao contrário da função de sobrevivência que se foca na não ocorrência do evento. Efetivamente, as informações dadas por estas funções baseiam-se em conceitos

opostos e é possível definir uma em função da outra. Se soubermos a forma de $S(t)$, é possível obter a função de risco correspondente e vice-versa. Por exemplo, se $h(t) = \lambda$ então a função de sobrevivência correspondente é dada por $S(t) = e^{-\lambda t}$. De uma forma geral:

$$S(t) = \exp\left[-\int_0^t h(u) du\right] \quad (3.4)$$

$$h(t) = -\left[\frac{dS(t)/dt}{S(t)}\right] \quad (3.5)$$

Por vezes, não é possível assumir uma distribuição conhecida para a função de risco, por isso a maioria dos estudos são efetuados tendo em conta outras técnicas de análise de sobrevivência, nomeadamente as técnicas não paramétricas e semi-paramétricas.

As técnicas não paramétricas não apresentam restrições sobre a distribuição dos tempos de vida das populações, contudo são um pouco limitadas, pois não permitem testar o efeito de diferentes covariáveis ao mesmo tempo. A técnica principal não paramétrica da análise de sobrevivência tem por base o estimador de Kaplan-Meier, dado por

$$\hat{S}_{KM}(t) = \hat{S}(t_{(f)}) = \hat{S}(t_{(f-1)}) \times \hat{P}(T > t_{(f)} | T \geq t_{(f)}) = \prod_{i=1}^f \hat{P}(T > t_{(i)} | T \geq t_{(i)}) \quad (3.6)$$

e que traduz a probabilidade do indivíduo sobreviver ao tempo em que ocorre o evento f , $t_{(f)}$. Este estimador pode ser definido como a probabilidade de sobreviver ao tempo do evento anterior, $\hat{S}(t_{(f-1)})$, multiplicada pela probabilidade de sobreviver ao tempo $t_{(f)}$, sabendo que sobreviveu pelo menos ao tempo $t_{(f)}$ (Kleinbaum, 2012).

O intervalo de confiança a 95% para as estimativas de Kaplan-Meier pode ser obtido através da expressão:

$$\hat{S}_{KM}(t) \pm 1,96 \sqrt{V \hat{\text{ar}}[\hat{S}_{KM}(t)]}, \quad (3.7)$$

$$\text{onde } V \hat{\text{ar}}[\hat{S}_{KM}(t)] = \left(\hat{S}_{KM}(t)\right)^2 \sum_{f:t_{(f)} \leq t} \left[\frac{m_f}{n_f(n_f - m_f)}\right],$$

$t_{(f)}$ = tempo até à ocorrência do evento f ,

m_f = número de eventos que ocorreram no $t_{(f)}$ e

n_f = número de indivíduos em risco no $t_{(f)}$.

Através das estimativas de Kaplan-Meier, é possível construir as curvas que traduzem a probabilidade de sobrevivência em cada um dos tempos $t_{(f)}$. As curvas de Kaplan-Meier são construídas de acordo com a ordem pela qual ocorrem os diferentes eventos e apresentam “degraus” à medida que avançamos de evento para evento. Se, por exemplo, quisermos comparar as probabilidades de sobrevivência entre os homens e as mulheres em cada um dos tempos $t_{(f)}$, as curvas de Kaplan-Meier são uma ferramenta importante.

Para comparar as curvas de Kaplan-Meier de dois ou mais grupos de indivíduos com características diferentes, recorre-se a testes adequados para avaliar se as curvas são estatisticamente equivalentes. Quando as curvas de Kaplan-Meier não se intersectam, um dos testes mais utilizados é o teste log-rank, quando se intersectam o teste de Peto é o mais adequado. A fórmula da estatística do teste de log-rank é obtida pela expressão

$$\chi^2 \approx \sum_i^{n^{\circ} \text{ grupos}} \frac{(O_i - E_i)^2}{E_i} \quad (3.8)$$

e representa uma aproximação do teste clássico do qui-quadrado, para $n-1$ graus de liberdade, onde $O_i - E_i$ é a diferença entre os valores observados e esperados para cada grupo de indivíduos i (Kleinbaum, 2012).

O teste de Peto é mais robusto quando as curvas de Kaplan-Meier se intersectam. A estatística de teste é uma variação da expressão (3.8), à qual se aplica um peso $w(t_{(f)})$ a cada tempo que ocorre o evento f , calculado pela sobrevivência estimada, $\tilde{s}(t_{(f)})$, para o conjunto de todos os grupos de indivíduos (Kleinbaum, 2012).

Uma das técnicas semi-paramétricas mais utilizada é o ajustamento de um modelo semi-paramétrico de riscos proporcionais de Cox. Este modelo tem a particularidade de permitir estudar o tempo até à ocorrência do evento incluindo a informação de mais do que uma variável explicativa, sem ter de especificar qual é a distribuição do tempo de vida da população em estudo. O modelo de regressão de Cox pode ser definido pela expressão

$$h(t, \mathbf{X}) = h_0(t) \exp(x_1 \beta_1 + x_2 \beta_2 + \dots + x_p \beta_p) = h_0(t) \exp(\mathbf{XB}), \quad (3.9)$$

tal que $h_0(t)$ é a função de risco basal, \mathbf{X} é o vetor das p variáveis explicativas e \mathbf{B} o vetor dos coeficientes $\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_p$.

A medição do efeito das variáveis explicativas é efetuada estimando a razão de riscos (HR) de um determinado grupo de indivíduos em relação a outro, tal que:

$$\hat{HR} = \frac{\hat{h}(t | \mathbf{X}^*)}{\hat{h}(t | \mathbf{X})} = \frac{e^{\sum_{i=1}^p \hat{\beta}_i X_i^*}}{e^{\sum_{i=1}^p \hat{\beta}_i X_i}} = \exp \left[\sum_{i=1}^p \beta_i (X_i^* - X_i) \right], \quad (3.10)$$

onde $\mathbf{X} = (X_1, X_2, \dots, X_p)$ e $\mathbf{X}^* = (X_1^*, X_2^*, \dots, X_p^*)$ denotam os vetores das covariáveis de dois grupos de indivíduos distintos. $X_i^* = 1$ define os indivíduos expostos a determinadas características das variáveis i e $X_i = 0$ os indivíduos não expostos a essas características (Kleinbaum, 2012).

Por exemplo, se quisermos estimar a razão de riscos dos homens em relação à mulheres, então $\mathbf{X} = (X_1, X_2, \dots, X_p) = X_1$ e $\mathbf{X}^* = (X_1^*, X_2^*, \dots, X_p^*) = X_1^*$, onde X_1^* toma o valor 1 para o grupo dos homens e X_1 toma o valor 0 para o grupo da mulheres, tal que:

$$\hat{HR} = \exp \left[\hat{\beta}_1 (X_1^* - X_1) \right] = \exp \left[\hat{\beta}_1 (1 - 0) \right] = e^{\hat{\beta}_1} \text{ e}$$

$$IC_{95\%}(\hat{HR}) = \exp \left[\hat{\beta}_1 \pm 1,96 \sqrt{\text{Var}(\hat{\beta}_1)} \right].$$

De uma forma geral, o intervalo de confiança associado à razão de riscos entre dois grupos (0,1) de uma variável X_1 com interações $X_1 \times W_1, \dots, X_1 \times W_k$ é calculado pela seguinte expressão:

$$IC_{95\%}(\hat{HR}) = \exp \left[\hat{l} \pm 1,96 \sqrt{\text{Var} \hat{l}} \right], \quad (3.11)$$

$$\text{onde } \hat{l} = \beta_1 + \delta_1 W_1 + \delta_2 W_2 + \dots + \delta_k W_k,$$

β_1 é o coeficiente de X_1 ,

δ_j é o coeficiente de $X_1 \times W_j, j = 1, \dots, k$ e

$$\widehat{Var}(\hat{l}) = \widehat{Var}(\hat{\beta}_1) + \sum_j W_j^2 \widehat{Var}(\hat{\delta}_1) + 2 \sum_j W_j C\hat{ov}(\hat{\beta}_1, \hat{\delta}_j) + 2 \sum_j \sum_k W_j W_k C\hat{ov}(\hat{\delta}_j, \hat{\delta}_k).$$

Segundo Kleinbaum (2012), tipicamente, a formulação da função de verosimilhança é baseada na distribuição da variável resposta. Porém, no caso do modelo de Cox a função de verosimilhança é baseada na ordem dos eventos observados e não na distribuição conjunta dos eventos. Por isso, neste caso estamos perante uma função de verosimilhança parcial L , dada pelo produto das verosimilhanças obtidas para cada tempo em que ocorreu o evento f

$$L = L_1 \times L_2 \times \dots \times L_k = \prod_{f=1}^k \left(\frac{\exp\{\mathbf{X}_f \mathbf{B}\}}{\sum_{j \in R(t_f)} \exp\{\mathbf{X}_j \mathbf{B}\}} \right)^{\delta_f}, \quad (3.12)$$

onde $R(t_f)$ é o conjunto dos índices das observações sob risco no tempo $t_{(f)}$ e δ_f é a variável indicadora da ocorrência do evento f . As estimativas de máxima verosimilhança parcial do modelo de Cox, $\hat{\beta}_i$, são obtidas maximizando a função L .

A expressão do modelo de Cox (3.9) assume que as p variáveis explicativas têm um efeito multiplicativo na função de risco e, conseqüentemente, a razão entre o risco de ocorrência do evento para dois indivíduos é constante no tempo. Deste modo, para que este modelo possa ser utilizado é necessário verificar o pressuposto de riscos proporcionais. Este pressuposto pode ser verificado com uma abordagem gráfica (resíduos de Schoenfeld) ou através de testes adequados como o teste de Harrel (Kleinbaum, 2012).

Se estivermos perante p variáveis explicativas, ou p preditores, então teremos p resíduos de Schoenfeld definidos para cada indivíduo que experienciou o evento. Uma análise gráfica aos resíduos de Schoenfeld associados a cada covariável permite verificar se o comportamento dos resíduos ao longo do tempo é ou não o desejado. Já o teste de Harrel permite testar se os resíduos de Schoenfeld associados a cada covariável estão correlacionados com o tempo (Kleinbaum, 2012).

Para avaliar a bondade do ajustamento dos modelos de Cox é possível utilizar uma medida análoga ao R^2 de Nagelkerke

$$R_p^2 = 1 - \left\{ \exp \left[\frac{2}{n} (L_0 - L_p) \right] \right\}, \quad (3.13)$$

onde n é a dimensão da amostra, L_p é a verosimilhança parcial para o modelo ajustado com p covariáveis e L_0 a verosimilhança parcial para o modelo sem covariáveis.

Porém, Hosmer e Lemeshow (2008) referem que apesar de se poder recorrer a esta medida, ela pode ser baixa quando estamos perante uma amostra com muitos dados censurados e, conseqüentemente, traduzir uma medida pouco fiável para a qualidade do ajustamento do modelo.

Para ajustar um modelo multivariado de Cox, Hosmer e Lemeshow (2008) sugerem que se efetue os seguintes passos:

1. Para o modelo inicial, selecionar todas as variáveis que se revelam significativas na fase univariada (valores p do teste de Wald⁴ inferiores a 0,20);
2. A partir desse modelo eliminar sucessivamente, e por ordem decrescente dos valores p de Wald, todas as variáveis não significativas (valor $p > 0,05$);
3. Verificar se as variáveis que não foram incluídas no modelo inicial se mostram significativas na presença das restantes, caso em que devem ser adicionadas ao modelo;
4. Ajustar as categorias das variáveis e verificar, para as variáveis contínuas, o pressuposto da linearidade com o logaritmo da função de risco, através do método dos quartis, resíduos Martingala e pelo método dos polinómios fracionários;
5. Testar, via teste de razão de verosimilhanças (TRV⁵), as interações entre as variáveis que fazem sentido no contexto do estudo (valor $p \leq 0,05$);
6. Através de uma análise de resíduos Deviance, Score e DfBetas, realizar uma análise a valores atípicos e observações influentes;

⁴ O teste de Wald testa a hipótese $H_0: \hat{\beta}_i = 0$, para a covariável i , com base no desvio padrão estimado.

⁵ O TRV testa a hipótese $H_0: \hat{\beta}_i = 0$, com base na razão entre as verosimilhanças do modelo com a covariável i e sem a covariável i .

7. Validar o pressuposto dos riscos proporcionais, através do teste de Harrel e via análise de resíduos de Schoenfeld.
8. Avaliar o índice de prognóstico do modelo.

O índice de prognóstico do modelo é o preditor linear do modelo de Cox calculado para cada indivíduo, utilizando as covariáveis observadas e as estimativas dos coeficientes de regressão do modelo ajustado. Uma forma de avaliar este índice é através da comparação das funções de sobrevivência empírica e as funções de sobrevivência de Kaplan Meier para grupos de alto, médio e baixo índice de prognóstico.

De acordo com a sequência metodológica anteriormente proposta, de seguida, analisamos as tendências de fecundidade em Portugal e na Europa ao longo das últimas décadas, através de alguns indicadores demográficos de fecundidade, de forma a melhor compreender os comportamentos reprodutivos dos Portugueses no contexto Europeu.

IV. Tendências de fecundidade em Portugal e na Europa

A tendência de declínio acentuado da fecundidade – marcado pela redução do número de filhos (*quantum*) e pelo adiamento do nascimento dos filhos (*tempo*) – teve início nos anos 60 do século passado nos países Nórdicos e da Europa ocidental, tendo se espalhado nas décadas seguintes aos restantes países da Europa (Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Lesthaeghe, 2010). Esta tendência ocorreu, em grande parte, devido a mudanças comportamentais no quadro da Segunda Transição Demográfica (STD), como, por exemplo, novos modelos de formação e composição da família ou a massiva inserção feminina no sistema formal de ensino e no mercado de trabalho (Van de Kaa, 2002; Frejka, 2008; Sobotka, 2008; Lesthaeghe, 2010; Mills et al., 2011; Basten et al., 2013).

Com o objetivo de analisar as tendências de fecundidade ao longo das décadas, no Subcapítulo IV.1, começamos por analisar alguns dos indicadores demográficos de fecundidade desde 1960 em Portugal, comparando-os com os restantes países da Europa. Especificamente, analisamos as alterações do índice sintético de fecundidade, da idade média da mãe ao nascimento dos filhos e do primeiro filho, do espaçamento entre nascimentos, da proporção de nascimentos fora do casamento e da idade média dos homens e das mulheres ao primeiro casamento.

Sendo os baixos índices de fecundidade também um resultado dos diferentes contextos governamentais e do estado de providência social dos países (Cigno e Rosati, 1992; Mayer, 2004; Blossfeld et al., 2005; McDonald, 2006; Balbo et al., 2013; Aisenbrey e Fasang, 2017; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017), no Subcapítulo IV.2, fazemos uma breve caracterização dos diferentes países da Europa no que respeita às atuais despesas públicas destinadas à proteção social – nomeadamente, ao sistema de pensões e de saúde e ao apoio às famílias e crianças – e ao sistema de educação, bem como às atuais diferenças salariais entre homens e mulheres.

Tendo em consideração a importância de uma das mudanças comportamentais previstas na teoria da Segunda Transição Demográfica (STD) – a massiva inserção feminina no sistema formal de ensino e no mercado de trabalho (Van de Kaa, 2002; Lesthaeghe, 2010) – ainda no Subcapítulo IV.2,

analisamos a participação feminina e masculina no sistema formal de ensino ao longo das últimas décadas e a taxa de emprego feminino de acordo com o nível de escolaridade das mulheres.

Ao comparar a evolução dos indicadores demográficos de fecundidade das diferentes regiões da União Europeia ao longo das últimas décadas, pretendemos perceber de que forma o comportamento dos Portugueses se aproxima ou distancia dos restantes países da Europa, quer em termos do *quantum*, quer do *tempo* da fecundidade. Importa, ainda, compreender se as diferenças observadas no ISF entre Portugal e os restantes países da Europa se devem a alterações comportamentais em relação aos padrões de formação e composição da família, à participação feminina no mercado de trabalho e no sistema de ensino, a diferentes contextos governamentais, à conjuntura económica dos países ou a desigualdades salariais entre homens e mulheres. Deste modo, importa identificar padrões entre níveis de fecundidade e contextos socioeconómicos.

Ao longo deste capítulo, recorreremos aos dados do Eurostat (*European Statistics*), e sempre que possível analisamos estes indicadores no período 1960-2016 e consideramos os 28 Estados-membros da União Europeia, por vezes, agrupados segundo as regiões:

Europa do norte: Dinamarca, Finlândia e Suécia;

Europa central: Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia e República Checa;

Europa ocidental: Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Irlanda, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido;

Europa do sul: Chipre, Espanha, Grécia, Itália, Malta e Portugal;

Europa de leste: Bulgária e Roménia.

Note-se que nem todos os indicadores demográficos estão disponíveis desde 1960, por isso não é possível apresentar todos os indicadores no período 1960-2016. Para além disso, os valores apresentados para cada região, representam a média dos respetivos países. Porém, para alguns anos em análise, devido à falta de informação de um ou outro país, as diferentes médias foram ajustadas ao número de países em causa.

Importa também referir que ao longo deste capítulo, todos os gráficos e tabelas foram elaborados com recurso aos dados do Eurostat.

IV.1 Percursos de fecundidade e de formação da família

Com o objetivo de analisar as tendências de fecundidade ao longo das décadas em Portugal no contexto dos restantes países da Europa, começamos por analisar o índice sintético de fecundidade (ISF), entre 1960 e 2016.

Em primeiro lugar, concluímos que, entre 1960 e 2016, o ISF baixou na generalidade das regiões da Europa (Figura 4.1.1). Os países Nórdicos registaram índices sintéticos de fecundidade abaixo do limiar da substituição das gerações já no final da década de 60, tendo atingido os valores mais baixos da Europa durante quase duas décadas – entre 1968 e 1986. Porém, nos anos seguintes, estes países viram os respetivos ISF aumentar para valores próximos de dois filhos por mulher, ao contrário de Portugal e dos restantes países da Europa do sul que têm vindo a manter um declínio deste índice.

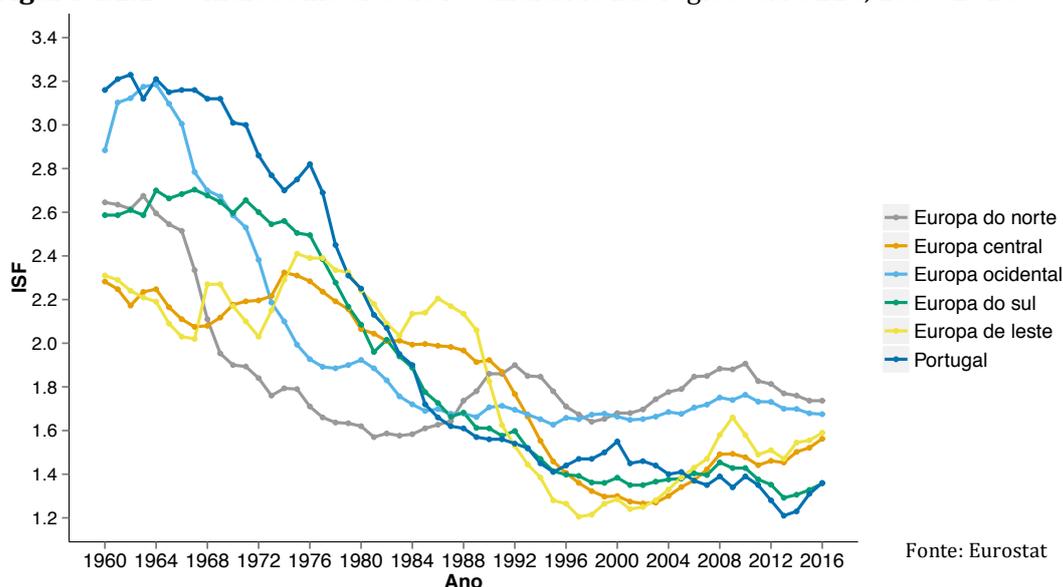
No que concerne ao ISF, de facto Portugal distancia-se dos países da Europa do norte e encontra-se mais próximo do comportamento dos restantes países do Europa do sul desde a década de 80 do século passado. No entanto, entre 1996 e 2005, o número médio de filhos por mulher foi superior entre as mulheres Portuguesas, tendo esta situação se invertido nos anos seguintes, sendo que, após 2006, na generalidade dos países do Sul, as mulheres tiveram mais filhos (em média) do que as mulheres Portuguesas (Figura 4.1.1).

Se, em 1960, as mulheres Portuguesas tinham, em média, mais filhos do que as mulheres das restantes regiões da UE28, nas décadas seguintes assistimos ao maior declínio do ISF observado em toda a Europa. Apesar de, nos anos seguintes à Revolução de abril de 1974, se ter verificado uma ligeira recuperação do ISF em Portugal (2,75 em 1975), a tendência de queda acentuou-se de seguida, sendo que, em 1982, o número médio de filhos por mulher desceu abaixo do limiar da substituição das gerações e, em 1994, ficou, pela primeira vez, abaixo de 1,5 filhos por mulher. Efetivamente, Portugal, continua a registar um dos níveis mais baixos de fecundidade da Europa. Em 2013, o ISF foi igual a

1,21 filhos por mulher – valor mais baixo alguma vez registado em Portugal – apesar de ter aumentado nos anos seguintes (1,36 em 2016) (Figura 4.1.1).

Ao contrário de Portugal e dos restantes países da Europa do sul, na Europa do norte e na Europa ocidental (embora não tão acentuada) houve uma recuperação do ISF a partir de meados dos anos 80 do século XX. O mesmo se verificou após o ano 2000 nas regiões da Europa central e da Europa de leste. Atualmente, são os países da Europa do norte (1,74) e da Europa ocidental (1,68) os que apresentam ISF mais elevados, seguindo-se os países da Europa de leste (1,59), da Europa central (1,56) e, finalmente, da Europa do sul (1,36) (Figura 4.1.1).

Figura 4.1.1 Índice Sintético de Fecundidade nas regiões da UE28, 1960-2016



Fonte: Eurostat

Nota: em alguns anos, ajustamos o cálculo da média do ISF ao número de países para os quais este índice estava disponível; no entanto, as oscilações mais acentuadas do gráfico não se devem à falta de informação do ISF, por isso apresentamos a média ajustada em todos os anos.

A Figura 4.1.2 enfatiza a divisão entre as diferentes regiões no que respeita aos atuais ISF, sendo que, em 2016, todos países do Sul apresentaram os índices mais baixos da Europa (inferiores a 1,4). Em oposição, atualmente, a França (1,92), Suécia (1,85), Irlanda (1,81), Reino Unido (1,79) e Dinamarca (1,79) apresentam os índices mais elevados de toda a UE28.

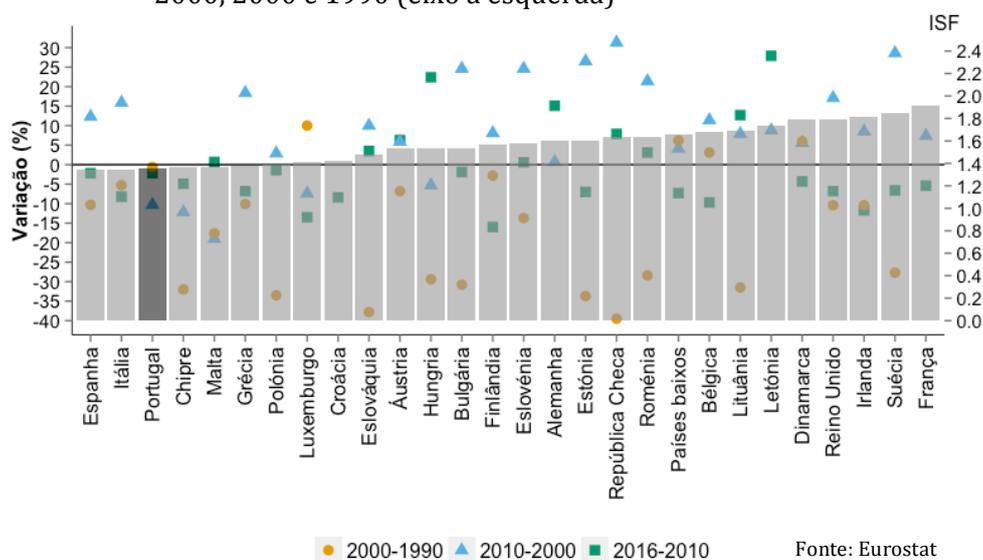
Face ao início da atual década, entre 2010 e 2016, verifica-se que o maior decréscimo do ISF ocorreu na Finlândia (-16%) (Figura 4.1.2), passando de 1,87

em 2010 para 1,57 em 2016 (Tabela 4.1.1). Já o maior aumento deste índice ocorreu na Letónia (28%, 1,36 em 2010 para 1,74 em 2016).

Entre 2010 e 2016, apenas em países como Malta, Eslováquia, Áustria, Hungria, Alemanha, República Checa, Roménia, Lituânia e Letónia (9 em 28) foram registados sinais de recuperação da fecundidade (Figura 4.1.2).

Entre 2000 e 2010, a maioria dos países da UE28 mantiveram ou aumentaram os seus níveis fecundidade (22 países em 28), sendo a exceção verificada em países como Portugal, Chipre, Malta, Luxemburgo e Hungria (Figura 4.1.2). Repare-se também que, entre os mesmos anos, o maior crescimento do ISF ocorreu na República Checa (31,3%, 1,15 em 2000 para 1,51 em 2010) e o maior decréscimo em Malta (-19%, 1,68 em 2000 para 1,36 em 2010) (Tabela 4.1.1).

Figura 4.1.2 Índice Sintético de Fecundidade nos países da UE28 em 2016 (eixo à direita) e taxa de variação (Δ , em %) do ISF entre 2016 e 2010, 2010 e 2000, 2000 e 1990 (eixo à esquerda)



Nota: A taxa de variação (Δ , em %) do ISF é obtida por: $\Delta_{2016,2010} = (ISF_{2016} - ISF_{2010})/ISF_{2010}$; $\Delta_{2010,2000} = (ISF_{2010} - ISF_{2000})/ISF_{2000}$; $\Delta_{2000,1990} = (ISF_{2000} - ISF_{1990})/ISF_{1990}$.

Apesar das constantes oscilações do ISF no decorrer das últimas décadas, as maiores variações deste índice, dão-se, efetivamente, na passagem do milénio. Repare-se que entre 1990 e 2000, na esmagadora maioria dos países da UE28, o ISF decresceu, sendo as únicas exceções observadas no Luxemburgo, Países Baixos, Bélgica e Dinamarca. Em média, o ISF baixou cerca de 21%, sendo o

maior decréscimo observado na República Checa (-40%, 1,90 em 1990 para 1,15 em 2000) (Tabela 4.1.1).

Tabela 4.1.1 Índice Sintético de Fecundidade nos países da UE28 em 1990, 2000, 2010, 2016 e respetivas diferenças medidas pela taxa de variação (em %) do ISF entre a década final (*f*) e a década inicial (*i*), relativamente à década *i*: $\Delta(\%) = (ISF_f - ISF_i) / ISF_i$

	1990		2000		2010		2016	
	ISF	ISF	Δ (%)	ISF	Δ (%)	ISF	Δ (%)	
Alemanha	-	1,38	-	1,39	0,7	1,60	15,1	
Áustria	1,46	1,36	-6,8	1,44	5,9	1,53	6,3	
Bélgica	1,62	1,67	3,1	1,86	11,4	1,68	-9,7	
Bulgária	1,82	1,26	-30,8	1,57	24,6	1,54	-1,9	
Chipre	2,41	1,64	-32,0	1,44	-12,2	1,37	-4,9	
Croácia	-	-	-	1,55	-	1,42	-8,4	
Dinamarca	1,67	1,77	6,0	1,87	5,6	1,79	-4,3	
Eslováquia	2,09	1,30	-37,8	1,43	10,0	1,48	3,5	
Eslovénia	1,46	1,26	-13,7	1,57	24,6	1,58	0,6	
Espanha	1,36	1,22	-10,3	1,37	12,3	1,34	-2,2	
Estónia	2,05	1,36	-33,7	1,72	26,5	1,60	-7,0	
Finlândia	1,78	1,73	-2,8	1,87	8,1	1,57	-16,0	
França	-	1,89	-	2,03	7,4	1,92	-5,4	
Grécia	1,39	1,25	-10,1	1,48	18,4	1,38	-6,8	
Hungria	1,87	1,32	-29,4	1,25	-5,3	1,53	22,4	
Irlanda	2,11	1,89	-10,4	2,05	8,5	1,81	-11,7	
Itália	1,33	1,26	-5,3	1,46	15,9	1,34	-8,2	
Letónia	-	1,25	-	1,36	8,8	1,74	27,9	
Lituânia	2,03	1,39	-31,5	1,50	7,9	1,69	12,7	
Luxemburgo	1,60	1,76	10,0	1,63	-7,4	1,41	-13,5	
Malta	2,04	1,68	-17,6	1,36	-19,0	1,37	0,7	
Países baixos	1,62	1,72	6,2	1,79	4,1	1,66	-7,3	
Polónia	2,06	1,37	-33,5	1,41	2,9	1,39	-1,4	
Portugal	1,56	1,55	-0,6	1,39	-10,3	1,36	-2,2	
Reino Unido	1,83	1,64	-10,4	1,92	17,1	1,79	-6,8	
República Checa	1,90	1,15	-39,5	1,51	31,3	1,63	7,9	
Roménia	1,83	1,31	-28,4	1,59	21,4	1,64	3,1	
Suécia	2,13	1,54	-27,7	1,98	28,6	1,85	-6,6	

Ao analisar o número de nascimentos pela ordem de nascimento, entre 1990 e 2016 em Portugal (Figura 4.1.3a), verifica-se que o número de nascimentos de 1^a ordem tem vindo a diminuir (apesar do aumento verificado entre 1998 e 2000), assim como os nascimentos de 3^a ordem ou superior. Já os nascimentos de 2^a ordem têm se mantido mais estáveis ao longo dos anos,

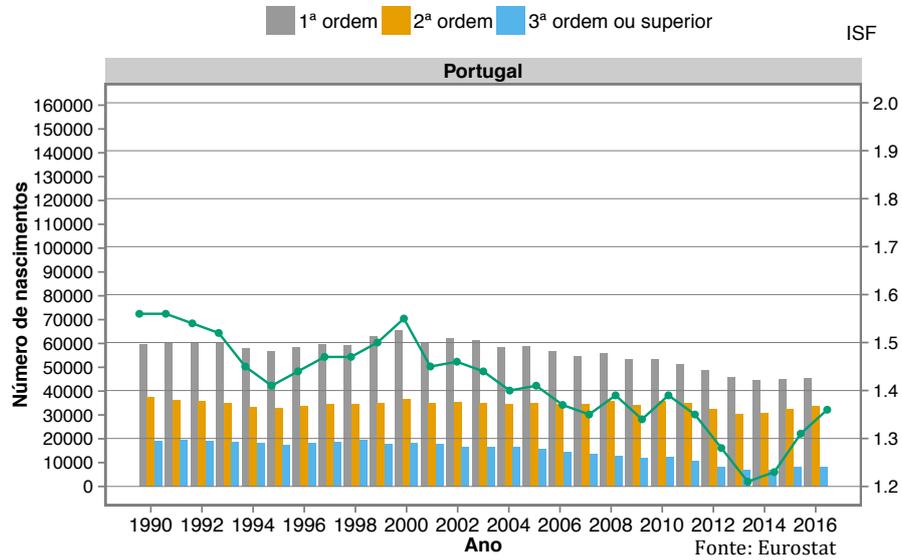
apesar do ligeiro decréscimo verificado a meados da década de 90 do século passado e, mais recentemente, entre 2012 e 2014. Repare-se que é nos anos em que se registou o maior decréscimo do número de nascimentos de 2ª ordem e, especialmente, de 3ª ordem ou superior (2011 e 2013) que se verificou também o maior declínio do ISF. Por outro lado, o aumento do número de nascimentos de 2ª ordem ou superior entre 1995 e 2000 e, mais recentemente, entre 2014 e 2016, fizeram aumentar o ISF em Portugal. Efetivamente, o ISF é mais influenciado pelos nascimentos de ordem superior.

Nas restantes regiões da Europa, verifica-se que, desde 1990, nascem menos crianças na Europa do norte (Figura 4.1.3b) e na Europa central (Figura 4.1.3c), sendo que o maior número de nascimentos ocorre na Europa ocidental (Figura 4.1.3d), seguindo-se a Europa do sul (Figura 4.1.3e) e a Europa de leste (Figura 4.1.3f). Em qualquer uma das regiões da UE28, desde 1990, ocorrem mais nascimentos de 1ª ordem, seguindo-se nascimentos de 2ª ordem e 3ª ou superior (Figuras 4.1.3b a 4.1.3f). No entanto, na Europa do norte (Figura 4.1.3b) a diferença entre os nascimentos de 1ª ordem e os nascimentos de ordens superiores é menos acentuada. Além disso, enquanto nas restantes regiões da Europa houve uma maior oscilação do número de nascimentos nas ordens mais elevadas, na Europa do norte o número de nascimentos de 2ª e 3ª ordem (ou superior) tem se mantido mais estável.

O efeito da paridade no ISF é semelhante em toda a Europa. Repare-se que em todas as regiões da UE28, quando o número de nascimentos de 2ª ordem ou superior diminui – assim como o número de nascimentos de 1ª ordem, mas com menos impacto – verifica-se um declínio do ISF: na Europa do norte entre 1992 e 1998 e entre 2010 e 2016 (Figura 4.1.3b); na Europa central entre 1990 e 2002 (Figura 4.1.3c); na Europa do sul entre 1992 e 1998 e após a crise económica de 2008 (Figura 4.1.3e); e na Europa de leste entre 1990 e 1998 (Figura 4.1.3e). Na Europa ocidental (Figura 4.1.3d), apesar do número de nascimentos de 3ª ordem ou superior ter baixado entre 2000 e 2010, o número de nascimentos de 2ª ordem aumentou, tendo sido suficiente para aumentar o ISF durante estes anos.

Figura 4.1.3 Número de nascimentos por ano e pela ordem de nascimento (eixo à esquerda) e Índice Sintético de Fecundidade por ano (eixo à direita), 1990-2016, em Portugal (a); na Europa do norte (b); na Europa central (c); na Europa ocidental (d); na Europa do sul (e); na Europa de leste (f)

(a)



(b)

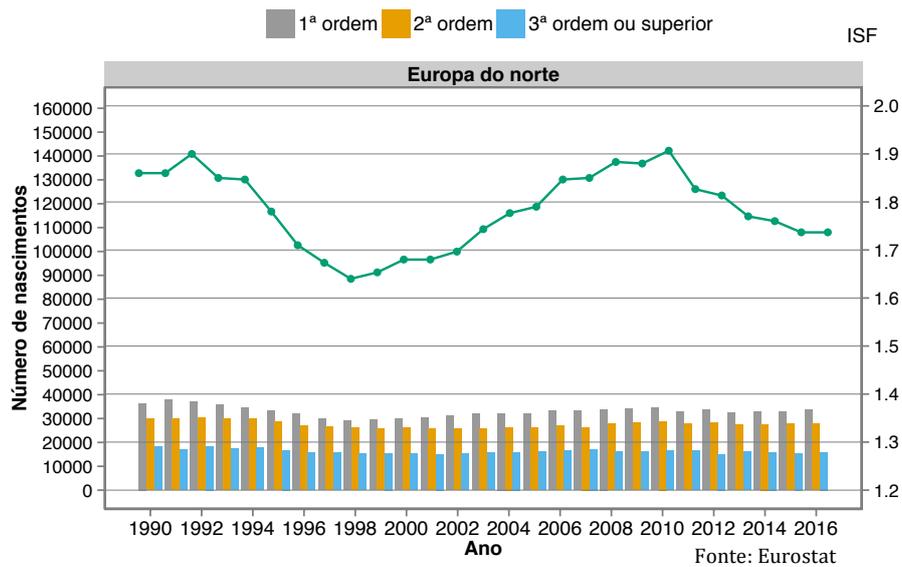
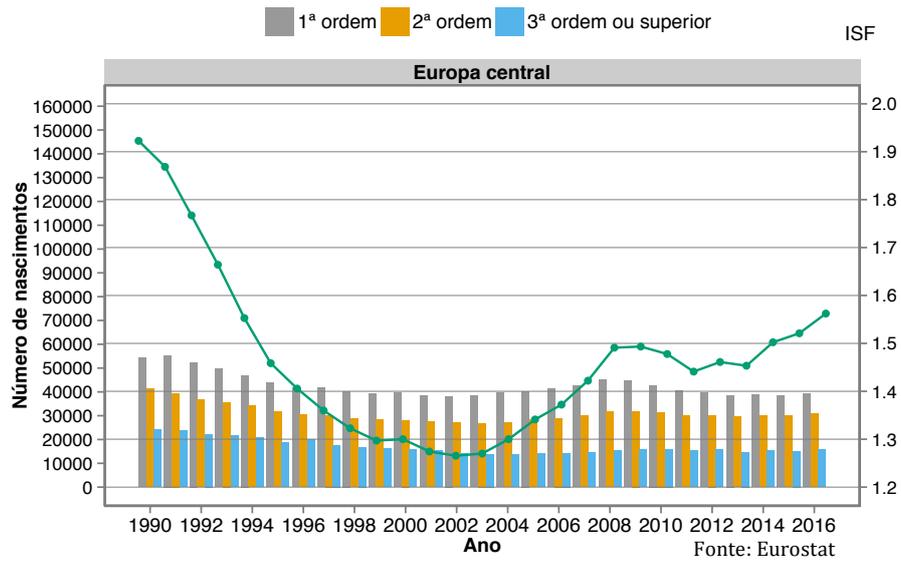
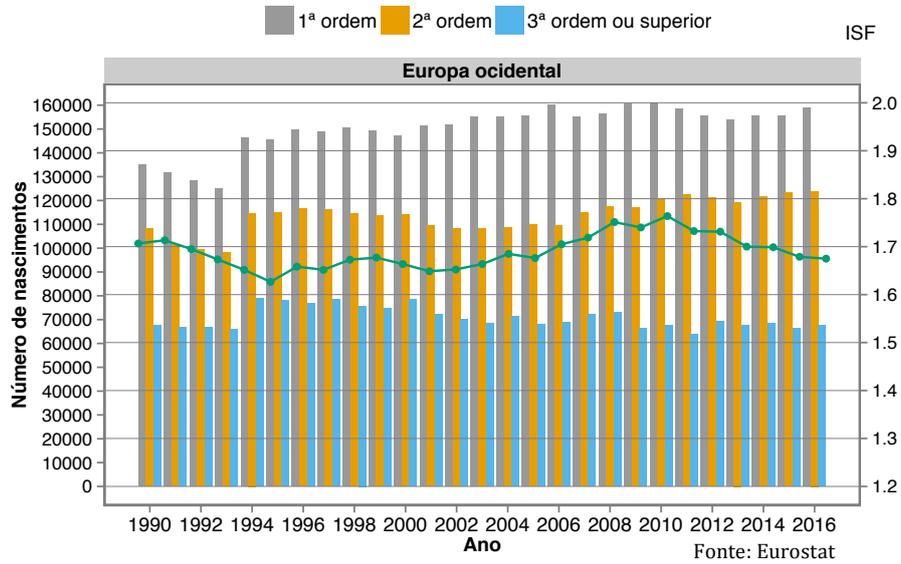


Figura 4.1.3 continuação

(c)



(d)



(e)

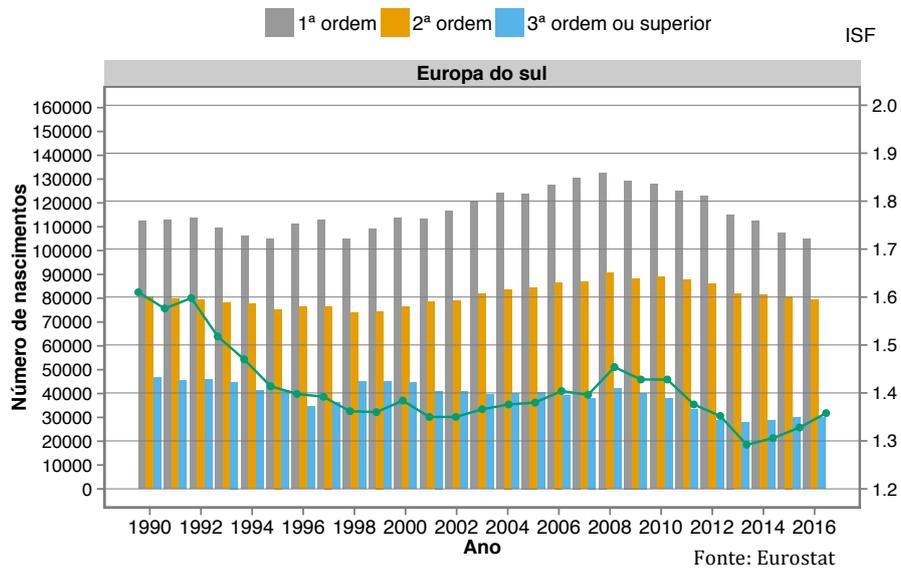
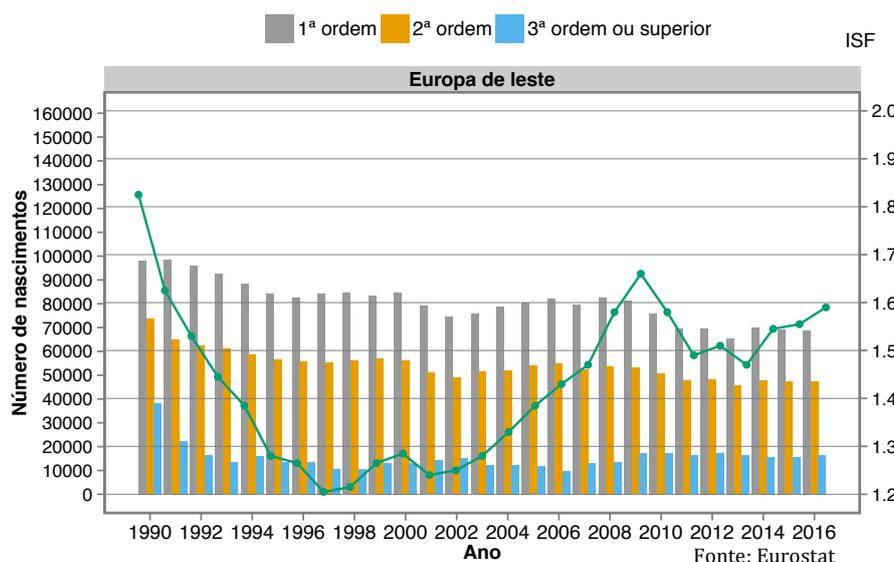


Figura 4.1.3 continuação
(f)



Para além da redução do ISF (*quantum*), a partir da década de 80 do século passado, verifica-se uma tendência do adiamento da fecundidade (*tempo*). Ou seja, um pouco por toda a Europa verifica-se uma tendência generalizada do aumento da idade média das mães ao nascimento dos filhos (IMF) (Figura 4.1.4).

De entre as regiões da UE28, atualmente, a IMF é mais elevada nos países da Europa do sul (31,5 anos), seguindo-se os países da Europa ocidental (31 anos) e do norte (31 anos). Contrariamente, nos países da Europa central e de leste, as mães apresentam idades médias ao nascimento dos filhos mais baixas, 29,7 anos e 27,7 anos, respetivamente (Figura 4.1.4).

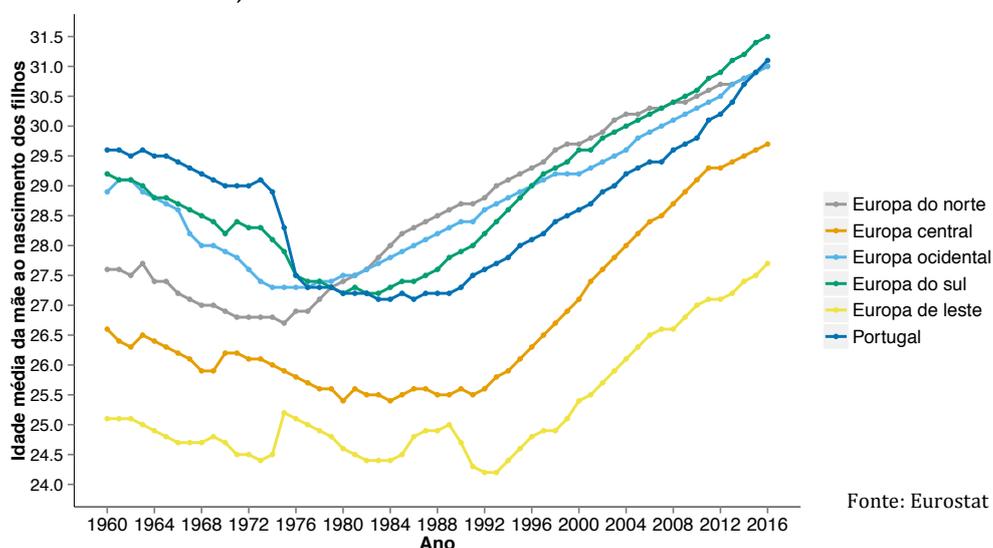
Se nos anos seguintes à Revolução de abril de 1974 as mulheres tiveram filhos mais cedo do que no início dos anos 70 – tendo a IMF baixado de 29 anos em 1970 para 27,2 anos em 1980 – esta tendência de decréscimo estabilizou até ao final da década de 80. Por sua vez, inverteu-se nos anos seguintes e, a partir da década de 90, as mulheres Portuguesas tiveram filhos, em média, cada vez mais tarde. Repare-se que os valores mais elevados da IMF na década de 60 devem-se ao maior número de nascimentos de ordens superiores durante estes anos (sendo o ISF bem mais elevado por esta altura), pois este indicador é medido pela idade que (em média) ocorre um nascimento de qualquer ordem.

Apesar de a partir da década de 80 do século passado terem sido as mulheres Nórdicas a apresentar idades médias à fecundidade mais elevadas, esta

situação inverteu-se após 2008, sendo as mulheres da Europa do sul as que mais acentuaram o adiamento da fecundidade. No entanto, apesar de Portugal ter apresentado um desfasamento em relação aos restantes países do Sul – em média, entre 2008 e 2016, as mulheres Portuguesas tiveram filhos cerca de 1 ano mais cedo do que tiveram as mulheres no conjunto dos países da Europa do sul – em 2016, a IMF em Portugal ultrapassou também a média dos restantes países da Europa do norte (Figura 4.1.4).

Repare-se, também, que à passagem do milénio (entre 1990 e 2000), o maior aumento da IMF ocorreu na Europa do sul (1,7 anos, entre 1990 e 2000), em particular na Grécia (2,4 anos). Já entre 2000 e 2010, o maior aumento da idade média ao nascimento dos filhos deu-se na Europa central (2 anos), sendo ainda mais acentuado na República Checa (2,4 anos). Nos últimos 6 anos, foi na Europa do sul que se voltou a verificar um maior adiamento (0,9 anos, entre 2010 e 2016), tendo sido ainda mais acentuado em Portugal (1,3 anos).

Figura 4.1.4 Idade (anos) média da mãe ao nascimento dos filhos nas regiões da UE28, 1960-2016



Nota: em alguns anos, ajustamos o cálculo da IMF ao número de países para os quais este índice estava disponível, não se tendo registado valores discrepantes.

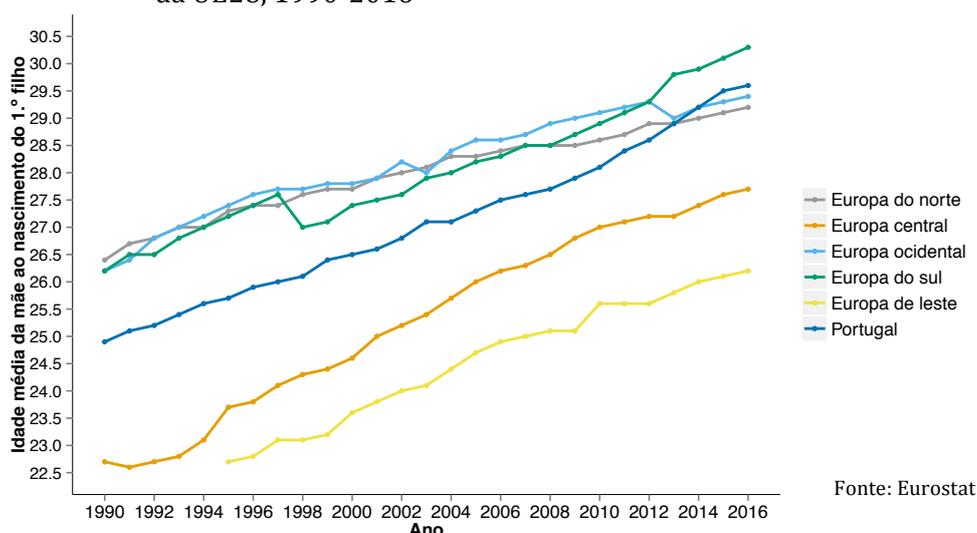
A acompanhar a tendência de aumento da idade média à fecundidade, está o aumento da idade média das mães ao nascimento do primeiro filho (IM1F). Entre 1990 e 2016, esta idade média aumentou na generalidade das regiões da UE28 (Figura 4.1.5). No entanto, desde a década de 90 do século XX, é

nos países da Europa do norte, da Europa ocidental e da Europa do sul – especialmente após a crise económica de 2008 – que as mulheres têm o primeiro filho mais tarde.

Também no que respeita à entrada na maternidade, as mulheres Portuguesas acompanham a tendência verificada nos restantes países da Europa do sul, embora com um ligeiro desfasamento (entre 1990 e 2016, as mulheres Portuguesas tiveram o primeiro filho, em média, 1 ano mais cedo). Porém, Portugal registou um dos maiores aumentos da IM1F entre 1990 e 2016 (4,7 anos), tendo atingido, em 2016, uma idade média superior à verificada nas restantes regiões da UE28 (Figura 4.1.5). Atualmente, tanto em Portugal (29,6 anos) como nos restantes países da Europa do sul (30,3 anos), as mulheres têm o primeiro filho, em média, mais tarde do que as mulheres da Europa ocidental (29,4 anos), do norte (29,2 anos), central (27,7 anos) e de leste (26,2 anos).

As mulheres da Europa central e de leste tendem a entrar mais cedo na maternidade. No entanto, também estes países viram este indicador aumentar de forma acentuada entre 1990 e 2016, sendo que, atualmente, na Europa central, as mulheres têm o primeiro filho, em média, 5 anos mais tarde do que tinham em 1990 (22,7 anos em 1990 e 27,7 anos em 2016) e na Europa de leste 3,5 anos mais tarde (22,7 em 1995 e 26,2 em 2016).

Figura 4.1.5 Idade (anos) média da mãe ao nascimento do primeiro filho nas regiões da UE28, 1990-2016



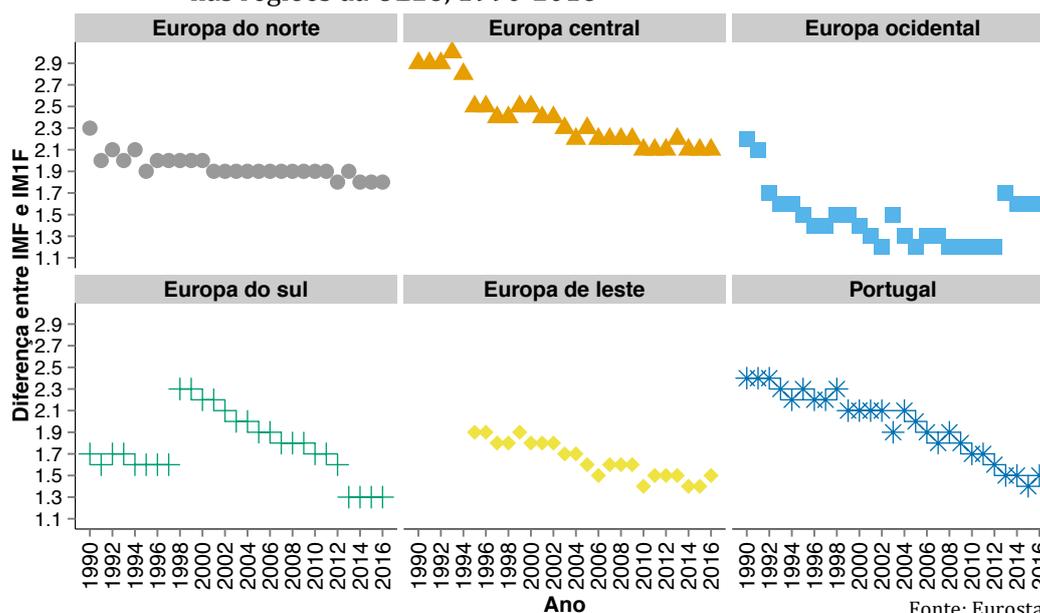
Fonte: Eurostat

Nota: em alguns anos, ajustamos o cálculo da IM1F ao número de países para os quais este índice estava disponível, não se tendo registado valores discrepantes. A IM1F nos países da Europa de leste não estava disponível antes de 1995.

Um pouco por toda a Europa, o aumento da idade média à fecundidade foi impulsionado pelo aumento da idade média ao nascimento do primeiro filho, resultando numa proximidade entre ambas as idades, sendo que a diferença entre a IMF e a IM1F tem vindo a diminuir ao longo dos anos (Figura 4.1.6). Repare-se que, com a exceção dos países da Europa do norte – que mantêm uma diferença entre estas idades relativamente constante e à volta dos 1,9 anos – nas restantes regiões da UE28, verifica-se que uma maior proximidade entre a IMF e a IM1F. A diferença entre ambas as idades tem vindo a diminuir, especialmente nos países da Europa ocidental (até 2011), da Europa central e da Europa do sul, em particular em Portugal. Atualmente, a maior diferença entre estas idades ocorre na Estónia (2,7 anos) e na Letónia (2,8 anos) e a menor diferença em Itália (0,8 anos), Grécia (1 ano) e Espanha (1,2 anos) – sendo que em Portugal e Malta esta diferença foi de 1,5 anos (Tabela 4.1.2).

Em Portugal, a aproximação entre a IMF e a IM1F tem vindo a aumentar de forma constante, indicando que as mulheres Portuguesas tendem a ter filhos cada vez mais tarde e apenas um – ou então, tendem a ter mais do que um filho, mas em intervalos de tempo entre nascimentos cada vez mais reduzidos.

Figura 4.1.6 Diferença (anos) entre a idade média da mãe ao nascimento dos filhos (IMF) e a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho (IM1F) nas regiões da UE28, 1990-2016



Nota: na Europa do sul, os valores apresentados até 1997 são mais baixos do que nos restantes anos por não termos informação da IM1F em países como Chipre e Malta que fariam as respetivas diferenças aumentar para os valores observados em 1997.

Tabela 4.1.2 Idade média da mãe ao nascimento dos filhos (IMF), idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho (IM1F) nos países da UE28 em 1990, 2000, 2010, 2016 e respetivas diferenças (D, em anos)

	1990			2000			2010			2016		
	IMF	IM1F	D	IMF	IM1F	D	IMF	IM1F	D	IMF	IM1F	D
Alemanha	-	-	-	28,8	-	-	30,4	28,9	1,5	30,9	29,4	1,5
Áustria	27,2	25,0	2,2	28,2	26,4	1,8	29,8	28,2	1,6	30,6	29,2	1,4
Bélgica	27,9	26,4	1,5	28,8	27,0	1,8	29,8	28,0	1,8	30,5	28,8	1,7
Bulgária	23,9	-	-	25,0	23,5	1,5	27,0	25,6	1,4	27,6	26,0	1,6
Chipre	27,1	-	-	28,7	26,2	2,5	30,4	28,5	1,9	31,4	29,6	1,8
Croácia	-	-	-	-	-	-	29,2	27,5	1,7	30,1	28,5	1,6
Dinamarca	28,5	26,4	2,1	29,7	27,8	1,9	30,6	-	-	31,0	29,3	1,7
Eslováquia	25,1	-	-	26,6	24,2	2,4	28,6	27,0	1,6	28,8	27,0	1,8
Eslovénia	25,9	-	-	28,2	26,5	1,7	30,1	28,4	1,7	30,3	28,8	1,5
Espanha	28,9	26,8	2,1	30,7	29,1	1,6	31,2	29,8	1,4	32,0	30,8	1,2
Estónia	25,6	22,7	2,9	26,9	23,9	3,0	29,2	26,3	2,9	30,2	27,5	2,7
Finlândia	28,9	26,5	2,4	29,6	27,4	2,2	30,2	28,3	1,9	30,8	29,0	1,8
França	-	-	-	29,3	27,8	1,5	30,0	-	-	30,5	28,5	2,0
Grécia	27,2	-	-	29,6	28,0	1,6	30,4	29,1	1,3	31,3	30,3	1,0
Hungria	25,6	-	-	27,3	25,1	2,2	29,3	27,7	1,6	29,6	27,8	1,8
Irlanda	29,9	-	-	30,4	27,6	2,8	31,4	29,2	2,2	32,1	30,1	2,0
Itália	28,9	26,9	2	30,4	-	-	31,3	-	-	31,8	31,0	0,8
Letónia	-	-	-	26,7	24,0	2,7	28,6	26,0	2,6	29,6	26,8	2,8
Lituânia	25,9	-	-	26,6	23,9	2,7	28,9	26,4	2,5	29,7	27,3	2,4
Luxemburgo	28,4	-	-	29,3	28,3	1,0	30,8	29,5	1,3	31,7	30,5	1,2
Malta	28,9	-	-	27,9	-	-	29,4	27,4	2,0	30,6	29,1	1,5
Países baixos	29,3	-	-	30,3	28,6	1,7	30,8	29,2	1,6	31,3	29,8	1,5
Polónia	26,2	-	-	27,3	24,5	2,8	28,8	26,5	2,3	29,4	27,2	2,2
Portugal	27,3	24,9	2,4	28,6	26,5	2,1	29,8	28,1	1,7	31,1	29,6	1,5
Reino Unido	27,7	27,3	0,4	28,5	29,1	-0,6	29,5	30,6	-1,1	30,4	28,9	1,5
República Checa	24,8	-	-	27,2	25,0	2,2	29,6	27,6	2,0	30,0	28,2	1,8
Roménia	25,5	-	-	25,7	23,6	2,1	27,0	25,5	1,5	27,8	26,4	1,4
Suécia	28,6	26,3	2,3	29,9	27,9	2,0	30,7	28,9	1,8	31,1	29,2	1,9

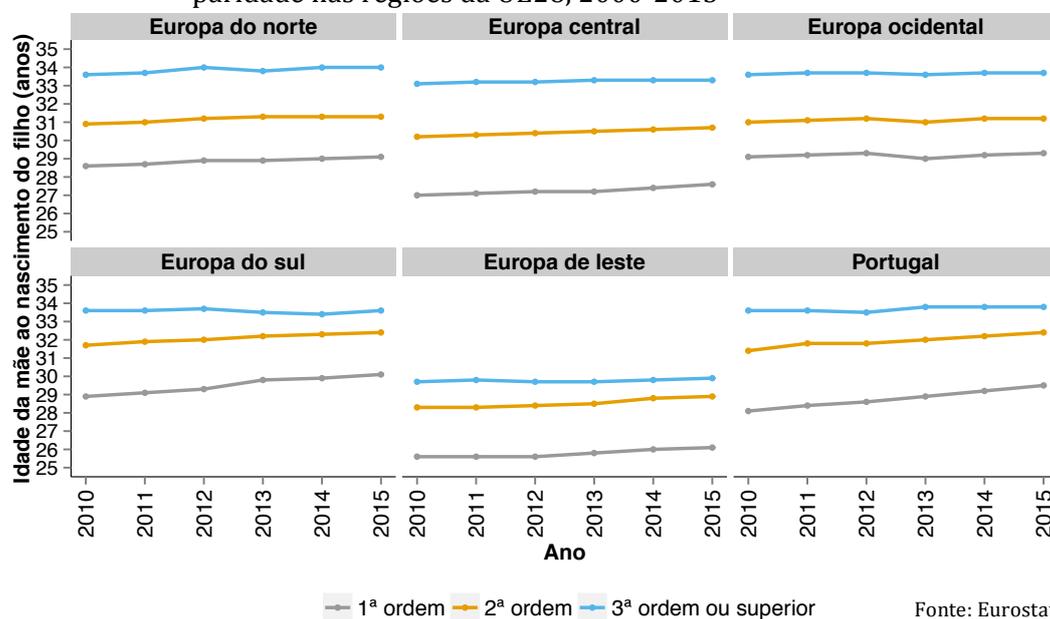
Tendo em conta que o decréscimo da fecundidade é devido, não apenas ao adiamento dos nascimentos de primeira ordem, mas também ao adiamento dos nascimentos de ordens superiores, na Figura 4.1.7, analisamos a idade média das mães ao nascimento dos filhos, considerando, não apenas os nascimentos de primeira ordem, mas também os nascimentos de ordens superiores.

Entre 2010 e 2015, na generalidade das regiões da UE28, verifica-se um aumento da idade média das mães ao nascimento do primeiro, segundo e terceiro filho ou superior (Figura 4.1.7). No entanto, destacamos a região da

Europa de leste, pois é nestes países que as mães tendem a ter filhos mais cedo, sendo que, em qualquer uma das ordens de paridade em análise, a idade média das mães ao nascimento dos filhos são as mais baixas de toda a Europa. Contrariamente, a idade média das mães ao nascimento do segundo filho é mais elevada na Europa do sul e é na Europa do norte que mulheres têm o terceiro filho (ou superior) um pouco mais tarde.

Em Portugal, a par dos restantes países do Sul, entre 2010 e 2015, verifica-se um maior aumento, não apenas da idade média ao nascimento do primeiro filho, mas também do segundo filho. No entanto, apesar do adiamento do nascimento dos filhos ser mais acentuado na Europa do sul (Figura 4.1.4), a idade média ao nascimento do segundo e terceiro filhos são mais próximas nestes países (Figura 4.1.7). Portanto, é também nestes países, a par dos países da Europa de leste, que se verifica um menor espaçamento entre os nascimentos de segunda e terceira ordem (ou superior).

Figura 4.1.7 Idade (anos) média da mãe ao nascimento dos filhos pela ordem de paridade nas regiões da UE28, 2000-2015

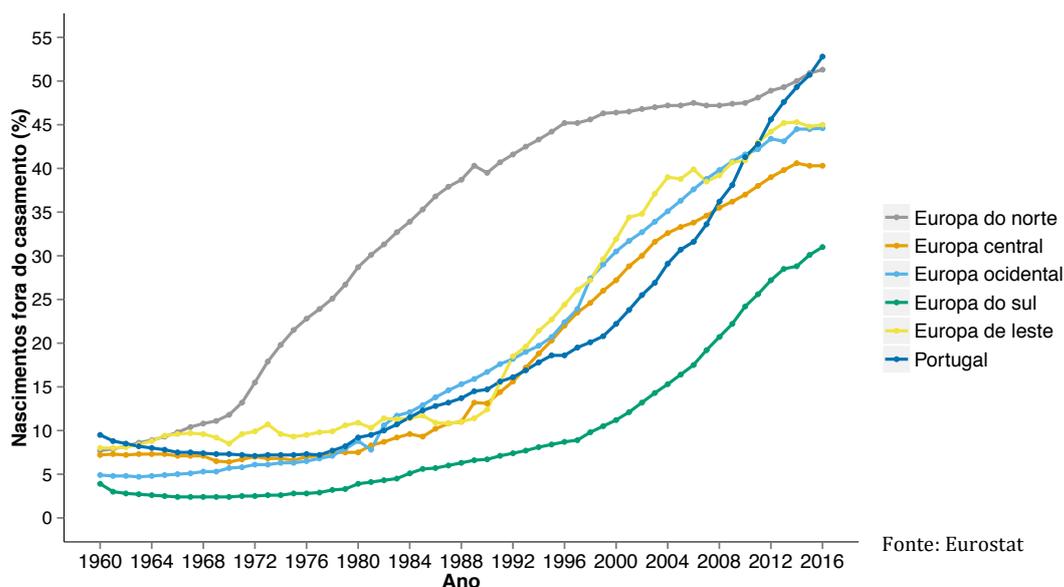


No quadro da STD, surgiram novos modelos de formação e composição da família, tendo a proporção de nascimentos fora do casamento (Figura 4.1.8), assim como a idade média ao primeiro casamento (Figura 4.1.9), aumentado um pouco por toda Europa.

Desde o final da década de 60 do século passado, os países Nórdicos destacavam-se dos restantes países da UE28 no que respeita à proporção de nascimentos fora do casamento (Figura 4.1.8). Durante décadas, esta proporção foi claramente superior nestes países: entre 1970 e 2010 rondou 37%, face a 17% nas restantes regiões da UE28. Enquanto nos países do Norte a proporção de nascimentos fora do casamento atingiu 40% já no início dos anos 90 do século passado, apenas a partir de 2009 é que outras regiões atingiram níveis semelhantes: 40,8% na Europa ocidental e 40,7% na Europa de leste.

No que respeita à proporção de nascimentos fora do casamento, Portugal claramente distancia-se dos restantes países da Europa do sul, especialmente após o final dos anos 70 do século passado (Figura 4.1.8). Adicionalmente, Portugal é um dos países no qual se verificou um maior aumento deste indicador: 27,3% na Estónia, entre 1990 e 2000; 19,4% nos Países Baixos e 19,1% em Portugal, entre 2000 e 2010; e 11,5% em Portugal, entre 2010 e 2016 (Tabela 4.1.3). Repare-se que a proporção de nascimentos fora do casamento aumentou de tal forma no país que, em 2016, esta proporção ultrapassou 52%, atingindo um valor superior à média verificada na Europa do norte (51%) no mesmo ano (Figura 4.1.8).

Figura 4.1.8 Proporção (%) de nados vivos fora do casamento nas regiões da UE28, 1960-2016



Nota: em alguns anos, ajustamos o cálculo da proporção ao número de países para os quais este índice estava disponível, não se tendo registado valores discrepantes.

Apesar de, atualmente, Portugal apresentar um comportamento semelhante ao da generalidade dos países Nórdicos, nos países da Europa do sul existe uma maior discrepância do indicador em análise. Em 2016, enquanto em Portugal e Espanha a proporção de nascimentos fora do casamento rondou 50% (52,8% e 45,9%, respetivamente), na Grécia esta proporção não chegou a atingir 10%. De facto, neste contexto, o comportamento na Europa do sul não é homogéneo, sendo que, também no Chipre (19,1%), em Itália (28%) e em Malta (31,2%), o número de nascimentos fora do casamento tende a ser bem mais reduzido do que em Portugal e Espanha (Tabela 4.1.3).

Tabela 4.1.3 Proporção (P, em %) de nascimentos fora do casamento nos países da UE28 em 1990, 2000, 2010, 2016 e respetivos aumentos face ao início da década anterior (A, em %)

	1990	2000		2010		2016	
	P	P	A	P	A	P	A
Alemanha	15,3	23,4	8,1	33,3	9,9	35,5	2,2
Áustria	23,6	31,3	7,7	40,1	8,8	-	-
Bélgica	11,6	28,0	16,4	45,7	17,7	-	-
Bulgária	12,4	38,4	26,0	54,1	15,7	58,6	4,5
Chipre	0,7	2,3	1,6	15,2	12,9	19,1	3,9
Croácia	7,0	9,0	2,0	13,3	4,3	18,9	5,6
Dinamarca	46,4	44,6	-1,8	47,3	2,7	54,0	6,7
Eslováquia	7,6	18,3	10,7	33,0	14,7	40,2	7,2
Eslovénia	24,5	37,1	12,6	55,7	18,6	58,6	2,9
Espanha	9,6	17,7	8,1	35,5	17,8	45,9	10,4
Estónia	27,2	54,5	27,3	59,1	4,6	56,1	-3,0
Finlândia	25,2	39,2	14,0	41,1	1,9	44,9	3,8
França	-	43,6	-	55,0	11,4	59,7	4,7
Grécia	2,2	4,0	1,8	7,3	3,3	9,4	2,1
Hungria	13,1	29,0	15,9	40,8	11,8	46,7	5,9
Irlanda	14,6	31,5	16,9	33,8	2,3	36,6	2,8
Itália	6,5	9,7	3,2	21,8	12,1	28,0	6,2
Letónia	16,9	40,4	23,5	44,4	4,0	40,9	-3,5
Lituânia	7,0	22,6	15,6	25,7	3,1	27,4	1,7
Luxemburgo	12,8	21,9	9,1	34,0	12,1	40,7	6,7
Malta	1,8	10,6	8,8	25,3	14,7	31,8	6,5
Países baixos	11,4	24,9	13,5	44,3	19,4	50,4	6,1
Polónia	6,2	12,1	5,9	20,6	8,5	25,0	4,4
Portugal	14,7	22,2	7,5	41,3	19,1	52,8	11,5
Reino Unido	27,9	39,5	11,6	46,9	7,4	-	-
República Checa	8,6	21,8	13,2	40,3	18,5	48,6	8,3

Tabela 4.1.3 continuação

	1990	2000		2010		2016	
	P	P	A	P	A	P	A
Roménia	-	25,5	-	27,7	2,2	31,3	3,6
Suécia	47,0	55,3	8,3	54,2	-1,1	54,9	0,7

Quanto à idade média ao primeiro casamento, verifica-se que, em todas as regiões da UE28, as mulheres tendem a casar mais cedo do que os homens (Figura 4.1.9). Não obstante, tanto os homens como as mulheres têm vindo a casar cada vez mais tarde. Se em 1995 a idade média das mulheres e dos homens ao primeiro casamento rondava 26,1 e 28,4 anos, respetivamente, em toda a Europa, estas idades aumentaram para 30,3 anos e 32,7 anos em 2015, cerca de 4 anos em ambos os sexos.

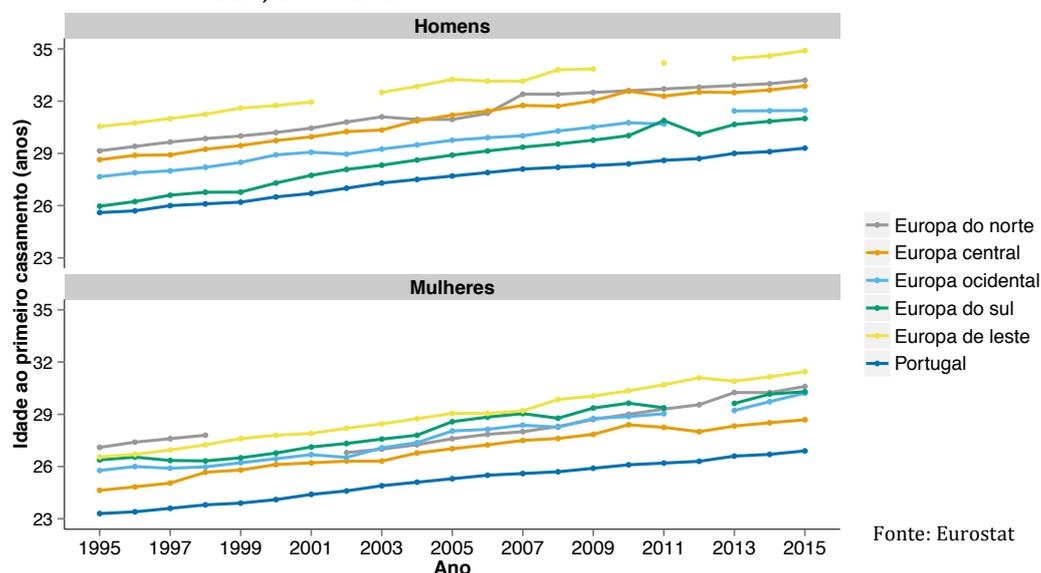
Na generalidade dos anos, são as mulheres e os homens da Europa de leste os que mais tarde casam (31,5 anos e 34,9 anos, respetivamente, em 2015). Contrariamente, entre os homens, tendem a casar mais cedo os da Europa do sul (31 anos em 2015) e, entre as mulheres, as da Europa central (28,7 anos em 2015). Quanto ao nosso país, desde meados da década de 90 do século passado, os Portugueses casam, em média, mais cedo (as mulheres aos 26,9 anos e os homens aos 29,3 anos em 2015) do que no resto das regiões Europeias (Figura 4.1.9).

Repare-se que apesar das diferenças mencionadas, o aumento da idade ao primeiro casamento tem sido relativamente constante ao longo dos anos, sendo que entre 1995 e 2015, esta idade aumentou, em média, 4,6 anos entre as mulheres e 4,4 anos entre os homens. Entre as mulheres, o aumento da idade média ao primeiro casamento, entre os mesmos anos, foi mais acentuado e superior a 5 anos em países como a Dinamarca, Grécia, Hungria, Luxemburgo e Reino Unido. Já entre os homens, o aumento da idade ao primeiro casamento foi superior a 5 anos na Eslováquia, Grécia, Lituânia e Malta (Tabela 4.1.4).

Ao analisar a diferença da idade média ao primeiro casamento entre homens e mulheres, verifica-se que é em Malta que as mulheres tendem a casar, em média, mais cedo do que os homens: 6,4 anos mais cedo, em 1995 e 6 anos mais cedo em 2015. Em oposição, na Áustria, Chipre, Grécia e Luxemburgo, tanto em 1995 como 2015, os homens casaram, em média, mais cedo do que as

mulheres, apresentado diferenças desta idade negativas (ou nulas no caso do Chipre em 2015) (Tabela 4.1.4).

Figura 4.1.9 Idade (anos) média ao primeiro casamento por sexo, nas regiões da UE28, 1995-2015



Fonte: Eurostat

Nota: na generalidade dos países, a idade média ao primeiro casamento apenas estava disponível a partir de 1995 e à data de recolha dos dados, não havia informação disponível para 2016. Devido à excessiva falta de informação de alguns países da Europa do norte, ocidental, leste e sul, omitimos a média destas regiões em alguns dos anos apresentados.

Tabela 4.1.4 Idade média dos homens (H) e mulheres (M) (em anos) ao primeiro casamento nos países da UE28 em 1995 e 2015, respetivas diferenças (D, em anos) da idade média entre homens e mulheres e aumentos (A, em anos) da idade média entre 1990 e 2015 para os homens e mulheres

	1995			2015			1995-2015	1995-2015
	H	M	D (H-M)	H	M	D (H-M)	A (H)	A (M)
Alemanha	27,8	22,7	5,1	-	27	-	-	4,3
Áustria	26,2	29,2	-3	30,4	31,9	-1,5	4,2	2,7
Bélgica	31,9	26,7	5,2	34,3	30,9	3,4	2,4	4,2
Bulgária	29,5	24,2	5,3	33,6	29,3	4,3	4,1	-
Chipre	26,5	28,1	-1,6	31,9	31,9	0	-	3,8
Croácia	30	26	4	33,7	30,1	3,6	3,7	4,1
Dinamarca	30,1	27,1	3	33,2	32,7	0,5	3,1	5,6
Eslováquia	29,2	-	-	34,9	-	-	5,7	-
Eslovénia	-	-	-	-	27,9	-	-	-
Espanha	-	26,9	-	30,7	-	-	-	-
Estónia	29,9	25,7	4,2	-	-	-	-	-
Finlândia	28,2	-	-	-	28,5	-	-	-
França	-	22,6	-	31	27,5	3,5	-	4,9
Grécia	25,8	26,7	-0,9	32	32,1	-0,1	6,2	5,4

Tabela 4.1.4 continuação

	1995			2015			1995-2015	1995-2015
	H	M	D (H-M)	H	M	D (H-M)	A (H)	A (M)
Hungria	29	23,1	5,9	-	29,2	-	-	6,1
Irlanda	28,1	28,1	0	32,3	31,9	0,4	4,2	3,8
Itália	-	26,9	-	31,1	-	-	-	-
Letónia	29,3	-	-	33,4	28,5	4,9	4,1	-
Lituânia	25,5	22,6	2,9	31,6	27,5	4,1	6,1	4,9
Luxemburgo	24,6	26,7	-2,1	28,9	32,1	-3,2	4,3	5,4
Malta	29,2	22,8	6,4	34,8	28,8	6	5,6	6
Países baixos	28,1	25,6	2,5	-	-	-	-	-
Polónia	29,7	27,3	2,4	33,3	30,8	2,5	3,6	3,5
Portugal	25,6	23,3	2,3	29,3	26,9	2,4	-	-
Reino Unido	26,9	24,6	2,3	31,9	30,2	1,7	5	5,6
República Checa	26,5	23,1	3,4	30,3	26,8	3,5	3,8	3,7
Roménia	31,6	28,9	2,7	36,2	33,6	2,6	4,6	4,7
Suécia	-	-	-	-	-	-	-	-

Os resultados permitem concluir que o aumento da proporção de nascimentos fora do casamento, um dos pressupostos da teoria da Segunda Transição Demográfica (Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Lesthaeghe, 2010), tem se intensificado ao longo das últimas décadas. Tendo a coabitação se tornado uma experiência de conjugalidade cada vez mais usual, nomeadamente entre as gerações mais jovens, ainda que seja como uma primeira experiência da vida em casal, não é de estranhar que a idade média ao primeiro casamento tenha vindo a aumentar. Assim, constata-se que o casamento como primeira forma de conjugalidade não é uma condição indispensável para a formação da família ou para a entrada na parentalidade, mas sim uma decisão que pode ser tomada depois de já se viver em conjugalidade ou mesmo depois da chegada dos filhos.

Considerando os resultados obtidos em relação às tendências de fecundidade em Portugal e na Europa, ao longo das décadas, importa agora caracterizar os países da União Europeia no que respeita aos apoios do estado destinados à proteção social e a evolução das taxas de educação e da participação feminina no mercado de trabalho. Neste âmbito, de seguida, analisamos os contextos institucionais e socioeconómicos dos países da Europa, para posteriormente melhor compreender em que medida estes contextos podem ter influência nos indicadores demográficos de fecundidade do país.

IV.2 Contextos socioeconómicos e a fecundidade

Os 28 países que atualmente compõem a União Europeia (UE28) diferem no que respeita a políticas direcionadas ao sistema de proteção social, assim como ao sistema de educação. O apoio ao sistema de proteção social⁶, é mais elevado em França (32% do PIB), na Finlândia (31% do PIB) e na Dinamarca (31% do PIB) (Figura 4.2.1a). Apesar de Portugal (a par da Espanha, Grécia e Itália) se encontrar acima da média da UE28, os benefícios de proteção social rodam um quarto do PIB nacional. Já na Roménia (14,3%), Letónia (14,6%) e Lituânia (14,8%), o estado tem um papel menos ativo no apoio social.

A maior despesa pública do estado Português, entre os indicadores analisados, é direcionada ao sistema de pensões (12,5%), seguindo-se os sistemas de saúde (6%) e educação (4,9%) e o apoio às famílias e crianças (1,2%) (Figuras 4.2.1b a 4.2.1e). No que respeita ao sistema de pensões, assim como a Grécia, Itália, Áustria e França, Portugal está no topo dos países com maior despesa pública, estando acima da média da UE28 (Figura 4.2.1c).

Apesar de se encontrar bem próximo da média da UE28 no que concerne ao sistema de saúde e de educação (Figuras 4.2.1b e 4.2.1e), Portugal é dos países que menos despende no apoio às famílias e crianças (Figura 4.2.1d), estando próximo de níveis tão baixos como os da Grécia, Lituânia, Países Baixos e Malta e distante da média da União Europeia. O apoio às famílias e crianças – incluindo abonos, licenças de maternidade e paternidade, apoio financeiro a famílias monoparentais, entre outros – varia entre 1,1% na Grécia e 3,5% na Dinamarca (Figura 4.2.1d).

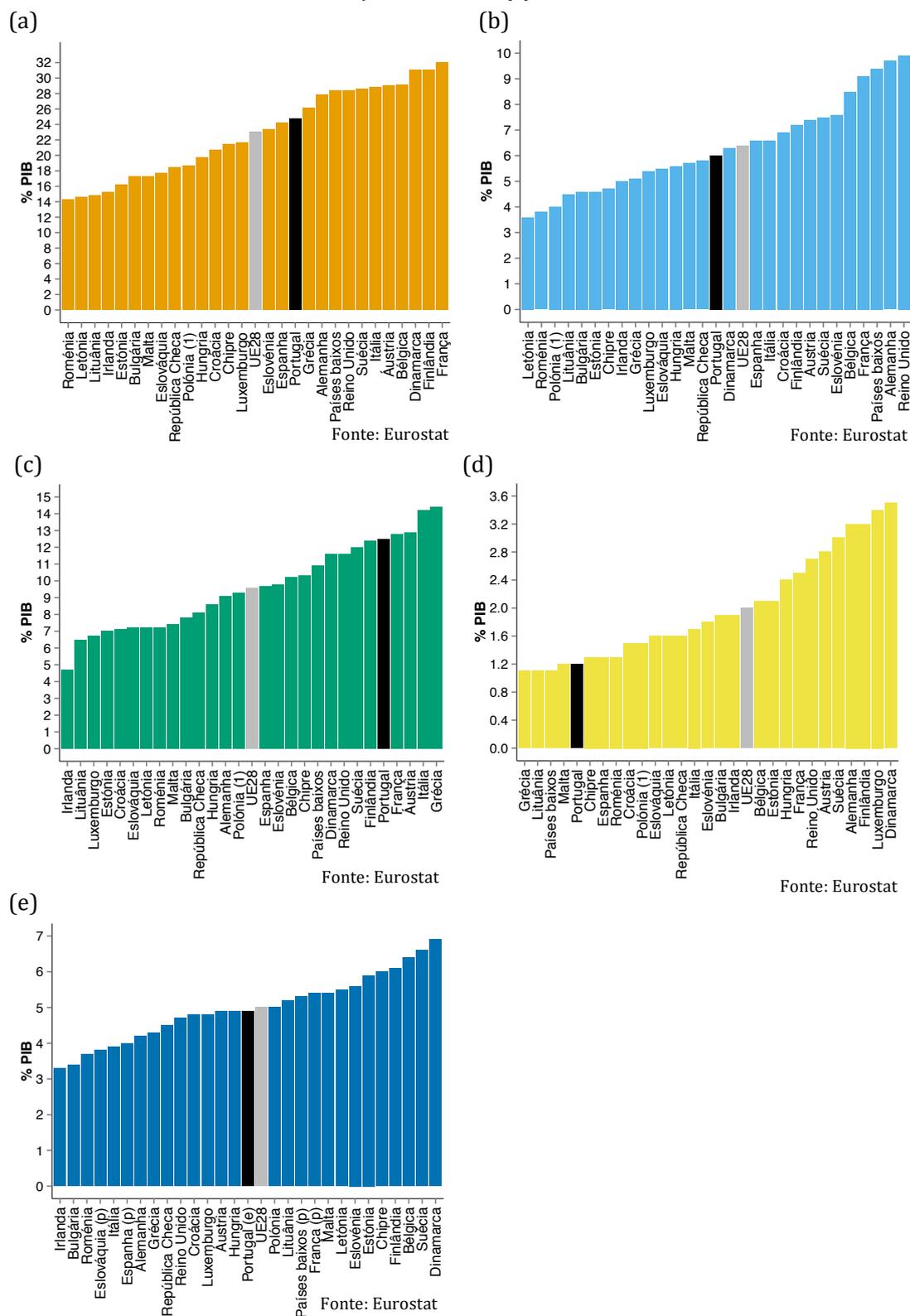
Segundo alguns autores, os sistemas que provisionam um contínuo suporte de reconciliação entre trabalho e família ajudam a evitar baixos níveis de fecundidade (Hofmeister et al., 2006; OECD, 2011; Andersson, 2012; Neyer, 2012; Basten et al., 2013; Sobotka, 2016; Hanappi et al., 2017). Embora os modelos de apoio às famílias e crianças difiram, os países Nórdicos são os que mais apoio proporcionam, financiando uma maior duração do tempo de licença de maternidade (9 a 18 meses na Dinamarca e Suécia) e/ou um maior apoio

⁶ A despesa pública dos países da UE28 destinada ao sistema de proteção social também inclui o apoio à habitação, a desempregados, a pessoas com incapacidade ou em risco de exclusão social, entre outros. No entanto, focamos a nossa análise apenas no sistema de saúde e de pensões e no apoio às famílias e crianças.

financeiro aos pais que escolham ficar em casa até quando as crianças atingem 3 anos de idade (OECD, 2007). Na Dinamarca e na Suécia, estes apoios são complementados por um sistema abrangente de serviços de cuidados fora do horário escolar, enquanto os pais na Suécia têm direito a optar por um horário de trabalho reduzido até que as crianças sejam inseridas no sistema formal de ensino. Contrariamente, em Portugal, após a crise económica e financeira de 2008, houve um agravamento das condições de vida das famílias, ao mesmo tempo que se verificou uma diminuição do apoio do estado às famílias e crianças, através, por exemplo, de menores subsídios parentais (Wall et al., 2016).

Adicionalmente, países como a Áustria e Reino Unido consideram que locais de trabalho adequados às necessidades das famílias são essenciais para a conciliação entre a vida profissional e familiar, sendo que estes países proporcionam uma maior facilidade de trabalho a tempo parcial, garantindo também dias para cuidar de crianças doentes (OECD, 2003 e 2007). Os países mencionados – que reforçam medidas de reconciliação entre o trabalho e família e que, por sua vez, apresentam maiores níveis de fecundidade (com a exceção da Áustria, Subcapítulo IV.1) – despendem entre 2,7% (Reino Unido) e 3,5% (Dinamarca) do seu PIB, sendo que o estado Português está bem aquém destes valores (Figura 4.2.1d). Em Portugal, o governo destaca o papel do trabalho a tempo parcial como incentivo para a reconciliação entre o trabalho e a família, no entanto, “a não ser que o retorno financeiro do trabalho a tempo parcial aumente, é pouco provável que o trabalho a tempo parcial aumente no país” (OECD, 2004:17).

Figura 4.2.1 Despesa pública em % do PIB dos países da UE28, direcionada à proteção social, em 2015 (a); ao sistema de saúde, em 2015 (b); ao sistema de pensões, em 2015 (c); às famílias e crianças, em 2015 (d); ao sistema de educação, em 2016 (e)

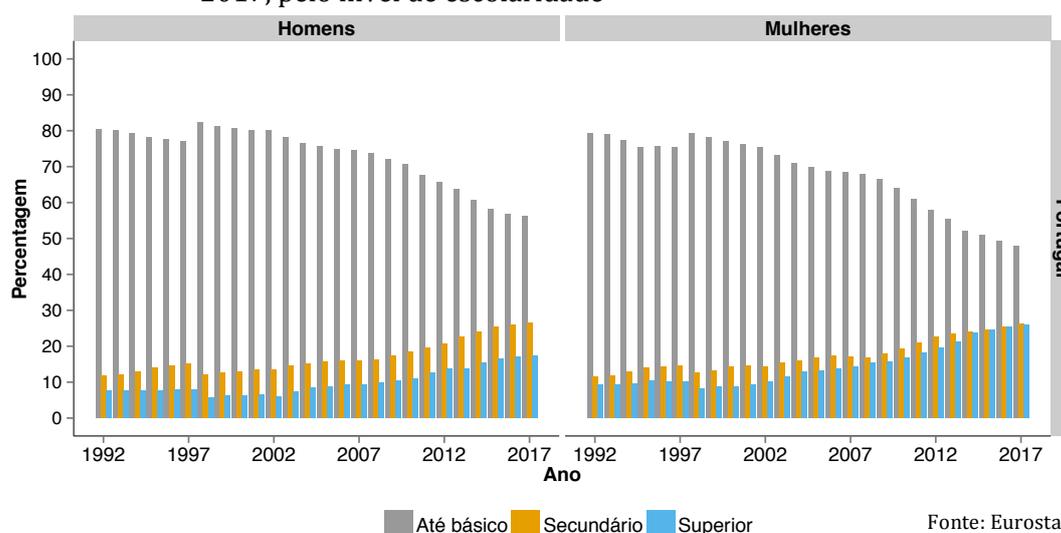


Nota: (1) dados relativos a 2014; (p) dados provisórios; (e) dados estimados.

Em contextos onde existe uma maior incompatibilidade de conciliação entre trabalho e família, há um maior adiamento da entrada na parentalidade até que os indivíduos se posicionem de forma mais estável no mercado de trabalho (Adsera, 2004; Hofmeister et al., 2006; Matysiak e Vignoli, 2008; Kreyenfeld et al. 2012; Sobotka, 2016; Hanappi et al., 2017). Já indivíduos com um nível de escolaridade mais elevado, geralmente, apresentam uma maior capacidade de reunir os recursos necessários para evitar os riscos resultantes de incertezas no mercado de trabalho (Cunha, 2002; Kohler et al., 2006; Basten et al., 2013; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016). Efetivamente, a educação e o emprego continuam a ter um papel fundamental nas decisões de fecundidade (Sobotka et al., 2017), sendo que melhores condições de emprego das mulheres, associadas a maiores níveis de escolaridade, podem favorecer as decisões de fecundidade (Adsera, 2004; Spéder e Kapitány, 2009; Basten et al., 2013; Hanappi et al., 2017). Embora as mulheres com maiores níveis de escolaridade tenham o seu primeiro filho mais tarde do que aquelas com níveis de escolaridade inferior (Adsera, 2011; Fagan, 2011; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016), alguns estudos destacam que são também estas mulheres as que apresentam uma maior probabilidade de recuperar os nascimentos em idades mais tardias (Kohler *et al.*, 2002 e 2006).

Em Portugal, a participação na educação – medida em percentagem da população ativa (15 e 64 anos) – difere entre homens e mulheres, sendo as mulheres mais instruídas do que os homens, especialmente a partir de meados da década de 90 (Figura 4.2.2). Não obstante, assim como no caso das mulheres, o nível de escolaridade dos homens tem vindo a aumentar desde o início da década de 90: atualmente, cerca de 56,3% dos homens em idade ativa possui um nível de escolaridade até ao básico, 26,4% o secundário e 17,3% o superior; enquanto estas proporções rondavam 80,3%, 11,9% e 7,7%, respetivamente, em 1992. No entanto, no caso das mulheres, o aumento do nível de escolaridade foi mais acentuado: a proporção de mulheres com nível de escolaridade superior aumentou 16,8% entre 1992 e 2017 (9,2% em 1992 para 26% em 2017), sendo este aumento igual a apenas 9,6% no caso dos homens.

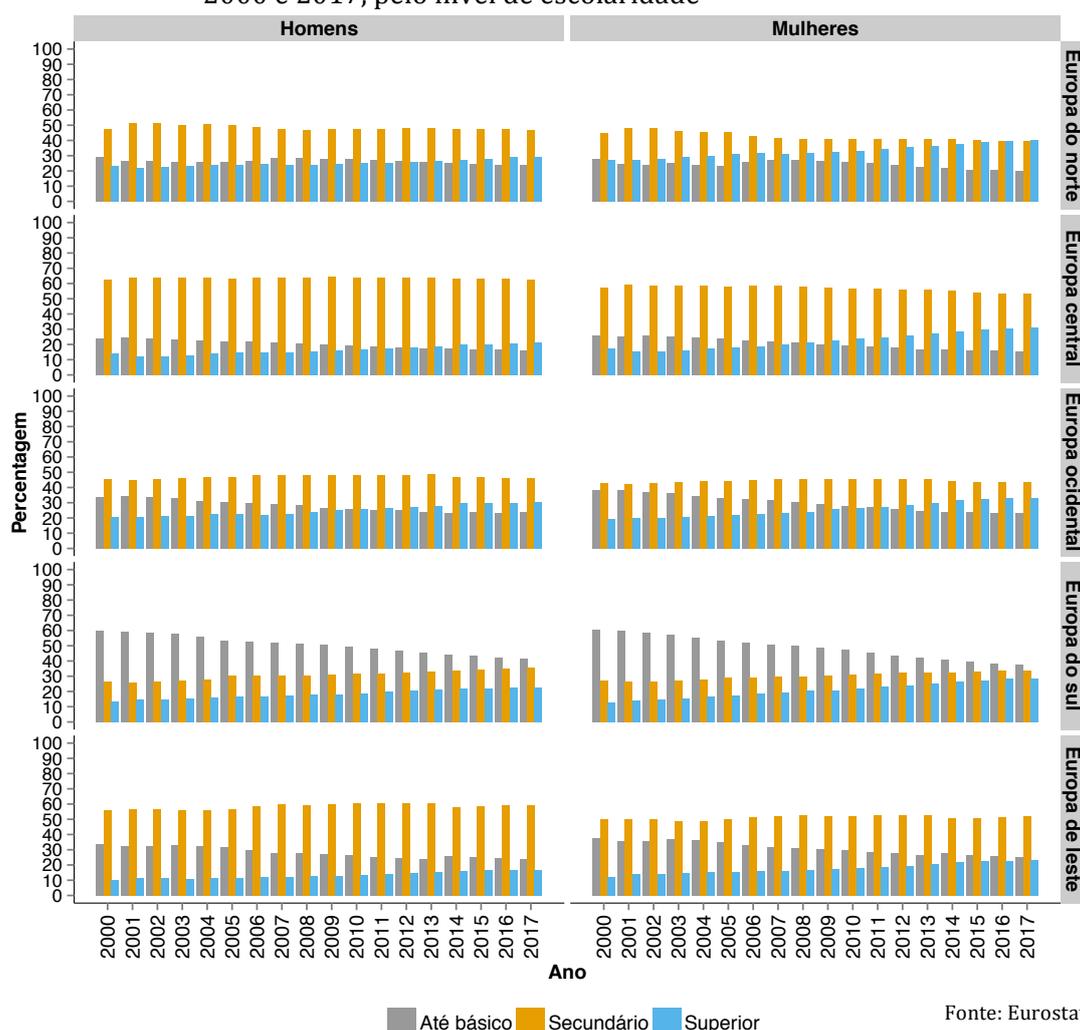
Figura 4.2.2 Distribuição (%) da população Portuguesa, 15-64 anos, entre 1992 e 2017, pelo nível de escolaridade



Nota: os dados de acordo com o nível de escolaridade só estavam disponíveis a partir de 1992.

Comparando o nível de escolaridade dos Portugueses com o dos Europeus (Figura 4.2.3), no geral, os Portugueses possuem níveis de escolaridade mais baixos. Em 2017, a proporção de homens (56%) e mulheres (48%) com nível de escolaridade até ao básico foi mais elevada em Portugal do que nas restantes regiões da Europa (média da UE28: 26% homens; 24% mulheres). Além disso, a proporção de homens e mulheres com nível de escolaridade superior é ainda uma das mais baixas da Europa (a par dos países da Europa de leste): 17,3% dos homens e 26% das mulheres, face à média de 24% e 31%, respetivamente, na UE28. Porém, existe uma tendência comum em toda a Europa, sendo que a proporção de indivíduos com nível de escolaridade até ao básico tem vindo a diminuir ao longo dos anos e a proporção de indivíduos com nível de escolaridade superior a aumentar, sendo esta dinâmica ainda mais acentuada entre as mulheres (Figura 4.2.3).

Figura 4.2.3 Distribuição (%) da população das regiões da UE28, 15-64 anos, entre 2000 e 2017, pelo nível de escolaridade

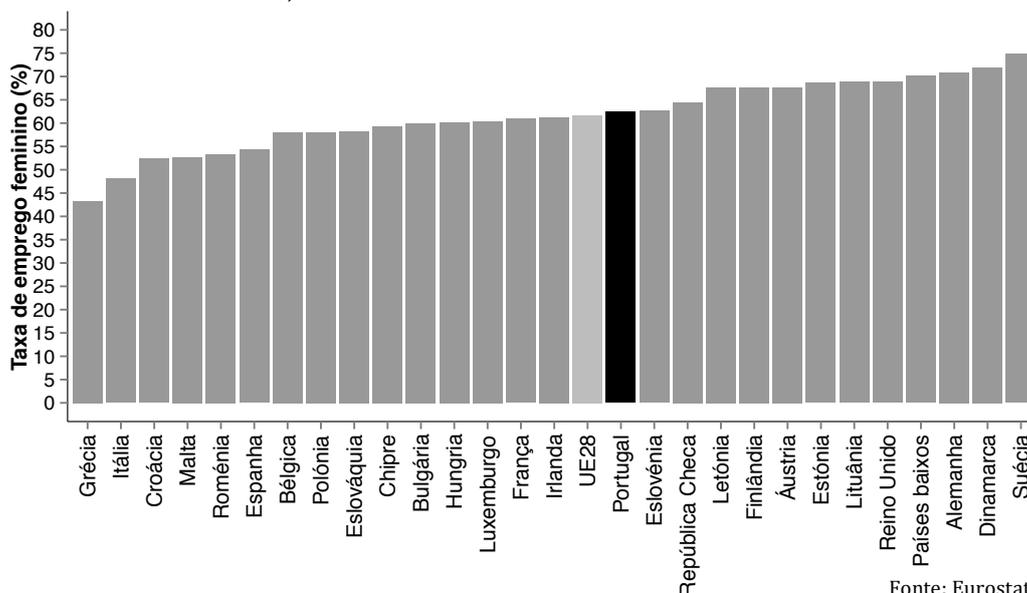


Nota: nas regiões da UE28, os dados de acordo com o nível de escolaridade só estavam disponíveis a partir de 2000.

Para além da educação, a participação feminina no mercado de trabalho tem vindo a sofrer alterações ao longo dos anos, tendo também diferentes efeitos nos níveis de fecundidade dos Europeus. Se a massiva inserção das mulheres no mercado de trabalho fez diminuir os níveis de fecundidade a meados do século passado, esta situação inverteu-se durante os anos 80, e, atualmente, os países com maiores taxas de emprego feminino são também os que apresentam maiores níveis de fecundidade (Adsera, 2004; Kohler et al., 2006; Balbo et al., 2013; Basten et al., 2013; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017).

Na generalidade dos países da UE28, em 2016, a taxa de emprego feminino total⁷ foi superior a 61%, sendo que Portugal encontra-se muito próximo desta média (62%). É em países como a Suécia (74,8%), Dinamarca (72%), Alemanha (70,8%), Países Baixos (70,1%) e Reino Unido (68,8%) que as mulheres mais participam no mercado de trabalho e em países como a Grécia (43,3%), Itália (48,1%), Croácia (52,4%) e Malta (52,7%) que há uma menor participação feminina (Figura 4.2.4). No entanto, quando analisamos a taxa de emprego feminino pelo nível de escolaridade das mulheres (Figura 4.2.5), concluímos que existem diferenças entre as mulheres com níveis de escolaridade mais elevados e aquelas com níveis de escolaridade mais baixos.

Figura 4.2.4 Taxa de emprego feminino total (%), nas idades 15-64 anos, nos países da UE28, em 2016

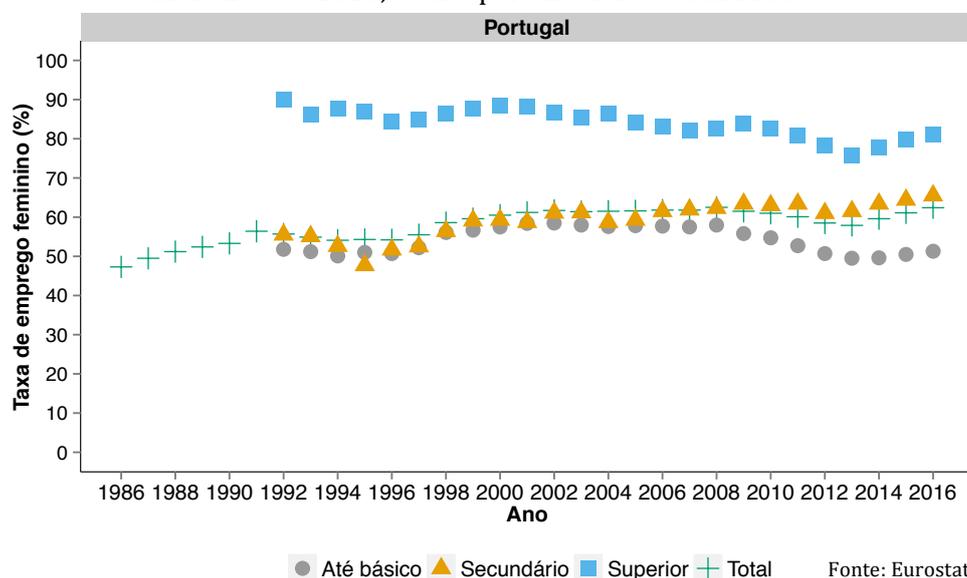


Em Portugal, a taxa de emprego feminino é claramente superior para as mulheres com maior nível de escolaridade (81% em 2016), seguindo-se o secundário (66% em 2016) e o básico (51% em 2016) (Figura 4.2.5). A taxa de emprego feminino total tem vindo a aumentar desde 1986. Porém, depois de 2000 e logo após da crise económica de 2008, esta taxa diminuiu entre as mulheres com nível de escolaridade superior e entre aquelas com nível de escolaridade até ao básico, tendo, no entanto, ocorrido uma recuperação entre

⁷ Taxa de emprego feminino total é obtida no universo das mulheres com idades entre os 15 e 64 anos.

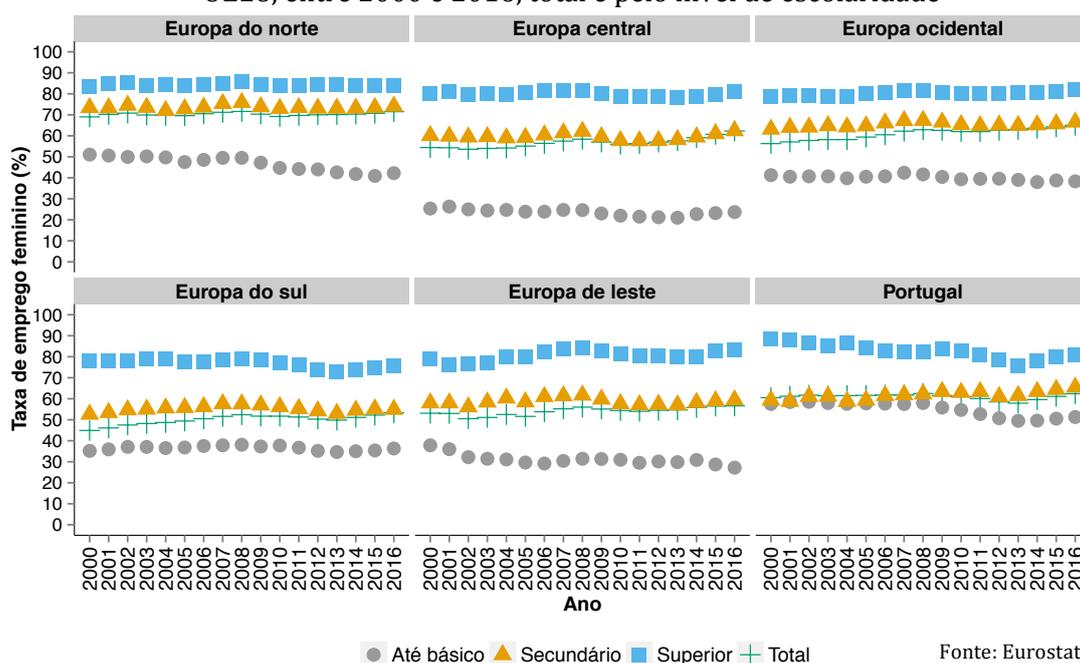
2013 e 2016. Após 2008, a participação feminina no mercado de trabalho continuou a aumentar entre as mulheres com nível de escolaridade secundário.

Figura 4.2.5 Taxa de emprego feminino (%), nas idades 15-64 anos, em Portugal, entre 1986 e 2016, total e pelo nível de escolaridade



Atualmente, a taxa de emprego feminino é inferior entre as mulheres da Europa central e da Europa de leste com níveis de escolaridade até ao básico. Contudo, é mais elevada entre as mulheres da Europa do norte com níveis de escolaridade secundário ou superior (Figura 4.2.6). Entre 2000 e 2016, regiões como o Norte e Leste têm vindo a diminuir as taxas de emprego feminino entre as mulheres com níveis de escolaridade mais baixos, enquanto nas restantes regiões esta taxa tem-se mantido relativamente constante. No geral, a participação das mulheres com nível de escolaridade secundário no mercado de trabalho também se tem mantido constante, apesar de, nos últimos anos, se verificar um ligeiro aumento desta taxa nos países da Europa central e ocidental. Já entre as mulheres com nível de escolaridade superior, com a exceção de Portugal e dos restantes países da Europa do sul e da Europa de leste, a taxa de emprego feminino manteve-se mais estável nos últimos anos.

Figura 4.2.6 Taxa de emprego feminino (%), nas idades 15-64 anos, nas regiões da UE28, entre 2000 e 2016, total e pelo nível de escolaridade



Na generalidade das regiões da UE28, verificou-se um aumento do nível de escolaridade das mulheres e da participação feminina no mercado de trabalho ao longo das últimas décadas. Contudo, existem ainda algumas discrepâncias entre os rendimentos dos homens e das mulheres. Neste sentido, a diferença salarial entre homens e mulheres também tem vindo a ser estudada como um determinante do *quantum* e do *tempo* da fecundidade (McDonald, 2000a e 2000b; Balbo et al., 2013; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017). A diferença salarial entre homens e mulheres apresentada pelo Eurostat é definida como a diferença entre os ganhos médios brutos por hora dos empregados do sexo masculino e feminino em percentagem dos ganhos brutos masculinos.

Na UE28, a diferença salarial entre homens e mulheres varia entre 5% e 25%, sendo que as mulheres ganham em média menos 14% do que os homens, por hora de trabalho (Figura 4.2.7). Esta diferença é mais acentuada na Estónia (25%), República Checa (22%), Alemanha (22%) e Áustria (20%), do que em países como a Roménia (5,2%), Itália (5,3%) ou Luxemburgo (5,5%). Em 2016, as mulheres Portuguesas ganharam em média menos 17,5% do que os homens ganharam por hora de trabalho.

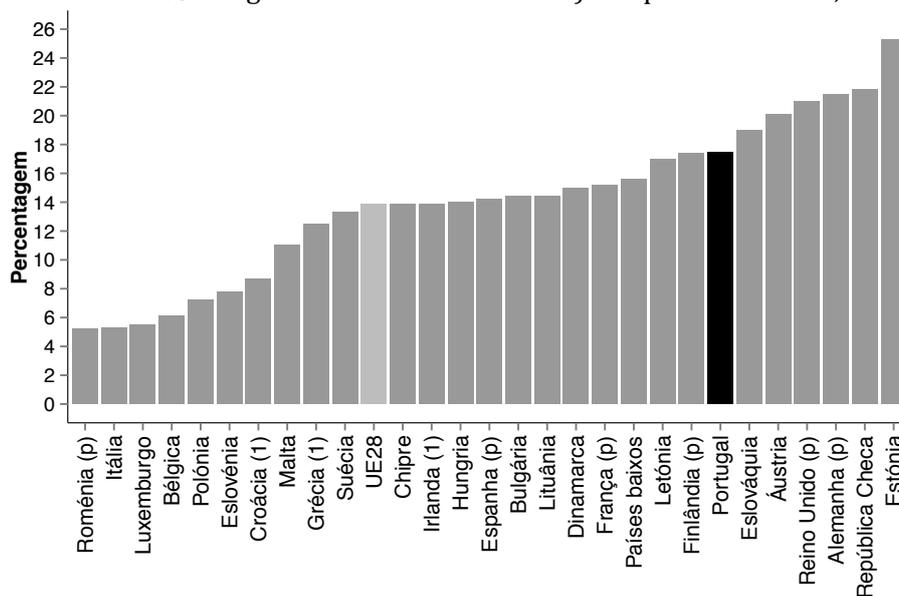
Desigualdades salariais entre homens e mulheres devido a possíveis discriminações contra as mulheres são cada vez mais raras dentro da UE28 devido à implementação de legislações para o efeito – para além de também serem difíceis de medir. Portanto, estas diferenças salariais, dentro dos países e entre os países da UE28, também se devem a outros fatores específicos das características do mercado laboral e das políticas de cada país.

Por exemplo, na Áustria e na Alemanha, a elevada desigualdade salarial é explicada por uma elevada prevalência de trabalho a tempo parcial, especialmente entre as mulheres com responsabilidades no cuidado às crianças (OECD, 2011 e 2017b). Enquanto os homens trabalham, maioritariamente, a tempo inteiro, nestes países, as mulheres com filhos tendem a trabalhar a tempo parcial (Aisenbrey e Fasang, 2017), sendo este tipo de trabalho, por vezes, associado a salários mais baixos (Mendes et al., 2006; Charles, 2011) e a opções mais restritas na contribuição para as pensões de reforma (Liebig et al., 2015). Igualmente, a interrupção das carreiras das mulheres devido à maternidade também pode contribuir para as diferenças observadas.

Em Portugal, apesar da atual elevada taxa de emprego feminino total (62%), a diferença salarial entre homens e mulheres é ainda acentuada (Figura 4.2.7). Os rendimentos em Portugal são, geralmente, mais baixos do que os rendimentos nos restantes países da UE28 e, segundo Rodrigues (1999), os rendimentos tendem a ser mais altos em determinados grupos da população, contribuindo assim para a elevada desigualdade entre homens e mulheres.

No entanto, sejam quais forem as causas de maiores desigualdades salariais entre homens e mulheres dentro de cada país e entre os diferentes países da UE28, numa perspectiva do rendimento familiar, facto é que, em média, as mulheres Europeias continuam a contribuir menos do que os homens para o seu rendimento familiar. Como tal, segundo alguns autores, estas desigualdades são consideradas como determinantes da baixa fecundidade (McDonald, 2000a, 2000b e 2006; Mills et al., 2011; Basten et al., 2013; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017).

Figura 4.2.7 Diferença salarial entre homens e mulheres (diferença entre os ganhos médios brutos por hora dos empregados do sexo masculino e feminino em % dos ganhos brutos masculinos) nos países da UE28, em 2016



Nota: (1) dados relativos a 2014; (p) dados provisórios.

Fonte: Eurostat

IV.3 Discussão dos resultados e conclusões

A análise aos indicadores demográficos relativos à fecundidade desde 1960 em Portugal e nos restantes países da Europa, permitiu comparar e avaliar a redução do *quantum* e o adiamento do *tempo* do nascimento dos filhos. Já a caracterização dos países no que respeita às políticas de despesa pública, assim como à participação feminina no mercado de trabalho ou a desigualdades salariais entre homens e mulheres, permitiram enquadrar as diferenças observadas nos indicadores demográficos da fecundidade.

Em primeiro lugar, confirma-se que Portugal acompanha os restantes países do Sul no que respeita à redução e ao adiamento da fecundidade (Adsera, 2004; Frejka e Sobotka, 2008; Mendes, 2006; Mendes, 2012; Mendes et al., 2016; Sobotka, 2016). Apesar da tendência de redução do *quantum*, acompanhada por um adiamento do *tempo*, ter ocorrido décadas mais cedo na Europa do norte, os países da Europa do sul vieram a sofrer as mesmas alterações nos padrões de fecundidade, embora ainda mais acentuadas (Sobotka, 2004 e 2013; Kohler et al., 2006; Lesthaeghe, 2010; Basten et al., 2013; Mendes et al., 2016; Sobotka, 2016). Efetivamente, desde a década de 80 do século passado, apesar do abrandamento verificado entre 2000 e 2010, os países do Sul viram o ISF reduzir e a idade

média ao nascimento dos filhos, e do primeiro filho, aumentar de forma intensificada, atingindo os valores mais extremos da UE28 em 2016.

Atualmente, no grupo de países com um ISF abaixo de 1,4 e mais próximo do *lowest-low fertility level*, encontram-se todos os países da Europa do sul. Contrariamente, países como a França, Suécia, Irlanda, Reino Unido e Dinamarca apresentam os ISF mais altos de toda a Europa (iguais ou superiores a 1,79 filhos por mulher).

É também na Europa do sul que as mulheres têm filhos cada vez mais tarde, inclusive o primeiro filho. Porém, desde a década de 90 do século passado, um pouco por toda a Europa, confirma-se que as idades médias ao nascimento dos filhos e do primeiro filho têm vindo, não só a aumentar, mas também a se aproximar (Sobotka, 2004; Mendes, 2012; Balbo et al., 2013; Sobotka, 2013; Tomé, 2015; Mendes et al., 2016; Sobotka, 2016). Embora a diferença entre estas idades se tenha mantido relativamente constante nos países da Europa do norte, nas restantes regiões da UE28, os resultados mostram que as mulheres tendem a ter o primeiro filho mais tarde e em idades cada vez mais próximas da idade média ao nascimento dos filhos, indicando, das duas uma: 1) ou as mulheres têm filhos mais tarde e tendem a ter apenas um; 2) ou têm mais filhos, mas reduzem o espaçamento entre nascimentos.

Nos países do Sul, a par dos países da Europa de leste, os resultados obtidos na análise da idade média das mães ao nascimento dos segundos e terceiros filhos (ou mais) parecem apontar para a segunda hipótese, pois verifica-se um menor espaçamento entre os nascimentos de segunda ordem e os nascimentos de terceira ordem ou superior. Deste modo, nestes países, após um maior adiamento do nascimento do primeiro e segundo filhos – devido ao tempo dedicado a obter um maior nível de escolaridade ou a garantir uma maior estabilidade no mercado de trabalho (Sobotka, 2004 e 2013) – quando têm mais filhos, as mulheres são mais susceptíveis de concentrar os nascimentos de ordens superiores em intervalos de tempo cada vez mais reduzidos (Kohler et al., 2002 e 2006).

Existem ainda algumas diferenças em termos de comportamentos dos Europeus, especialmente no que respeita aos modelos de formação e composição da família. Os países da Europa do Sul são, geralmente, mais religiosos e com

valores mais tradicionais em relação à família (Mínguez e Crespi, 2017). O casamento, como instituição, ainda é importante e, como consequência, os nascimentos fora do casamento não são tão comuns. No entanto, neste sentido, confirma-se que Portugal (a par da Espanha) claramente se distancia dos restantes países do Sul, especialmente após o final dos anos 70 do século passado (Lesthaeghe, 2010; Mendes, 2012; Basten et al., 2013; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016; Ramos et al., 2016).

Em Portugal, os resultados confirmam o efeito das transformações implicadas na Segunda Transição Demográfica (van de Kaa, 2002; Rydell, 2002; Sobotka, 2008 e 2013; Lesthaeghe, 2010) e, no que respeita à proporção de nascimentos fora do casamento, os Portugueses apresentam comportamentos mais próximos dos Nórdicos (Basten et al., 2013; Mendes et al., 2016). Atualmente, mais de metade dos nascimentos ocorre fora do casamento, proporção esta que já é superior à verificada na generalidade dos países Europa do norte. Em oposição, atualmente, na Grécia e no Chipre esta proporção não atingiu um quinto dos nascimentos e em Itália ficou pouco a cima de um quarto dos nascimentos. Já os Espanhóis estão mais próximos do comportamento dos Portugueses, embora a proporção de nascimentos fora do casamento ainda não tenha atingido metade dos nascimentos. No entanto, concluímos que, quando casam, os Portugueses tendem a fazê-lo mais cedo do que nas restantes regiões da UE28, sendo que os homens tendem a casar-se mais tarde do que as mulheres. Não obstante, na generalidade dos países em análise, confirma-se o adiamento da idade ao primeiro casamento (Rydell, 2002).

Segundo a literatura, as alterações comportamentais no quadro da Segunda Transição Demográfica, em especial o padrão de adiamento do *tempo*, afetam os níveis de fecundidade e podem contribuir para que estes se mantenham em níveis relativamente baixos (Kohler e Ortega, 2002; Kohler et al., 2002 e 2006; Sobotka, 2004 e 2013; Basten et al., 2013). No entanto, apesar da Suécia, Dinamarca, França ou Reino Unido, terem sofrido a generalidade dos efeitos da STD mais cedo do que em Portugal ou nos restantes países do Sul (Sobotka, 2004; Kohler et al., 2006), atualmente, são também estes países que apresentam níveis de fecundidade mais elevados. Portanto, é de esperar que existam outros fatores que fazem manter o declínio da fecundidade em Portugal.

De facto, segundo alguns autores, a conjuntura económica, que se reflete também nas taxas de emprego, e as políticas de intervenção na área da proteção social condicionam as decisões de fecundidade dos indivíduos (Cigno e Rosati, 1992; Adsera, 2004; Mayer, 2004; Buchholz et al., 2009; Balbo et al., 2013; Aisenbrey e Fasang, 2017; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017).

No que respeita ao mercado laboral, atualmente, os países com maiores taxas de emprego feminino estão também entre os países da UE28 com os níveis de fecundidade mais elevados, verificando-se uma alteração de comportamentos em comparação às décadas anteriores a 1980. De facto, os resultados confirmam que na maioria dos países com ISF mais elevados, nomeadamente, na Dinamarca, Suécia e Reino Unido, a taxa de emprego feminino é também das mais elevadas (Adsera, 2004 e 2011; Kohler et al., 2006; Balbo et al., 2013; Hanappi et al., 2017).

Apesar das mulheres Portuguesas com maiores níveis de escolaridade apresentarem uma elevada participação no mercado de trabalho (81%), a taxa de emprego feminino total é consideravelmente mais baixa (62%), sendo este um fator que pode explicar os baixos níveis de fecundidade em Portugal. Contudo, a taxa de emprego feminino em França (61%) é semelhante à taxa de emprego em Portugal (62%) e o ISF é muito mais baixo no nosso país (1,36 em Portugal e 1,92 em França em 2016). Estas diferenças podem estar relacionadas com o facto de, em França, haver uma menor desigualdade salarial entre homens e mulheres ou com o facto do estado Francês proporcionar um maior apoio direcionado à proteção social (o mais elevado em toda a UE28 em 2016), em particular ao sistema de saúde e de pensões, assim como às famílias e crianças. De outra perspectiva, a permanência dos baixos índices de fecundidade em Portugal pode ser explicada pelo apoio limitado por parte do estado Português no que respeita à conciliação entre trabalho e família ou pelas desigualdades entre homens e mulheres que ainda prevalecem no país.

Deste modo, os resultados vão ao encontro da teoria, sendo que em países onde predominam menores desigualdades salariais entre homens e mulheres, os níveis de fecundidade tendem a ser mais elevados (McDonald, 2000a, 2000b e 2006; Mills et al., 2011; Basten et al., 2013; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017).

Adicionalmente, confirmamos que os sistemas que provisionam um maior suporte de reconciliação entre o trabalho e família – nomeadamente, a Dinamarca, Suécia, Reino Unido e França – ajudam a evitar baixos níveis de fecundidade (Rydell, 2002; Hofmeister et al., 2006; Toulemon et al., 2008; OECD, 2011; Andersson, 2012; Neyer, 2012; Basten et al., 2013; Sobotka, 2013; Sobotka, 2016; Hanappi et al., 2017). Contrariamente, esperam-se níveis de fecundidade mais baixos nos países do Sul que continuam a sofrer as consequências das incertezas económicas resultantes da crise de 2008 (Basten et al., 2013; Sobotka, 2013; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017), sendo também nestes países que as mulheres recebem um apoio mais limitado ou até insuficiente para a reconciliação entre trabalho e família (Sobotka, 2016; Beaujouan e Berghammer, 2017).

Os resultados permitem concluir que o declínio da fecundidade Europeia deve-se a inúmeras transformações que ocorreram ao longo das últimas décadas. A par de transformações socioeconómicas e das mudanças comportamentais dos Europeus no quadro da Segunda Transição Demográfica, concluímos que baixos índices de fecundidade são também um resultado dos diferentes contextos governamentais e do estado social dos países.

Após a análise aos indicadores demográficos relativos à fecundidade desde 1960, em Portugal e na Europa, e face à atual conjuntura de baixíssima fecundidade, importa agora analisar as mudanças comportamentais ocorridas em Portugal nos últimos anos, analisando os nascimentos ocorridos entre 2010 e 2016, em particular os nascimentos de primeira ordem, consoante o contexto parental.

V. Trajetórias recentes dos nascimentos em Portugal

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o número de nascimentos ocorridos em Portugal tem vindo a diminuir. Apesar de se ter registado um ligeiro aumento em 2000, e, mais recentemente, em 2015 e 2016; desde o final da década de 70, assistimos a um acentuado declínio do número de nascimentos em Portugal.

De forma a compreender as mudanças comportamentais ocorridas nos últimos anos em Portugal, neste capítulo, temos como objetivo analisar os dados individuais dos nascimentos entre 2010 e 2016, disponibilizados pelo INE. A escolha deste período está relacionada com o facto de estarmos perante um período conturbado devido à crise económica com início em 2008, bem como com a possibilidade de conjugar uma comparação entre esta análise e análise da situação Portuguesa em 2013, explorada nos capítulos subsequentes.

Com esta análise, pretende-se, sobretudo, perceber o que caracteriza aqueles indivíduos que têm apenas um filho e quais as mudanças que têm vindo a ocorrer ao longo dos últimos anos, em termos de comportamentos entre os indivíduos mais jovens e menos jovens. Desta forma, pretende-se compreender se os mais jovens manterão ou não o mesmo modelo comportamental – reduzido número de filhos, a tender para 1, adiando esse nascimento para idades cada vez mais avançadas dentro do seu período fértil. Importa, também, perceber se os Portugueses continuam a adiar, não apenas os nascimentos de primeiros filhos, mas também os nascimentos de ordens superiores ou se, contrariamente, estão a reduzir o espaçamento entre os nascimentos de ordens superiores.

Além disso, é importante perceber se, entre os mais jovens, o adiamento do nascimento dos filhos continua a ser mais comum entre aqueles com níveis de escolaridade superior (Van de Kaa, 2002; Adsera, 2005; Kohler et al., 2006; Lutz, 2006; McDonald, 2006 e 2008; Mendes et al., 2006; Sobotka et al., 2017) ou se também aqueles com níveis de escolaridade mais baixos estão a adiar o nascimento dos filhos.

Sendo a estabilidade no mercado de trabalho um fator com elevada influência nas decisões de fecundidade dos indivíduos (Livi-Bacci, 2001; Adsera, 2005; Philipov, 2009), importa também caracterizar os nascimentos em Portugal

consoante a condição perante o trabalho dos pais e verificar se existem diferenças comportamentais entre os mais jovens e menos jovens.

Tendo em conta as alterações comportamentais ocorridas na sociedade Portuguesa ao longo das últimas décadas, como, por exemplo, as mudanças nos padrões de formação e composição da família (Mendes, 1987; Almeida et al., 1998; Almeida et al., 2002; Cunha, 2005a e 2012a; Wall e Guerreiro, 2005; Wall, 2010; Wall et al., 2014; Mendes, 2016), pretendemos, ainda, compreender se o número de casais a ter filhos fora do casamento continua a aumentar entre os mais jovens.

No Subcapítulo V.1, começamos por caracterizar os nascimentos em Portugal, consoante o ano de nascimento, a idade da mãe, a ordem do nascimento, a filiação, o nível de escolaridade da mãe e do pai, a condição perante o trabalho dos pais, e, finalmente, o espaçamento (em anos) entre nascimentos (apenas para nascimentos de segunda ordem ou superior). Posteriormente, no Subcapítulo V.2, recorreremos às mesmas variáveis, mas consideramos apenas os nascimentos de primeira ordem.

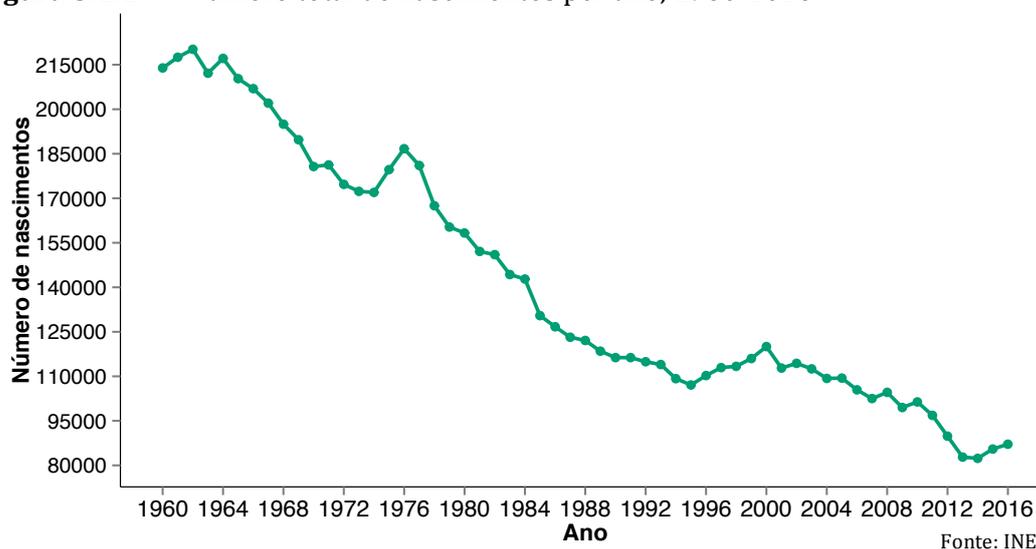
Ao longo deste capítulo, para analisar o efeito das gerações (quer da mãe, como do pai) e detectar possíveis alterações comportamentais, consideramos dois grupos de indivíduos: 1) os mais jovens, com idades até aos 29 anos; 2) os menos jovens, com idades iguais ou superiores a 30 anos. A escolha destes dois grupos etários, está relacionada com o facto de, nos últimos anos, existir uma concentração de nascimentos em torno dos 30 anos. Adicionalmente, tendo em conta que o limite biológico dos pais é menos limitado do que o das mães e, conseqüentemente, a idade dos pais é menos diferenciadora do que a das mães, apenas recorreremos à idade do pai no caso em que analisamos o número total de nascimentos, a ordem do nascimento e o nível de escolaridade e condição perante o trabalho do pai.

Importa também referir que todos os gráficos e tabelas deste capítulo foram elaborados a partir da fonte de dados do INE, 2017.

V.1 Tendências da última década: entre o adiamento e a recuperação

Desde meados da década de 60 do século XX, assistimos a um declínio do número de nascimentos em Portugal. Apesar de uma ligeira recuperação logo após a revolução de abril de 74 (Figura 5.1.1), a partir de 1976, o número de nascimentos diminuiu de tal forma que, 10 anos depois, ocorreram menos 32% dos nascimentos registados em 1976. Em 1996, 20 anos depois, registaram-se menos 41% de nascimentos, 30 anos depois (em 2006) menos 44% e, em 2016, nasceram menos 53% crianças relativamente a 1976.

Figura 5.1.1 Número total de nascimentos por ano, 1960-2016



Se em 2010 o número de nascimentos ultrapassou os 100000, a partir desse ano a tendência decrescente manteve-se, sendo que em 2013 este número ficou pela primeira vez abaixo dos 90000 nascimentos e em 2014 atingiu o valor mais baixo alguma vez registado em Portugal (Tabela 5.1.1). Até 2014 verificou-se uma tendência de decréscimo do número de nascimentos e, apesar do ligeiro aumento nos anos seguintes a 2014, o número de nascimentos em 2015 e 2016 permaneceu inferior a 90000 (Tabela 5.1.1).

Ao analisar o número de nascimentos pelo grupo etário da mãe (Figura 5.1.2a) e do pai (Figura 5.1.2b), verifica-se que, entre 2010 e 2016, a maioria dos nascimentos ocorreu para aqueles indivíduos com 30 anos ou mais. Nestas idades, o número de nascimentos é inferior no caso das mães do que no caso dos

pais. Contrariamente, entre os mais jovens, o maior número de nascimentos ocorre no grupo das mães. Este resultado é um reflexo do facto das mulheres tenderem a ter filhos mais cedo do que os homens.

Tabela 5.1.1 Número total de nascimentos por ano e diferença (%) face ao ano anterior

Número total de nascimentos por ano						
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
101507	96993	90035	83119	82613	85779	87440
Decréscimo (-) ou aumento (+) do número de nascimentos face ao ano anterior (%)						
+2%	-4%	-7%	-8%	-1%	+4%	+2%

Entre os mais jovens (tanto mães, como pais), o número de nascimentos tem vindo a decrescer ao longo dos últimos anos (Figuras 5.1.2a e 5.1.2b). No entanto, para os indivíduos com 30 anos ou mais, verificou-se um aumento do número de nascimentos entre 2013 e 2016. De facto, ao analisar a diferença da proporção de nascimentos entre os mais jovens e menos jovens ao longo dos anos (Figuras 5.1.3a e 5.1.3b), constata-se que a proporção de nascimentos nas idades mais avançadas tem vindo a aumentar. Desta forma, numa primeira análise, pode-se verificar o efeito do adiamento dos nascimentos para idades mais avançadas, sendo os indivíduos mais propensos a recuperar o número de filhos depois dos 30 anos.

Figura 5.1.2 Número total de nascimentos por ano, pela idade da mãe (a) e do pai (b)

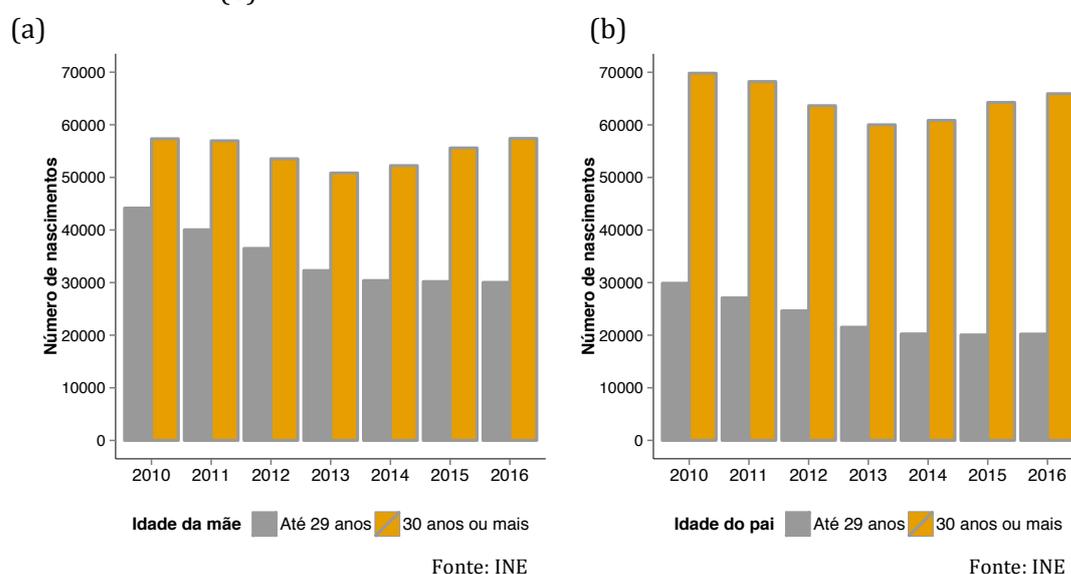
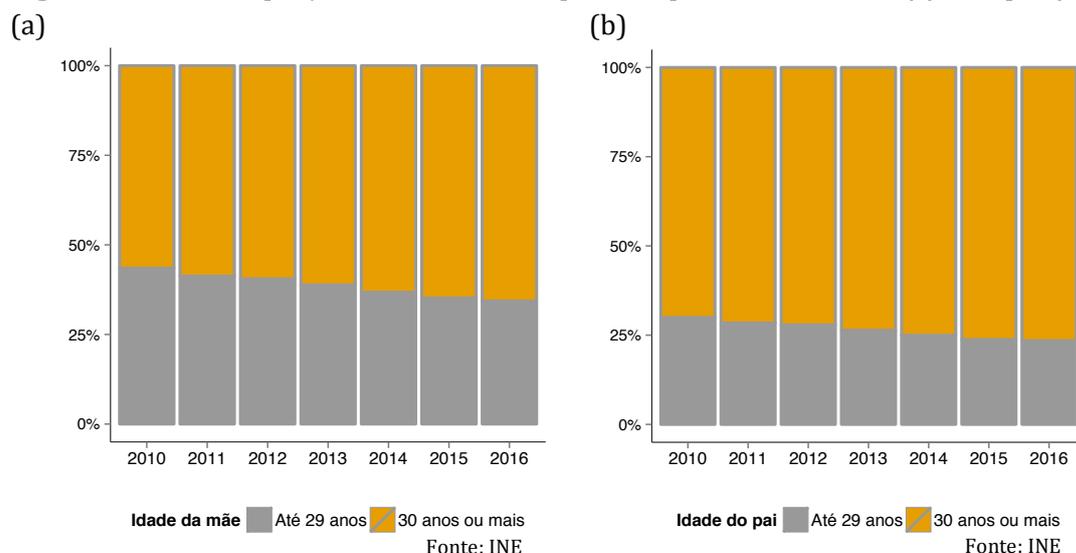


Figura 5.1.3 Proporção de nascimentos por ano, pela idade da mãe (a) e do pai (b)

Ao desagregar o número de nascimentos pela ordem de nascimento, conclui-se que na generalidade dos anos, a maioria dos nascimentos são de primeira ordem, seguindo-se nascimentos de segunda, terceira e quarta ordem ou superior (Tabela 5.1.2). Porém, entre 2013 e 2016, a proporção de nascimentos de primeira ordem diminuiu, tendo a proporção de nascimentos de segunda ordem aumentado (Tabela 5.1.2).

Tabela 5.1.2 Número total e percentagem de nascimentos pela ordem de nascimento e por ano

	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a +
2010	53525 (53%)	35845 (35%)	8865 (9%)	3163 (3%)
2011	51386 (53%)	34252 (35%)	8297 (9%)	2928 (3%)
2012	48841 (54%)	30581 (34%)	7755 (9%)	2687 (3%)
2013	45913 (55%)	27680 (33%)	6970 (9%)	2556 (3%)
2014	44483 (54%)	28642 (35%)	7002 (8%)	2486 (3%)
2015	45058 (53%)	31020 (36%)	7217 (8%)	2484 (3%)
2016	45433 (52%)	31647 (36%)	7632 (9%)	2728 (3%)

Em 2010, a maioria dos nascimentos de primeira ordem ocorreu entre as mães mais jovens (Figura 5.1.4a) e entre pais com 30 anos ou mais (Figura 5.1.4b). No entanto, a partir de 2013, no caso das mães, esta situação inverteu-se, sendo que, atualmente, a maioria dos nascimentos de primeira ordem ocorre também para as mães com 30 anos ou mais (Figura 5.1.4a). Já maioria dos

nascimentos de segunda ordem ou superior ocorreu no segundo grupo etário, sendo esta tendência semelhante tanto para as mães como para os pais.

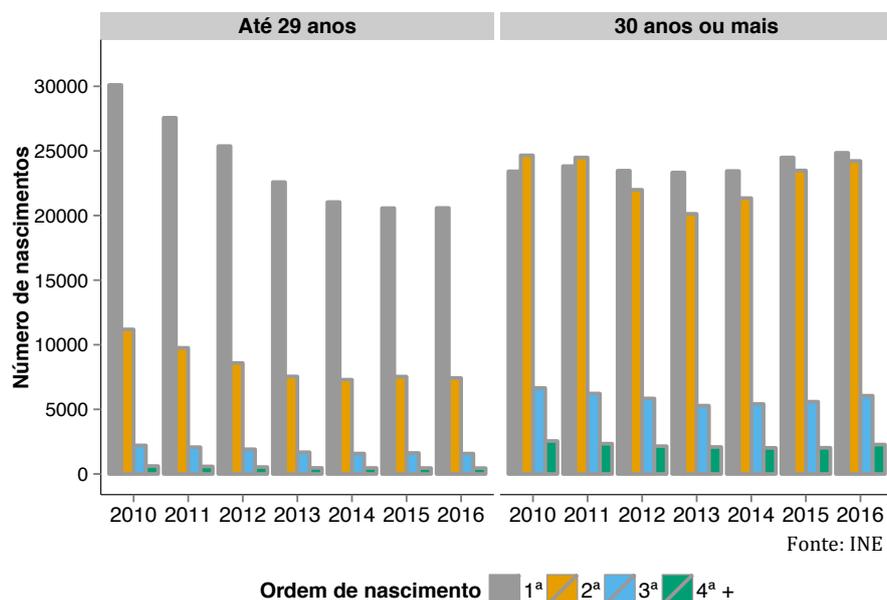
Entre as mães (Figura 5.1.4a) e pais (Figura 5.1.4b) mais jovens, o número de nascimentos de primeira ordem tem vindo a diminuir ao longo dos anos. Contrariamente, os nascimentos de segunda ordem aumentaram ligeiramente em 2015 e 2016, face ao ano de 2014. Deste modo, o decréscimo do número total de nascimentos neste grupo etário deve-se, maioritariamente, ao decréscimo dos nascimentos de primeiros filhos.

Ao analisar os indivíduos com 30 ou mais anos, em 2010 e 2011, o número de nascimentos pela ordem do nascimento divergiu entre as mães e os pais (Figuras 5.1.4a e 5.1.4b). Ao contrário dos pais, nestes anos, as mães com 30 anos ou mais, tiveram mais segundos filhos do que primeiros filhos. No entanto, nos anos seguintes, esta tendência inverteu-se, tendo as mulheres acompanhado o comportamento dos homens.

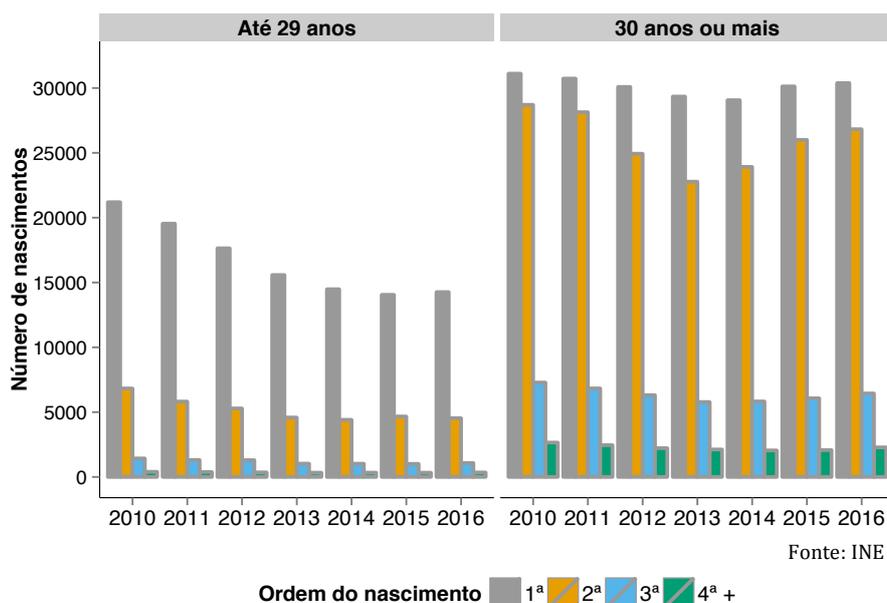
Entre aqueles com 30 ou mais anos, importa destacar também o aumento significativo de nascimentos de segunda ordem entre 2013 e 2016 – a par do aumento de nascimentos de primeira e terceira ordem, embora não tão expressivos (Figuras 5.1.4a e 5.1.4b). Deste modo, o aumento do número total de nascimentos verificado entre 2013 e 2016 para os indivíduos com 30 ou mais anos (Figuras 5.1.2a e 5.1.2b), deve-se, em grande parte, aos nascimentos de segundos filhos.

Figura 5.1.4 Número total nascimentos por ano, pela ordem de nascimento, pela idade da mãe (a) e do pai (b)

(a)



(b)

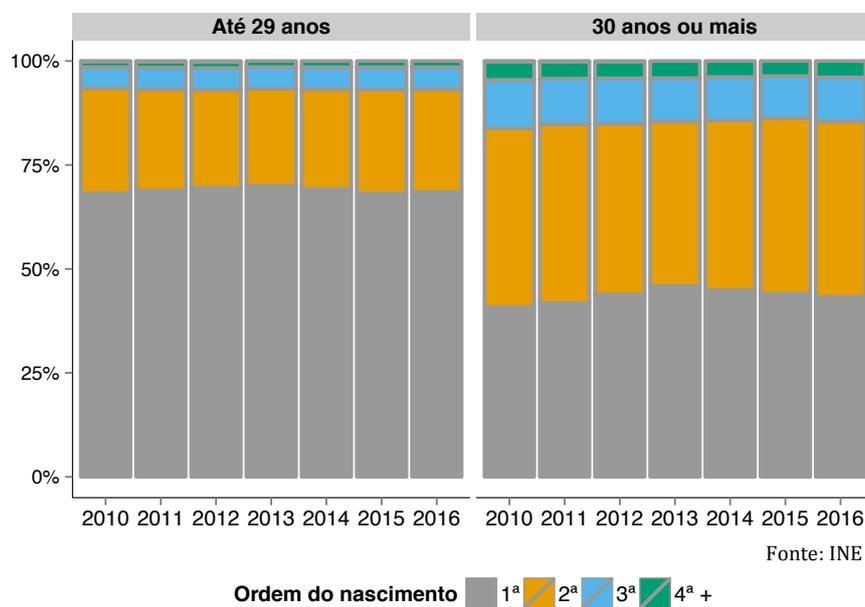


Repare-se que, apesar da redução de nascimentos de primeira ordem verificada entre os mais jovens e do aumento dos nascimentos de segunda ordem entre os mais velhos, a proporção de nascimentos consoante a ordem do nascimento mantém-se relativamente estável ao longo dos anos (Figuras 5.1.5a e 5.1.5b). No entanto, para ambos os pais de ambos os grupos etários, é no ano 2013, no qual se registou o ISF mínimo em Portugal, que a proporção de

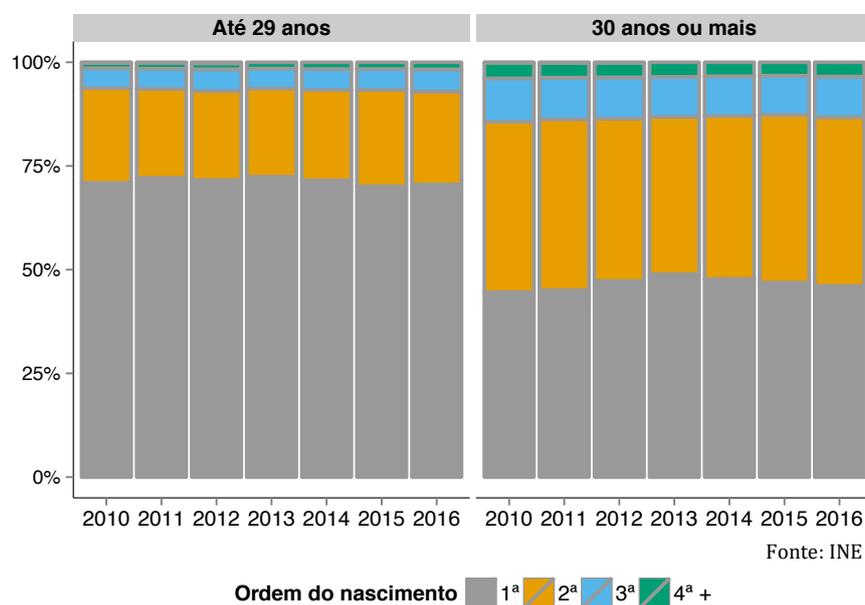
nascimentos de primeiros filhos foi superior e a proporção de nascimentos de segunda ordem foi inferior.

Figura 5.1.5 Proporção de nascimentos por ano, pela ordem de nascimento, pela idade da mãe (a) e do pai (b)

(a)



(b)

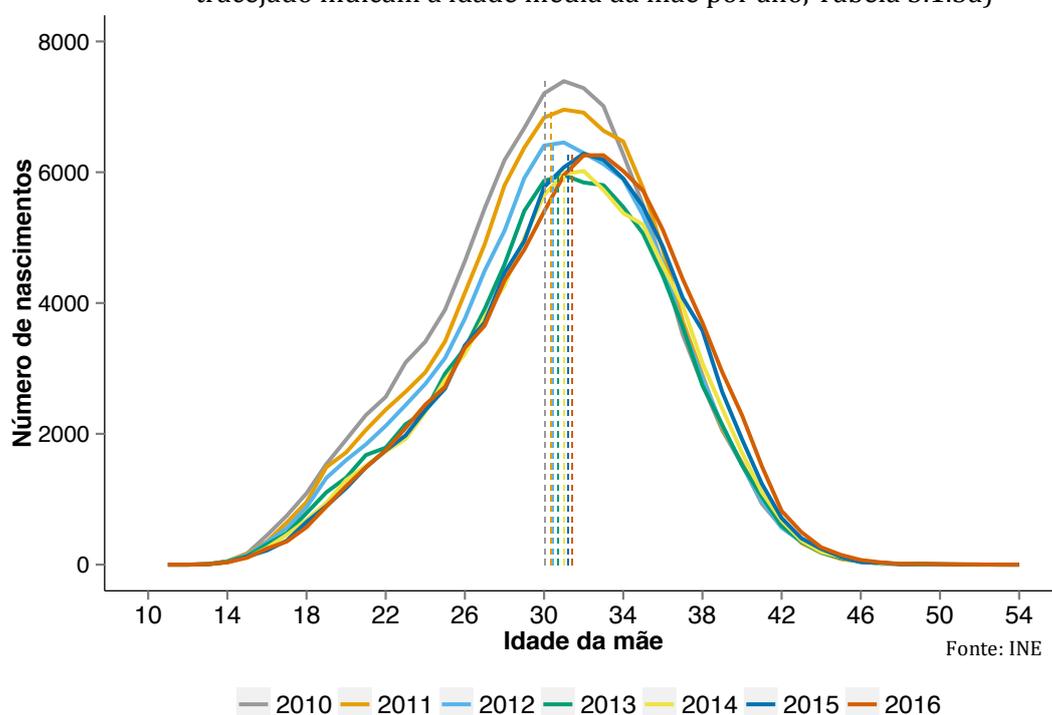


Entre 2010 e 2016, o número total de nascimentos, concentrou-se, maioritariamente, para mães com idades até aos 30 e 32 anos (valores medianos da idade da mãe em 2010 e 2016, respetivamente). Em 2016, para além da maioria dos nascimentos ter ocorrido para mães até dois anos velhas do que em

2010, a idade média das mulheres ao nascimento dos filhos também aumentou (cerca de 1 ano), tendo atingido um valor máximo em 2016, 31,4 anos (Tabela 5.1.3a).

A partir da Figura 5.1.6, confirmamos que para além do decréscimo do número de nascimentos entre 2010 e 2016, as mães Portuguesas também têm vindo a adiar o nascimento dos filhos. Entre 2010 e 2016, há um maior espaçamento do nascimento dos filhos até aos 35 anos. Apenas a partir desta idade é que as curvas da Figura 5.1.6 se sobrepõem e, apesar de nos últimos anos existirem mais mulheres a ter filhos depois dos 35 anos, a recuperação dos nascimentos ocorre em limites mais estreitos. De facto, a idade média das mães ao nascimento dos filhos tende a aumentar, porém o limite biológico das mulheres continua a ser o mesmo. Deste modo, o tempo de recuperação dos nascimentos é mais limitado, resultando uma incompleta recuperação dos nascimentos uma vez adiados.

Figura 5.1.6 Número total de nascimentos pela idade da mãe, por ano (as linhas a tracejado indicam a idade média da mãe por ano, Tabela 5.1.3a)



Ao analisar a idade média da mãe pela ordem de nascimento (Tabela 5.1.3b), verifica-se que a idade média ao nascimento dos filhos aumenta para

ordens superiores. No total dos anos em análise, os nascimentos de primeira ordem ocorreram, em média, para mães com cerca de 29 anos e os de quarta ordem ou superior para mães com 34,4 anos, em média (Tabela 5.1.3c).

Contudo, entre 2010 e 2016, o maior aumento da idade média das mães ocorreu para os nascimentos de primeira ordem, tendo aumentado cerca de 1,5 anos (Tabela 5.1.3d). Apesar do adiamento do nascimento do primeiro filho ser mais acentuado nos últimos anos, a idade média ao nascimento do segundo filho também aumentou cerca de 1,3 anos entre 2010 e 2016. O mesmo se verificou relativamente à idade média ao nascimento do terceiro filho, tendo aumentado cerca de 0,9 anos. No caso dos nascimentos de quarta ordem ou superior, o aumento da idade média das mães, entre 2010 e 2016, não foi tão acentuado (0,63 anos).

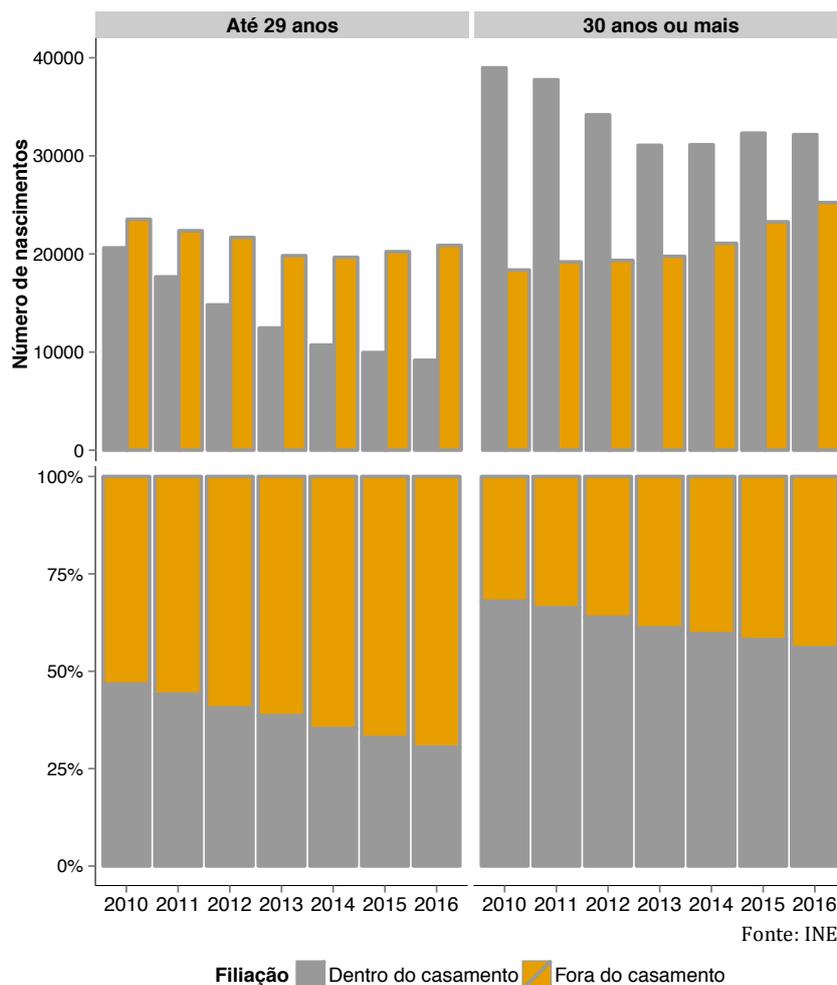
Tabela 5.1.3 Idade média da mãe ao nascimento dos filhos por ano (a), idade média da mãe pela ordem de nascimento e por ano (b), idade média da mãe pela ordem de nascimento no total dos anos (c) e aumento da idade média da mãe entre 2010 e 2016 pela ordem de nascimento (d)

	(a)		(b)							
			1 ^a		2 ^a		3 ^a		4 ^a ou superior	
	média	sd	média	sd	média	sd	média	sd	média	sd
2010	30,06	5,61	28,36	5,50	31,50	4,99	32,99	5,17	34,14	5,17
2011	30,35	5,60	28,67	5,52	31,88	4,94	33,09	5,23	34,16	5,07
2012	30,47	5,64	28,87	5,54	32,01	5,03	33,21	5,33	34,18	5,16
2013	30,71	5,64	29,21	5,59	32,17	5,03	33,38	5,29	34,38	5,14
2014	31,00	5,63	29,47	5,61	32,43	5,01	33,59	5,28	34,43	5,14
2015	31,22	5,59	29,71	5,61	32,61	4,98	33,61	5,23	34,43	5,03
2016	31,42	5,68	29,83	5,74	32,83	4,98	33,91	5,22	34,77	5,11
	(c)		29,13	5,6	32,18	5,01	33,40	5,23	34,35	5,13
	(d)		1,47		1,33		0,92		0,63	

O número de nascimentos consoante a filiação diverge entre o grupo mais jovens e menos jovens (Figura 5.1.7). Para as mães mais jovens, em todos os anos, o maior número de nascimentos ocorreu fora do casamento, ao contrário do que se verificou para mães com 30 anos ou mais. Porém, entre 2010 e 2016, apesar de mais acentuado entre as mães até aos 29 anos, também para aquelas com 30 ou mais anos, verifica-se um decréscimo do número de nascimentos ocorridos dentro do casamento.

Contrariamente, o número de nascimentos ocorridos fora do casamento tem vindo a ganhar uma maior expressão, mesmo junto das gerações mais avançadas. De facto, mesmo que em menor proporção junto das mães com 30 anos ou mais, conclui-se que, entre 2010 e 2016, a proporção de nascimentos fora do casamento tem vindo a aumentar de forma constante (Figura 5.1.7).

Figura 5.1.7 Número total e proporção de nascimentos por ano, por filiação, pela idade da mãe

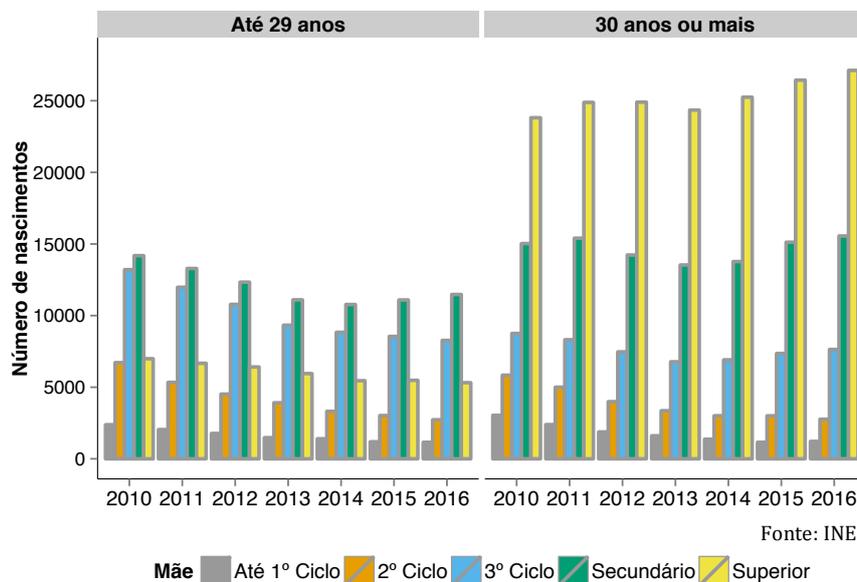


Se, entre os mais jovens, predominam nascimentos para os pais com níveis de escolaridade mais baixos, entre aqueles com 30 anos ou mais, o número de nascimentos é superior para aqueles com níveis de escolaridade mais elevados, especialmente entre as mães (Figuras 5.1.8a e 5.1.8b). De facto, em ambos os grupos etários, o número de nascimentos é maior para as mães com nível de escolaridade superior do que para os pais com o mesmo nível de

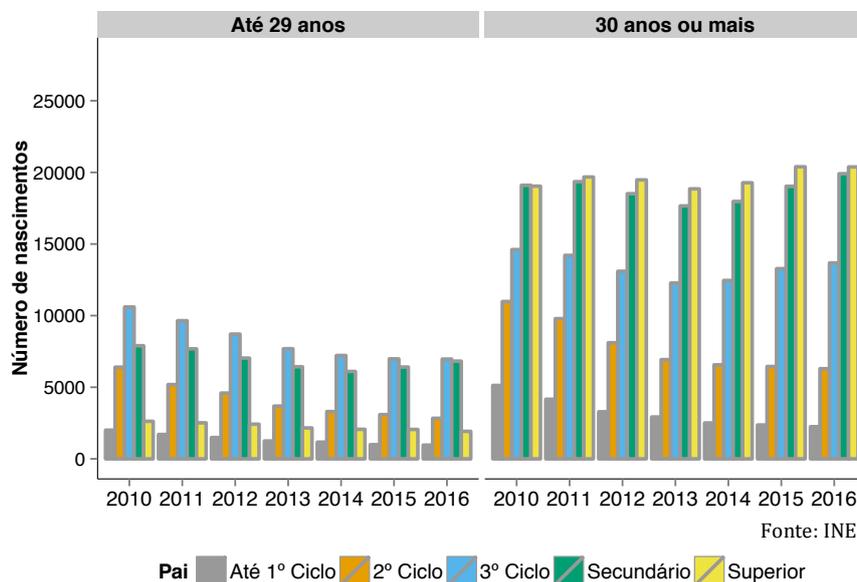
escolaridade, sendo esta diferença mais acentuada entre aqueles com 30 ou mais anos.

Figura 5.1.8 Número total de nascimentos por ano, pelo nível de escolaridade da mãe e idade da mãe (a), pelo nível de escolaridade do pai e idade do pai (b)

(a)



(b)

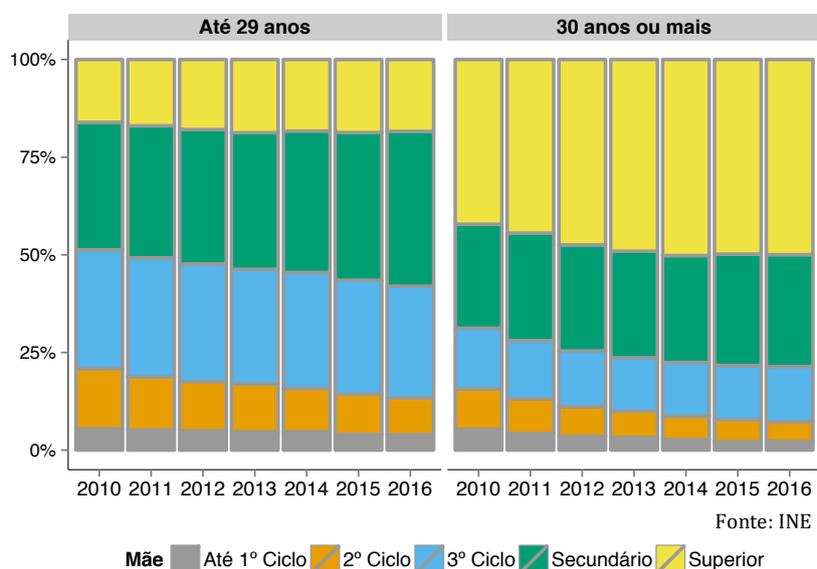


A análise da proporção de nascimentos em cada ano, consoante o nível de escolaridade das mães e dos pais, dá-nos outra perspectiva sobre as alterações dos nascimentos em Portugal. Em 2010, a maior proporção de nascimentos entre as mães mais jovens ocorreu para aquelas com nível de escolaridade até ao 3º Ciclo (Figura 5.1.9a). Porém, esta tendência inverteu-se nos anos seguintes e,

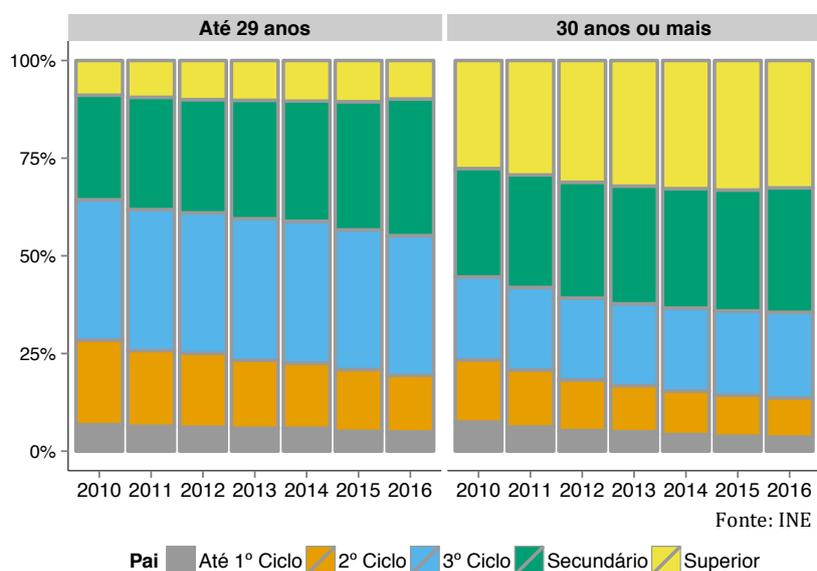
desde 2011, a maioria dos nascimentos ocorre para as mães com um nível de escolaridade secundário ou superior. Apesar da proporção de nascimentos cujos pais têm um nível de escolaridade até ao 3º Ciclo ainda predominar entre os mais jovens, esta proporção também tem vindo a diminuir ao longo dos anos (Figura 5.1.9b). Entre aqueles com 30 ou mais anos, a proporção de nascimentos entre mães e pais com o ensino secundário e superior tem vindo a ganhar uma maior expressão. No entanto, em 2016, esta proporção continua a ser inferior para os homens do que para as mulheres do mesmo grupo etário (60% para os pais e 78% para as mães).

Figura 5.1.9 Proporção de nascimentos por ano, pelo nível de escolaridade da mãe e idade da mãe (a), pelo nível de escolaridade do pai e idade do pai (b)

(a)



(b)



Em qualquer ano em análise e para ambos os grupos etários, a maioria dos nascimentos ocorreu para pais e mães que estavam empregados(as) (Figuras 5.1.10a e 5.1.10b). No entanto, esta proporção é claramente superior para os pais com 30 anos ou mais e inferior para as mães mais jovens (Figuras 5.1.11a e 5.1.11b). Repare-se, ainda, que, entre 2012 e 2014, para ambos os grupos etários, a proporção de nascimentos diminuiu tanto para os pais como para as mães que estavam empregados(as), tendo aumentado para aqueles que se encontravam à procura de novo emprego ou que estavam inativos (Figuras 5.1.11a e 5.1.11b).

Figura 5.1.10 Número total de nascimentos por ano, pela condição perante o trabalho da mãe e idade da mãe (a), pela condição perante o trabalho do pai e idade do pai (b)

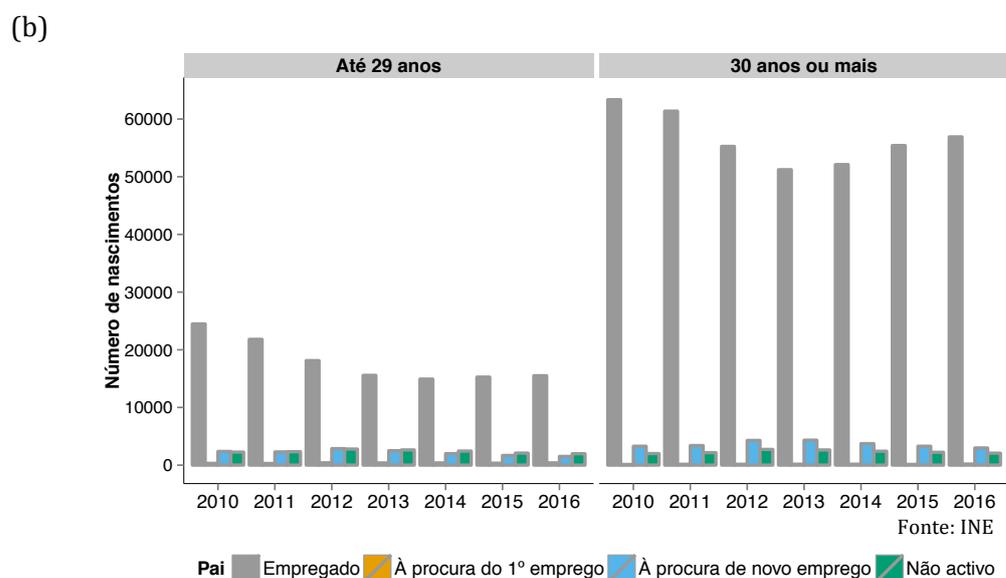
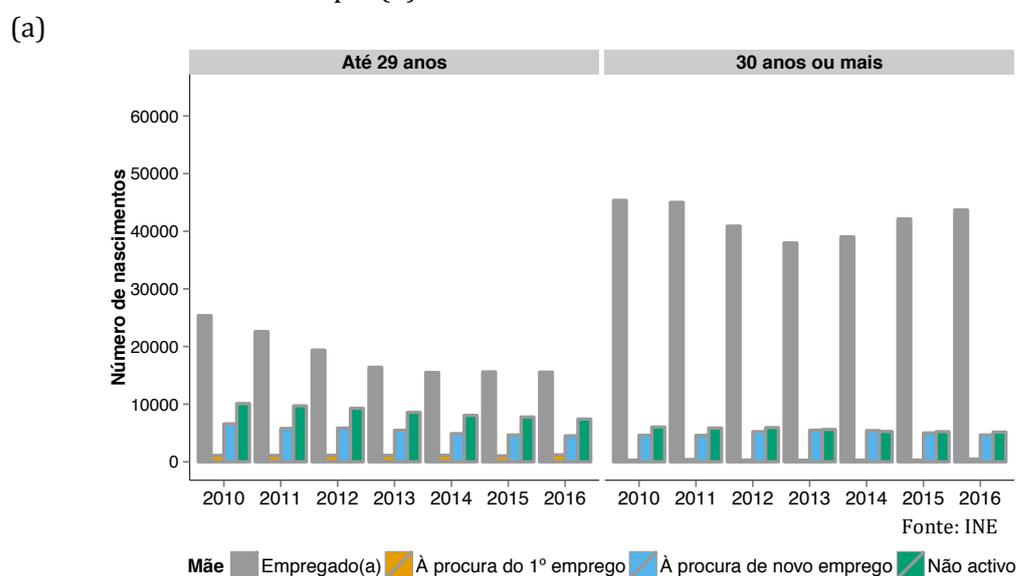
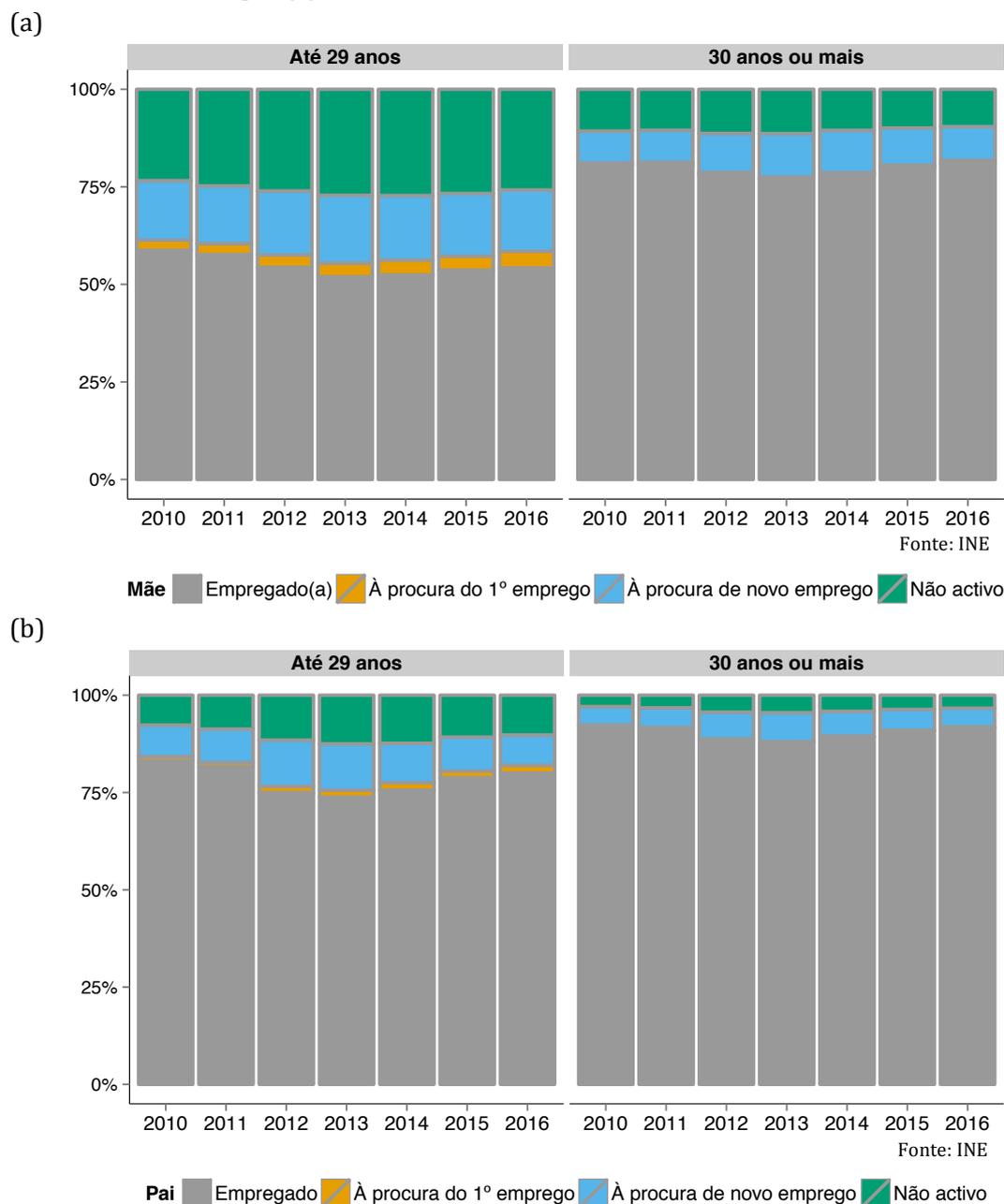


Figura 5.1.11 Proporção de nascimentos por ano, pela condição perante o trabalho da mãe e idade da mãe (a), pela condição perante o trabalho do pai e idade do pai (b)



O espaçamento entre nascimentos também surge como um fator diferenciador dos nascimentos em Portugal entre 2010 e 2016. Repare-se que este espaçamento apenas é plausível de análise para as mães que já haviam entrado na parentalidade nos diferentes anos. Deste modo, nesta análise apenas consideramos nascimentos de segunda ordem ou superior.

Em primeiro lugar, verifica-se que a idade das mães aquando do nascimento dos filhos varia de acordo com o espaçamento entre nascimentos.

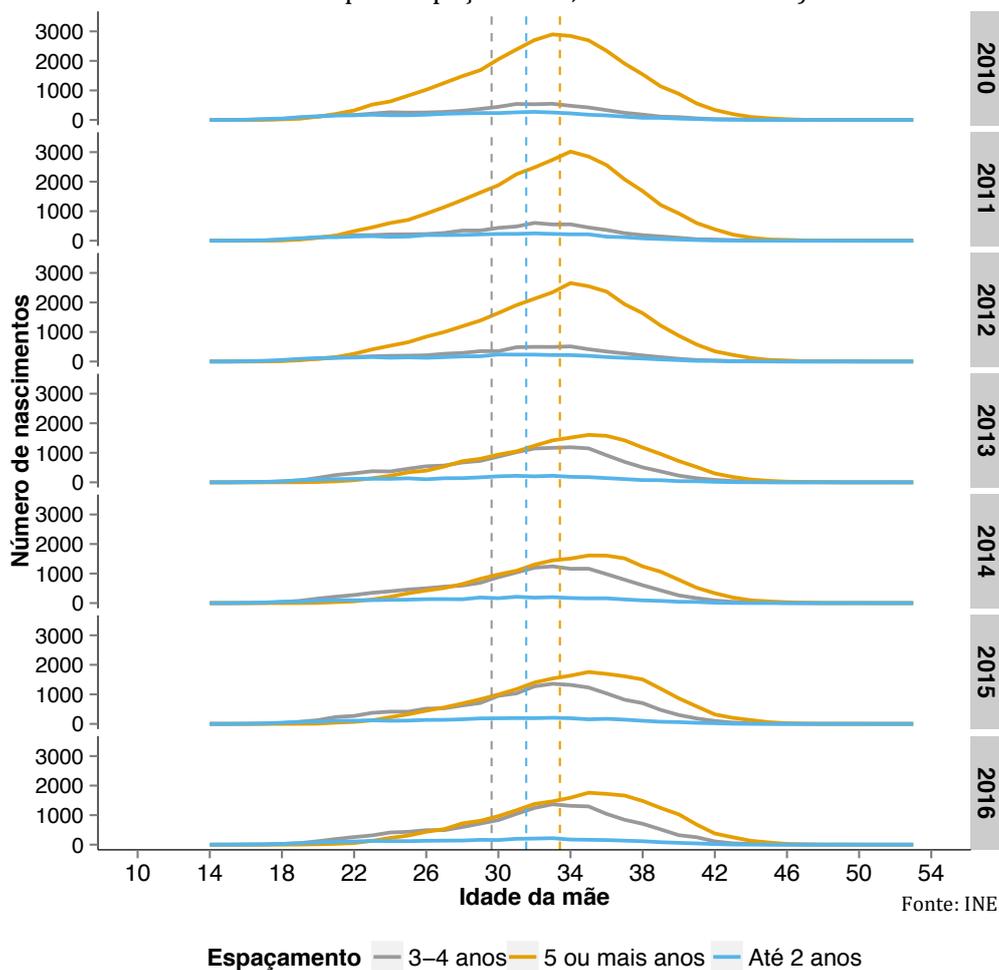
Aquelas mães que esperaram até 2 anos para ter um segundo, terceiro ou mais filhos, são em média mais jovens (29,6 anos) do que aquelas que esperaram 3 a 4 anos (31,5) e 5 ou mais anos (33,4) (Tabela 5.1.4a). Repare-se que, entre 2010 e 2016, a idade média das mães que espaçaram o nascimento do filho seguinte até 2 anos aumentou cerca de um ano, enquanto a idade média das mães que espaçaram por 3 e 4 anos ou por 5 anos ou mais aumentou cerca de 2 anos (Tabela 5.1.4b).

Tabela 5.1.4 Média da idade da mãe pelo espaçamento entre nascimentos (a), média da idade da mãe pelo espaçamento entre nascimentos e por ano (b)

(b)	Até 2 anos		3-4 anos		5 ou mais	
	média	sd	média	sd	média	sd
2010	29,05	5,73	30,48	5,27	32,61	4,75
2011	29,24	5,68	30,85	5,23	32,90	4,72
2012	29,46	5,94	30,97	5,24	33,06	4,80
2013	29,72	5,81	31,44	5,05	33,91	4,61
2014	29,92	5,87	31,71	5,07	34,04	4,59
2015	30,04	5,89	31,89	5,00	34,12	4,57
2016	30,19	5,87	32,13	4,99	34,31	4,63
(a)	29,62	5,83	31,54	5,11	33,41	4,73

Em todos os anos, o maior número de nascimentos ocorre para as mães que esperaram 5 ou mais anos até ao nascimento do filho seguinte (Figura 5.1.12). No entanto, entre 2012 e 2016, as mães têm vindo a diminuir o espaçamento entre o nascimento dos filhos, visto que as curvas daquelas que adiaram 5 anos ou mais baixaram – representando um menor número de nascimentos neste grupo – e as curvas das que adiaram por 3 ou 4 anos aumentaram (Figura 5.1.12). Além disso, entre 2010 e 2016, aquelas que mais espaçaram o tempo entre nascimentos (5 ou mais anos), fizeram-no para idades cada vez mais avançadas, visto que as respetivas curvas da Figura 5.1.12 tendem a se estender para idades superiores.

Figura 5.1.12 Número total de nascimentos pela idade da mãe, pelo espaçamento entre nascimentos, por ano (as linhas a tracejado indicam a idade média da mãe pelo espaçamento, no total dos anos)



Ao analisar o espaçamento entre nascimentos pela ordem de nascimento (Figura 5.1.13), no total dos anos, verifica-se que o maior número de nascimentos de segunda e terceira ordem resultam de espaçamentos superiores a 3 anos, i.e. a maioria das mães (de ambos os grupos etários) teve o seu segundo ou terceiro filho mais de 3 anos depois do nascimento do filho anterior. Este espaçamento é ainda mais expressivo entre as mães com 30 ou mais anos, sendo que a maioria das mães adiou o nascimento do segundo e terceiro filho por mais tempo (5 ou mais anos). Porém, entre 2010 e 2016, a proporção de nascimentos cujo espaçamento foi igual ou superior a 5 anos tem vindo a diminuir e a proporção de nascimentos cujo espaçamento durou menos de 2 anos e entre 3 a 4 anos tem vindo a aumentar, principalmente entre os nascimentos de terceiros e quartos filhos (Figura 5.1.14).

Figura 5.1.13 Número total de nascimentos pela ordem de nascimento, pelo espaçamento entre nascimentos e idade da mãe

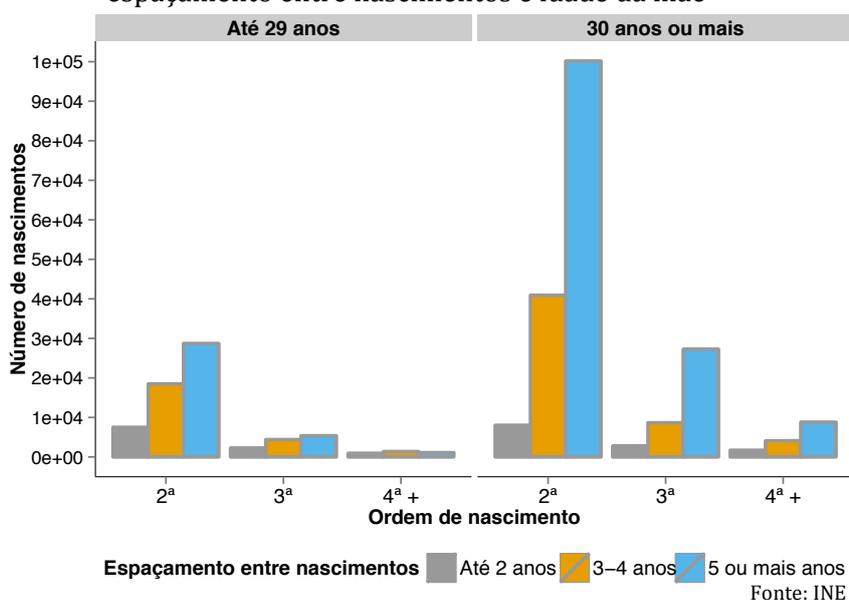
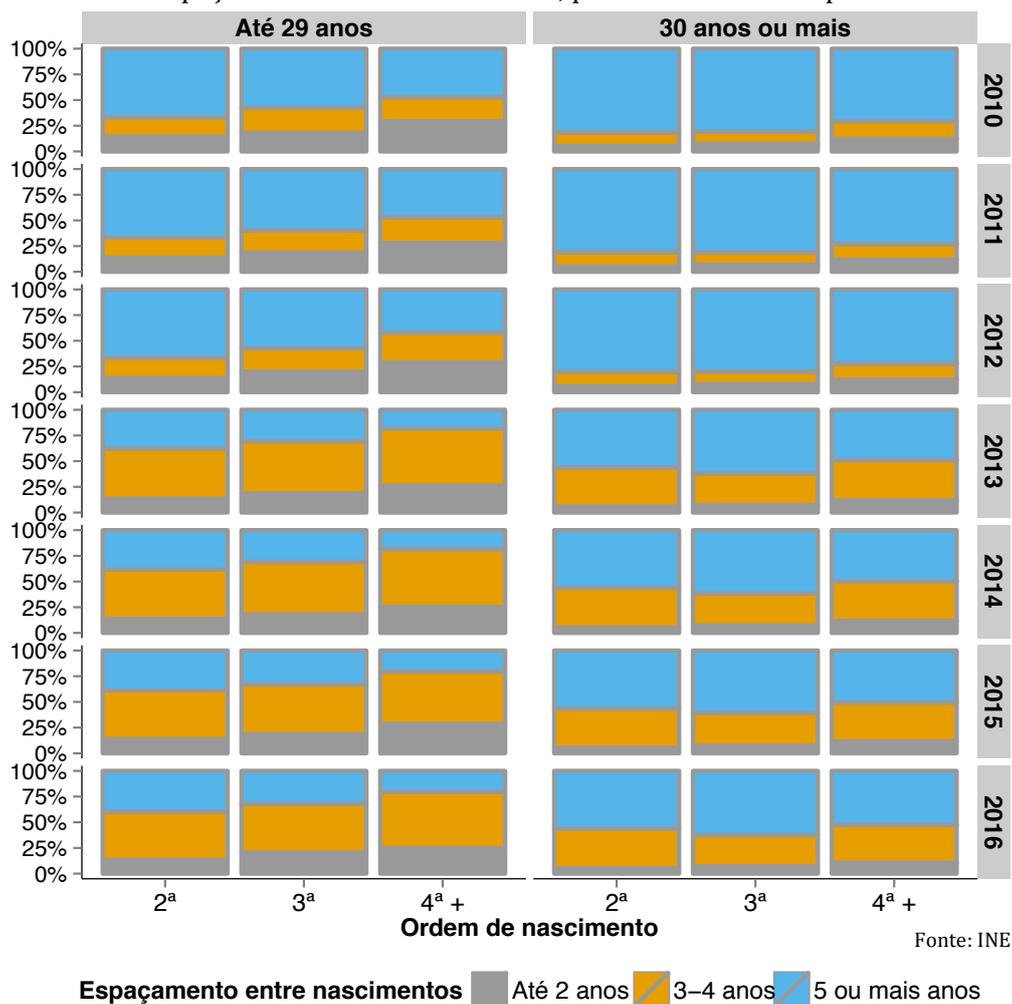


Figura 5.1.14 Proporção de nascimentos pela ordem de nascimento, pelo espaçamento entre nascimentos, pela idade da mãe e por ano



No total dos anos, o maior número de nascimentos cujo espaçamento foi igual ou superior a 5 anos ocorreu para as mães com um nível de escolaridade até ao básico, seguindo-se o secundário e o superior (Figura 5.1.15). Já para espaçamentos inferiores a 2 anos ou entre 3 a 4 anos, o número de nascimentos difere entre os grupos etários: entre as mães com 30 anos ou mais, o maior número de nascimentos ocorreu para aquelas com nível de escolaridade superior e entre as mais jovens ocorreu para aquelas com um nível de escolaridade até ao básico (Figura 5.1.15). Todavia, em ambos os grupos etários é possível concluir que, entre 2010 e 2016, a proporção de nascimentos cujo espaçamento durou menos de 2 anos ou entre 3 a 4 anos aumentou, principalmente entre as mães com um nível de escolaridade superior (Figura 5.1.16). No entanto, no grupo das mães com 30 anos ou mais e com um nível de escolaridade secundário ou inferior continuam a predominar espaçamentos entre os nascimentos mais elevados (5 ou mais anos) (Figura 5.1.16).

Figura 5.1.15 Número total de nascimentos pelo nível de escolaridade da mãe (agregado), pelo espaçamento entre nascimentos e idade da mãe

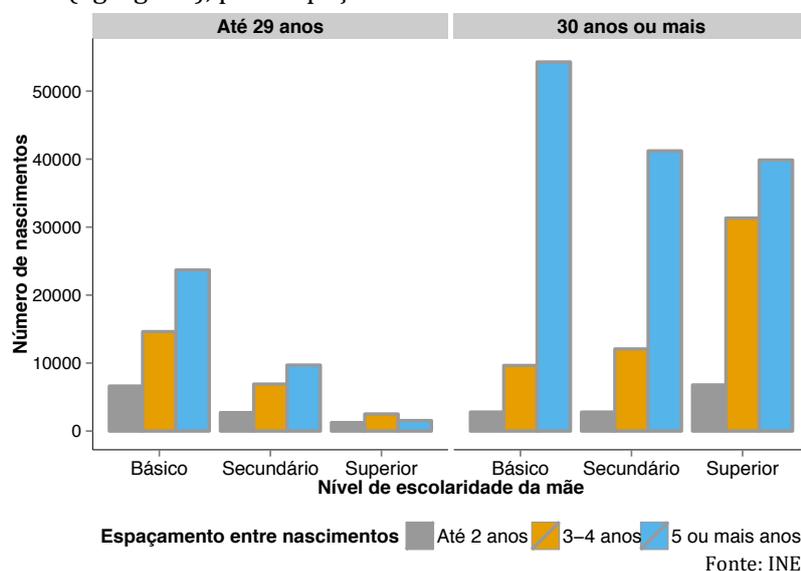
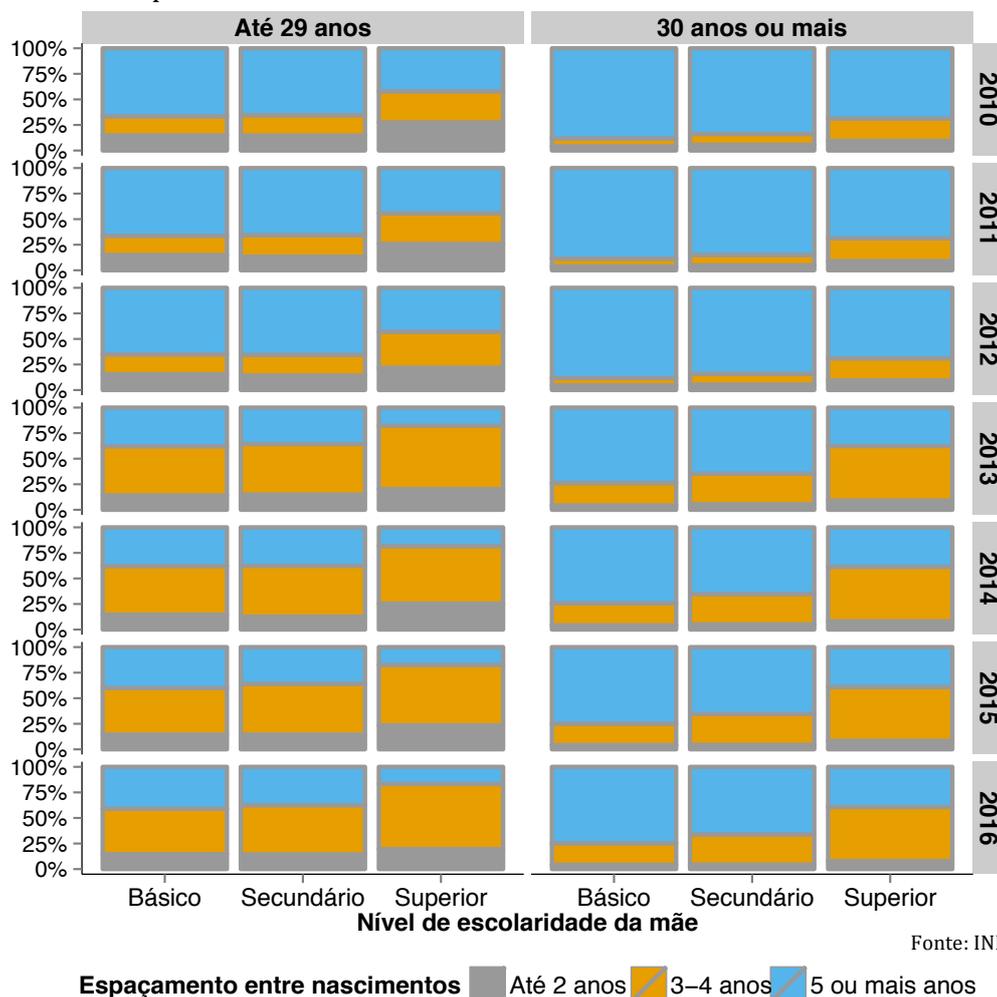


Figura 5.1.16 Proporção de nascimentos pelo nível de escolaridade da mãe (agregado), pelo espaçamento entre nascimentos, pela idade da mãe e por ano



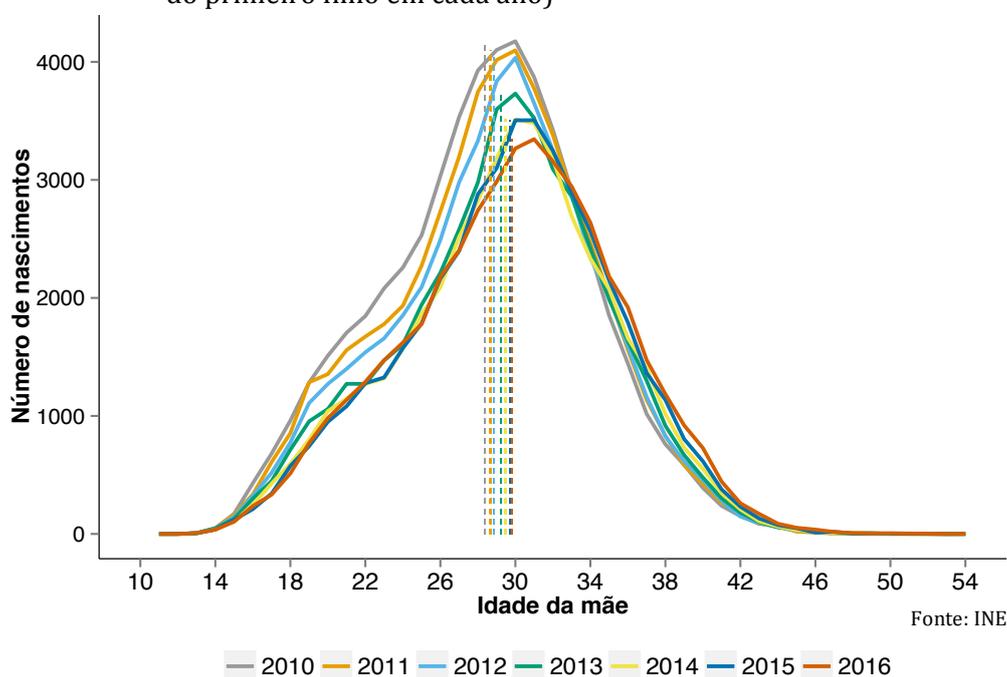
Estes resultados mostram que se por um lado as mães tendem a ter filhos cada vez mais tarde, por outro, nos últimos anos, as mães portuguesas tendem a reduzir o tempo entre o nascimento dos filhos de forma a compensar o adiamento inicial, principalmente se em questão está ter um terceiro ou quarto filho ou se as mães têm um nível de escolaridade superior. No entanto, depois dos 30 anos, as mães com um nível de escolaridade até ao secundário continuam a espaçar o nascimento dos filhos por mais tempo (5 anos ou mais).

Tendo em consideração a importância dos nascimentos de primeira ordem no tempo em que os indivíduos têm filhos de ordens superiores, em seguida analisamos os contextos parentais à chegada do primeiro filho.

V.2 Contexto parental à chegada do primeiro filho

Em todos os anos em análise, os nascimentos de primeira ordem representam cerca de metade dos nascimentos. No entanto, como vimos anteriormente, este número tem vindo a diminuir (especialmente entre os mais jovens) e, atualmente, a maioria dos nascimentos de primeiros filhos ocorre para as mães e pais com 30 anos ou mais. Para além disso, entre 2010 e 2016, confirmamos o constante adiamento dos nascimentos de primeira ordem, sendo que as mães tendem a ter o primeiro filho cada vez mais tarde. Efetivamente, a partir da Figura 5.2.1, entre 2010 e 2016, concluímos que as mães tendem a entrar na parentalidade mais tarde, verificando-se um menor número de nascimentos de primeiros filhos até aos 32 anos. Contrariamente, em 2015 e 2016 houve um aumento do número de mães a ter o primeiro filho a partir dos 33 anos (Figura 5.2.1).

Figura 5.2.1 Número total de nascimentos de primeira ordem pela idade da mãe, por ano (as linhas a tracejado indicam a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho em cada ano)

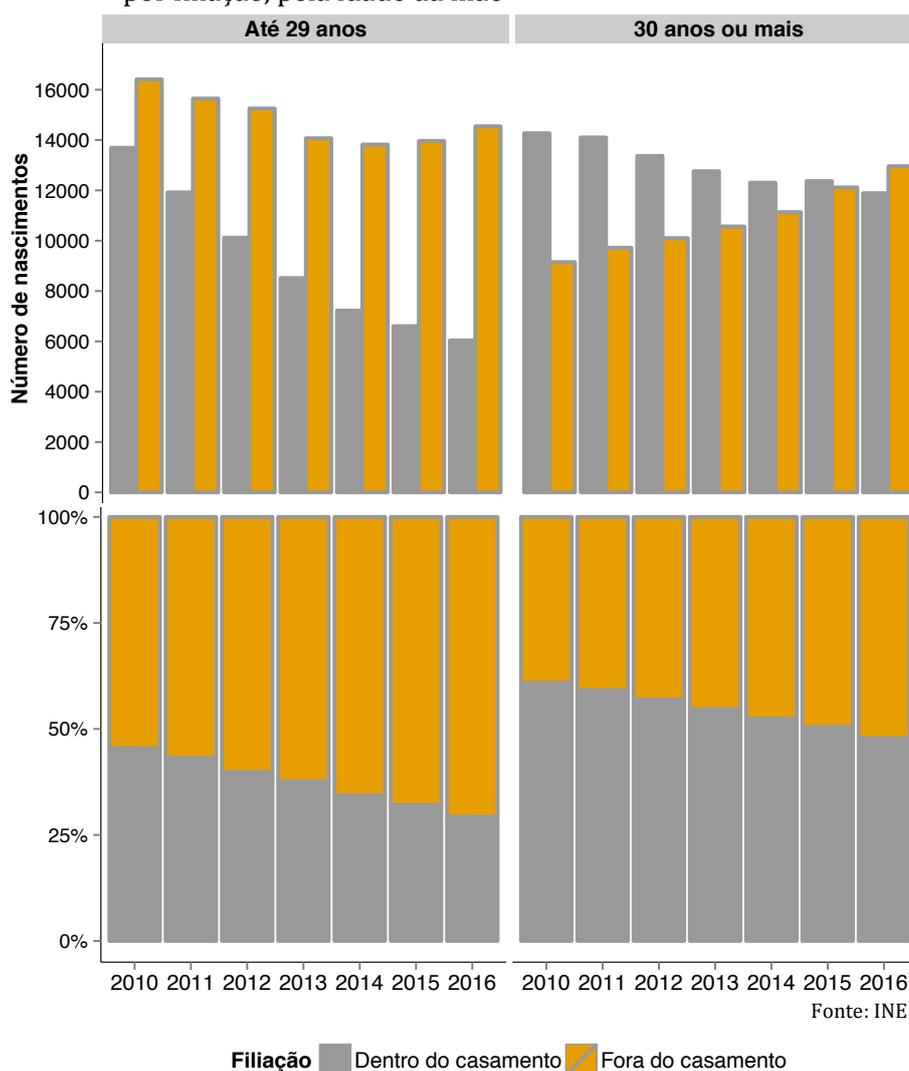


No que concerne aos nascimentos de primeira ordem, importa agora perceber como se caracterizam as mães e os pais que tiveram os seus primeiros

filhos entre 2010 e 2016, consoante a filiação, o nível de escolaridade e a condição perante o trabalho da mãe e do pai.

Entre os mais jovens, desde 2010, o maior número de nascimentos de primeira ordem ocorre fora do casamento, enquanto para as mães com 30 ou mais anos, predominam nascimentos dentro do casamento. Contudo, no segundo grupo etário, os nascimentos dentro do casamento têm vindo a diminuir, sendo que, a partir de 2015, já são mais os primeiros filhos que nascem fora do casamento (Figura 5.2.2). Repare-se, também, que o decréscimo do número de nascimentos de primeira ordem identificado anteriormente (Tabela 5.1.2) ocorre maioritariamente para nascimentos dentro do casamento, sendo ainda mais acentuado no caso em que as mães são mais jovens (Figura 5.2.2).

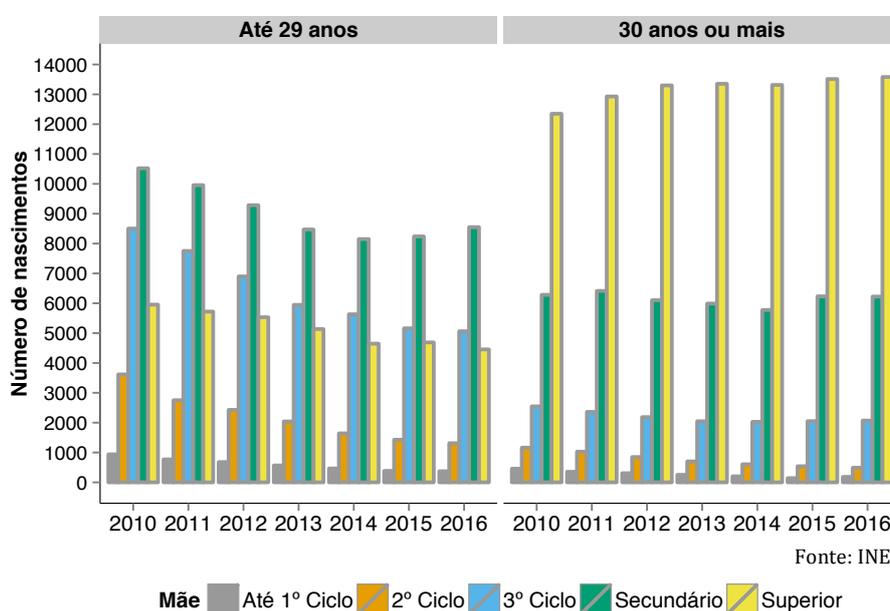
Figura 5.2.2 Número total e proporção de nascimentos de primeira ordem por ano, por filiação, pela idade da mãe



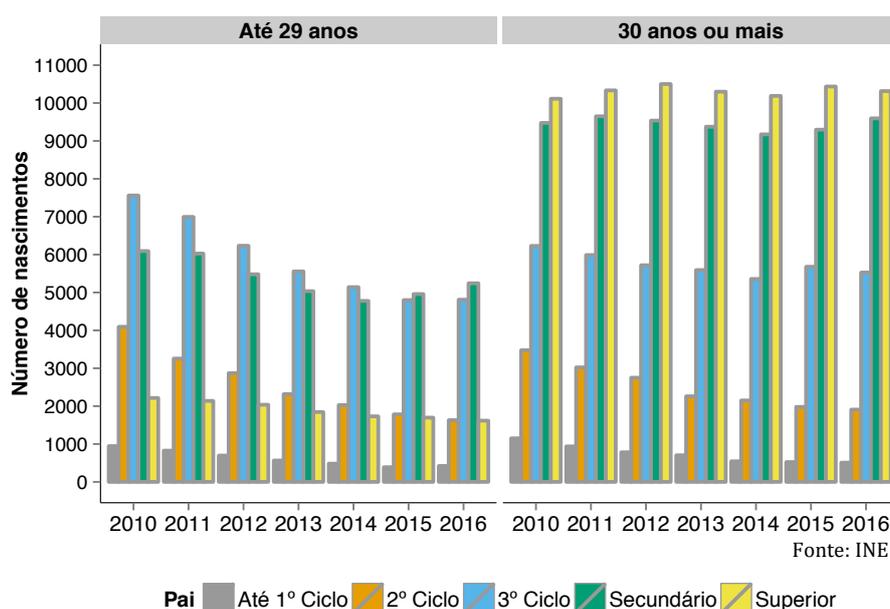
Entre 2010 e 2016, nas gerações mais jovens, o maior número de nascimentos de primeira ordem ocorreu para mães com o nível de escolaridade secundário (Figura 5.2.3a) e para pais com nível de escolaridade até ao básico (Figura 5.2.3b). Já entre aqueles com 30 anos ou mais, o maior número de nascimentos de primeira ordem ocorreu para mães e pais com o nível de escolaridade superior.

Figura 5.2.3 Número total de nascimentos de primeira ordem por ano, pelo nível de escolaridade da mãe e idade da mãe (a), pelo nível de escolaridade do pai e idade do pai (b)

(a)



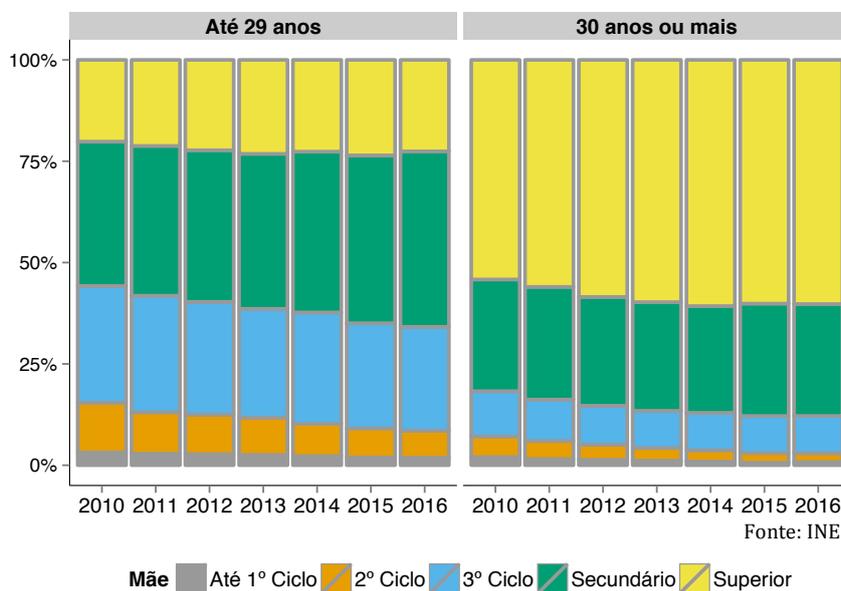
(b)



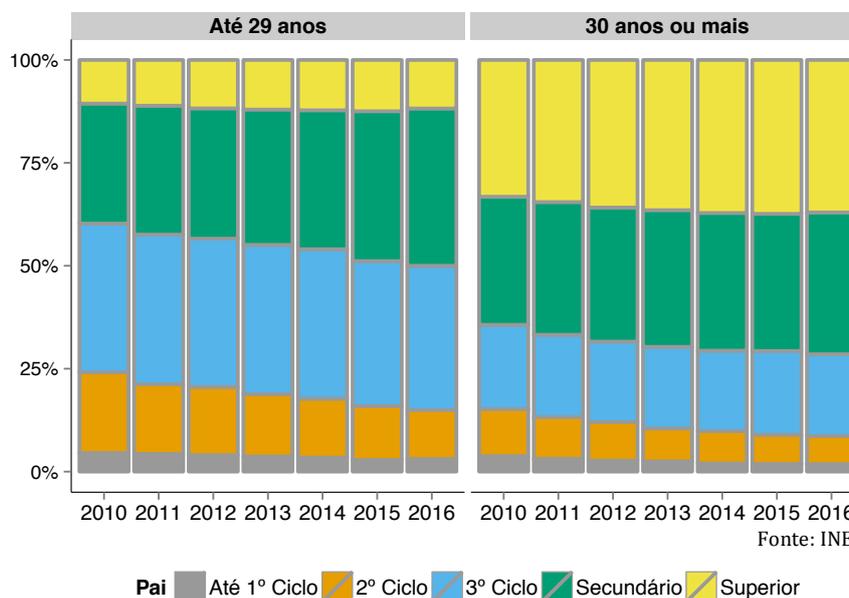
Concluímos, também, que ao longo dos últimos anos, a proporção de nascimentos de primeiros filhos tem vindo a aumentar entre aqueles com nível de escolaridade secundário e a diminuir entre os que possuem um nível de escolaridade até ao básico, especialmente entre os mais jovens (Figuras 5.2.4a e 5.2.4b). Entre os mais velhos, a proporção de nascimentos de primeira ordem é consideravelmente mais elevada entre as mães com nível de escolaridade superior e continua a aumentar desde 2010.

Figura 5.2.4 Proporção de nascimentos de primeira ordem por ano, pelo nível de escolaridade da mãe e idade da mãe (a), pelo nível de escolaridade do pai e idade do pai (b)

(a)



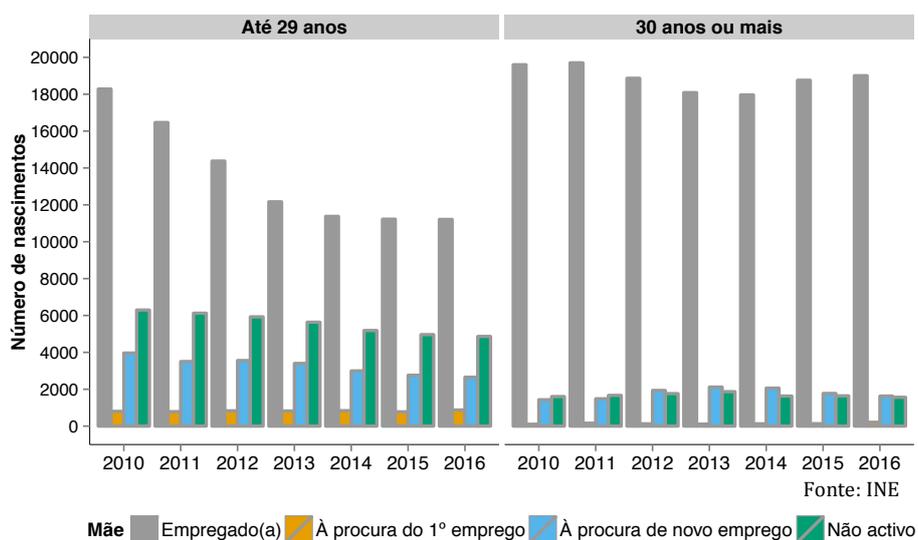
(b)



Assim como na generalidade das ordens de nascimento, em qualquer um dos anos em análise, também os nascimentos de primeiros filhos ocorreram na sua esmagadora maioria entre aqueles que estavam empregados(as) (Figuras 5.2.5a e 5.2.5b), sendo esta proporção superior para os pais com 30 ou mais anos (Figura 5.2.6b) e inferior para as mães mais jovens (Figura 5.2.6a). Adicionalmente, também para esta ordem, entre 2012 e 2014, houve um aumento da proporção de nascimentos de primeiros filhos entre aqueles que se encontravam à procura de novo emprego ou que estavam inativos. Contudo, nos anos seguintes, esta proporção voltou a diminuir (Figuras 5.2.6a e 5.2.6b).

Figura 5.2.5 Número total de nascimentos de primeira ordem por ano, pela condição perante o trabalho da mãe e idade da mãe (a), pela condição perante o trabalho do pai e idade do pai (b)

(a)



(b)

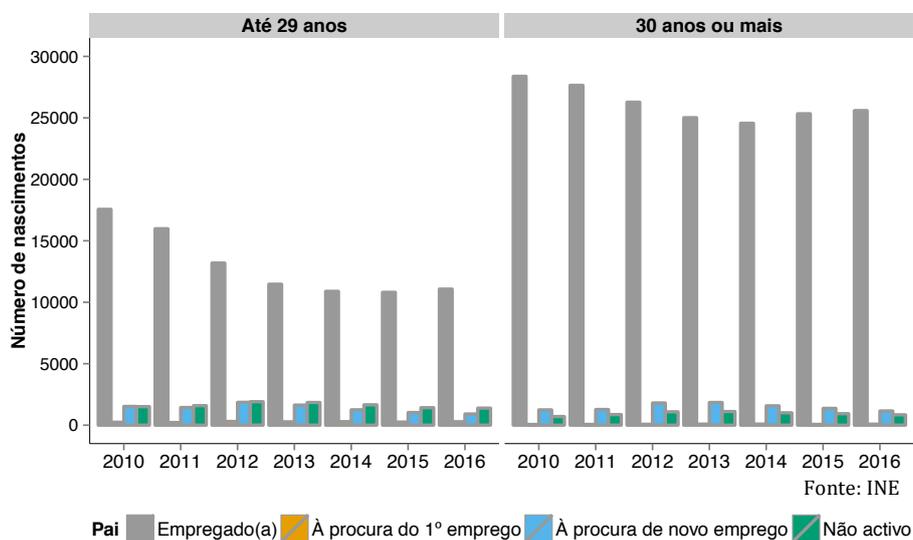
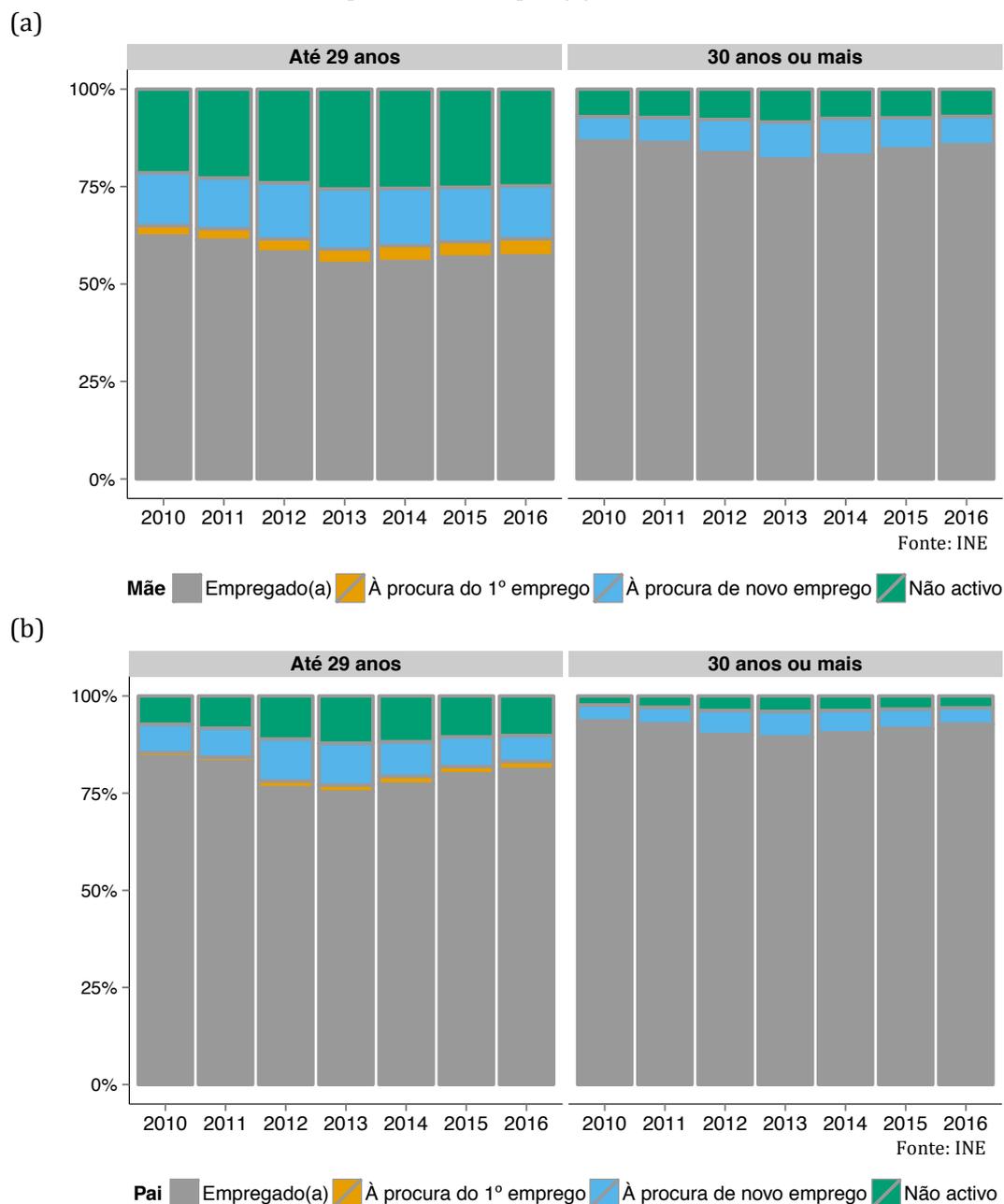


Figura 5.2.6 Proporção de nascimentos de primeira ordem por ano, pela condição perante o trabalho da mãe e idade da mãe (a), pela condição perante o trabalho do pai e idade do pai (b)



V.3 Discussão dos resultados e conclusões

A análise aos dados individuais dos nascimentos em Portugal entre 2010 e 2016 permitiu caracterizar os indivíduos que tiveram filhos, e, em particular, aqueles que tiveram o primeiro filho no decorrer destes anos. Adicionalmente, permitiu identificar algumas mudanças comportamentais entre os indivíduos mais jovens (até aos 29 anos) e menos jovens (30 anos ou mais).

Em primeiro lugar, verificamos que, apesar do ligeiro aumento do número de nascimentos verificado nos anos 2015 e 2016, a tendência decrescente do número de nascimentos em Portugal permanece entre as mães e pais com idades até aos 29 anos. Se, por um lado, houve uma redução do número nascimentos entre as mães e pais mais jovens, por outro, nos últimos anos, o número de nascimentos aumentou entre as mães e pais com 30 anos ou mais. Deste modo, confirma-se o adiamento dos nascimentos entre os mais jovens – tendo um efeito direto na redução do número de nascimentos neste grupo etário – e o aumento do número de nascimentos entre os mais velhos, sendo os Portugueses mais susceptíveis de recuperar o número de filhos em idades mais avançadas (Cunha, 2012a; Mendes, 2012; Tomé, 2015; Mendes *et al.*, 2016).

Esta análise também permitiu identificar comportamentos distintos entre os mais jovens e menos jovens no que respeita à ordem do nascimento dos filhos. Por um lado, a maior redução do número de nascimentos entre os mais jovens ocorre para os nascimentos de primeiros filhos, por outro, o aumento do número de nascimentos nas entre os mais velhos, verificado entre 2013 e 2016, deve-se, em grande parte, aos nascimentos de segunda ordem. De facto, o aumento do número de nascimentos de segunda ordem depois dos 29 anos, não só é responsável pelo aumento do número de nascimentos total, mas também pelo aumento do ISF em verificado desde 2014.

Apesar do número de nascimentos de primeira ordem continuar a ser superior na generalidade dos anos, verifica-se que os Portugueses estão a adiar o nascimento do primeiro filho para idades cada vez mais avançadas. Se entre 2010 e 2013 a maioria dos nascimentos de primeira ordem ocorreu entre os indivíduos mais jovens, esta tendência inverteu-se nos anos seguintes, sendo que atualmente, o maior número de nascimentos de primeiros filhos ocorre também para aqueles com 30 ou mais anos, acompanhando a tendência dos nascimentos de segunda ordem.

Após uma primeira análise ao número de nascimentos consoante os grupos etários, o estudo dos nascimentos pela idade da mãe permitiu aprofundar o conhecimento sobre o adiamento dos nascimentos verificado nos últimos anos em Portugal.

Primeiro, concluímos que, entre 2010 e 2016, a maior redução do número de nascimentos de primeira ordem ocorreu até aos 32 anos e o maior decréscimo do número de nascimentos (de qualquer ordem) deu-se até aos 35 anos, sendo que se verificou um aumento do número de nascimentos a partir destas idades. Contudo, este aumento não foi suficiente para recuperar os nascimentos adiados. Naturalmente, devido ao constante adiamento do nascimento dos filhos e ao limite biológico das mulheres, o tempo de recuperação dos nascimentos é cada vez mais estreito, sendo que esta recuperação tende a não compensar os nascimentos adiados (Mendes, 2012). Deste modo, confirma-se que uma das principais causas do declínio do número de nascimentos nos últimos anos em Portugal, assim como se verifica um pouco por toda a Europa, é o adiamento na idade em que se tem filhos (Billari, 2008; Kohler *et al.*, 2002; Frejka *et al.*, 2004; Frejka, 2008; Bongaarts *et al.*, 2012; Sobotka *et al.*, 2012 e 2013; Tomé, 2015; Mendes *et al.*, 2016).

Apesar do aumento do número de nascimentos entre 2013 e 2016 ter ocorrido, maioritariamente, para nascimentos de segundos filhos, concluímos que também houve um adiamento dos nascimentos de segunda ordem. Estes resultados confirmam que os portugueses não só têm vindo a adiar o nascimento do primeiro filho, mas também o nascimento de filhos de ordens superiores (Cunha, 2012a, Oliveira, 2012).

Concluímos, também, que o número de nascimentos consoante a filiação difere entre os grupos etários. A redução de nascimentos, inclusive dos nascimentos de primeira ordem, observada entre os mais jovens, ocorreu, em grande parte, para os nascimentos dentro do casamento. Já o aumento do número de nascimentos verificado entre 2013 e 2016 para indivíduos com 30 anos ou mais, ocorreu fora do casamento. Deste modo, os resultados confirmam o efeito das transformações identificadas na STD, na medida em que a coabitação tem se tornado uma escolha comum para a primeira união e que a sua importância continua a aumentar (Sobotka, 2008; Sobotka, 2013; Ramos *et al.*, 2016), mesmo entre os mais velhos.

A maior redução dos nascimentos, totais e de primeira ordem, observada entre os mais jovens ocorreu para mães e pais com nível de escolaridade até ao básico; enquanto o aumento do número de nascimentos, entre 2013 e 2016, nas

idades mais avançadas ocorreu, maioritariamente, para mães e pais com nível de escolaridade secundário ou superior. Tradicionalmente, são as mães com nível de escolaridade superior (que adiaram a entrada no mercado de trabalho e saíram mais tarde da casa dos pais) as que mais tendem a adiar o nascimento dos filhos (Reher, 1998; Van de Kaa, 2002; Barber, 2001; Adsera, 2005; Lutz, 2006; McDonald, 2006 e 2008; Frejka et al., 2008; Aassve et al., 2012; Kohler et al., 2006; Testa, 2012a). Porém, nos últimos anos, também se verifica um aumento do número de mães com nível de escolaridade secundário a ter filhos depois dos 30 anos.

As diferenças comportamentais entre os mais jovens e menos jovens não é tão notória quando analisamos a condição perante o trabalho das mães e dos pais. No entanto, entre 2012 e 2014, destaca-se o aumento do número de nascimentos, total e de primeira ordem, entre as mães e pais que estavam à procura de novo emprego ou que estavam inativos. Segundo alguns autores, a estabilidade no emprego é um fator importante na decisão de ter filhos (Livi-Bacci, 2001; Adsera, 2005; Philipov, 2009; Cunha, 2012b) e o adiamento do nascimento dos filhos é também uma consequência de incertezas do mercado de trabalho (Billari et al., 2002; Kohler et al., 2006; Adsera, 2011; Balbo et al., 2013). Porém, entre estes anos verificou-se um aumento momentâneo do número de nascimentos exatamente entre aqueles que estavam desempregados (ou inativos). Este resultado, pode ser uma consequência da crise económica e financeira com início em 2008 e que se estendeu aos anos seguintes, elevando as taxas de desemprego no país e, conseqüentemente, aumentando a proporção de nascimentos também entre este subgrupo da população.

Por fim, concluímos que a proporção de nascimentos para mães que esperaram menos de 4 anos para ter o filho seguinte aumentou entre 2010 e 2016. Contrariamente, a proporção de mães que esperou mais de 5 anos para ter o filho seguinte diminuiu entre estes anos. Estes resultados confirmam que nos últimos anos as mães, especialmente as que possuem um nível de escolaridade superior, tendem a diminuir o espaçamento entre o nascimento dos seus filhos, principalmente quando em causa está o nascimento do terceiro filho ou superior. Deste modo, confirmamos que se por um lado as mães com nível de escolaridade superior têm filhos cada vez mais tarde, por outro, nos últimos anos, tendem a

reduzir o tempo entre nascimentos de forma a compensar o adiamento inicial (Kohler et al., 2006; Fagan, 2011; Basten et al., 2013; Sobotka, 2013; Maciel, 2015). No entanto, a redução do espaçamento entre nascimentos não é tão notória do grupo das mães com um nível secundário ou inferior e com mais de 29 anos. Neste grupo, continuam a predominar espaçamentos mais elevados entre os nascimentos (5 ou mais anos), o que comprova que, depois dos 29 anos, as mães com nível de escolaridade inferior ao secundário estão em maior risco de adiar o nascimento dos filhos por mais tempo. Deste modo, confirma-se que aqueles indivíduos que adiaram o nascimento dos filhos e que têm também uma maior dificuldade (falta de recursos) em suportar os custos da parentalidade, estão também em maior risco de não conseguir recuperar os nascimentos uma vez adiados (Kohler et al., 2006; Sobotka, 2008).

De uma forma geral, esta análise permitiu concluir que não só os mais jovens estão a manter o mesmo modelo comportamental caracterizado pelo reduzido número de filhos, a tender para um, e adiando os nascimentos para idades mais avançadas, como esta tendência tem vindo a ser cada vez mais acentuada.

De facto, para além de uma elevada redução do número de nascimentos entre os mais jovens, especialmente dos nascimentos de primeira ordem, concluímos também que esta redução ocorre cada vez mais cedo e que se prolonga ainda por mais tempo. Tendo em conta que aqueles que atingem idades mais avançadas sem ter filhos são mais propensos a não transitar para a parentalidade ou a ter apenas um filho (Morgan, 1991; Mendes et al., 2016; Maciel, 2015; Freitas et al., 2017), podemos suspeitar que no futuro se venha a reduzir ainda mais o número de nascimentos em Portugal.

A partir da tendência verificada nos últimos anos entre os mais jovens, podemos presumir que a janela de oportunidades para o nascimento dos filhos – até mesmo os de primeira ordem – será cada vez mais estreita, confirmando-se que os mais jovens são ainda mais susceptíveis a terminar a sua vida reprodutiva com apenas um filho.

Resta, então, compreender melhor quais as intenções de fecundidade dos Portugueses e perceber se a tendência de decréscimo dos níveis de fecundidade no país, são determinadas por contextos sociais e familiares, por uma maior

preocupação em relação à conciliação do trabalho e a vida familiar, pela situação económica dos indivíduos, por requisitos cada vez mais exigentes em relação à parentalidade, ou se a decisão dos casais nesta matéria é uma consequência do desejo de uma família mais reduzida.

VI. O futuro da fecundidade em Portugal

Tendo como base a teoria do comportamento planeado (TPB) (Ajzen, 1991) e a teoria traços-desejos-intenções-comportamento (TDIB) (Miller, 1986) – sendo que, em ambas as teorias, a intenção de ter um filho é vista como um precursor do comportamento – neste capítulo, pretendemos avaliar as intenções dos indivíduos no que respeita à sua fecundidade. Pretendemos estudar a fecundidade final esperada até ao final da vida reprodutiva (fecundidade realizada + fecundidade intencional), sendo os que pretendem ter filhos aqueles que podem vir a fazer a diferença em termos de decisão de fecundidade, no sentido de elevar os baixos índices observados nos últimos anos.

Considerando que, atualmente, os Portugueses não estão tão motivados para ter mais do que um ou dois filhos (Cunha, 2002; Testa, 2006; Cunha, 2010; Testa, 2012a; Sobotka e Beaujouan, 2014; Maciel, 2015) e sabendo que as motivações para a parentalidade – influenciadas por uma diversidade de fatores, inclusive por mudanças de comportamentos no quadro da Segunda Transição Demográfica (Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Lesthaeghe, 2010) – impulsionam intenções de fecundidade (Miller, 1986), pretendemos perceber o que motiva os Portugueses a formar intenções de fecundidade reduzidas. Igualmente, pretendemos perceber se as motivações para a parentalidade, no que respeita ao número de filhos que os Portugueses esperam ter, diferem entre os mais jovens e menos jovens.

Em primeiro lugar, é essencial perceber se as gerações mais jovens poderão ou não vir a ter um comportamento distinto das gerações que estão a ter filhos hoje, em termos do número de filhos que esperam ter até ao final do seu período reprodutivo. Considerando que o maior decréscimo do número de nascimentos nos últimos anos ocorreu entre os jovens Portugueses (com menos de 30 anos, Capítulo V) e que são também estes indivíduos que mais têm vindo a adiar o nascimento do primeiro filho, construímos a primeira hipótese de investigação:

Hipótese 6.1: são os mais jovens (18-29 anos) que pretendem ter menos filhos ao final da vida reprodutiva e não aqueles que estão a ter filhos hoje (30-49 anos).

Atualmente, o declínio da fecundidade é explicado por uma alteração de desejos e pela crescente preocupação com a autorrealização e liberdade de escolha (Beck e Beck-Gernsheim, 2002) e o adiamento dos projetos de fecundidade percebido como uma vantagem para o bem-estar dos indivíduos (Almeida et al., 1998; Giddens, 2006; Cunha, 2007 e 2010; Ramos et al., 2016). Além disso, a ponderação entre benefícios e riscos de ter (mais) filhos tem vindo a ser apontada como um condicionante da fecundidade (Guerreiro e Abrantes, 2007; Bandeira, 2012; Cunha, 2013; Mendes et al. 2016). Ainda, no contexto Português, as motivações para a parentalidade são influenciadas, não apenas por contextos de socialização e familiares (Udry, 1983; Ajzen, 1991; Testa e Grilli, 2006; Testa, 2010; Ajzen e Klobas, 2013; Mendes et al., 2016) e pela estabilidade no mercado laboral (Livi-Bacci, 2001; Kohler et al., 2006; Fagan et al., 2011; Adsera, 2004 e 2011; Sobotka et al., 2017), mas também pelo estado de providência dos países (Cigno e Rosati, 1992; Mayer, 2004; Blossfeld et al., 2005; McDonald, 2006; Balbo et al., 2013; Aisenbrey e Fasang, 2017; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017). Neste sentido, construímos as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 6.2a: intenções de fecundidade reduzidas são um reflexo de desejos e ideais reduzidos e (**Hipótese 6.2b**) de uma crescente preocupação com a autorrealização, sendo que, na hipótese de se verificar uma alteração de valores e atitudes em relação à parentalidade, estas motivações são mais influentes nas intenções de fecundidade dos mais jovens;

Hipótese 6.2c: intenções de fecundidade reduzidas são um reflexo de uma maior preocupação com o bem estar dos filhos, no sentido de controlar e limitar o número de filhos para benefício dos mesmos, sendo esta preocupação mais acentuada entre os mais velhos, pois são estes que estão a ter filhos hoje e, conseqüentemente, em maior risco de ponderar os benefícios e custos associados a esse(s) filho(s);

Hipótese 6.2d: intenções de fecundidade reduzidas são influenciadas por contextos de socialização e familiares, especialmente entre as gerações mais avançadas, para as quais os contextos envolventes (família e amigos) podem ter uma maior influência;

Hipótese 6.2e: intenções de fecundidade reduzidas são, ainda, influenciadas por uma menor estabilidade no mercado de trabalho ou por uma maior preocupação com a conciliação entre o trabalho e a família, especialmente entre os mais jovens que apresentam menores capacidades de ultrapassarem possíveis incertezas económicas (Kohler et al., 2006; Testa e Basten, 2014; Sobotka, 2016; Hanappi et al., 2017; Sobotka et al., 2017).

Sendo a idade (Rowland, 1998; Billari e Kohler, 2009; Spéder e Kapitány, 2009; Adsera, 2011; Maciel et al., 2016; Sobotka, 2016) e a idade ao nascimento do primeiro filho (Mendes et al., 2006; Cunha, 2012a; Mendes, 2012; Tomé e Mendes, 2013; Tomé, 2015; Cunha, 2016; Mendes, 2016; Mendes et al., 2016) apontadas como fatores com grande impacto do decréscimo dos níveis de fecundidade em Portugal e considerando que o adiamento do nascimento do primeiro filho tem sido mais acentuado até aos 32 anos (Capítulo V), é de esperar que este adiamento tenha um maior impacto nas intenções reprodutivas daqueles com 30 anos ou mais e não tanto entre os mais jovens. Neste sentido, consideramos as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 6.3a: intenções de fecundidade tendem a diminuir à medida que a idade e (**Hipótese 6.3b**) a idade ao nascimento do primeiro filho aumentam, especialmente entre as mulheres cujo limite biológico é mais limitado.

O número de casais a viver em coabitação e a ter filhos fora do casamento continua a aumentar em Portugal (Mendes, 1987; Almeida et al., 1998; Almeida et al., 2002; Cunha, 2005a e 2012a; Wall e Guerreiro, 2005; Wall, 2010; Mendes e Tomé, 2013; Wall et al., 2014; Mendes, 2016). No entanto, são diversos os estudos que apontam para a importância de um companheiro nas intenções reprodutivas dos indivíduos (Miller, 1986; Almeida et al., 1998; Bongaarts, 1998; Guerreiro e Abrantes, 2007; Heiland et al., 2008; Mills et al., 2011; Aassve et al., 2012; Buber et al., 2012; Cunha, 2012b; Maciel, 2015; Freitas e Testa, 2017). Assim, consideramos a seguinte hipótese de investigação:

Hipótese 6.4: intenções de fecundidade são inferiores entre os solteiros e tendem a diminuir à medida que a estabilidade conjugal diminui, sendo a importância desta estabilidade mais relevante entre os mais velhos.

A participação feminina no mercado de trabalho e no sistema formal de ensino continuam a ganhar uma maior expressão entre as mulheres Portuguesas.

Porém, o prolongamento das trajetórias escolares implica, não apenas um aumento na idade com que os indivíduos deixam de residir com o agregado parental de origem, mas também uma entrada mais tardia no mercado de trabalho (Van de Kaa, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007; Cachapa et al., 2012; Wall et al., 2014; Azevedo et al., 2016; Mendes et al., 2016; Sobotka, 2016). Deste modo, tanto a idade com que os indivíduos deixaram de residir com o agregado, como a idade ao primeiro emprego pago condicionam o *tempo* e o *quantum* de fecundidade. Neste sentido, consideramos as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 6.5a: as intenções de fecundidade diminuem com o aumento da idade com que os indivíduos deixaram de residir com o agregado parental de origem (**Hipótese 6.5b**) e com o aumento da idade ao primeiro emprego pago, sendo em idades mais tardias que se reflete o impacto destes adiamentos.

Em Portugal, o adiamento da entrada na parentalidade está fortemente associado ao nível de escolaridade dos indivíduos, sendo que aqueles com níveis de escolaridade mais elevados tendem a adiar os seus projetos de fecundidade (Billari e Kohler, 2002; Bongaarts, 2003; Adsera, 2006; Mills et al., 2011; Tomé, 2015; Mendes et al., 2016; Sobotka et al., 2017). No entanto, é nas idades mais tardias que, aqueles que adiaram o nascimento dos filhos até se terem estabilizado no mercado de trabalho, são mais susceptíveis de recuperar os nascimentos uma vez adiados (Kohler et al., 2006; Fagan et al., 2011; Basten et al., 2013; Kohler et al., 2006; Sobotka, 2008; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016; Freitas et al., 2017). Neste sentido, pretendemos testar a seguinte hipótese de investigação:

Hipótese 6.6: após um adiamento do nascimento do primeiro filho (até por volta dos 32 anos, Capítulo V), devido ao tempo necessário para terminar os estudos e para se estabilizar no mercado de trabalho, as intenções de fecundidade tendem a aumentar para indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados, que em idades mais tardias têm uma oportunidade de recuperar os nascimentos uma vez adiados. Contrariamente, é para aqueles com níveis de escolaridade mais baixos que se verifica um decréscimo das intenções de fecundidade.

Ao longo desta análise, recorreremos aos dados do Inquérito à Fecundidade em 2013 (IFEC). Numa primeira abordagem, no Subcapítulo VI.1, caracterizamos

a fecundidade final esperada até ao final da vida reprodutiva, comparando-a com a fecundidade realizada em 2013, consoante a idade dos indivíduos e as diferentes variáveis explicativas em análise (Tabela 3.1, Capítulo III). Posteriormente, no Subcapítulo VI.2, recorreremos a dois modelos de regressão Hurdle (um para os indivíduos com idades entre 18 e 29 anos e outro para os indivíduos com 30 anos ou mais, estando a escolha destes grupos etários relacionada com o padrão da entrada na parentalidade em Portugal em torno dos 30 anos), sendo que, em ambos os modelos, a variável resposta é o número de filhos que os indivíduos esperam ter até ao final da vida reprodutiva.

Estes modelos têm a particularidade de modelar a variável resposta dos que não esperam ter filhos (zeros) separadamente dos que esperam ter pelo menos um filho. Como tal, primeiro analisamos quanto aumentam as possibilidades dos indivíduos esperarem ter filhos (independentemente do número de filhos que esperam ter), consoante as diferentes variáveis explicativas, recorrendo a um modelo de regressão logística (modelo zero Hurdle – Binomial), sendo a variável resposta definida como: 0 – não pretende ter filhos; 1 – pretende ter pelo menos um filho até ao final da vida reprodutiva. Posteriormente, estudamos a fecundidade final esperada entre os indivíduos que esperam ter pelo menos um filho. Neste caso, como estamos perante modelos da família de contagens (Poisson truncada em zero), analisamos quanto diminui a média do número de filhos esperado até ao final da vida reprodutiva, consoante as diferentes variáveis explicativas.

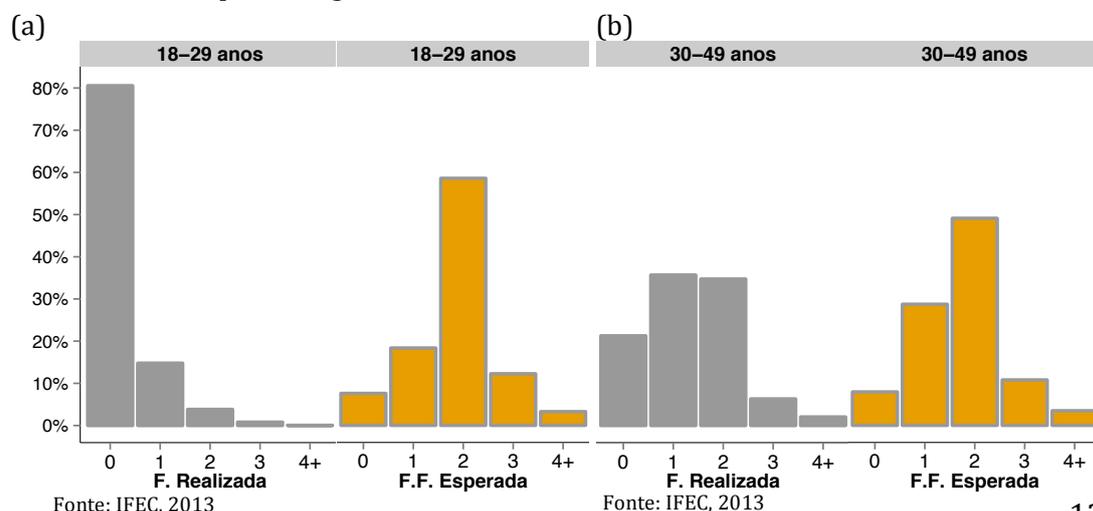
VI.1 Caracterização da fecundidade: da intenção ao comportamento reprodutivo

Estima-se que, entre os mais jovens (Figura 6.1.1a), a esmagadora maioria dos indivíduos não tinha filhos em 2013 (80,9%), sendo esta proporção consideravelmente inferior entre aqueles com idades entre 30 e 49 anos (cerca de 22%, Figura 6.1.1b). De facto, em 2013, a fecundidade realizada entre os mais velhos era superior, sendo que a maioria dos indivíduos tinha um ou dois filhos, representado cerca de 70% desta população (Figura 6.1.1b).

Quando comparamos a fecundidade realizada em 2013 com a fecundidade final esperada até ao final da vida reprodutiva, entre os mais jovens (Figura 6.1.1a), concluímos que, apesar da esmagadora maioria dos indivíduos não ter filhos em 2013, cerca de 58% pretende ter dois filhos, 18% pretende ter apenas um, 15% pretende ter três ou mais filhos e apenas 7,5% pretende permanecer sem filhos até ao final da vida reprodutiva. Repare-se, também, que apenas 1,8% dos indivíduos mais jovens não sabe se tenciona ter (mais) filhos, valor este que foi omitido da Figura 6.1.1a.

Entre aqueles com 30 anos ou mais, a proporção da fecundidade final esperada está mais distribuída entre os que pretendem ter um ou dois filhos (Figura 6.1.1b). Os que pretendem ter apenas um filho até ao final da vida reprodutiva representam cerca de 29% da população Portuguesa com idades entre 30 e 49 anos e os que esperam ter dois filhos representam cerca de 49%. Enquanto entre os mais jovens apenas 18% espera ter apenas um filho e cerca de 58% espera ter dois filhos, no segundo grupo etário a proporção de indivíduos que espera ter apenas um filho aumenta e a que espera ter dois filhos diminui. Repare-se que a percentagem de indivíduos que espera terminar a vida reprodutiva sem filhos é ligeiramente superior no grupo de indivíduos com mais de 30 anos (7,9%) e a proporção dos que esperam ter 3 ou mais filhos é um pouco inferior (cerca de 14%), assim como a proporção dos que não sabem se tencionam ter (mais) filhos (0,8%, valor omitido da Figura 6.1.1b).

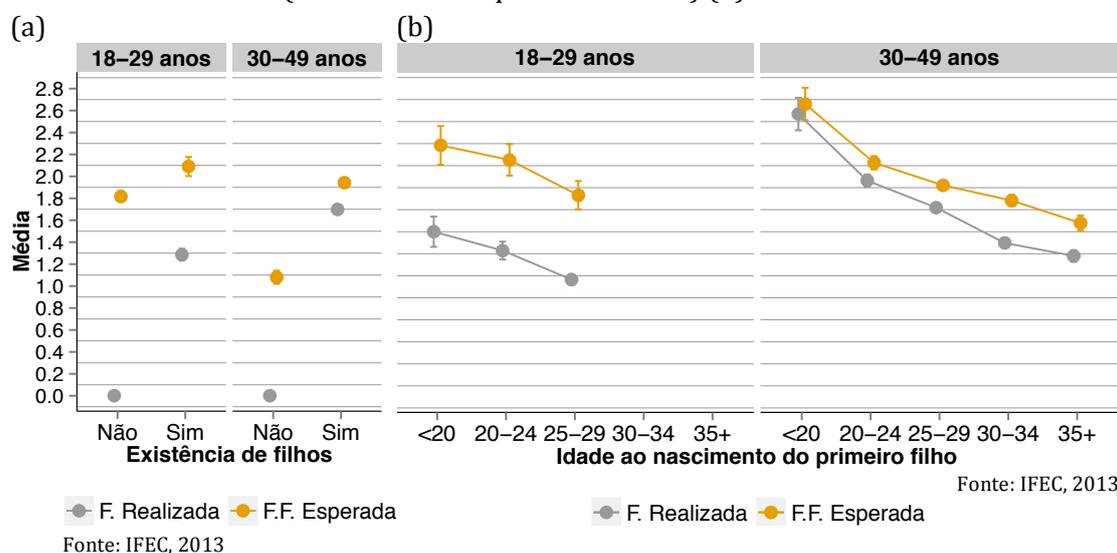
Figura 6.1.1 Proporção da fecundidade realizada e da fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos: 18-29 anos (a) e 30-49 anos (b), em percentagem



A partir da Figura 6.1.2a, analisamos a média da fecundidade realizada e da fecundidade final esperada, consoante a existência de filhos e a idade dos indivíduos. Entre os que têm filhos, estima-se que os Portugueses com idades entre 18 e 29 anos tinham em média 1,29 filhos ($IC_{95\%} =]1,23; 1,34[$) em 2013. Já entre aqueles com idades entre 30 e 49 anos, esta média é significativamente superior, 1,70 filhos ($IC_{95\%} =]1,67; 1,72[$). Ao analisar a fecundidade final esperada dos indivíduos que têm pelo menos um filho, concluimos que o número médio de filhos esperado até ao final da vida reprodutiva é significativamente superior à fecundidade realizada, tanto para os mais jovens (2,09; $IC_{95\%} =]2,00; 2,18[$), como para os menos jovens (1,94; $IC_{95\%} =]1,92; 1,97[$). Estes resultados também mostram que, ao contrário da fecundidade realizada em 2013, são os mais jovens que esperam ter mais filhos em média. O mesmo se pode dizer relativamente aos que não têm filhos, pois o número médio de filhos esperado é superior entre os mais jovens (1,82; $IC_{95\%} =]1,77; 1,87[$) do que entre aqueles com 30 anos ou mais (1,08; $IC_{95\%} =]1,02; 1,14[$).

A idade ao nascimento do primeiro filho tem uma influência significativa na média da fecundidade realizada em 2013, assim como na média do número de filhos esperado até ao final da vida reprodutiva (Figura 6.1.2b). Para ambos os grupos etários, concluimos o número médio de filhos em 2013 decresce à medida que a idade ao nascimento do primeiro filho aumenta. O mesmo se pode afirmar relativamente ao número médio de filhos esperado. Porém, entre aqueles com 30 anos ou mais, a fecundidade realizada está mais próxima da fecundidade final esperada seja qual for a idade ao nascimento do primeiro filho. Aliás, para os que tiveram o primeiro filho antes dos 20 anos, não existem diferenças significativas entre a fecundidade realizada e a fecundidade final esperada, indicando que este grupo de indivíduos parece ter atingido a sua fecundidade final esperada em 2013.

Figura 6.1.2 Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respetivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos, existência de filhos (a) e idade ao nascimento do primeiro filho (no universo de quem tem filhos) (b)



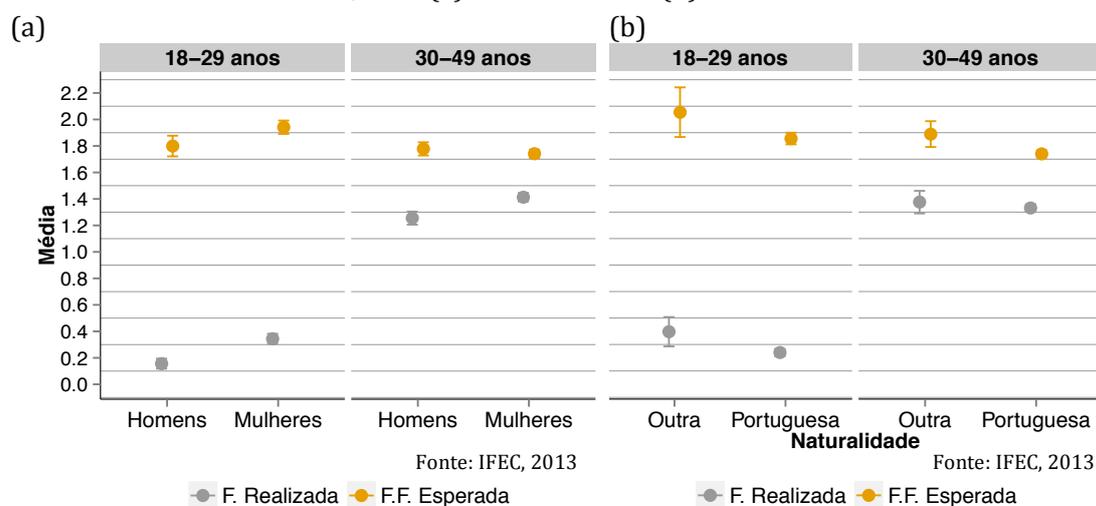
Nas análises que se seguem não diferenciamos a fecundidade realizada e final esperada consoante a existência ou inexistência de filhos em 2013. Deste modo, as médias que apresentamos em seguida são inferiores às médias apresentadas nas figuras anteriores, visto que aqueles que não têm filhos passam a ter um maior peso, especialmente no cálculo da média da fecundidade realizada em 2013.

Em ambos os grupos etários, em 2013, as mulheres tinham, em média, mais filhos do que os homens (Figura 6.1.3a). O mesmo se verifica em relação ao número médio de filhos esperado entre os mais jovens, sendo que, em média, as mulheres esperam ter mais filhos do que os homens. Porém, apesar desta situação inverter-se entre os mais velhos – sendo os homens os que reportam uma fecundidade final esperada ligeiramente superior – a média da fecundidade final esperada entre aqueles com mais de 30 anos não difere significativamente entre homens e mulheres.

Analisando o efeito da naturalidade dos indivíduos (Figura 6.1.3b), concluímos que, entre os mais jovens, a média do número de filhos em 2013 é significativamente superior para os indivíduos de outra naturalidade do que para os cidadãos com naturalidade Portuguesa, não havendo diferenças significativas destas médias entre os mais velhos. Relativamente à fecundidade final esperada, concluímos que são também os indivíduos de outra naturalidade

os que apresentam uma média superior do número de filhos esperado. No entanto, apenas existem diferenças significativas desta média, consoante a naturalidade dos indivíduos, para aqueles com 30 anos ou mais. Estes resultados mostram a importância da população imigrante, sendo que estes indivíduos podem contribuir para elevar os níveis de fecundidade no país.

Figura 6.1.3 Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respetivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos, sexo (a) e naturalidade (b)

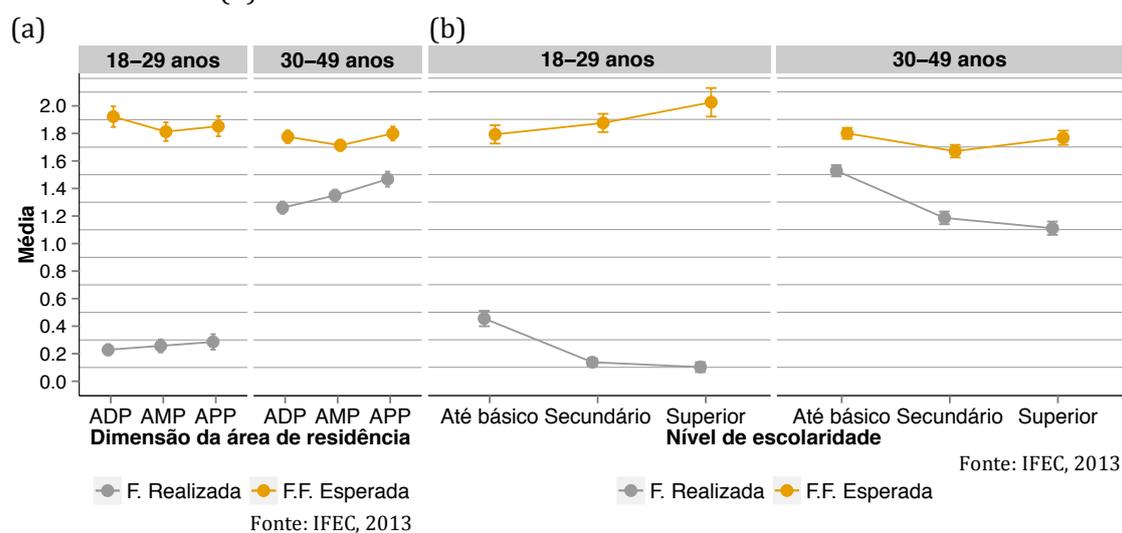


A influência da dimensão da área de residência difere consoante as fecundidades em análise (Figura 6.1.4a). No que respeita à fecundidade realizada em 2013, concluímos que à medida que a dimensão da área de residência diminui, o número médio de filhos em 2013 aumenta. Porém, este aumento é significativo apenas entre aqueles com idades entre os 30 e 49 anos. Já a fecundidade final esperada é mais baixa entre os que residem em áreas medianamente povoadas (AMP). No entanto, em nenhum dos grupos etários existem diferenças significativas do número médio de filhos esperado consoante a dimensão da área de residência.

A Figura 6.1.4b enfatiza o efeito do nível de escolaridade dos indivíduos tanto na fecundidade realizada como na fecundidade final esperada. Em ambos os grupos etários, concluímos que a média do número de filhos em 2013 diminui com o aumento do nível de escolaridade. No entanto, apenas se verificam diferenças significativas desta média entre aqueles que possuem um nível de escolaridade até ao básico e aqueles que possuem o secundário ou superior.

Apesar dos indivíduos com nível de escolaridade superior terem em média menos filhos, é exatamente entre estes indivíduos que a fecundidade final esperada tende a ser superior. Repare-se que, entre os mais jovens, a média da fecundidade final esperada é significativamente mais elevada para os que possuem um nível de escolaridade superior do que para os que possuem um nível de escolaridade até ao básico. Já entre aqueles com 30 anos ou mais, a média da fecundidade final esperada apenas difere entre os que possuem um nível de escolaridade secundário e os restantes, sendo significativamente inferior entre os que possuem o secundário.

Figura 6.1.4 Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respetivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos, dimensão da área de residência (a) e nível de escolaridade (b)

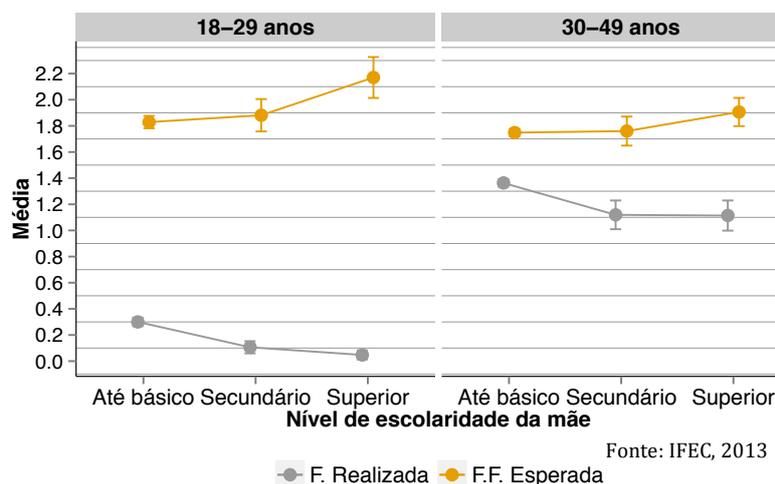


O nível de escolaridade dos pais têm um efeito semelhante ao nível de escolaridade dos indivíduos na fecundidade realizada em 2013 (Figuras 6.1.5a e 6.1.5b). Em ambos os grupos etários, a média do número de filhos em 2013 diminui com o aumento do nível de escolaridade dos pais e apenas se verificam diferenças significativas desta média entre aqueles que possuem um nível de escolaridade até ao básico e aqueles que possuem o secundário ou superior. Contrariamente, a média do número de filhos esperado ao final da vida reprodutiva tende a aumentar com o aumento do nível de escolaridade dos pais. No entanto, não podemos afirmar que existam diferenças significativas da média

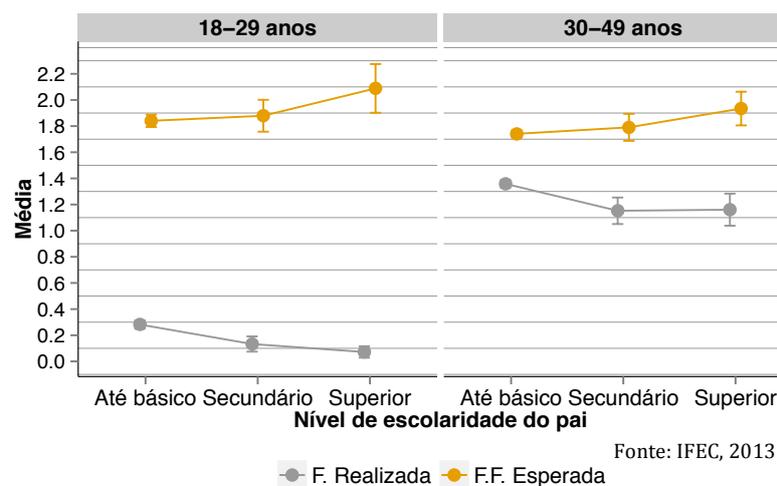
da fecundidade final esperada consoante o nível de escolaridade da mãe (Figura 6.1.5a) ou do pai (Figura 6.1.5b).

Figura 6.1.5 Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respetivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos e nível de escolaridade da mãe (a) e do pai (b)

(a)



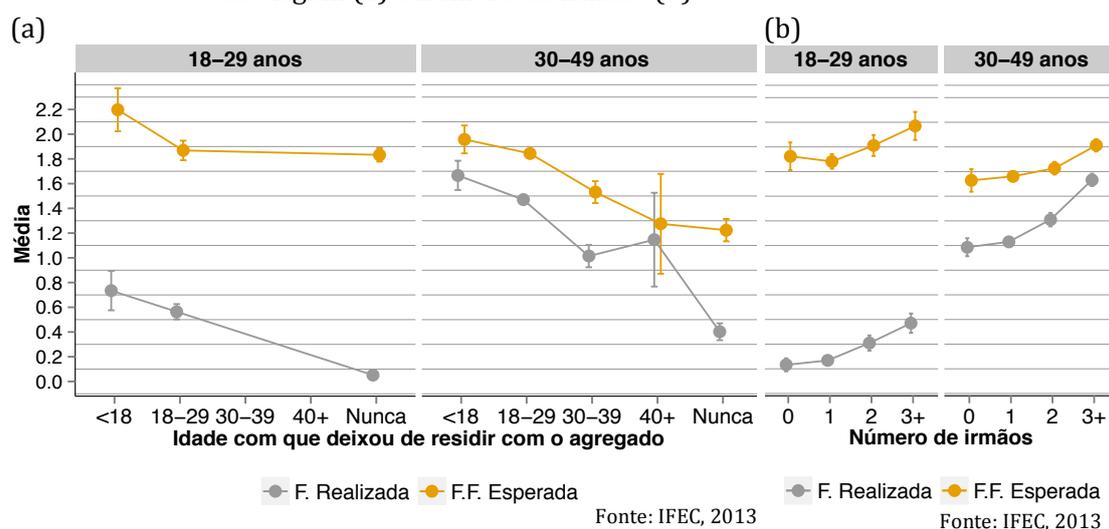
(b)



Ainda focando a nossa atenção no *background* familiar dos indivíduos, concluímos que é apenas entre os mais jovens que a média da fecundidade realizada em 2013 é significativamente superior para aqueles cujo agregado parental de origem é composto por apenas um dos pais (Tabela 6.1.1). Já o número médio de filhos em 2013, assim como o número médio de filhos esperado, não difere consoante a existência de um divórcio parental em nenhum dos dois grupos etários (Tabela 6.1.1).

Contrariamente, a idade com que os indivíduos deixaram de residir com o agregado parental de origem é um melhor diferenciador do número médio de filhos em 2013 e do número médio de filhos esperado até ao final da vida reprodutiva, sendo que, em ambos os grupos, concluímos que estes valores médios decrescem à medida que esta idade aumenta (Figura 6.1.6a). Já o aumento do número de irmãos tem um efeito oposto, pois à medida que o número de irmãos aumenta, aumenta também o número médio de filhos em 2013, assim como o número médio de filhos esperado até ao final da vida reprodutiva (Figura 6.1.6b).

Figura 6.1.6 Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respetivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos, idade com que deixaram de residir com o agregado parental de origem (a) e número de irmãos (b)



Enquanto a média da fecundidade realizada em 2013 é significativamente inferior para os solteiros e superior para os casados de ambos os grupos etários, a média da fecundidade final esperada apenas difere entre aqueles com 30 anos ou mais. Neste grupo, os solteiros esperam ter, em média, menos filhos até ao final da vida reprodutiva do que os que têm um cônjuge ou companheiro (Figura 6.1.7a).

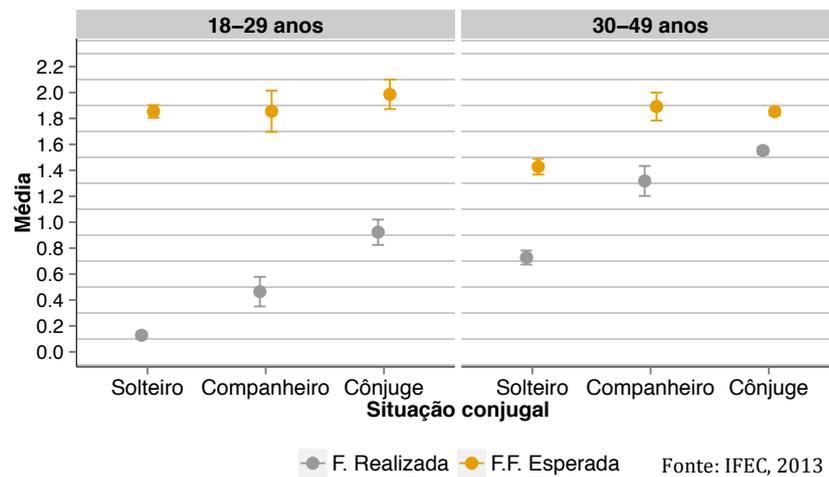
Já no que respeita à existência de enteados, concluímos que, entre os mais jovens, a média do número de filhos em 2013 é significativamente superior para os que têm pelo menos um enteado. Porém, entre os mais velhos, não existem

diferenças significativas da média da fecundidade realizada ou final esperada consoante a existência de enteados (Tabela 6.1.1).

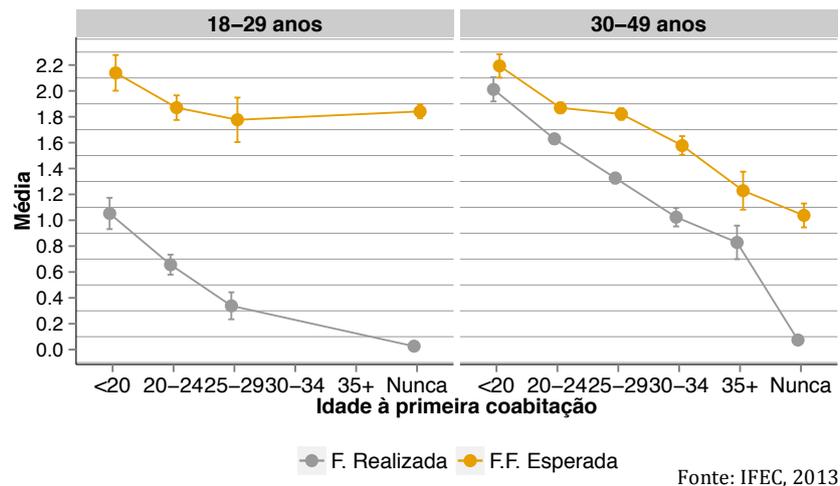
Ainda relativamente à conjugalidade, a Figura 6.1.7b enfatiza o efeito da idade à primeira coabitação. Repare-se que à medida que esta idade aumenta, a média da fecundidade realizada, assim como a média da fecundidade final esperada, diminuem. Estes decréscimos são ainda mais acentuados entre aqueles com 30 anos ou mais, sendo que ambas as médias atingem valores mínimos entre aqueles que nunca coabitaram.

Figura 6.1.7 Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respetivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos, situação conjugal (a) e idade à primeira coabitação (b)

(a)



(b)



Concluimos que a situação perante o trabalho dos indivíduos apenas é significativa para diferenciar a média da fecundidade realizada, sendo que o número médio de filhos que os indivíduos esperam ter até ao final da vida

reprodutiva não depende da situação perante o trabalho dos indivíduos (Tabela 6.1.1). No que respeita à fecundidade realizada em 2013, entre os mais jovens, o número médio de filhos é significativamente inferior para os estudantes e, entre os mais velhos, é superior para os domésticos(as).

Para os indivíduos do primeiro grupo etário, a média da fecundidade realizada em 2013 diminui à medida que a idade ao primeiro emprego pago aumenta. Já entre os mais velhos este decréscimo não é linear, pois diminui apenas para aqueles que taralharam pela primeira vez até aos 29 anos e volta a aumentar para aqueles que iniciaram o seu primeiro emprego pago depois dos 29 anos ou para os que nunca trabalharam (Tabela 6.1.1). Repare-se que, assim como o número médio de filhos que os indivíduos esperam ter até ao final da vida reprodutiva não depende da situação perante o trabalho dos indivíduos, também não depende da idade ao primeiro emprego pago, pois não se verificam diferenças significativas desta média consoante esta idade.

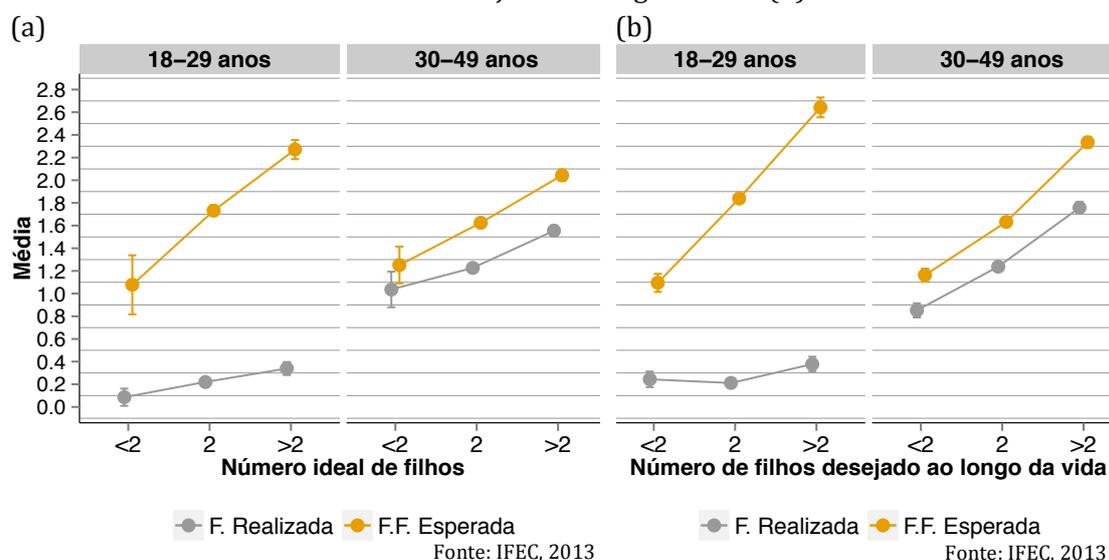
Tabela 6.1.1 Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respetivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos e pelas variáveis relacionadas com características do indivíduo e com o seu background familiar

	18-29 anos		30-49 anos	
	FR	FFE	FR	FFE
Agregado parental de origem				
Com ambos os pais	0,23 (0,2;0,3)	1,87 (1,8;1,9)	1,34 (1,3;1,4)	1,75 (1,7;1,8)
Sem um dos pais	0,60 (0,5;0,8)	1,90 (1,6;2,2)	1,53 (1,3;1,7)	1,91 (1,7;2,1)
Sem a mãe e sem o pai	0,29 (0,2;0,4)	1,84 (1,7;2,0)	1,26 (1,2;1,4)	1,78 (1,7;1,9)
Divórcio parental				
Não	0,24 (0,2;0,3)	1,86 (1,8;1,9)	1,36 (1,3;1,4)	1,76 (1,7;1,8)
Sim	0,27 (0,2;0,3)	1,91 (1,8;2,0)	1,17 (1,1;1,3)	1,75 (1,7;1,8)
Existência de enteados				
Não	0,24 (0,2;0,3)	1,87 (1,8;1,9)	1,33 (1,3;1,4)	1,76 (1,7;1,8)
Sim	0,79 (0,5;1,1)	1,70 (1,3;2,1)	1,45 (1,3;1,6)	1,73 (1,5;1,9)
Situação perante o trabalho				
Empregado	0,33 (0,3;0,4)	1,85 (1,8;1,9)	1,31 (1,3;1,4)	1,74 (1,7;1,8)
Desempregado	0,35 (0,3;0,4)	1,80 (1,7;1,9)	1,33 (1,2;1,4)	1,80 (1,7;1,9)
Estudante	0,03 (0,01;0,1)	1,97 (1,9;2,1)	0,83 (0,4;1,3)	1,90 (1,5;2,3)
Doméstico(a) ¹	-	2,40 (1,9;2,8)	2,05 (1,9;2,2)	2,13 (1,8;2,3)
Outro ¹	-	1,23 (0,7;2,0)	1,19 (0,9;1,5)	1,42 (1,1;1,8)
Idade ao primeiro emprego pago				
Menos de 18 anos	0,47 (0,4;0,5)	1,86 (1,8;1,9)	1,49 (1,4;1,5)	1,83 (1,8;1,9)
18-23 anos	0,25 (0,2;0,3)	1,83 (1,8;1,9)	1,23 (1,2;1,3)	1,70 (1,6;1,8)
24-29 anos	0,11 (0,1;0,2)	2,03 (1,9;2,2)	1,16 (1,1;1,2)	1,71 (1,6;1,8)
30+ anos	-	-	1,49 (1,3;1,7)	1,75 (1,5;2,0)
Nunca trabalhou	0,09 (0,08;0,1)	1,92 (1,8;2,0)	1,67 (1,4;1,9)	1,88 (1,6;2,1)

¹Não é possível apresentar uma estimativa fidedigna da média da FR e FFE devido ao reduzido número observações da respetiva categoria (Tabela 3.1, Capítulo III).

De uma forma geral, concluímos que, tanto a média da fecundidade realizada em 2013, como da fecundidade final esperada aumentam à medida que o número ideal de filhos (Figura 6.1.8a) e o número desejado de filhos (Figura 6.1.8b) aumentam. Porém, em ambos os grupos etários, este aumento é mais acentuado quando em causa está fecundidade final esperada dos indivíduos, indicando que desejos e ideais têm mais efeito nas intenções dos indivíduos do que na fecundidade realizada. Por outro lado, verificamos um maior aumento do número esperado de filhos consoante a fecundidade desejada do que consoante o número ideal de filhos. Este resultado, é um indicador de que a fecundidade final esperada é mais influenciada pelo número desejado de filhos do que pelo número ideal de filhos.

Figura 6.1.8 Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respetivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos, número de filhos considerado ideal para uma família (a) e número de filhos desejado ao longo da vida (b)

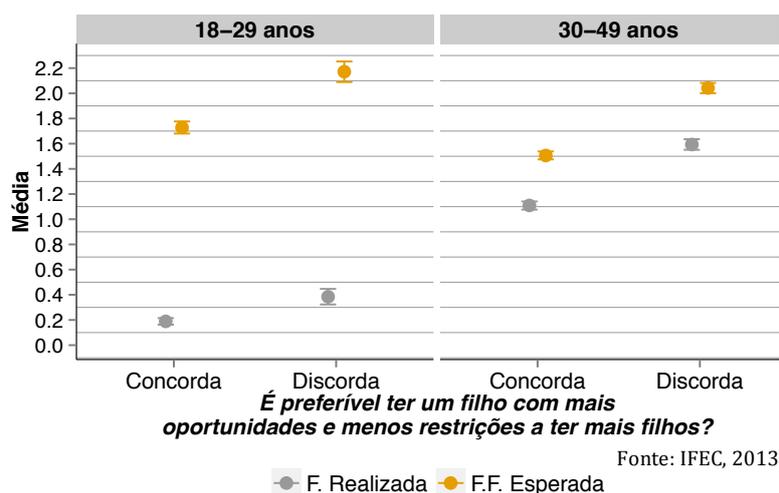


Em ambos os grupos etários, concluímos que a média da fecundidade realizada, assim como a média da fecundidade final esperada, são significativamente inferiores para os que concordam que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos (Figura 6.1.9a). Já tomada de posição de que o desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem

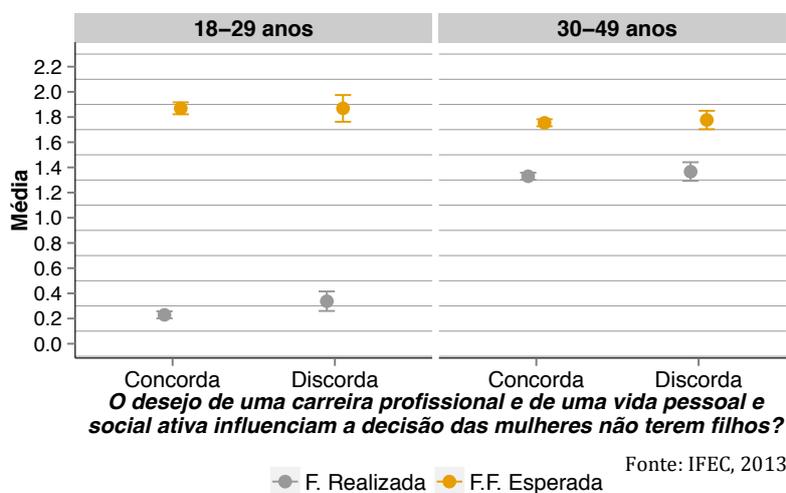
filhos apenas diminui, significativamente, a média da fecundidade realizada entre os mais jovens (Figura 6.1.9b).

Figura 6.1.9 Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respectivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos, compensação entre quantidade e qualidade dos filhos (a) e realização profissional (b)

(a)



(b)



Tanto o número médio de filhos em 2013, como o número médio de filhos esperado ao final da vida reprodutiva, são significativamente inferiores para os que discordam de que uma mulher e um homem precisam de ter filhos para se sentirem realizados (Tabela 6.1.2). Por outro lado, ambos os valores médios em análise não diferem significativamente consoante a opinião dos indivíduos sobre ser ou não prejudicial para a criança, em idade pré-escolar, que a mãe ou o pai trabalhem fora de casa.

A opinião dos indivíduos relativamente à opção ideal para conciliar o trabalho da mãe ou do pai com a vida familiar apenas é um bom diferenciador da média da fecundidade final esperada entre os mais jovens. Neste grupo, o número médio de filhos esperado é significativamente superior para os que consideram que o ideal é a mãe ou o pai trabalharem a tempo parcial fora de casa do que para os que consideram que o ideal é os pais trabalharem a tempo inteiro fora de casa (Tabela 6.1.2). No que respeita à fecundidade realizada, concluímos que o número médio de filhos em 2013 tende a ser superior para os que consideram que o ideal é a mãe não trabalhar. Porém, esta média apenas é significativamente superior para os indivíduos com idades entre 30 e 49 anos.

Tabela 6.1.2 Média da fecundidade realizada (FR) e da fecundidade final esperada (FFE) e respetivos intervalos de confiança a 95%, pela idade dos indivíduos e pelos seus valores e atitudes

	18-29 anos		30-49 anos	
	FR	FFE	FR	FFE
Realização pessoal – “uma mulher e um homem precisam de ter filhos para se sentirem realizados?”				
Alguma concordância	0,36 (0,3;0,4)	1,93 (1,9;2,0)	1,46 (1,4;1,5)	1,84 (1,8;1,9)
Discordância plena	0,15 (0,1;0,2)	1,82 (1,8;1,8)	1,18 (1,1;1,2)	1,65 (1,6;1,7)
Presença materna – “é prejudicial para a criança, em idade pré-escolar, que a mãe trabalhe fora de casa?”				
Concorda	0,30 (0,2;0,3)	1,88 (1,8;2,0)	1,42 (1,4;1,5)	1,75 (1,7;1,8)
Discorda	0,22 (0,2;0,3)	1,86 (1,8;1,9)	1,28 (1,1;1,4)	1,76 (1,7;1,8)
Presença paterna – “é prejudicial para a criança, em idade pré-escolar, que o pai trabalhe fora de casa?”				
Concorda	0,23 (0,2;0,3)	1,95 (1,9;2,0)	1,22 (1,2;1,3)	1,61 (1,5;1,7)
Discorda	0,26 (0,2;0,3)	1,85 (1,8;1,9)	1,36 (1,3;1,4)	1,79 (1,7;1,8)
Conciliação materna – “qual é a opção ideal para conciliar o trabalho da mãe com a vida familiar [na presença de criança(s) pequena(s)]?”				
A tempo inteiro fora de casa	0,23 (0,2;0,3)	1,75 (1,7;1,8)	1,23 (1,2;1,3)	1,75 (1,7;1,8)
A tempo parcial fora de casa	0,24 (0,2;0,3)	1,94 (1,9;2,0)	1,31 (1,3;1,4)	1,76 (1,7;1,8)
A partir de casa	0,17 (0,1;0,2)	1,83 (1,7;1,9)	1,25 (1,2;1,3)	1,68 (1,6;1,8)
Não trabalhar	0,46 (0,2;0,6)	1,91 (1,8;2,1)	1,52 (1,5;1,6)	1,81 (1,7;1,9)
Conciliação paterna – “qual é a opção ideal para conciliar o trabalho do pai com a vida familiar [na presença de criança(s) pequena(s)]?”				
A tempo inteiro fora de casa	0,26 (0,2;0,3)	1,79 (1,7;1,9)	1,38 (1,3;1,4)	1,77 (1,7;1,8)
A tempo parcial fora de casa	0,23 (0,2;0,3)	2,04 (2,0;2,1)	1,25 (1,2;1,3)	1,74 (1,7;1,8)
A partir de casa	0,22 (0,1;0,3)	1,92 (1,7;2,1)	1,26 (1,2;1,4)	1,78 (1,7;1,9)
Não trabalhar ¹	-	-	-	-

¹Não é possível apresentar uma estimativa fidedigna da média da FR e FFE devido ao reduzido número observações da respetiva categoria (Tabela 3.1, Capítulo III).

VI.2 Fecundidade final esperada: perspectivas para Portugal

Com o objetivo de perceber qual o futuro da fecundidade em Portugal e de prever (ou não) uma alteração comportamental entre as gerações mais jovens e

menos jovens, pretendemos, numa primeira análise, identificar os fatores que fazem diminuir a fecundidade que os indivíduos esperam ter ao final do período reprodutivo. Assim, para identificar os fatores associados a uma menor fecundidade final esperada, recorreremos a dois modelos de regressão Hurdle (Tabela 6.2.1) – um para cada grupo etário em análise, 18-29 e 30-49 anos – sendo a variável resposta igual ao número de filhos esperado até ao final da vida reprodutiva. Como estamos perante um modelo Hurdle, primeiro comparamos os que esperam ter pelo menos um filho com os que esperam terminar a vida reprodutiva sem filhos através de um modelo de regressão logística, tal que a variável resposta é definida como: 0 – não pretende ter filhos; 1 – pretende ter pelo menos um filho até ao final da vida reprodutiva. Posteriormente, analisamos os determinantes que fazem reduzir o número médio de filhos esperado até ao final da vida reprodutiva através de um modelo Poisson truncado em zero.

Os modelos ajustados mostraram um bom ajustamento dos dados, apresentando bons R^2 de Nagelkerke (Tabela 6.2.1). Além disso, os zeros (associados a quem não pretende ter filhos) estimados pelos modelos Hurdle estão mais próximos dos zeros observados nas amostras de ambos os grupos etários do que os zeros estimados pelo modelo Poisson ou o modelo Binomial negativo (Tabela 6.2.2). Em ambos os grupos etários, o valor AIC é inferior no caso em que consideramos um modelo Hurdle da família Poisson e não da família Binomial negativo (Tabela 6.2.2), sendo que este critério permitiu-nos escolher os modelos finais Hurdle da família Poisson, apresentados na Tabela 6.2.1, como os modelos que melhor se ajustam aos dados. Repare-se que a maioria das variáveis explicativas em análise não se revelaram significativas (com 95% de confiança) na presença das variáveis incluídas nos modelos finais, sendo que não consideramos que as variáveis excluídas dos modelos apresentados sejam determinantes para explicar a fecundidade final esperada dos indivíduos.

Os resultados do modelo de regressão logística (modelo zero Hurdle, Tabela 6.2.1) ajustado para o grupo mais jovem permitiram identificar apenas a fecundidade desejada ao longo da vida como significativa para explicar a intenção de terminar a vida reprodutiva com pelo menos um filho (Tabela 6.2.1). Entre os mais jovens, concluímos que apresentam mais possibilidades de esperar

ter pelo menos um filho, aqueles que desejam ter mais de dois filhos, relativamente aos que desejam ter 2 ou menos filhos (OR=6,3; IC_{95%}=]2,8; 14,4[).

Já entre os indivíduos com idades entre 30 e 49 anos, o modelo zero Hurdle ajustado (Tabela 6.2.1) permite identificar mais fatores como significativos da intenção de terminar a vida reprodutiva com pelo menos um filho do que o modelo ajustado para os mais jovens. Para o segundo grupo etário, concluímos que, por ordem de maior influência, apresentam mais possibilidades de esperar ter pelo menos um filho, aqueles que:

- são mais jovens, sendo que por cada ano a mais as possibilidades de esperar ter pelo menos um filho diminuem cerca de 16%: OR=0,16; IC_{95%}=]0,12; 0,19[;
- coabitaram pela primeira vez antes dos 20 anos, relativamente aos que coabitaram pela primeira vez depois dos 29 anos ou que nunca coabitaram, sendo que as possibilidades de esperar ter pelo menos um filho aumentam à medida que a diferença de idades à primeira coabitação também aumenta:
menos de 20 anos vs. 30-34 anos, OR=6,2; IC_{95%}=]1,8; 21,8[
menos de 20 anos vs. 35 anos ou mais, OR=13,9; IC_{95%}=]3,6; 53,6[
menos de 20 anos vs. nunca coabitou, OR=29,4; IC_{95%}=]8,1; 100,7[;
- têm desejos mais alargados (2 ou mais filhos), relativamente aos que desejam ter 2 ou menos filhos:
mais de 2 filhos vs. 2 filhos, OR=3,1; IC_{95%}=]1,5; 5,9[
mais de 2 filhos vs. menos de 2 filhos, OR=6,2; IC_{95%}=]2,9; 12,8[;
- são casados, relativamente aos solteiros ou aos que têm um companheiro, não havendo diferenças significativas entre os últimos grupos:
tem cônjuge vs. solteiro, OR=3,5; IC_{95%}=]1,9; 6,8[
tem cônjuge vs. tem companheiro, OR=4,1; IC_{95%}=]2,1; 8,1[;
- concordam que um homem e uma mulher precisam de ter filhos para se sentirem realizados, relativamente aos que discordam: OR=1,7; IC_{95%}=]1,1; 2,6[.

Focando agora a nossa atenção na parte de contagens dos modelos Hurdle (Poisson truncada em zero, Tabela 6.2.1), entre os mais jovens que pretendem

ter pelo menos um filho até ao final da vida reprodutiva, identificamos a fecundidade desejada ao longo da vida, a idade com que os indivíduos deixaram de residir com o agregado parental de origem, a tomada de posição entre quantidade e qualidade dos filhos (*compensação*) e o número de filhos considerado ideal para uma família, como fatores significativos para explicar o decréscimo do número médio de filhos esperado até ao final da vida reprodutiva. O modelo ajustado para os mais jovens que esperam ter pelo menos um filho, permitiu concluir que, em média, espera-se que estes indivíduos tenham 1,97 filhos até ao final da vida reprodutiva (IC_{95%} =]1,94; 1,99]). Porém, a média estimada decresce, por ordem de maior decréscimo, cerca de:

- 84% (IC_{95%}=]75%; 89%]) para aqueles que desejam ter menos de dois filhos e 38% (IC_{95%}=]31%; 45%]) para aqueles que desejam ter dois filhos, relativamente aos que desejam ter mais de dois filhos. Deste modo, o valor médio do número de filhos esperado diminui à medida que os desejos também diminuem;
- 22% (IC_{95%}=]10%; 36%]) para os que deixaram de residir com o agregado depois dos 18 anos, relativamente aos que saíram mais cedo de casa dos pais;
- 12,4% (IC_{95%}=]8%; 22%]) para os que concordam que é preferível ter apenas um filho proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, relativamente aos que discordam;
- 11,9% (IC_{95%}=]8%; 22%]) para os que consideram que o número ideal de filhos para uma família é 2 ou menos filhos, relativamente aos que têm ideais mais alargados, 2 ou mais filhos.

O modelo ajustado para os indivíduos com idades entre 30 e 49 anos (Tabela 6.2.1), permitiu concluir que, entre os que reportaram uma fecundidade final esperada de pelo menos um filho, em média, espera-se que estes indivíduos tenham 1,82 filhos até ao final da vida reprodutiva (IC_{95%} =]1,81; 1,84]). Repare-se que, logo à partida, este valor médio é significativamente inferior para o segundo grupo etário, mostrando que a idade tem um papel importante nas intenções reprodutivas dos indivíduos.

O modelo de contagens permite concluir que, entre os mais velhos que esperam ter pelo menos um filho, a média estimada da fecundidade final esperada decresce, por ordem de maior decréscimo, cerca de:

- 66% (IC_{95%}=]58%; 72%[] para aqueles que desejam ter menos de dois filhos e 37% para os que desejam ter dois filhos (IC_{95%}=]32%; 42%[]), relativamente aos que desejam ter mais de dois filhos. Também entre os mais velhos, o valor médio do número de filhos esperado diminui à medida que os desejos também diminuem;
- 56% (IC_{95%}=]46%; 65%[] para os que tiveram o primeiro filho depois dos 35 anos, 46% (IC_{95%}=]37%; 54%[] para os que entraram na parentalidade entre os 30 e 34 anos, 44% (IC_{95%}=]33%; 54%[] para os que não têm filhos, 40% (IC_{95%}=]30%; 48%[] para os que entraram na parentalidade entre os 25 e 29 anos e 22% (IC_{95%}=]10%; 33%[] para os que transitaram entre os 20 e 24 anos, relativamente aos que tiveram o primeiro filho antes dos 20 anos. Deste modo, concluímos que à medida que a idade ao nascimento do primeiro filho aumenta, o valor médio do número de filhos esperado diminui significativamente;
- 28% (IC_{95%}=]22%; 33%[] para os que concordam que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos, relativamente aos que discordam;
- 15% (IC_{95%}=]10%; 22%[] para as mulheres, relativamente aos homens;
- 13% (IC_{95%}=]9%; 19%[] para os que possuem o nível de escolaridade secundário e 10% (IC_{95%}=]7%; 19%[] para aqueles com nível de escolaridade até ao básico, relativamente aos que possuem um nível de escolaridade superior.

Repare-se que, apesar da idade dos indivíduos não ser determinante para explicar o decréscimo da fecundidade final esperada em nenhum dos grupos etários, o modelo ajustado para aqueles com idades entre 18 e 49 anos (Tabela 6.2.1) permite concluir que o número médio de filhos esperado decresce cerca de 14% (IC_{95%}=]9%; 20%[] para os indivíduos com idades entre 30 e 49 anos, relativamente aos mais jovens.

Tabela 6.2.1 Coeficientes estimados do modelo de regressão Hurdle para os indivíduos com idades entre os 18 e 29 anos e com idades entre os 30 e 49 anos, considerando o modelo zero Hurdle (Binomial) para quem espera ter filhos vs. quem espera terminar a vida reprodutiva sem filhos e o modelo de contagens (Poisson truncada) para os que esperam ter pelo menos um filho até ao final da vida reprodutiva, respetivos desvios padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados

	18-29 anos R ² = 10%			30-49 anos R ² = 16%		
	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p
Modelo zero Hurdle (Binomial)						
Fecundidade desejada ao longo da vida (ref. mais de 2 filhos)						
2	-0,63	0,68	0,36	-1,10	0,34	0,001
menos de 2	-2,31	0,69	0,001	-1,82	0,38	<0,0001
Idade do indivíduo						
Situação conjugal (ref. tem cônjuge)						
solteiro	-	-	-	-1,26	0,33	0,0001
tem companheiro	-	-	-	-1,41	0,34	<0,0001
Idade à primeira coabitação (ref. até 19 anos)						
20-24 anos	-	-	-	-0,74	0,62	0,24
25-29 anos	-	-	-	-1,04	0,64	0,10
30-34 anos	-	-	-	-1,83	0,64	0,002
35+ anos	-	-	-	-2,64	0,69	0,0001
Nunca coabitou	-	-	-	-3,38	0,66	<0,0001
Realização pessoal – “uma mulher e um homem precisam de ter filhos para se sentirem realizados?” (ref. alguma concordância)						
Discordância plena	-	-	-	-0,50	0,22	0,02
Modelo de contagens (Poisson truncada)						
Idade com que deixou de residir com o agregado (ref. menos de 18 anos)						
18-29 anos	-0,24	0,11	0,02	-	-	-
Não deixou	-0,15	0,10	0,14	-	-	-
Número de filhos considerado ideal para uma família (ref. mais de 2 filhos)						
2	-0,13	0,06	0,04	-	-	-
menos de 2	-0,08	0,22	0,73	-	-	-
Fecundidade desejada ao longo da vida (ref. mais de 2 filhos)						
2	-0,49	0,06	<0,0001	-0,46	0,04	<0,0001
menos de 2	-1,81	0,21	<0,0001	-1,07	0,11	<0,0001
Compensação – “é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos?” (ref. discorda)						
concorda	-0,13	0,06	0,03	-0,32	0,04	<0,0001
Sexo (ref. homens)						
mulheres	-	-	-	-0,16	0,04	<0,0001
Nível de escolaridade (ref. superior)						
Até básico	-	-	-	-0,11	0,05	0,03
Secundário	-	-	-	-0,15	0,06	0,01

Tabela 6.2.1 continuação

	18-29 anos			30-49 anos		
	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p
Idade ao nascimento do primeiro filho (ref. menos de 20 anos)						
20-24 anos	-	-	-	-0,25	0,08	0,001
25-29 anos	-	-	-	-0,51	0,08	<0,0001
30-34 anos	-	-	-	-0,62	0,08	<0,0001
35+ anos	-	-	-	-0,84	0,11	<0,0001
Não tem filhos	-	-	-	-0,59	0,09	<0,0001
18-49 anos R ² = 22%						
Modelo ajustado para as todas as variáveis significativas nos modelos 18-29 e 30-49 anos						
	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p			
Modelo zero Hurdle (Binomial)						
Grupo etário (ref. até 29 anos)						
30 anos ou mais	-0,12		0,05			0,01
Modelo de contagens (Poisson truncada)						
Grupo etário (ref. até 29 anos)						
30 anos ou mais	-1,86		0,28			<0,001

Tabela 6.2.2 Zeros estimados e valores AIC para os modelos Poisson, Binomial negativo, Hurdle Binomial negativo e Hurdle Poisson

		Poisson	Binomial negativo	Hurdle Binomial negativo	Hurdle Poisson
		Zeros observados: 35			
18-29 anos	Zeros capturados	246	246	38	38
	AIC	2818,3	2820,4	2514,7	2512,7
		Zeros observados: 204			
30-49 anos	Zeros capturados	917	917	196	196
	AIC	7295,7	7297,7	6409,1	6407,1

VI.3 Discussão dos resultados e conclusões

A análise da fecundidade final esperada permitiu avaliar as intenções dos Portugueses no que respeita ao número de filhos que esperam ter até ao final da sua vida reprodutiva. Além disso, permitiu identificar comportamentos distintos entre gerações e, também, analisar o efeito de diversas variáveis com impacto significativo nesta fecundidade.

Em primeiro lugar, apesar da maioria dos indivíduos com idades entre 18 e 29 anos não ter filhos à data de recolha dos dados e de nos últimos anos terem vindo a reduzir o número de filhos tidos (Capítulo V), concluímos que são exatamente estes indivíduos que esperam ter mais filhos, sendo que a

esmagadora maioria dos mais jovens espera ter pelo menos dois filhos até ao final da vida reprodutiva. Já os indivíduos com idades entre 30 e 49 anos tendem a reduzir a sua fecundidade intencional, apesar de apresentarem uma fecundidade realizada superior à dos mais jovens. Enquanto entre os mais jovens a fecundidade final esperada de apenas um filho representa cerca de um quinto desta população, entre os mais velhos, aumenta para um terço. Efetivamente, os resultados dos modelos também demonstram que o número médio de filhos esperado diminui significativamente para aqueles que têm entre 30 e 49 anos. Deste modo, não se confirma a *Hipótese 6.1*, na medida em que, apesar dos mais jovens estarem a ter menos filhos hoje e de adiarem ainda mais o nascimento do primeiro filho do que os mais velhos o fizeram, são também os mais jovens que pretendem ter mais filhos. Este resultado revela que os mais jovens têm mais expectativas de atingir uma fecundidade final mais elevada.

A partir dos modelos ajustados, primeiramente, foi possível identificar o perfil mais provável dos indivíduos que esperam terminar a vida reprodutiva sem filhos. Entre os mais jovens, concluímos que a probabilidade de permanecer sem filhos até ao final da vida reprodutiva é condicionada apenas por desejos de fecundidade mais reduzidos (2 ou menos filhos), confirmando-se a *Hipótese 6.2a*. Porém, não é possível afirmar que ideais de fecundidade sejam determinantes para explicar a intenção dos mais jovens permanecerem sem filhos até ao final da vida reprodutiva.

Já entre aqueles com mais de 29 anos, a desejos de fecundidade reduzidos, acresce o avançar da idade, o facto dos indivíduos serem solteiros, terem coabitado pela primeira vez mais tarde, ou nunca o terem feito, assim como discordarem de que uma mulher e um homem precisam de ter filhos para se sentirem realizados.

Deste modo, os resultados confirmam, em primeiro lugar, a importância da idade nas intenções reprodutivas dos indivíduos (Rowland, 1998; Billari e Kohler, 2009; Spéder e Kapitány, 2009; Adsera, 2011; Maciel et al., 2016; Mendes et al., 2016; Sobotka, 2016), assim como a importância de ter um companheiro (Almeida et al, 1998; Bongaarts, 1998; Guerreiro e Abrantes, 2007; Heiland et al., 2008; Mills et al., 2011; Aassve et al., 2012; Buber et al., 2012; Cunha, 2012b; Maciel, 2015). É, então, entre os mais velhos que o aumento da idade (*Hipótese*

6.3a) e uma menor estabilidade conjugal (*Hipótese 6.4*) aumentam a probabilidade de terminar a vida reprodutiva sem filhos.

Além disso, os Portugueses que consideram que ter filhos não é um catalisador da realização e felicidade pessoal, apresentam uma maior probabilidade de permanecerem sem filhos. Deste modo, para estes indivíduos, a autorrealização não passa pela chegada de um filho (Beck e Beck-Gernsheim, 2002; Van de Kaa, 2002; Lesthaeghe, 2010). Porém, esta variável é mais importante entre os mais velhos, ao contrário do que prevíamos com a *Hipótese 6.2b*.

Entre os indivíduos que esperam ter pelo menos um filho, os resultados dos modelos permitem concluir que o número desejado de filhos ao longo da vida é a variável com maior poder explicativo numa fecundidade final esperada reduzida, especialmente entre os mais jovens (*Hipótese 6.2a*). Este resultado vai ao encontro da teoria TDIB, sendo que desejos de fecundidade são mais explicativos das intenções de fecundidade (Miller, 1986; Miller, 1994; Miller e Pasta, 1996).

Deste modo, em ambos os grupos etários, os resultados comprovam que os desejos de fecundidade dos indivíduos são mais determinantes do que, por exemplo, a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos ou o número ideal de filhos. Aliás, entre aqueles com 30 anos ou mais, o número ideal de filhos nem é significativo para explicar o decréscimo da fecundidade final esperada.

Contrariamente, a tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, ganha maior importância entre os mais velhos, confirmando-se a *Hipótese 6.2c*. Não obstante, em ambos os grupos etários, os resultados confirmam a teoria, sendo que há uma maior preocupação com a percepção de possíveis oportunidades futuras dos filhos, refletindo-se em intenções de fecundidade reduzidas (Becker, 1960; Becker e Lewis, 1974; Becker e Tomes, 1976; Cunha, 2002; Bandeira, 2012; Mendes et al. 2016).

Ainda para os que esperam ter pelo menos um filho, os resultados também permitiram concluir que, entre os mais jovens, logo após os desejos de fecundidade, a idade com que os indivíduos deixaram de residir com o agregado parental de origem é a variável com maior influência na fecundidade final

esperada, confirmando-se a *Hipótese 6.5a*. Porém, esta variável apenas é determinante para explicar o decréscimo das intenções de fecundidade dos indivíduos mais jovens, ao contrário do esperado. Já a idade ao primeiro emprego pago não se revelou significativa para explicar o decréscimo do número de filhos que os Portugueses esperam ter até ao final da vida reprodutiva, logo não podemos validar a *Hipótese 6.5b*.

Repare-se, também, que os resultados não permitem afirmar que a opinião dos Portugueses sobre o ideal de conciliação do trabalho dos pais com a vida familiar é um fator determinante para explicar o decréscimo do número de filhos que os indivíduos esperam ter até ao final da vida reprodutiva. Da mesma forma, a situação perante o trabalho dos indivíduos, ou a inexistência de um emprego, não se revelou significativa na presença das restantes variáveis em análise. Deste modo, não existem evidências no sentido da *Hipótese 6.2e*.

Sendo a idade tardia com que os indivíduos deixam de residir com o agregado apontada como um fator potenciador do adiamento da entrada na parentalidade (Billari e Kohler, 2002; Mendes et al., 2016), é natural que esta idade também tenha uma grande influência nas intenções de fecundidade dos indivíduos. Porém, quando analisamos o segundo grupo etário, esta variável perde importância, dando lugar à idade dos indivíduos ao nascimento do primeiro filho. Além disso, é também entre aqueles com 30 anos ou mais que a inexistência de filhos faz diminuir a sua fecundidade final esperada, sendo que entre os mais jovens não verificamos diferenças significativas do número de filhos esperado até ao final da vida reprodutiva consoante a paridade dos indivíduos.

Enquanto, entre os mais jovens, a redução da fecundidade final esperada está mais relacionada com valores e atitudes e com o background familiar dos indivíduos, entre aqueles com 30 anos ou mais, não apenas a idade ao nascimento do primeiro filho passa a ser determinante, mas também o género e o nível de escolaridade ganham poder explicativo no número de filhos que os indivíduos esperam ter. Neste grupo, ter o primeiro filho mais tarde, não ter filhos ou ser mulher são fatores que influenciam o decréscimo do número de filhos esperado até ao final da vida reprodutiva, confirmando-se a *Hipótese 6.3b*. É também entre aqueles com mais de 29 anos que possuir um nível de

escolaridade mais baixo, em particular, o secundário, diminui significativamente o número esperado de filhos até ao final da vida reprodutiva. Deste modo, confirma-se também a *Hipótese 6.6*, na medida em que aqueles com níveis de escolaridade mais elevados tendem a aumentar as suas intenções de fecundidade em idades mais tardias.

O efeito do *tempo* tem sido um fator potenciador no decréscimo dos níveis de fecundidade no país (Cunha, 2012a; Mendes et al., 2006; Mendes, 2012; Tomé e Mendes, 2013; Tomé, 2015; Cunha, 2016; Mendes, 2016; Mendes et al., 2016). Como tal, é de esperar que o adiamento da entrada na parentalidade tenha impacto, não apenas na fecundidade realizada, mas também na fecundidade final esperada dos indivíduos, sendo um fator inibidor de uma fecundidade final esperada mais elevada, especialmente entre os mais velhos. O mesmo se pode afirmar relativamente às mulheres, para as quais o limite biológico é mais limitado (Lesthaeghe e Willems, 1999; Van de Kaa, 2002; Frejka e Sardon, 2006), e àqueles com menores níveis de escolaridade que, em idades mais tardias, têm mais dificuldades em fazer face a possíveis incertezas económicas (Adsera, 2005; Kohler et al., 2006; Sobotka, 2008; Cunha, 2013; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016; Freitas et al., 2017).

As diferenças observadas entre as gerações fazem-nos questionar se aqueles que agora têm entre 30 e 49 anos também não tencionaram ter mais filhos quando eram mais jovens. Ou seja, será que as gerações mais avançadas, não tencionaram ter mais filhos quando tinham menos de 30 anos, mas, entretanto, o adiamento da entrada na parentalidade, associado ao limite biológico das mulheres, ou à ponderação entre benefícios e riscos de ter (mais) filhos, fez com estes indivíduos baixassem as suas expectativas em relação ao número de filhos que esperam ter? Contrariamente, apesar dos mais jovens pretenderem ter mais filhos, será que com o avançar da idade – e se não se reunirem as condições necessárias para que possam atingir a sua fecundidade final esperada – não poderão reduzir consideravelmente as suas motivações e intenções de fecundidade?

Para responder a estas questões, teríamos de acompanhar os mais jovens até que estes atingissem mais de 30 anos. Não obstante, no capítulo seguinte tentamos identificar os determinantes das motivações, desejos e intenções

reduzidas (apenas um filho) e perceber se estas diferem ou não entre as gerações em análise. Assim, num contexto em que, com o avançar da idade, os indivíduos tendem a reduzir a sua fecundidade intencional, resultando, muitas vezes, em descendências de filho único, importa agora investigar qual é o perfil mais provável dos indivíduos que estão mais motivados a ter apenas um filho e perceber se este perfil difere entre os mais jovens e menos jovens.

Deste modo, em seguida, pretendemos caracterizar as descendências de filho único, em termos de motivações, desejos e intenções. Além disso, considerando que o adiamento da entrada na parentalidade tem um grande impacto nas intenções de fecundidade dos indivíduos, pretendemos também estudar quais os indivíduos que estão em maior risco de ter o primeiro filho mais tarde e, conseqüentemente, não conseguir atingir a sua fecundidade final esperada.

VII. Filhos únicos em Portugal

Como resultado de sucessivos adiamentos do nascimento dos filhos, nos últimos anos, o número de Portugueses que se mantém com apenas um filho tem vindo a aumentar (Cunha, 2012b e 2013; Mendes, 2012; Oliveira, 2012; Maciel et al., 2016; Mendes et al., 2016). Porém, o adiamento dos projetos de fecundidade dos indivíduos não explica a totalidade das alterações demográficas ocorridas nas últimas décadas. Efetivamente, as alterações comportamentais implicadas na teoria da Segunda Transição Demográfica (Van de Kaa, 2002; Surkyn e Lesthaeghe, 2004; Lesthaeghe, 2010), bem como as mudanças de atitudes e valores mais centradas no indivíduo (Beck e Beck-Gernsheim, 2002), ou os contextos económicos e governamentais (McDonald, 2006; Balbo et al., 2013; Aisenbrey e Fasang, 2017; Sobotka, 2016; Sobotka et al., 2017), são apontados como fatores condicionantes da fecundidade.

Num contexto de fecundidade reduzida no país, a tender para um filho por mulher, importa agora investigar qual o perfil dos indivíduos com maior probabilidade de terminar a vida reprodutiva com apenas um filho (com efeito direto do *quantum*). Ainda, importa identificar os fatores que influenciam o adiamento do nascimento do primeiro filho, visto que este adiamento tem um grande impacto, tanto no *quantum* de fecundidade, como no *tempo* dos nascimentos de ordens superiores (Kohler et al., 2002; Frejka e Sardon, 2006; Billari, 2008; Frejka, 2008; Bongaarts e Sobotka, 2012; Sobotka et al., 2012; Sobotka, 2013; Tomé e Mendes, 2013; Mendes, 2016).

Deste modo, tendo em conta motivações, desejos e intenções dos indivíduos – considerados como determinantes próximos do comportamento (Miller, 1994; Testa et al., 2014; Freitas e Testa, 2017) – e centrando agora a atenção no filho único, pretendemos perceber: 1) o que determina a tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições; 2) o que determina o desejo de ter apenas um filho; 3) o que determina a intenção de ter apenas um filho até ao final da vida reprodutiva; e 4) quais os fatores associados ao adiamento do nascimento do primeiro filho, ou seja, quais os fatores que estão associados a um maior risco de ter transitar para a parentalidade mais tardiamente.

Em primeiro lugar, pretendemos compreender se as gerações mais jovens têm ou não motivações e comportamentos idênticos aos das gerações menos jovens no que respeita a descendências de filho único. Neste sentido, consideramos as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 7.1a: tendo em conta que é entre os menos jovens (30 anos ou mais) que a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos tem um maior impacto na redução do número de filhos que os indivíduos esperam ter até ao final da vida reprodutiva (Capítulo VI), então é também este grupo que apresenta uma maior probabilidade de concordar que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições;

Hipótese 7.1b: considerando que, apesar de terem mais filhos, são os menos jovens (30 anos ou mais) que têm expectativas mais baixas em relação à sua fecundidade final esperada (Capítulo VI), então é este grupo etário que apresenta uma maior probabilidade de desejar ter apenas um filho e de (**Hipótese 7.1c**) esperar ter apenas um filho até ao final da vida reprodutiva;

Hipótese 7.1d: sendo que, nos últimos anos, o maior decréscimo do número de nascimentos ocorreu entre os mais jovens, então são exatamente estes indivíduos que estão a adiar mais o nascimento do primeiro filho do que aqueles com mais de 29 anos o fizeram.

Ideais, desejos e intenções de fecundidade reduzidos (Sobotka e Beaujouan, 2014; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016) ou uma maior preocupação com a qualidade dos filhos (Becker e Barro, 1986; Guerreiro e Abrantes, 2007; Bandeira, 2012; Cunha, 2013; Mendes et al. 2016), assim como valores mais orientados para a autorrealização (pessoal ou profissional) (Beck e Beck-Gernsheim, 2002), são considerados condicionantes da fecundidade. Neste sentido, consideramos as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 7.2a: ideais e desejos reduzidos aumentam a probabilidade de concordar com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos;

Hipótese 7.2b: ideais reduzidos, concordar com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos, ou uma maior preocupação com a autorrealização, aumentam a probabilidade de desejar ter apenas um filho;

Hipótese 7.2c: ideais e desejos reduzidos, concordar com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos, ou uma maior preocupação com a

autorrealização, aumentam a probabilidade de esperar ter apenas um filho até ao final da vida reprodutiva;

Hipótese 7.2d: ideais, desejos e intenções reduzidas, concordar com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos, ou uma maior preocupação com a autorrealização, aumentam a probabilidade adiar o nascimento do primeiro filho.

Considerando que as circunstâncias dos indivíduos e contextos envolventes (família e pares) têm impacto nas motivações individuais para a parentalidade (Udry, 1983; Ajzen, 1991; Testa e Grilli, 2006; Testa, 2010; Ajzen e Klobas, 2013; Mendes et al., 2016), podemos esperar que estes contextos sejam determinantes para diferenciar (**Hipótese 7.3a**) a tomada de posição entre quantidade e qualidade dos filhos, (**Hipótese 7.3b**) a fecundidade desejada e (**Hipótese 7.3c**) final esperada de apenas um filho e (**Hipótese 7.3d**) o tempo até ao nascimento do primeiro filho.

Sendo a conjuntura económica (Kohler et al., 2006; Testa e Basten, 2014; Sobotka, 2016; Hanappi et al., 2017; Sobotka et al., 2017), a estabilidade no mercado laboral ou o apoio do estado social às famílias e crianças (Cigno e Rosati, 1992; McDonald, 2006; Balbo et al., 2013; Aisenbrey e Fasang, 2017), fatores com influência nas motivações para a parentalidade, então é de esperar que a situação perante o trabalho ou que a opinião sobre o ideal de conciliação entre trabalho e família sejam fatores diferenciadores (**Hipótese 7.4a**) da tomada de posição sobre ser preferível ter apenas um filho, com mais oportunidades e menos restrições, (**Hipótese 7.4b**) do desejo e (**Hipótese 7.4c**) da intenção de ter apenas um filho, e (**Hipótese 7.4d**) do tempo até ao nascimento do primeiro filho.

Considerando que a idade e a idade ao nascimento do primeiro filho influenciam o *quantum* e o *tempo* da fecundidade (Rowland, 1998; Mendes et al., 2006; Billari e Kohler, 2009; Spéder e Kapitány, 2009; Adsera, 2011; Cunha, 2012a; Mendes, 2012; Tomé, 2015; Sobotka, 2016), então consideramos que:

Hipótese 7.5a: o aumento da idade ou da idade ao nascimento do primeiro filho, aumentam a probabilidade de concordar com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos e a probabilidade (**Hipótese 7.5b**) de desejar e (**Hipótese**

7.5c) esperar ter apenas um filho, especialmente entre as mulheres cujo período fértil é mais reduzido.

Além disso, considerando que estamos perante uma análise de motivações por descendências de filho único é de esperar que: (**Hipótese 7.6a**) a probabilidade de concordar com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos seja superior para os que têm 1 ou menos filhos, assim como a probabilidade (**Hipótese 7.6b**) de desejar e (**Hipótese 7.6c**) esperar ter apenas um filho.

Tendo em conta a importância de ter um companheiro e da estabilidade conjugal nas motivações para a parentalidade (Miller, 1986; Almeida et al, 1998; Bongaarts, 1998; Guerreiro e Abrantes, 2007; Mills et al., 2011; Cunha, 2012b; Maciel, 2015; Freitas e Testa, 2017), consideramos as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 7.7a: ser solteiro aumenta a probabilidade de concordar com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos, (**Hipótese 7.7b**) de desejar e (**Hipótese 7.7c**) esperar ter apenas um filho, e (**Hipótese 7.7d**) de adiar o nascimento do primeiro filho.

Sabendo que a idade com que os indivíduos deixam de residir com o agregado, bem como a idade ao primeiro emprego pago, têm impacto nas motivações para a parentalidade (Van de Kaa, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007; Cachapa et al., 2012; Wall et al., 2014; Azevedo et al., 2016; Mendes et al., 2016; Sobotka, 2016), então consideramos que:

Hipótese 7.8a: uma saída mais tardia de casa dos pais ou o adiamento da entrada no mercado laboral aumentam a probabilidade de concordar com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos, (**Hipótese 7.8b**) de desejar e (**Hipótese 7.8c**) esperar ter apenas um filho, e (**Hipótese 7.8d**) de adiar o nascimento do primeiro filho.

Num contexto em que os indivíduos com maiores níveis de escolaridade tendem a adiar o nascimento dos filhos (Billari e Kohler, 2002; Bongaarts, 2003; Adsera, 2006; Mills et al., 2011; Tomé, 2015; Mendes et al., 2016; Sobotka et al., 2017), mas que em idades mais tardias tendem a recuperar o nascimento dos mesmos (Kohler et al., 2006; Fagan et al., 2011; Basten et al., 2013; Kohler et al., 2006; Sobotka, 2008; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016; Freitas et al., 2017),

demonstrando uma maior motivação para a parentalidade (Capítulo VI), consideramos as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 7.9a: o decréscimo do nível de escolaridade dos indivíduos, aumenta a probabilidade dos indivíduos concordarem com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos e (**Hipótese 7.9b**) de desejarem e (**Hipótese 7.9c**) esperarem ter apenas um filho. Contrariamente, (**Hipótese 7.9d**) são aqueles com maiores níveis de escolaridade que mais adiam a entrada na parentalidade.

Para testar as hipóteses enunciadas anteriormente e para identificar o perfil mais provável de concordar com a *compensação* e de desejar e esperar ter apenas um filho, recorreremos aos dados do Inquérito à Fecundidade em 2013 (IFEC) e consideramos como possíveis fatores determinantes as variáveis da Tabela 3.1 (Capítulo III).

Na primeira análise, no Subcapítulo VII.1, recorreremos a dois modelos de regressão logística (Hosmer et al., 2013) – um para cada grupo etário em análise, 18-29 e 30-49 anos. Procuramos encontrar os fatores que explicam as diferenças entre quem concorda e discorda de que é preferível ter apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a ter mais filhos (variável denominada de *compensação*: 0 – discorda vs. 1 – concorda).

Posteriormente, analisamos os fatores que determinam uma fecundidade desejada de um filho, considerando a variável resposta: 0 – desejou ter mais do que um filho vs. 1 – desejou ter apenas um filho ao longo da vida. Também nesta análise recorreremos a dois modelos de regressão logística, um para o grupo de indivíduos mais jovens (18-29) e outro para o grupo menos jovem (30-49), de forma a tentar detetar possíveis alterações motivacionais entre os diferentes grupos etários (Subcapítulo VII.2).

Em seguida, analisamos e comparamos o efeito das diferentes variáveis explicativas na intenção de ter apenas um filho até ao final da vida reprodutiva, ou seja, analisamos os fatores que influenciam uma fecundidade final esperada (FFE = fecundidade realizada + fecundidade intencional) de apenas um filho (Subcapítulo VII.3). Para tal, recorreremos a dois modelos de regressão logística (um para cada grupo etário) e consideramos como variável resposta: 0 – pretende ter mais do que um filho vs. 1 – pretende ter apenas um filho até ao final da vida reprodutiva. Naturalmente, ao longo desta análise, consideramos

aqueles indivíduos que, à data do inquérito, não tinham filhos e pretendiam ter apenas 1 ou que tinham apenas um filho e não pretendiam ter mais, comparando-os com aqueles que pretendiam ter pelo menos dois filhos, independentemente do número de filhos que tinham à data do inquérito.

Finalmente, no Subcapítulo VII.4, estudamos o tempo até ao nascimento do primeiro filho recorrendo à análise de sobrevivência. Nesta análise, o evento é o nascimento do primeiro filho e os tempos censurados são relativos àqueles indivíduos que ainda não tiveram o primeiro filho. No caso dos indivíduos que tiveram o primeiro filho (experenciaram o evento), a variável resposta foi definida como a idade dos indivíduos ao nascimento do primeiro filho. No caso das observações censuradas, os tempos censurados correspondem à idade dos indivíduos aquando do período de *follow-up* (recolha dos dados do IFEC em 2013). Porém, como o objetivo desta análise também é verificar se existem diferenças entre as gerações no que respeita ao adiamento do nascimento do primeiro filho, tivemos em consideração que o intervalo de tempo para que possa ocorrer o evento é superior entre os menos jovens. Deste modo, para os indivíduos com idades entre os 30 e 49 anos truncamos a amostra considerando apenas aqueles indivíduos que tiveram o primeiro filho até aos 29 anos, sendo que atribuímos a idade 29 aos que não tiveram filhos aquando do período de *follow-up*. Assim, é como se recuássemos no tempo das gerações menos jovens de forma a poder comparar o efeito deste adiamento entre os dois grupos etários. Ao longo deste Subcapítulo, para não confundir a idade ao nascimento do primeiro filho com a idade consoante os grupos etários, referimo-nos ao grupo mais jovem como aqueles nascidos entre 1984 e 1995; e ao grupo menos jovem como os nascidos entre 1964 e 1983.

VII.1 Preferência pelo filho único perante a ponderação entre benefícios e custos de ter (mais) filhos

Tendo em conta a crescente preocupação com a percepção de possíveis oportunidades futuras dos filhos, no sentido em que controlar e limitar o número de filhos poderá beneficiar o futuro dos mesmos, a ponderação entre benefícios e riscos de ter (mais) filhos tornou-se um objeto do planeamento dos indivíduos

(Becker e Barro, 1986; Bandeira, 2012; Mendes et al., 2016). Neste sentido, o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos tem vindo a ser estudado como um fator potenciador da baixa fecundidade (Becker, 1960; Becker e Lewis, 1974; Becker e Barro, 1986; Cunha, 2002; Bandeira, 2012; Mendes et al., 2016).

No entanto, pouco sabemos sobre os indivíduos que ponderam a decisão de ter menos filhos pelos benefícios e riscos associados a esse(s) filho(s). Deste modo, tendo em consideração a variável disponibilizada no inquérito à fecundidade (2013) que mede exatamente a tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, pretendemos traçar o perfil mais provável dos indivíduos que são influenciados por esta ponderação. Neste sentido, pretendemos precisamente identificar os determinantes desta tomada de posição, tendo em consideração os dois grupos etários em estudo de forma a tentar compreender se há ou não diferenças motivacionais entre as gerações em causa. Para tal, recorreremos a uma amostra de 1738 indivíduos com idades até 29 anos e a uma amostra com 5508 indivíduos com idades entre 30 e 49 anos.

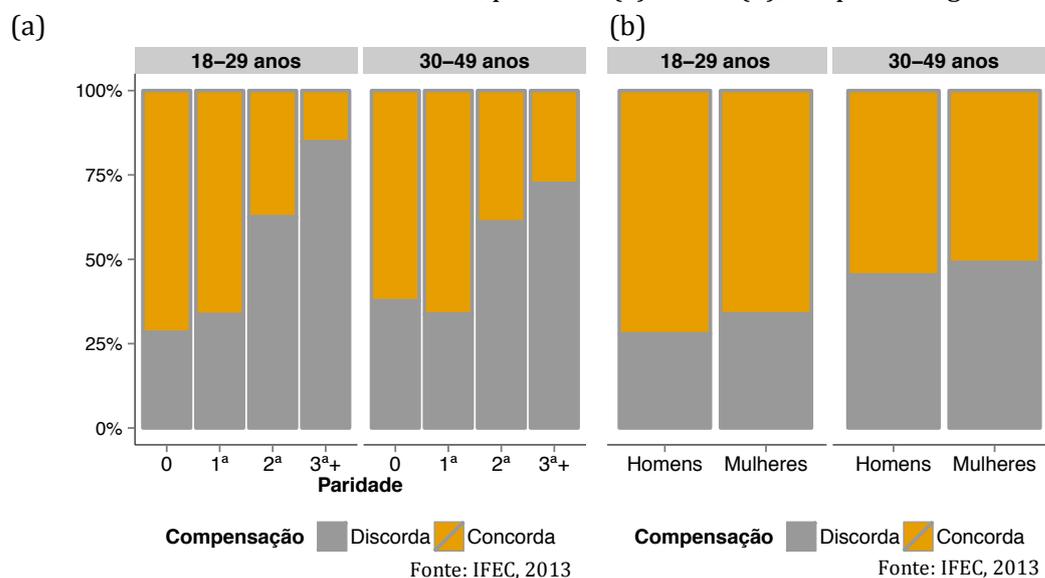
Numa primeira análise, caracterizamos a variável denominada *compensação* (“é preferível ter apenas um filho proporcionando mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos?”) em função das variáveis explicativas em estudo (Tabela 3.1, Capítulo III) e, posteriormente, recorreremos a dois modelos de regressão logística (um para cada grupo etário) para compreender o que diferencia aqueles indivíduos que concordam que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos.

Estima-se que 69% dos Portugueses com idades entre os 18 e 29 anos concordam que é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições, sendo esta proporção inferior entre os mais velhos (53%). No entanto, em ambos os grupos etários, concluímos que mais de metade dos Portugueses consideram que, em situações de constrangimento, é preferível ter apenas um filho para benefício do mesmo. Já a proporção de Portugueses indecisos ou que não tem opinião sobre o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos representa menos de 1% da população Portuguesa com idades entre os 18 e 49 anos (Tabela 3.1, Capítulo III).

Entre os mais jovens, a partir da Figura 7.1.1a, concluímos que a proporção de indivíduos que concorda com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos é superior para os que não têm filhos. Já entre aqueles com mais de 29 anos, esta proporção é superior para os que têm um filho. Naturalmente, em ambos os grupos etários, a proporção de indivíduos que concorda ser preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, tende a diminuir à medida que o número de filhos aumenta.

É entre os homens que se verifica uma maior proporção de concordância com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos (72,1% dos homens mais jovens e 54,6% dos homens menos jovens), sendo as diferenças entre homens e mulheres mais acentuadas para indivíduos com idades até aos 29 anos (Figura 7.1.1b).

Figura 7.1.1 Proporção da tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, pela idade dos indivíduos, paridade (a) e sexo (b), em percentagem

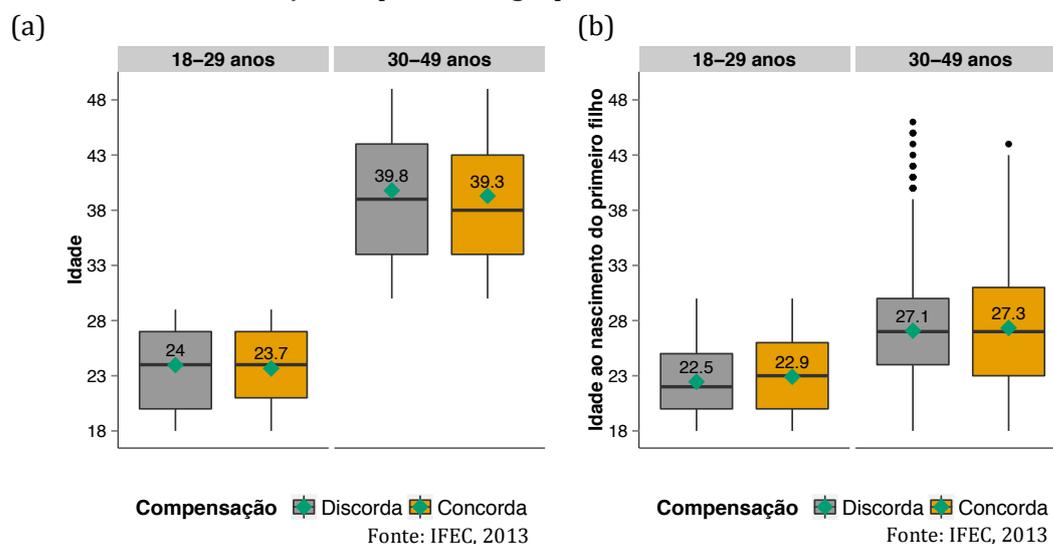


Entre os mais jovens, a partir da Figura 7.1.2a, verificamos que a idade dos indivíduos não parece ser um diferenciador desta tomada de posição, sendo que a idade média daqueles que concordam com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos (23,7 anos, $sd = 3,5$) não difere significativamente da idade média dos que discordam (24,0 anos, $sd = 3,6$),

sendo o valor p obtido pelo teste de comparação de médias superior a 0,05 (valor p = 0,11). Já entre os menos jovens, a idade média dos que concordam ser preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições (39,3 anos, sd = 5,6), é significativamente inferior à idade média dos que discordam (39,8 anos, sd= 5,5), sendo o valor p obtido igual a 0,001.

No que respeita à idade ao nascimento do primeiro filho (Figura 7.1.2b), em ambos os grupos etários, não existem diferenças significativas desta idade, consoante a tomada de posição em relação ao *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos. Entre os mais jovens esta idade é aproximadamente igual a 23 anos (valor p = 0,15) e entre os menos jovens ronda os 27 anos (valor p = 0,10).

Figura 7.1.2 Distribuição e média (ponto assinalado nas figuras) da idade dos indivíduos (a) e da idade ao nascimento do primeiro filho (no universo de quem tem filhos) (b), pela tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, e pelos dois grupos etários



Em ambos os grupos etários, é para os Portugueses (e não os cidadãos de outra nacionalidade) que se verifica uma maior proporção de concordância com a tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições (Tabela 7.1.1). Além disso, a proporção de concordância com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos diminui à medida que a dimensão da área de residência diminui, sendo esta tendência verificada em ambos os grupos etários (Tabela 7.1.1).

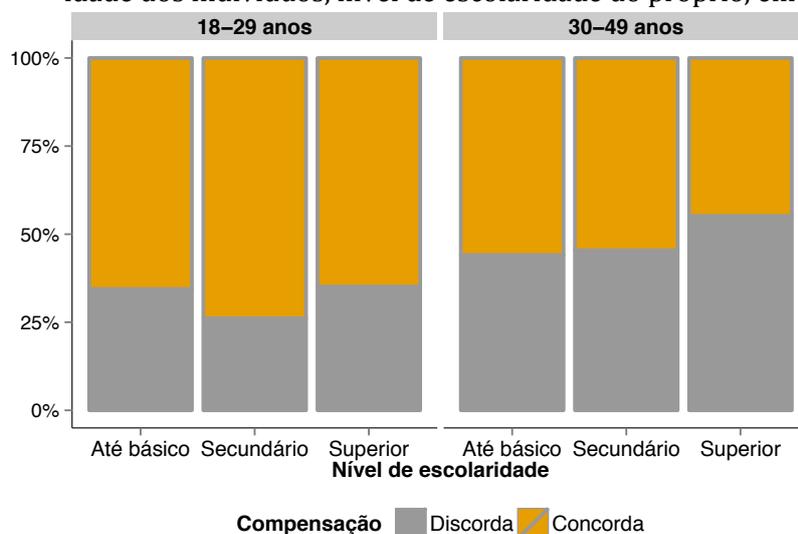
A existência de pelo menos um enteado, assim como a inexistência de um cônjuge ou companheiro faz aumentar a proporção de concordância com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos, sendo esta proporção ainda mais elevada entre os mais jovens. Em ambos os grupos etários, a existência de um cônjuge parece fazer diminuir esta proporção (Tabela 7.1.1).

Entre os mais jovens, o aumento da idade à primeira coabitação, aumenta a proporção de indivíduos que concordam com a tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições. No entanto, entre aqueles com 30 anos ou mais, o aumento desta proporção não é linear. O mesmo se verifica em relação à idade ao primeiro emprego pago, sendo que em nenhum dos grupos etários é possível identificar uma relação linear entre o aumento da proporção de concordância com a *compensação* e a idade ao primeiro emprego pago (Tabela 7.1.1). Adicionalmente, concluímos que a proporção de indivíduos que concorda com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos é superior para os estudantes mais jovens e para os desempregados com 30 anos ou mais (Tabela 7.1.1).

O efeito do nível de escolaridade difere entre os dois grupos etários (Figura 7.1.3). Entre os mais jovens, a maior proporção de concordância com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos ocorre para aqueles com nível de escolaridade secundário, enquanto entre o grupo de indivíduos com mais de 29 anos, ocorre para aqueles com nível de escolaridade até ao básico. Repare-se também que é no grupo dos indivíduos com idades entre os 30 e 49 anos e com nível de escolaridade superior que a proporção de concordância com a *compensação* é mais baixa.

Repare-se também, que entre os mais jovens o efeito do nível de escolaridade da mãe e do pai é em todo semelhante ao do nível de escolaridade dos indivíduos (Tabela 7.1.1). Porém, entre os mais velhos, a maior proporção de indivíduos que concorda com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos é superior entre os indivíduos cuja mãe possui o nível de escolaridade secundário e não o básico, sendo o efeito do nível de escolaridade do pai semelhante ao do indivíduo na medida em que esta proporção é superior para indivíduos cujo pai possui um nível de escolaridade até ao básico.

Figura 7.1.3 Proporção da tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, pela idade dos indivíduos, nível de escolaridade do próprio, em percentagem



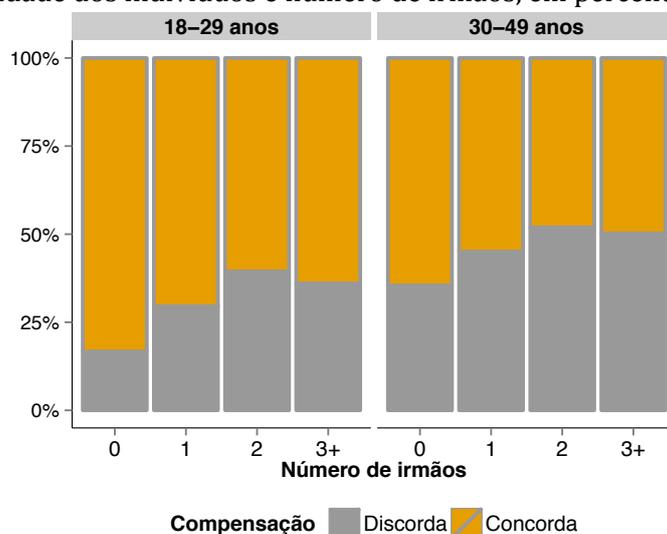
Fonte: IFEC, 2013

O efeito do agregado parental de origem e da existência de divórcio parental, difere entre os grupos etários, sendo que, entre os mais jovens, a proporção de concordância com a *compensação* é superior para aqueles cujo agregado parental de origem é composto por apenas um dos pais e para os que não experienciaram um divórcio parental. Já entre os menos jovens, esta proporção é superior para os que experienciaram um divórcio parental e para aqueles cujo agregado parental de origem é composto por ambos os pais (Tabela 7.1.1).

Ainda no que respeita ao agregado parental de origem, concluímos que, em ambos os grupos etários, a proporção de indivíduos que concorda com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos é superior para os que deixaram de residir mais tarde ou que nunca deixaram de residir com o agregado parental (Tabela 7.1.1).

A Figura 7.1.4 enfatiza o efeito do número de irmãos na tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições. Em ambos os grupos etários, à medida que o número de irmãos aumenta a proporção de concordância com a *compensação* diminui, apesar de ser um pouco mais elevada entre os que têm três ou mais irmãos do que entre os que têm dois irmãos.

Figura 7.1.4 Proporção da tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, pela idade dos indivíduos e número de irmãos, em percentagem



Fonte: IFEC, 2013

Tabela 7.1.1 Proporção da tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, pela idade dos indivíduos e pelas variáveis relacionadas com características do indivíduo e com o seu background familiar, em percentagem

	18-29 anos		30-49 anos	
	Discorda	Concorda	Discorda	Concorda
Naturalidade				
Portuguesa	30,5	69,5	46,7	53,3
Outra	36,7	63,3	50,7	40,3
Dimensão da área de residência				
Área densamente povoada	29,2	70,8	44,2	55,8
Área medianamente povoada	30,3	69,7	49,4	50,6
Área pouco povoada	35,4	64,6	49,8	50,2
Existência de enteados				
Não	30,9	69,1	47,3	52,7
Sim	28,6	71,4	44,9	55,1
Situação conjugal				
Solteiro	28,8	71,2	39,1	60,9
Vive com cônjuge	41,5	58,5	50,7	49,3
Vive com companheiro	37,0	63,0	43,8	56,2
Idade à primeira coabitação				
Menos de 20 anos	43,4	56,6	46,8	53,2
20-24 anos	36,8	63,2	50,4	49,6
25-29 anos	26,8	73,2	48,9	51,1
30-34 anos	-	-	43,3	56,6
35+ anos	-	-	44,9	55,1
Nunca coabitou	28,0	72,0	36,7	63,3

Tabela 7.1.1 continuação

	18-29 anos		30-49 anos	
	Discorda	Concorda	Discorda	Concorda
Situação perante o trabalho				
Empregado	30,9	69,1	47,5	52,5
Desempregado	32,8	67,2	45,5	54,5
Estudante	28,8	71,2	54,5	45,5
Doméstico(a) ¹	-	-	51,5	48,5
Outro ¹	-	-	-	-
Idade ao primeiro emprego pago				
Menos de 18 anos	34,4	65,6	46,1	53,9
18-23 anos	29,6	70,4	46,4	53,6
24-29 anos	30,5	69,5	54,4	45,6
30+ anos	-	-	46,9	53,1
Nunca trabalhou	29,8	70,2	50,0	50,0
Nível de escolaridade da mãe				
Até básico	31,4	68,6	46,7	53,1
Secundário	27,5	72,5	42,9	57,1
Superior	32,8	67,2	60,7	39,3
Nível de escolaridade do pai				
Até básico	31,9	68,1	46,2	53,8
Secundário	28,3	71,7	48,3	51,7
Superior	33,3	66,7	58,2	41,8
Agregado parental de origem				
Com ambos os pais	31,4	68,6	47,0	53,0
Sem um dos pais	27,0	73,0	48,3	51,7
Sem a mãe e sem o pai	33,3	66,7	52,1	47,9
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem				
Menos de 18 anos	43,0	57,0	50,5	49,5
18-29 anos	36,3	63,7	49,0	51,0
30-39 anos	-	-	43,4	56,6
40+ anos	-	-	42,9	57,1
Não deixou de residir	27,3	72,7	35,0	65,0
Divórcio parental				
Não	30,8	69,2	47,5	52,6
Sim	31,2	68,8	45,0	55,0

¹Não é possível apresentar uma estimativa fidedigna da proporção da tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, devido ao reduzido número observações da respetiva categoria (Tabela 3.1, Capítulo III).

No que respeita a valores e atitudes dos indivíduos, o efeito do número ideal de filhos e do número de filhos desejado ao longo da vida é semelhante em ambos os grupos etários (Figuras 7.1.5a e 7.1.5b). Porém, a proporção de concordância com a tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, é superior entre os mais jovens e cuja fecundidade desejada é inferior a 2 filhos. Já a maior proporção de indivíduos que discordam da compensação entre quantidade e

qualidade dos filhos ocorre para aqueles com 30 ou mais anos e que reportam desejos mais alargados (superiores a dois filhos). Deste modo, numa primeira análise, parecem ser os desejos (e não tanto ideais) que mais próximos estão de explicar esta tomada de posição.

Quanto aos restantes valores e atitudes da Tabela 7.1.2, em ambos os grupos etários, verificamos que as proporções de concordância com a *compensação* são superiores para os que discordam com a *realização pessoal* e concordam com a *realização profissional* e com a importância da *presença materna e paterna*. Quanto à conciliação entre o trabalho da mãe e a vida familiar, em ambos os grupos etários, verifica-se uma maior proporção de concordância para os que consideram que é preferível a mãe trabalhar a partir de casa ou não trabalhar. Entre os mais jovens, a proporção de concordância com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos é superior para os que consideram que o ideal é o pai trabalhar a tempo inteiro fora de casa. Porém, entre os mais velhos a opção de conciliação entre o trabalho do pai e a vida familiar, não parece ser um diferenciador da tomada desta posição, visto que estas proporções são muito semelhantes em todas as opções de conciliação (Tabela 7.1.2).

Figura 7.1.5 Proporção da tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, pela idade dos indivíduos, número de filhos considerado ideal para uma família (a) e número de filhos desejado ao longo da vida (b), em percentagem

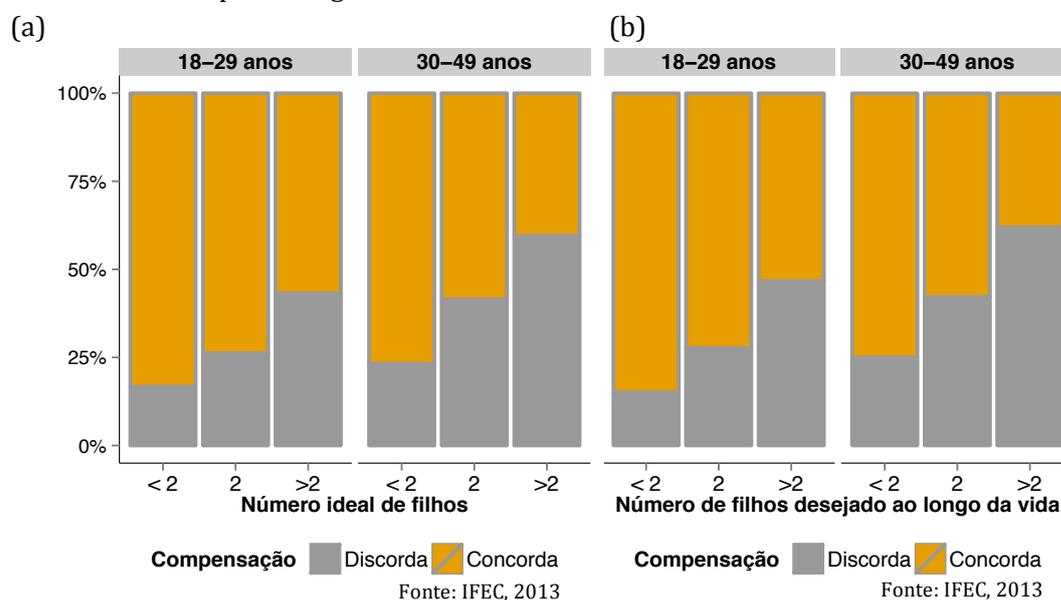


Tabela 7.1.2 Proporção da tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, pela idade dos indivíduos e pelos seus valores e atitudes, em percentagem

	18-29 anos		30-49 anos	
	Discorda	Concorda	Discorda	Concorda
Realização pessoal – “uma mulher e um homem precisam de ter filhos para se sentirem realizados?”				
Alguma concordância	31,6	68,4	48,1	51,9
Discordância plena	30,3	69,7	46,1	53,9
Realização profissional – “o desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos?”				
Concorda	30,0	70,0	47,0	53,0
Discorda	34,6	65,4	48,2	51,8
Presença materna – “é prejudicial para a criança, em idade pré-escolar, que a mãe trabalhe fora de casa?”				
Concorda	27,6	72,4	42,1	57,9
Discorda	33,1	66,9	50,8	49,2
Presença paterna – “é prejudicial para a criança, em idade pré-escolar, que o pai trabalhe fora de casa?”				
Concorda	30,0	70,0	35,2	64,8
Discorda	31,1	68,9	49,5	50,5
Conciliação materna – “qual é a opção ideal para conciliar o trabalho da mãe com a vida familiar [na presença de criança(s) pequena(s)]?”				
A tempo inteiro fora de casa	31,2	68,8	48,4	51,6
A tempo parcial fora de casa	33,1	66,9	50,3	49,7
A partir de casa	27,8	72,2	41,0	59,0
Não trabalhar	26,8	73,2	44,3	55,7
Conciliação paterna – “qual é a opção ideal para conciliar o trabalho do pai com a vida familiar [na presença de criança(s) pequena(s)]?”				
A tempo inteiro fora de casa	30,0	70,0	47,3	52,7
A tempo parcial fora de casa	32,8	67,2	47,3	52,7
A partir de casa	32,8	67,2	47,5	52,5
Não trabalhar ¹	-	-	-	-

¹Não é possível apresentar uma estimativa fidedigna da proporção da tomada de posição da compensação entre quantidade e qualidade dos filhos devido ao reduzido número observações da respetiva categoria (Tabela 3.1, Capítulo III).

Para encontrar os determinantes que explicam as diferenças entre quem concorda e discorda de que é preferível ter apenas um filho com menos restrições e mais oportunidades a ter mais filhos, recorreremos a dois modelos de regressão logística (Tabela 7.1.3) – um para cada grupo etário em análise, 18-29 e 30-49 anos – tal que a variável resposta for definida como: 0 – discorda vs. 1 – concorda com esta tomada de posição.

Os modelos ajustados mostraram um bom ajustamento dos dados, apresentando bons R^2 de Nagelkerke, boas capacidades discriminativas e

validamos os pressupostos necessários (Tabela 7.1.3). Porém, grande parte das variáveis explicativas em análise não se revelaram significativas (pelo menos não com mais de 95% de confiança) na presença das restantes, sendo que não se pode considerar que as variáveis excluídas dos modelos finais sejam fatores determinantes para explicar a tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições.

Os resultados do modelo ajustado para o grupo mais jovem permitiram identificar diversos fatores como significativos para explicar a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos (Tabela 7.1.3). Por ordem de maior influência⁸ nesta tomada de posição, apresentam mais possibilidades de concordar que é preferível ter apenas um filho e proporcionar-lhe mais oportunidades e menos restrições, aqueles que:

- têm desejos reduzidos (menos de dois filhos), sendo que a possibilidade de concordar com a *compensação* diminui à medida que os desejos de fecundidade aumentam:
menos de 2 filhos vs. 2 filhos, OR=2,0; IC_{95%}=]1,2; 3,4[
2 filhos vs. mais de 2 filhos, OR=1,9; IC_{95%}=]1,5; 2,7[;
- não têm filhos ou têm apenas um filho, relativamente aos que têm dois filhos ou mais: OR=4,1; IC_{95%}=]2,1; 8,3[;
- são filhos únicos, relativamente aos que têm pelo menos um irmão: OR=2,2; IC_{95%}=]1,4; 3,5[;
- têm ideais de dois filhos, relativamente àqueles que consideram que o ideal para uma família é ter mais de dois filhos: OR=1,5; IC_{95%}=]1,1; 2,0[;
- residem em áreas densamente povoadas, relativamente aos que residem em áreas pouco povoadas: OR=1,6; IC_{95%}=]1,1; 2,3[;
- são mais jovens (até aos 22 anos) e possuem um nível de escolaridade secundário, relativamente aos que possuem um nível de escolaridade até ao básico:
aos 18 anos, OR=2,1; IC_{95%}=]1,2; 3,7[
aos 22 anos, OR=1,4; IC_{95%}=]1,0; 2,0[.

⁸ A ordem de maior influência das variáveis dos modelos (Tabela 7.1.3) é medida pelo menor valor p do Teste de Wald (Capítulo III). Quanto maior o desvio padrão, maior será o valor de prova deste teste, bem como o intervalo de confiança a 95% para a estimativa pontual do OR. Logo, podemos ter um OR superior, mas o poder explicativo da variável não ser o mais elevado.

Analisando o resultado do modelo ajustado para o grupo de indivíduos com idades entre 30 e 49 anos (Tabela 7.1.3), concluímos que, por ordem de maior influência nesta tomada de posição, apresentam mais possibilidades de concordar que é preferível ter apenas um filho e proporcionar-lhe mais oportunidades e menos restrições, aqueles que:

- não têm filhos ou têm apenas um filho, relativamente aos que têm dois ou mais, sendo a paridade dos indivíduos a variável que assume maior importância neste grupo etário, ao contrário do que verificamos no grupo dos mais jovens: OR=2,8; IC_{95%}=]2,3; 3,3[
- têm desejos reduzidos (menos de dois filhos), sendo que também neste grupo etário as possibilidades de concordar com esta tomada de posição diminuem à medida que os desejos de fecundidade aumentam:
menos de 2 filhos vs. 2 filhos, OR=1,7; IC_{95%}=]1,3; 2,3[
2 filhos vs. mais de 2 filhos, OR=1,5; IC_{95%}=]1,2; 1,8[
- possuem um nível de escolaridade até ao básico, relativamente aos que possuem o secundário ou superior, ao contrário do que se verifica no grupo etário mais jovem. Já aqueles com nível de escolaridade superior são os que apresentam menos possibilidades de concordar com a *compensação*:
até básico vs. secundário, OR=1,4; IC_{95%}=]1,1; 1,7[
até básico vs. superior, OR=1,9; IC_{95%}=]1,5; 2,4[
- têm ideais reduzidos (menos de dois filhos), sendo que as possibilidades de concordar com a *compensação* diminuem à medida que o número ideal de filhos aumenta:
menos de 2 filhos vs. 2 filhos, OR=2,0; IC_{95%}=]1,1; 3,7[
2 filhos vs. mais de 2 filhos, OR=1,5; IC_{95%}=]1,3; 1,9[
- residem em áreas densamente povoadas, relativamente, não apenas aos que residem em áreas pouco povoadas (como acontece entre os mais jovens), mas também aos que residem em áreas medianamente povoadas:
ADP vs. APP, OR=1,4; IC_{95%}=]1,1; 1,7[
ADP vs. AMP, OR=1,3; IC_{95%}=]1,1; 1,6[

- consideram que a conciliação entre o trabalho da mãe e a vida familiar passa pela mãe trabalhar a partir de casa ou não trabalhar, relativamente aos que consideram que a melhor opção de conciliação é a mãe trabalhar fora de casa (seja a tempo inteiro ou a tempo parcial): OR=1,3; IC_{95%}=]1,1; 1,5[;
- são filhos únicos, relativamente aos que têm pelo menos um irmão, sendo que o efeito do número de irmãos não é tão expressivo neste grupo como no grupo dos mais jovens: OR=1,5; IC_{95%}=]1,2; 2,1[;
- cujas mães possuem um nível de escolaridade até ao básico, relativamente àqueles cujas mães possuem um nível de escolaridade superior: OR=1,5; IC_{95%}=]1,0; 2,2[.

Os resultados dos modelos ajustados permitem concluir que, para ambos os grupos etários, a paridade, o número de irmãos, a área de residência e o nível de escolaridade são fatores determinantes da tomada de posição sobre a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos. Neste sentido, confirma-se a *Hipótese 7.6a*, na medida em que aqueles que não têm filhos, ou têm apenas 1, apresentam maior probabilidade de concordar que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições. Confirma-se, também, a influência de contextos de socialização e familiares nesta tomada de posição (*Hipótese 7.3a*), assim como o impacto do nível de escolaridade dos indivíduos (*Hipótese 7.9a*), sendo que aqueles que residem em áreas densamente povoadas, que não têm irmãos ou possuem níveis de escolaridade mais baixos apresentam uma maior probabilidade de concordar com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos. No entanto, os resultados indicam que tanto a paridade, como a área de residência e o nível de escolaridade dos indivíduos são fatores com maior influência entre aqueles com idades entre 30 e 49 anos do que entre o grupo mais jovem. Já o poder preditivo do número de irmãos é mais acentuado entre aqueles com menos de 30 anos.

Ainda no que respeita a contextos familiares (*Hipótese 7.3a*), concluímos que o nível de escolaridade da mãe dos indivíduos apenas é um fator determinante entre aqueles com 30 anos ou mais. Deste modo, entre os mais jovens, não há indícios de que a probabilidade de concordar com a tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais

oportunidades e menos restrições, seja superior entre aqueles cujas mães possuem níveis de escolaridade mais baixos.

Da mesma forma, a opção de conciliação do trabalho da mãe com a vida familiar é um fator determinante apenas entre aqueles com 30 anos ou mais, sendo que, apenas neste grupo etário, confirma-se a *Hipótese 7.4a*, na medida em que a opção ideal de conciliação entre o trabalho da mãe com a vida familiar é um determinante da tomada de posição sobre o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos. Porém, a situação perante o trabalho dos indivíduos, não se revelou significativa para diferenciar esta tomada de posição.

O mesmo se pode afirmar relativamente à situação conjugal dos indivíduos, à idade ao primeiro emprego pago ou à idade com que os indivíduos deixaram de residir com o agregado parental de origem. Deste modo, não há evidências a favor da *Hipótese 7.7a* ou da *Hipótese 7.8a*, na medida em que o facto de ser solteiro ou de ter saído mais tarde de casa dos pais, assim como ter iniciado o primeiro emprego tardiamente, não são fatores significativos para explicar a *compensação*.

No que respeita ao número ideal de filhos para uma família, assim como o número de filhos desejado ao longo da vida, confirma-se a *Hipótese 7.2a*, pois em ambos os grupos etários ideais e desejos reduzidos aumentam a probabilidade de concordar com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos. Porém, ao comparar o efeito do número de filhos desejado ao longo da vida com o número de filhos considerado ideal para uma família, concluímos que em ambos os grupos etários, os desejos de fecundidade estão mais próximos de explicar a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos do que o número ideal de filhos. Não obstante, é entre os mais jovens que o número de filhos desejado ao longo da vida assume maior importância e é entre os mais velhos que o número ideal de filhos tem maior influência.

O efeito da idade dos indivíduos apenas é relevante entre os mais jovens e até aos 22 anos. Já o aumento da idade ao nascimento do primeiro filho não é um fator determinante para explicar a concordância com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos. Deste modo, não há evidências no sentido da *Hipótese 7.5a*. No entanto, quando analisamos o efeito dos grupos etários (Tabela 7.1.3, na qual apresentamos apenas o coeficiente da variável dicotómica *grupo*

etário – até 29 anos vs. 30 anos ou mais – apesar de termos ajustado o modelo 18-49 anos para as restantes variáveis explicativas desta tabela), concluímos que aqueles que têm até 29 anos apresentam uma maior probabilidade de concordar com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos, contrariamente ao que prevíamos na *Hipótese 7.1a*.

Tabela 7.1.3 Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 18 e 29 anos e com idades entre os 30 e 29 anos, considerando quem concorda com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos vs. quem discorda, respetivos desvios padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados

	18-29 anos			30-49 anos		
	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p
	R ² = 14%			R ² = 18%		
	AUC = 0,70			AUC = 0,71		
	valor p (Hosmer) = 0,41			valor p (Hosmer) = 0,07		
Idade do indivíduo (I)	0,07	0,03	0,04	-	-	-
Nível de escolaridade (NE) (ref. até básico)						
Secundário	2,55	1,05	0,02	-0,31	0,11	0,005
Superior	1,09	1,91	0,57	-0,63	0,12	<0,0001
I*NE (Secundário)	-0,10	0,05	0,03	-	-	-
I*NE (Superior)	-0,05	0,08	0,48	-	-	-
Paridade (ref. não tem filhos)						
1 ^a	-0,17	0,21	0,42	0,19	0,12	0,12
2 ^a	-1,36	0,39	<0,0001	-0,84	0,12	<0,0001
3 ^{a+}	-2,31	0,95	0,02	-1,25	0,20	<0,0001
Área de residência (ref. área densamente povoada)						
Área medianamente povoada	-0,11	0,16	0,48	-0,28	0,10	0,004
Área pouco povoada	-0,45	0,19	0,01	-0,33	0,11	0,003
Número de irmãos (ref. não tem)						
1	-0,70	0,25	<0,0001	-0,39	0,16	0,01
2	-1,01	0,27	<0,0001	-0,56	0,17	0,001
3+	-0,78	0,28	0,01	-0,42	0,17	0,01
Fecundidade desejada ao longo da vida (ref. 2 filhos)						
Menos de 2	0,70	0,27	0,01	0,54	0,16	0,001
Mais de 2	-0,69	0,16	<0,0001	-0,41	0,10	<0,0001
Número de filhos considerado ideal para uma família (ref. 2 filhos)						
Menos de 2	0,17	0,52	0,74	0,71	0,31	0,02
Mais de 2	-0,41	0,16	0,01	-0,43	0,10	<0,0001
Nível de escolaridade da mãe (ref. até básico)						
Secundário	-	-	-	0,24	0,19	0,21
Superior	-	-	-	-0,41	0,19	0,03

Tabela 7.1.3 continuação

	18-29 anos			30-49 anos		
	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p
Conciliação materna – “Qual é a opção ideal para conciliar o trabalho da mãe com a vida familiar [na presença de criança(s) pequena(s)]?” (ref. trabalhar fora de casa)						
A partir de casa ou não trabalhar	-	-	-	0,25	0,09	0,01
18-49 anos						
R ² = 18%; AUC = 0,71; valor p (Hosmer) = 0,11						
Modelo ajustado para as todas as variáveis significativas nos modelos 18-29 e 30-49 anos						
	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p			
Grupo etário (ref. até 29 anos)						
30 anos ou mais	-0,25	0,11	0,02			

Após uma primeira análise ao perfil dos indivíduos com maior probabilidade de ponderar ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, importa agora avaliar desejos por descendência de filho único, pois os desejos de fecundidade são considerados na literatura como bons preditores do comportamento reprodutivo (Miller, 1994).

VII.2 Desejo pela descendência de filho único

Tendo em conta que desejos de fecundidade são determinantes próximos do comportamento reprodutivo (Miller, 1994; Testa et al., 2014; Freitas e Testa, 2017) e que desejos reduzidos demonstraram ser significativos no decréscimo da fecundidade final esperada e na tomada de posição com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos, centramos agora a nossa atenção na fecundidade desejada de filho único. Deste modo, importa investigar o que determina o desejo de ter apenas um filho e tentar compreender se as gerações mais jovens têm ou não motivações e comportamentos idênticos aos das gerações menos jovens no que respeita ao desejo por descendências de filho único. Para tal, recorreremos a uma amostra de 1598 indivíduos com idades até aos 29 anos e a uma amostra com 5016 indivíduos com idades entre os 30 e 49 anos. Repare-se que retiramos desta análise os indivíduos com uma fecundidade desejada de zero filhos (1,1% da população mais jovem e 0,9% da população menos jovem, Tabela 3.1, Capítulo III) e aqueles que estavam indecisos ou sem opinião sobre o número de filhos desejado ao longo da vida (6,4% da população

mais jovem e 6,9% da população menos jovem), por isso esta amostra é um pouco inferior.

Assim como no subcapítulo anterior, numa primeira análise, caracterizamos a fecundidade desejada de apenas um filho em função das covariáveis em estudo (Tabela 3.1, Capítulo III) e, posteriormente, recorreremos a um modelo de regressão logística para cada grupo etário com o objetivo de identificar os fatores que diferenciam os indivíduos que desejam ter apenas um filho dos que desejam ter pelo menos dois filhos.

Estima-se que, entre os mais jovens, apenas 10,4% dos Portugueses reportam uma fecundidade desejada de apenas um filho. Já entre aqueles com idades entre 30 e 49 anos, a proporção de Portugueses que deseja ter apenas um filho é inferior (9,7%). Em ambos os grupos etários, concluímos que a esmagadora maioria dos Portugueses deseja ter pelo menos dois filhos: 82,1% entre os mais jovens e 82,5% entre os menos jovens (Tabela 3.1, Capítulo III).

Entre os mais jovens, a proporção de indivíduos que reportam o desejo por descendências de filho único é superior para os que já têm um filho, seguindo-se aqueles sem filhos. Já entre os indivíduos com mais de 30 anos, esta proporção é superior para os que não têm filhos e, naturalmente, diminui à medida que a paridade aumenta (Figura 7.2.1a).

O efeito do género difere entre os grupos etários. Entre os mais jovens, a proporção de indivíduos que reporta o desejo por filho único é mais elevada para os homens (12,4%) do que para as mulheres (10,1%), enquanto nas gerações mais velhas esta situação inverte-se (9,4% dos homens e 11,5% das mulheres) (Figura 7.2.1b).

A partir da Figura 7.2.2a, verificamos que entre os mais jovens, a idade média daqueles que desejam ter apenas um filho (24,3 anos, $sd = 3,6$) é superior à idade média dos que desejam ter mais filhos (23,8 anos, $sd = 3,5$), porém não podemos afirmar que existam diferenças significativas (pelo menos não com 95% de confiança) entre estas idades (valor $p = 0,08$). Apesar desta situação se inverter entre os menos jovens, também não podemos assumir que existam diferenças significativas entre a idade média dos que desejam ter apenas um filho e a idade dos que desejam ter mais (valor $p = 0,56$). O mesmo se pode concluir relativamente à idade ao nascimento do primeiro filho (Figura 7.2.2b),

sendo que em nenhum dos grupos etários existem diferenças significativas desta média em função da fecundidade desejada (valor $p = 0,06$ entre os mais jovens e valor $p = 0,73$ entre os menos jovens).

Figura 7.2.1 Proporção da fecundidade desejada, pela idade dos indivíduos, paridade (a) e sexo (b), em percentagem

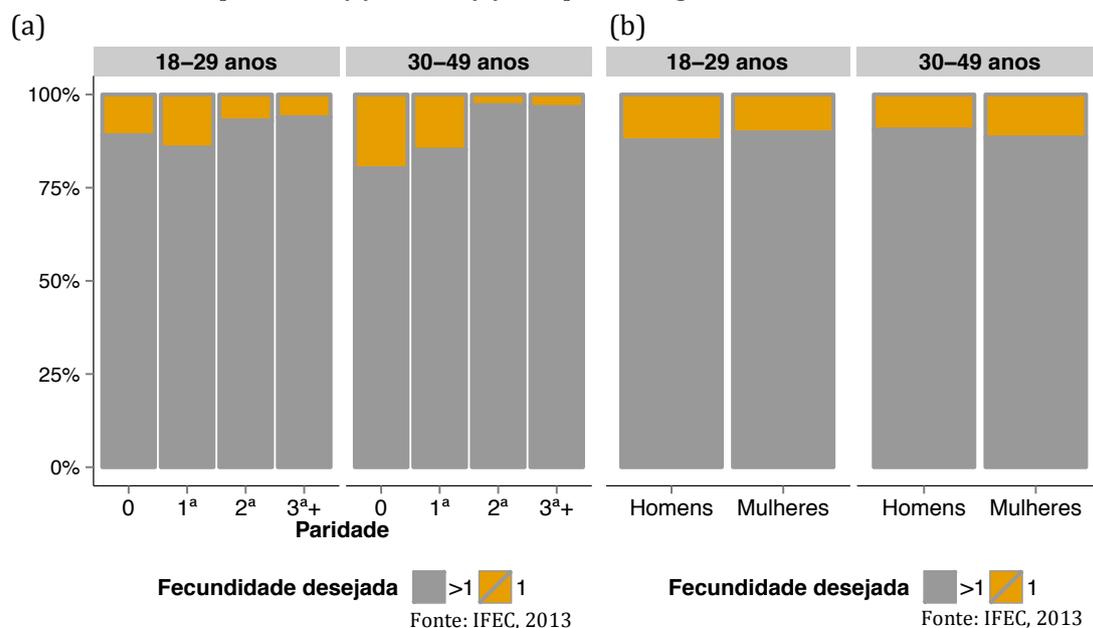
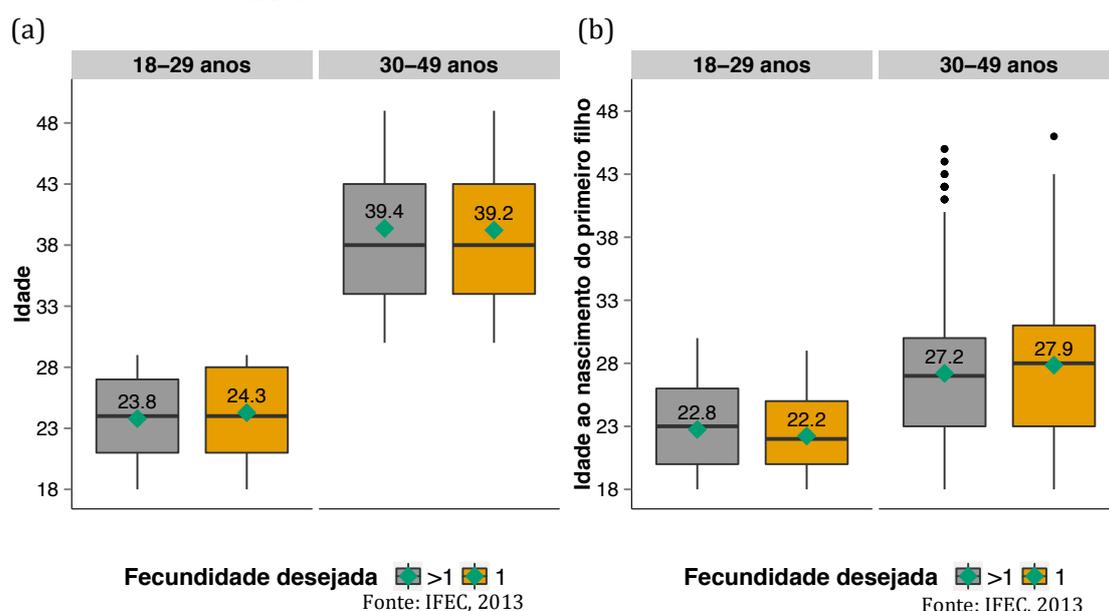


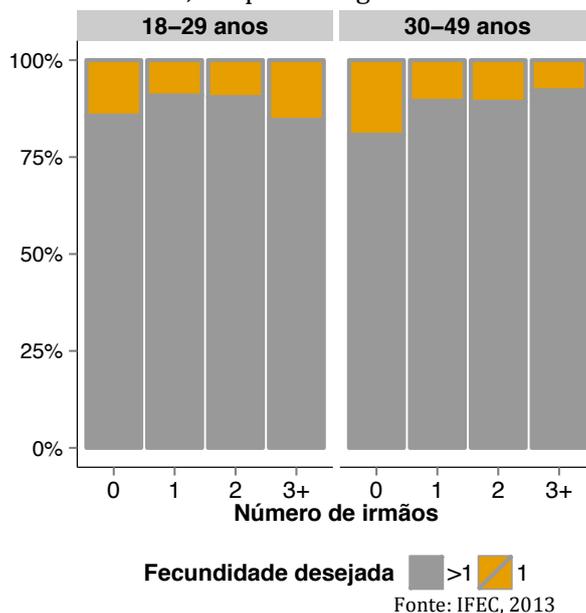
Figura 7.2.2 Distribuição e média (ponto assinalado nas figuras) da idade dos indivíduos (a) e da idade ao nascimento do primeiro filho (no universo de quem tem filhos) (b), pela fecundidade desejada e pelos dois grupos etários



Em ambos os grupos etários, a proporção de indivíduos que reportam uma fecundidade desejada de apenas um filho é superior para os Portugueses (e não os cidadãos de outra nacionalidade), os que têm pelo menos um enteado, os que coabitaram pela primeira vez mais tarde, assim como para os que não experienciaram um divórcio parental. O mesmo se pode afirmar relativamente aos indivíduos cujo agregado parental de origem não inclui ambos os pais ou relativamente aos que deixaram de residir com o agregado mais tardiamente (Tabela 7.2.1).

Porém, a influência do número de irmãos nos desejos de fecundidade dos indivíduos difere entre os grupos etários. Entre os mais jovens, a proporção de indivíduos com desejos por filho único é superior para os que não têm irmãos ou para os que têm pelo menos três. Entre os menos jovens, esta proporção diminui à medida que o número de irmãos aumenta (Figura 7.2.3).

Figura 7.2.3 Proporção da fecundidade desejada, pela idade dos indivíduos e número de irmãos, em percentagem



O efeito da dimensão da área de residência também difere entre os dois grupos etários. Entre os mais jovens, a proporção de indivíduos que desejam um único filho é mais elevada para os que residem em áreas pouco povoadas do que para os que residem em áreas medianamente ou densamente povoadas. Contrariamente, entre os mais velhos, esta proporção é muito semelhante em todas as dimensões da área de residência (Tabela 7.2.1).

O efeito da situação conjugal também difere entre os grupos em análise. Repare-se que, entre os mais jovens, a proporção de indivíduos que deseja ter apenas um filho é superior para os que vivem com um companheiro, enquanto entre os mais velhos é para os solteiros que se verifica uma maior proporção de desejos de fecundidade iguais a 1 (Tabela 7.2.1).

Entre os mais jovens, a proporção de indivíduos que reportam uma fecundidade desejada de apenas um filho é mais elevada para os que estão desempregados. Porém, no segundo grupo etário, não existem muitas diferenças da proporção daqueles que reportam o desejo de ter apenas um filho, consoante a situação de trabalho dos indivíduos. Já no que respeita à idade ao primeiro emprego pago, concluímos que a proporção daqueles que desejam ter apenas um filho diminui à medida que esta idade aumenta. Porém, entre os indivíduos com idades entre 30 e 49 anos, este decréscimo não é linear (Tabela 7.2.1).

O efeito do nível de escolaridade parece ser mais relevante entre os mais jovens (Figura 7.2.4). Apesar de, em ambos os grupos etários, a proporção de indivíduos que desejam ter apenas um filho diminuir à medida que o nível de escolaridade aumenta, é no grupo mais jovem que se verifica um maior decréscimo. Além disso, verifica-se a mesma tendência relativamente à influência do nível de escolaridade da mãe e do pai (Tabela 7.2.1), sendo que desejos por filho único são mais comuns entre os indivíduos cujos pais possuem níveis de escolaridade mais baixos.

Figura 7.2.4 Proporção da fecundidade desejada, pela idade dos indivíduos, nível de escolaridade do próprio, em percentagem

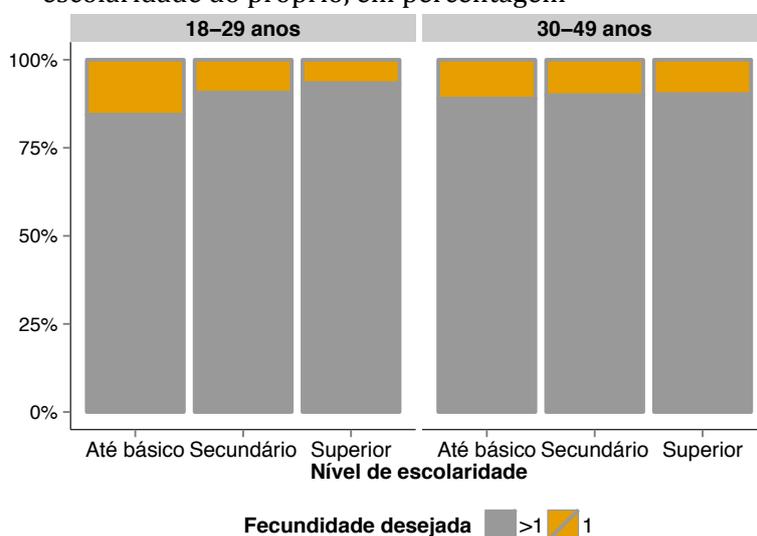


Tabela 7.2.1 Proporção da fecundidade desejada, pela idade dos indivíduos e pelas variáveis relacionadas com características do indivíduo e com o seu background familiar, em percentagem

	18-29 anos		30-49 anos	
	FD = 1	FD >1	FD = 1	FD >1
Naturalidade				
Portuguesa	11,3	88,7	10,7	89,3
Outra	11,0	89,0	9,0	91,0
Dimensão da área de residência				
Área densamente povoada	9,2	90,8	10,4	89,6
Área medianamente povoada	11,4	88,6	10,6	89,4
Área pouco povoada	15,1	84,9	10,5	89,5
Existência de enteados				
Não	11,0	89,0	10,2	89,8
Sim	28,6	71,4	17,8	82,2
Situação conjugal				
Solteiro	11,0	89,0	15,5	84,5
Vive com cônjuge	10,4	89,6	8,7	91,3
Vive com companheiro	15,0	85,0	11,6	88,4
Idade à primeira coabitação				
Menos de 20 anos	7,7	92,3	8,9	91,1
20-24 anos	12,9	87,1	8,6	91,4
25-29 anos	14,3	85,7	9,0	91,0
30-34 anos	-	-	13,7	86,3
35+ anos	-	-	12,1	87,9
Nunca coabitou	11,1	88,9	21,9	78,1
Situação perante o trabalho				
Empregado	11,7	88,3	10,3	89,7
Desempregado	15,0	85,0	10,3	89,7
Estudante	7,0	93,0	10,0	90,0
Doméstico(a) ¹	-	-	10,7	89,3
Outro ¹	-	-	-	-
Idade ao primeiro emprego pago				
Menos de 18 anos	14,0	86,0	9,2	90,8
18-23 anos	11,8	88,2	11,8	88,2
24-29 anos	8,3	91,7	9,6	90,4
30+ anos	-	-	8,0	90,0
Nunca trabalhou	8,5	91,5	15,6	84,4
Nível de escolaridade da mãe				
Até básico	12,1	87,9	10,5	89,5
Secundário	12,2	87,8	10,0	90,0
Superior	1,8	98,2	8,6	91,4
Nível de escolaridade do pai				
Até básico	11,6	88,4	10,5	89,5
Secundário	10,2	89,8	9,7	90,3
Superior	6,9	93,1	9,2	90,8
Agregado parental de origem				
Com ambos os pais	10,9	89,1	10,4	89,6
Sem um dos pais	10,1	89,9	9,4	90,6
Sem a mãe e sem o pai	24,3	75,7	14,8	85,2

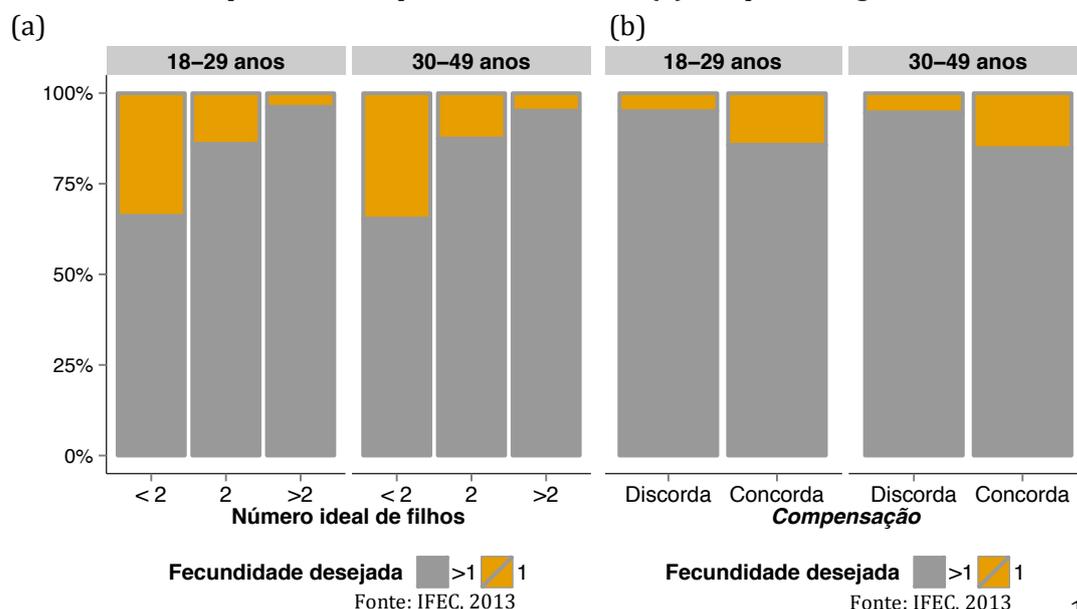
Tabela 7.2.1 continuação

	18-29 anos		30-49 anos	
	FD = 1	FD >1	FD = 1	FD >1
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem				
Menos de 18 anos	10,4	89,6	11,8	88,2
18-29 anos	11,7	88,3	8,9	91,1
30-39 anos	-	-	12,2	87,8
40+ anos	-	-	16,7	83,3
Não deixou de residir	10,9	89,1	22,4	77,6
Divórcio parental				
Não	11,7	88,3	10,5	89,5
Sim	9,8	90,2	10,1	89,9

¹Não é possível apresentar uma estimativa fidedigna da proporção da fecundidade desejada devido ao reduzido número observações da respetiva categoria (Tabela 3.1, Capítulo III).

Ao comparar o efeito do número ideal de filhos com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos, concluímos que os ideais de fecundidade parecem ser melhores diferenciadores da fecundidade desejada de apenas um filho do que a tomada de posição de que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições (Figuras 7.2.5a e 7.2.5b). Repare-se que é entre os que têm ideais inferiores a dois filhos que se verifica uma maior proporção de indivíduos com desejos por descendências de filho único, sendo que esta proporção diminui à medida que os ideais de fecundidade aumentam.

Figura 7.2.5 Proporção da fecundidade desejada, pela idade dos indivíduos, número de filhos considerado ideal para uma família (a) e compensação entre quantidade e qualidade dos filhos (b), em percentagem



No que respeita aos restantes valores e atitudes em análise (Tabela 7.2.2), concluímos que, em ambos os grupos etários, a proporção de indivíduos que deseja ter apenas um filho é superior para os que discordam da *realização pessoal e profissional*. Como tal, desejos por descendências de filho único parecem não estar relacionados com a percepção de que um homem ou mulher precisam de ter filhos para se sentirem realizados, mas também não se devem ao desejo por uma carreira profissional e uma vida pessoal e social ativa.

Também para ambos os grupos etários, verifica-se que desejos por filho único são mais comuns para os que consideram que a melhor opção para conciliar o trabalho do pai com a vida familiar passa pelo pai trabalhar a tempo inteiro fora de casa. No entanto, as restantes variáveis diferem pelos grupos etários. Ora, entre os mais jovens, esta proporção é superior para os que discordam da *presença materna e paterna* e para os que consideram que a conciliação entre o trabalho da mãe e a vida familiar passa pela mãe não trabalhar. Contrariamente, no segundo grupo etário, verifica-se uma maior percentagem da fecundidade desejada de apenas um filho para os que concordam com a *presença materna e paterna* e para os que consideram que o ideal para a *conciliação materna* é a mãe trabalhar a partir de casa.

Tabela 7.2.2 Proporção fecundidade desejada, pela idade dos indivíduos e pelos seus valores e atitudes, em percentagem

	18-29 anos		30-49 anos	
	FD = 1	FD >1	FD = 1	FD >1
Realização pessoal – “uma mulher e um homem precisam de ter filhos para se sentirem realizados?”				
Alguma concordância	10,9	89,1	9,2	90,8
Discordância plena	11,6	88,4	12,3	87,7
Realização profissional – “o desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos?”				
Concorda	10,1	89,9	10,4	89,6
Discorda	17,8	82,2	11,0	89,0
Presença materna – “é prejudicial para a criança, em idade pré-escolar, que a mãe trabalhe fora de casa?”				
Concorda	10,2	89,8	10,9	89,1
Discorda	11,9	88,1	10,2	89,8
Presença paterna – “é prejudicial para a criança, em idade pré-escolar, que o pai trabalhe fora de casa?”				
Concorda	7,7	92,3	12,9	87,1
Discorda	12,1	87,9	10,0	90,0

Tabela 7.2.2 continuação

	18-29 anos		30-49 anos	
	FD = 1	FD >1	FD = 1	FD >1
Presença paterna – “é prejudicial para a criança, em idade pré-escolar, que o pai trabalhe fora de casa?”				
Concorda	7,7	92,3	12,9	87,1
Discorda	12,1	87,9	10,0	90,0
Conciliação materna – “qual é a opção ideal para conciliar o trabalho da mãe com a vida familiar [na presença de criança(s) pequena(s)]?”				
A tempo inteiro fora de casa	11,3	88,7	11,7	88,3
A tempo parcial fora de casa	10,8	89,2	9,5	90,5
A partir de casa	10,9	89,1	13,2	86,8
Não trabalhar	13,3	86,7	9,6	90,4
Conciliação paterna – “qual é a opção ideal para conciliar o trabalho do pai com a vida familiar [na presença de criança(s) pequena(s)]?”				
A tempo inteiro fora de casa	11,9	88,1	10,9	89,1
A tempo parcial fora de casa	9,4	90,6	9,6	90,4
A partir de casa	9,5	90,5	9,2	90,8
Não trabalhar ¹	-	-	-	-

¹Não é possível apresentar uma estimativa fidedigna da proporção da fecundidade desejada devido ao reduzido número observações da respetiva categoria (Tabela 3.1, Capítulo III).

Com o objetivo de encontrar os determinantes da fecundidade desejada de um filho, recorreremos a dois modelos de regressão logística (Tabela 7.2.3) – um para cada grupo etário em análise – sendo que a variável resposta for definida como: 0 – deseja ter pelo menos dois filhos ao longo da vida vs. 1 – deseja ter apenas um filho.

Os modelos ajustados mostraram um muito bom ajustamento dos dados, apresentando um bom R² de Nagelkerke, uma boa capacidade discriminativa e validamos os pressupostos necessários (Tabela 7.2.3). Contudo, algumas das variáveis explicativas não se revelaram significativas (pelo menos não com mais de 95% de confiança) na presença das variáveis apresentadas nos modelos finais, sendo que não se pode considerar que as variáveis excluídas destes modelos sejam fatores determinantes da fecundidade desejada de um filho.

Os resultados do modelo ajustado para o grupo mais jovem (18-29 anos) permitiram identificar como fatores significativos para explicar a fecundidade desejada de apenas um filho, a idade do indivíduo, o seu nível de escolaridade, assim como o número ideal de filhos, a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos, bem como a tomada de posição sobre a importância de uma carreira profissional e vida social ativa na decisão das mulheres não terem filhos

(Tabela 7.2.3). Por ordem de maior influência na fecundidade desejada de um filho, concluímos que apresentam maiores possibilidades de desejar ter apenas um filho, aqueles que:

- têm ideais reduzidos (menos de dois filhos), sendo que as possibilidades de desejar ter apenas um filho diminuem com o aumento do número ideal de filhos:

menos de 2 filhos vs. 2 filhos, OR=3,9; IC_{95%}=]1,2; 7,0[

2 filhos vs. mais de 2 filhos, OR=2,0; IC_{95%}=]3,7; 6,8[;

- concordam com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos, relativamente aos que discordam: OR=3,0; IC_{95%}=]1,7; 5,2[;
- são mais velhos, sendo que, por cada ano a mais, as possibilidades de desejar ter apenas um filho aumentam cerca de 10%: OR=1,1; IC_{95%}=]1,0; 1,2[. Portanto, este resultado é um indicador de que a variável resposta não é medida "ao longo da vida", mas parece representar melhor um desejo ajustado à idade dos indivíduos;
- possuem um nível de escolaridade até ao básico, relativamente aos que possuem o secundário ou o superior, sendo as possibilidades de desejar ter apenas um filho inferiores para aqueles com nível de escolaridade superior:
até básico vs. secundário, OR=1,8; IC_{95%}=]1,2; 2,8[
até básico vs. superior, OR=2,8; IC_{95%}=]1,4; 5,4[;
- discordam que o desejo de uma carreira profissional e vida social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos, relativamente aos que concordam: OR=1,8; IC_{95%}=]1,1; 2,9[. Ou seja, para os mais jovens, o desejo por descendência de filho único não está relacionado com as exigências profissionais e sociais, mas sim com outros valores e atitudes, tais como ideais reduzidos e concordar com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos.

Analisando o resultado do modelo ajustado para o grupo de indivíduos com idades entre os 30 e 49 anos (Tabela 7.2.3), concluímos que, por ordem de maior influência nos desejos de fecundidade, apresentam mais possibilidades de desejar ter apenas um filho, aqueles que:

- não têm filhos, relativamente aos que já entraram na parentalidade, sendo a paridade dos indivíduos a variável que assume maior importância entre os mais velhos, ao contrário do verificado no grupo dos mais jovens para os quais a paridade nem é determinante:
 não tem filhos vs. tem 1 filho: OR=1,9; IC_{95%}=]1,4; 2,6[
 não tem filhos vs. tem 2 ou mais: OR=8,9; IC_{95%}=]5,7; 13,0[;
- têm ideais reduzidos (menos de dois filhos), sendo que as possibilidades de desejar ter apenas um filho diminuem com o aumento do número ideal de filhos:
 menos de 2 filhos vs. 2 filhos, OR=3,5; IC_{95%}=]2,0; 6,2[
 2 filhos vs. mais de 2 filhos, OR=2,2; IC_{95%}=]1,5; 3,1[;
- concordam com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos, relativamente aos que discordam: OR=2,0; IC_{95%}=]1,4; 2,7[;
- as mulheres, relativamente aos homens: OR=1,9; IC_{95%}=]1,3; 2,3[;
- são filhos únicos, relativamente aos que têm pelo menos um irmão, sendo que as possibilidades de desejar ter apenas um filho diminuem com o aumento do número de irmãos:
 filhos únicos vs. tem pelo menos 1 irmão, OR=2,2; IC_{95%}=]1,2; 4,1[;
- possuem um nível de escolaridade até ao básico, relativamente aos que possuem o nível secundário ou superior, embora o efeito do nível de escolaridade não seja tão expressivo como no grupo mais jovem:
 até básico vs. secundário, OR=1,5; IC_{95%}=]1,1; 2,1[
 até básico vs. superior, OR=1,6; IC_{95%}=]1,1; 2,3[;
- são mais velhos, tal que, por cada ano a mais, as possibilidades de desejar ter apenas um filho aumentam cerca de 4%: OR=1,04; IC_{95%}=]1,01; 1,06[;
 indicando que também neste grupo etário a fecundidade desejada não representa um desejo “ao longo da vida”;
- têm pelo menos 1 enteado, relativamente aos que não têm enteados:
 OR=2,2; IC_{95%}=]1,2; 4,1[.

Os resultados dos modelos ajustados para ambos os grupos etários confirmam a importância da idade dos indivíduos, mas não da idade ao nascimento do primeiro filho. Deste modo, a *Hipótese 7.5b* apenas é válida para o

aumento da idade dos indivíduos. De facto, quando analisamos o efeito das gerações (modelo 18-49 anos, Tabela 7.2.3), concluímos que aqueles que têm entre 30 e 49 anos apresentam mais possibilidades de desejar ter apenas um filho do que os mais jovens, confirmando-se também a *Hipótese 7.1b*. Assim, à medida que a idade aumenta, especialmente entre as mulheres com mais limitações de ordem biológica, os desejos dos indivíduos diminuem, o que indica que o número de filhos desejado ao longo da vida – sendo este um termo que já não parece ser tão adequado – não representa um desejo “estático” ao longo da vida, mas sim um desejo que é ajustado às circunstâncias de vida dos indivíduos.

Deste modo, considerando que os desejos dos indivíduos são ajustados às suas circunstâncias de vida, também é aceitável que a paridade dos indivíduos seja um fator determinante para explicar o desejo por filho único, especialmente entre os mais velhos que se encontram mais próximos de findar o seu período reprodutivo, confirmando-se, assim, a *Hipótese 7.6b*.

O efeito do nível de escolaridade dos indivíduos é comum em ambos os grupos etários, sendo que à medida que o nível de escolaridade diminui, a probabilidade de desejar ter apenas um filho aumenta, confirmando-se a *Hipótese 7.9b*. Porém, é entre os mais jovens que menores níveis de escolaridade aumentam ainda mais a probabilidade de desejar ter apenas um filho.

Assim como verificámos no Subcapítulo anterior, a situação perante o trabalho dos indivíduos e a situação conjugal não são fatores significativos para explicar as motivações por filho único, apesar de o número de enteados o ser entre os mais velhos. No entanto, no que respeita a desejos por apenas um filho, a opção ideal de conciliação entre o trabalho da mãe e a vida familiar deixa de ser determinante para explicar os desejos de fecundidade dos indivíduos. Neste sentido, não há evidências no sentido da *Hipótese 7.4b* e *Hipótese 7.7b*. O mesmo se pode afirmar relativamente ao efeito da idade ao primeiro emprego pago e a idade com que os indivíduos deixaram de residir com o agregado parental de origem (*Hipótese 7.8b*).

Repare-se, também, que a inexistência de irmãos apenas é significativa para explicar o desejo por filho único entre aqueles com 30 anos ou mais, indicando que contextos de socialização e familiares (*Hipótese 7.3b*) apenas são

determinantes para explicar a fecundidade desejada de apenas um filho nas idades mais tardias.

No que respeita a atitudes e valores para a parentalidade, os resultados indicam que, em ambos os grupos etários, concordar com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos e ter ideais reduzidos em relação ao número de filhos para uma família, são fatores determinantes para explicar o desejo por filho único (sendo este efeito mais acentuado entre os mais jovens), confirmando-se a *Hipótese 7.2b*. Porém, entre os mais jovens, acresce a discordância sobre o desejo de uma carreira profissional e vida social ativa influenciarem a decisão das mulheres não terem filhos. Estes resultados indicam, em primeiro lugar, que a influência de valores e atitudes nos desejos por filho único é mais elevada entre os mais jovens. Além disso, entre os mais jovens, concluímos que o desejo por apenas um filho está mais relacionado com ideais reduzidos e com a concordância do *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos, do que com exigências profissionais e sociais.

Tabela 7.2.3 Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 18 e 29 anos e com idades entre os 30 e 29 anos, considerando quem deseja ou desejou ter apenas um filho ao longo da vida vs. quem deseja ou desejou ter pelo menos dois filhos, respetivos desvios padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados

	18-29 anos			30-49 anos		
	R ² = 15%			R ² = 19%		
	AUC = 0,73			AUC = 0,77		
	valor p (Hosmer) = 0,07			valor p (Hosmer) = 0,16		
	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p
Idade do indivíduo	0,10	0,03	0,001	0,04	0,01	0,01
Nível de escolaridade (ref. até básico)						
Secundário	-0,59	0,22	0,01	-0,41	0,17	0,02
Superior	-1,02	0,34	0,002	-0,49	0,19	0,01
Número de filhos considerado ideal para uma família (ref. 2 filhos)						
Menos de 2	1,05	0,46	0,02	1,25	0,29	<0,0001
Mais de 2	-1,30	0,31	<0,0001	-0,78	0,18	<0,0001
Compensação – “é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos (ref. discorda)						
Concorda	1,10	0,28	<0,0001	0,67	0,16	<0,0001

Tabela 7.2.3 continuação

	18-29 anos			30-49 anos		
	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p
Profissão – “o desejo de uma carreira profissional e de uma vida social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos (ref. concorda)						
Discorda	0,57	0,24	0,02	-	-	-
Sexo (ref. homens)						
mulheres	-	-	-	0,57	0,14	<0,0001
Paridade (ref. não tem filhos)						
1 ^a	-	-	-	-0,64	0,16	<0,0001
2 ^a	-	-	-	-2,23	0,24	<0,0001
3 ^{a+}	-	-	-	-2,00	0,41	<0,0001
Número de irmãos (ref. não tem)						
1	-	-	-	-0,65	0,21	0,002
2	-	-	-	-0,46	0,23	0,05
3+	-	-	-	-0,79	0,23	0,001
Existência de enteados (ref. não)						
Sim	-	-	-	0,81	0,31	0,01
18-49 anos						
R ² = 17%; AUC = 0,76; valor p (Hosmer) = 0,42						
Modelo ajustado para as todas as variáveis significativas nos modelos 18-29 e 30-49 anos						
	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p			
Grupo etário (ref. até 29 anos)						
30 anos ou mais	0,52		0,15			<0,0001

No que respeita a descendência de filho único, até agora analisamos as motivações e desejos de fecundidade dos Portugueses. No entanto, apesar de motivações e desejos de fecundidade serem bons preditores do comportamento reprodutivo, as intenções de fecundidade são consideradas os determinantes mais próximos deste comportamento (Miller, 1986; Ajzen, 1991; Ajzen e Klobas, 2013). Assim, no quadro das teorias do Comportamento Planeado (Ajzen, 1991) e dos Traits-Desires-Intentions-Behaviour (Ajzen e Klobas, 2013), resta-nos então analisar intenções de fecundidade centradas na descendência de filho único.

VII.3 Fecundidade final esperada: o filho único como descendência definitiva

Considerando que as intenções de fecundidade estão mais próximas de explicar o comportamento reprodutivo dos indivíduos, sucedendo desejos e motivações

para a parentalidade (Miller, 1986; Ajzen, 1991; Ajzen e Klobas, 2013; Miller, 1994), procuramos agora encontrar os determinantes da intenção de ter apenas um filho ao final da vida reprodutiva.

Deste modo, sendo ainda o foco central as descendências de filho único, procuramos identificar os determinantes da fecundidade final esperada de apenas um filho, sendo esta fecundidade medida pela fecundidade realizada à data do inquérito à fecundidade (2013), acrescida da fecundidade intencional. Como tal, os indivíduos com uma fecundidade final esperada igual a 1 representam aqueles que não tinham filhos à data do inquérito e tencionavam ter apenas um ou aqueles que já tinham um filho e não tencionavam ter mais.

Para investigar quais os fatores com maior influência na intenção de ter apenas um filho, comparamos os indivíduos com uma fecundidade final esperada de apenas um filho com aqueles que esperam ter pelo menos dois filhos até ao final da vida reprodutiva. Adicionalmente, para tentar compreender se as gerações mais jovens têm ou não motivações e comportamentos idênticos aos das gerações menos jovens no que respeita a uma fecundidade final esperada de apenas um filho, recorreremos a uma amostra de 1574 indivíduos com idades até 29 anos e a uma amostra com 5015 indivíduos com idades entre 30 e 49 anos. Repare-se que, nesta análise, não consideramos indivíduos com uma fecundidade final esperada de zero filhos (7,5% da população mais jovem e 7,9% da população com idades entre 30 e 49 anos) nem os que estavam indecisos ou sem opinião sobre o número de filhos que ainda tencionavam ter (1,8% da população 18-29 anos e 0,8% da população 30-49 anos, Tabela 3.1, Capítulo III).

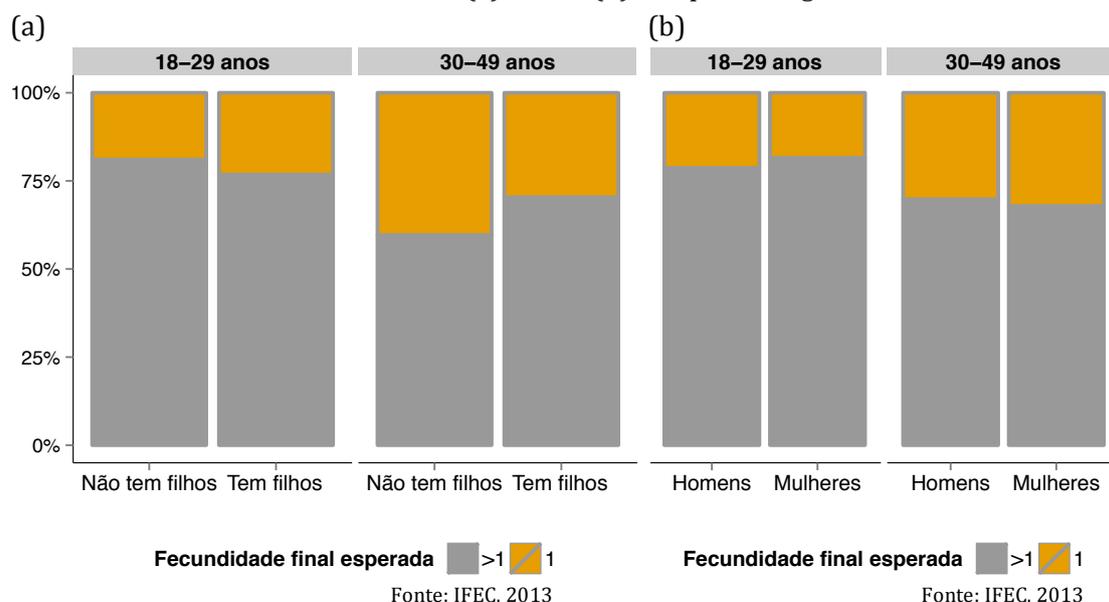
Numa primeira análise, caracterizamos a fecundidade final esperada de apenas um filho em função das variáveis explicativas da Tabela 3.1 (Capítulo III), e, posteriormente, recorreremos a dois modelos de regressão logística (um para cada grupo etário) para identificar os fatores que diferenciam os indivíduos que esperam ter apenas um filho dos que esperam ter pelo menos dois filhos até ao final da vida reprodutiva.

Entre os mais jovens, estima-se que 18% dos Portugueses esperam ter apenas um filho até ao final da vida reprodutiva. Já entre aqueles com idades entre os 30 e 49 anos, a proporção de Portugueses que espera ter apenas um filho é consideravelmente superior, 28,5%. Em ambos os grupos etários, a

maioria dos Portugueses espera ter pelo menos dois filhos: 72,7% entre os mais jovens e 62,8% entre os menos jovens (Tabela 3.1, Capítulo III).

Analisando a fecundidade final esperada pela existência de filhos, entre os mais jovens, concluímos que a proporção de indivíduos que espera ter apenas um filho é superior para os que já têm um filho, enquanto entre os mais velhos é superior para os que ainda não entraram na parentalidade (Figura 7.3.1a). O efeito de ser homem ou mulher na intenção de ter apenas um filho também difere entre os grupos etários, sendo que entre os mais jovens a proporção de indivíduos que espera ter apenas um filho é superior para os homens, contrariamente ao que se verifica entre aqueles com mais de 29 anos (Figura 7.3.1b).

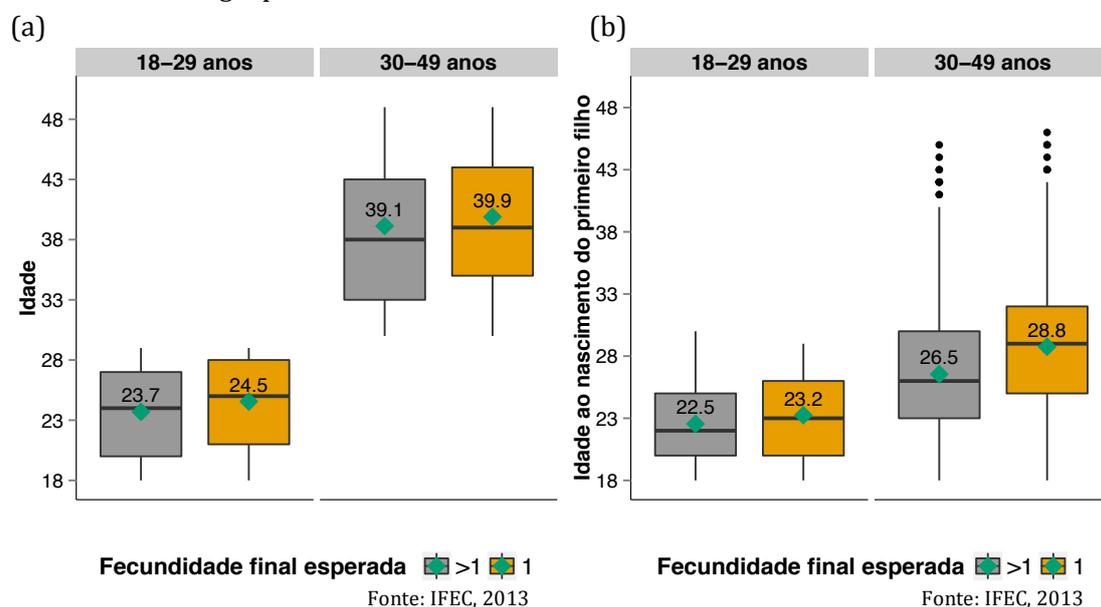
Figura 7.3.1 Proporção da fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos, existência de filhos (a) e sexo (b), em percentagem



Apesar de, em ambos os grupos etários, aqueles que esperam ter apenas um filho ao final da vida reprodutiva serem, em média, mais velhos do que os que esperam ter pelo menos dois filhos, a maior diferença ocorre no grupo menos jovem (18-29 anos: valor $p = 0,001$; 30-49 anos: valor $p < 0,0001$). Ou seja, numa primeira análise, concluímos que é entre os mais velhos que idade dos indivíduos é um melhor diferenciador da fecundidade final esperada de apenas um filho (Figura 7.3.2a).

O efeito da idade ao nascimento do primeiro filho é semelhante (Figura 7.3.2b). Tanto para os mais jovens como para aqueles com mais de 29 anos, concluímos que os que esperam ter apenas um filho tiveram o primeiro filho, em média, mais tarde do que os esperam ter mais filhos. Porém, é também no grupo de indivíduos com mais de 29 anos que o adiamento da idade ao nascimento do primeiro filho tem maior influência na fecundidade final esperada de apenas um filho (18-29 anos: valor $p = 0,03$; 30-49 anos: valor $p < 0,0001$).

Figura 7.3.2 Distribuição e média (ponto assinalado nas figuras) da idade dos indivíduos (a) e da idade ao nascimento do primeiro filho (no universo de quem tem filhos) (b), pela fecundidade final esperada e pelos dois grupos etários



No grupo mais jovem, a proporção de indivíduos que espera ter apenas um filho é superior para os residentes de nacionalidade não Portuguesa, assim como para os desempregados e os que começaram a trabalhar mais cedo. Porém, entre os mais velhos, a proporção de indivíduos com uma fecundidade final esperada apenas um filho não difere muito consoante a nacionalidade dos indivíduos nem pelo facto dos indivíduos estarem ou não desempregados. Já a idade ao primeiro emprego pago não tem um efeito linear nas intenções por descendências de filho único (Tabela 7.3.1).

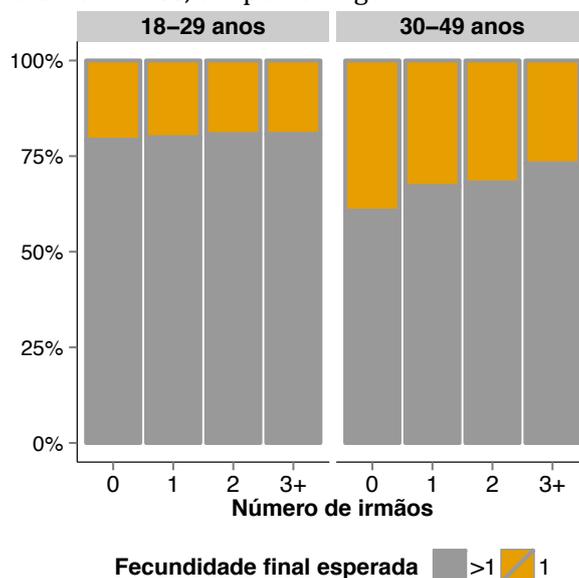
Em ambos os grupos etários, a proporção de indivíduos que espera ter apenas um filho é superior para aqueles que têm pelo menos um enteado e cujo

agregado parental de origem não inclui nenhum dos pais. O mesmo se verifica relativamente aos que deixaram de residir com o agregado parental de origem e que coabitaram pela primeira vez mais tarde. Já a existência de um divórcio parental não parece ser um bom diferenciador da fecundidade final esperada de apenas um filho, sendo que as respetivas proporções são muito próximas em ambos os grupos etários (Tabela 7.3.1).

A situação conjugal e a dimensão da área de residência diferem entre os dois grupos, sendo que entre os mais jovens, a proporção de indivíduos que espera ter apenas um filho é superior para os que têm um companheiro e para os que residem em áreas pouco povoadas. Entre os indivíduos com idade entre 29 e 30 anos, esta situação inverte-se sendo os solteiros e os que residem em áreas densamente povoadas os que apresentam uma percentagem mais elevada (Tabela 7.3.1).

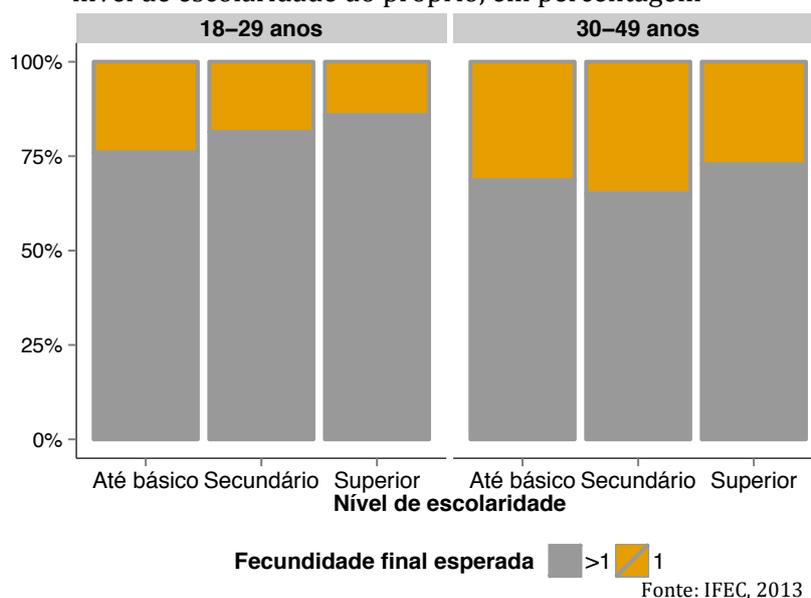
Em ambos os grupos etários, a proporção de indivíduos que espera ter apenas um filho diminui à medida que o número de irmãos aumenta, sendo este decréscimo mais acentuado entre os mais velhos (Figura 7.3.3). A mesma tendência se verifica com o aumento do nível de escolaridade, apesar de, no grupo menos jovem, este decréscimo não ser linear, pois é para os que possuem um nível de escolaridade secundário que a proporção de indivíduos que espera ter apenas um filho é ligeiramente superior (Figura 7.3.4).

Figura 7.3.3 Proporção da fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos, número de irmãos, em percentagem



Fonte: IFEC, 2013

Figura 7.3.4 Proporção da fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos, nível de escolaridade do próprio, em percentagem



O efeito do nível de escolaridade da mãe e do pai é semelhante ao do próprio indivíduo (Tabela 7.3.1). Contudo, para ambos os grupos etários, a proporção de indivíduos que esperam ter apenas um filho é claramente inferior entre os indivíduos cujos pais possuem um nível de escolaridade superior (inferior a 10% no grupo mais jovem e inferior a 21% no grupo menos jovem). Numa análise primária, estes resultados indicam que o nível de escolaridade dos pais parece ter uma maior influência na fecundidade final esperada apenas um filho, do que o nível de escolaridade do próprio.

Tabela 7.3.1 Proporção da fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos e pelas variáveis relacionadas com características do indivíduo e com o seu background familiar, em percentagem

	18-29 anos		30-49 anos	
	FFE = 1	FFE >1	FFE = 1	FFE >1
Naturalidade				
Portuguesa	19,6	80,4	31,2	68,8
Outra	23,1	76,9	31,0	69,0
Dimensão da área de residência				
Área densamente povoada	18,4	81,6	32,5	67,5
Área medianamente povoada	20,0	80,0	30,8	69,2
Área pouco povoada	22,9	77,1	29,3	70,7
Existência de enteados				
Não	19,5	80,5	30,8	69,2
Sim	50,0	50,0	43,8	56,2

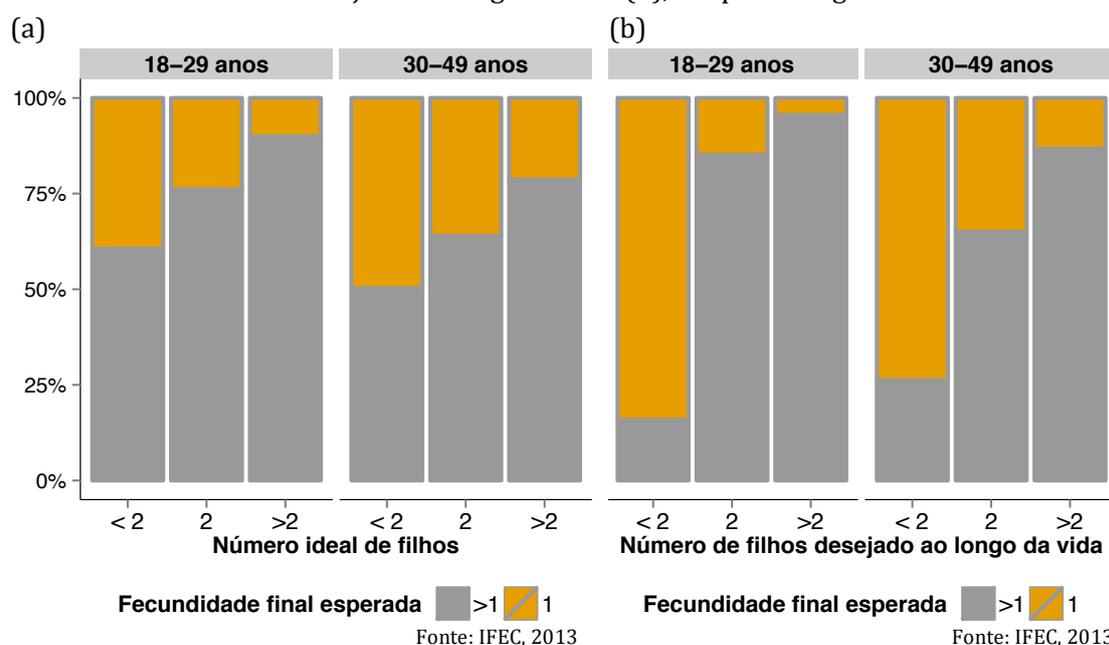
Tabela 7.3.1 continuação

	18-29 anos		30-49 anos	
	FFE = 1	FFE >1	FFE = 1	FFE >1
Situação conjugal				
Solteiro	18,2	81,8	39,4	60,6
Vive com cônjuge	25,2	74,8	29,0	71,0
Vive com companheiro	27,3	72,7	30,5	69,5
Idade à primeira coabitação				
Menos de 20 anos	17,5	82,5	22,4	77,6
20-24 anos	28,3	71,7	29,5	70,5
25-29 anos	31,9	68,1	30,2	69,8
30-34 anos	-	-	40,7	59,3
35+ anos	-	-	46,7	53,3
Nunca coabitou	16,6	83,4	40,4	59,6
Situação perante o trabalho				
Empregado	22,2	77,8	31,8	68,2
Desempregado	24,8	75,2	30,8	69,2
Estudante	11,5	88,5	20,0	80,0
Doméstico(a) ¹	-	-	21,1	78,9
Outro ¹	-	-	-	-
Idade ao primeiro emprego pago				
Menos de 18 anos	23,4	76,6	30,9	69,1
18-23 anos	20,5	79,5	32,7	67,3
24-29 anos	19,0	81,0	27,3	72,7
30+ anos	-	-	32,1	67,9
Nunca trabalhou	15,5	84,5	21,9	78,1
Nível de escolaridade da mãe				
Até básico	21,3	78,7	31,7	68,3
Secundário	19,4	80,6	34,2	65,8
Superior	7,3	92,7	20,5	79,5
Nível de escolaridade do pai				
Até básico	20,8	79,2	32,1	67,9
Secundário	19,2	80,8	30,1	69,9
Superior	9,2	90,8	18,4	81,6
Agregado parental de origem				
Com ambos os pais	18,5	81,5	31,1	68,9
Sem um dos pais	23,8	76,2	29,1	70,9
Sem a mãe e sem o pai	35,1	64,9	38,5	61,5
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem				
Menos de 18 anos	12,0	88,0	30,8	69,2
18-29 anos	27,0	73,0	29,0	71,0
30-39 anos	-	-	41,0	59,0
40+ anos	-	-	50,0	50,0
Não deixou de residir	17,4	82,6	42,0	58,0
Divórcio parental				
Não	19,8	80,2	31,0	69,0
Sim	19,9	80,1	32,7	67,3

¹Não é possível apresentar uma estimativa fidedigna da proporção da fecundidade final esperada devido ao reduzido número observações da respetiva categoria (Tabela 3.1, Capítulo III).

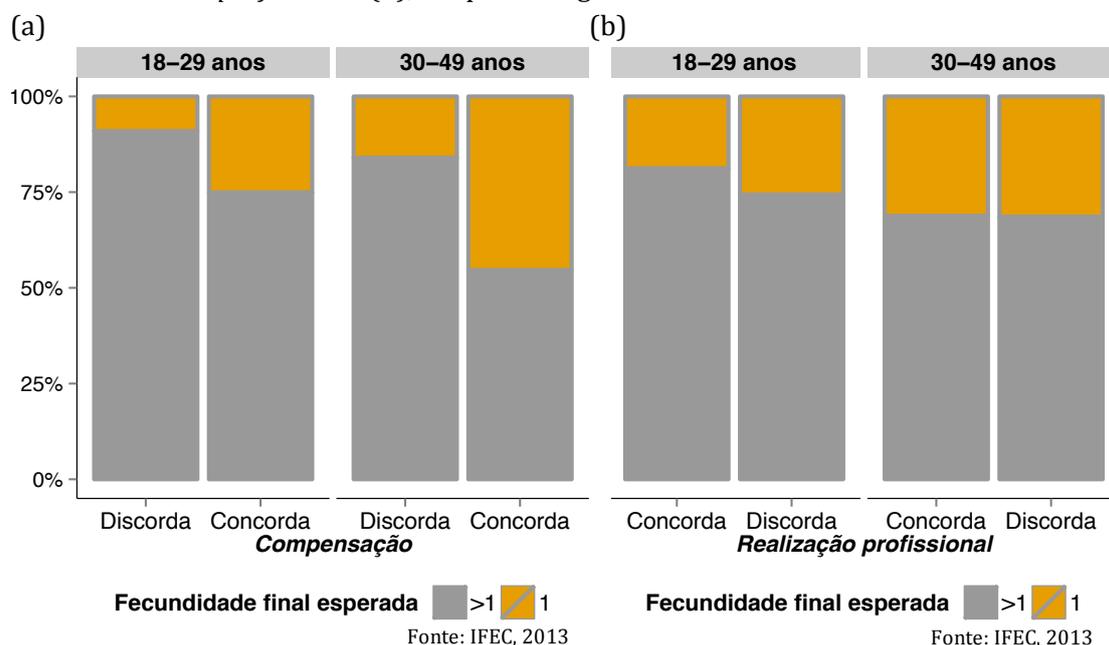
Centrando agora a nossa atenção no efeito de valores e atitudes na fecundidade final esperada de apenas um filho, concluímos que a maior proporção de indivíduos que espera ter apenas um filho ocorre para os que têm ideais e desejos inferiores a dois filhos, seja qual for o grupo etário considerado (Figuras 7.3.5a e 7.3.5b). No entanto, à medida que os ideais e desejos de fecundidade aumentam, a proporção de indivíduos que espera ter apenas um filho diminui, sendo este decréscimo ainda mais acentuado entre os mais jovens. Repare-se, também, que esta proporção é mais elevada para desejos do que para ideais reduzidos, indicando que desejos de fecundidade parecem explicar melhor a fecundidade final esperada de apenas um filho do que ideais de fecundidade.

Figura 7.3.5 Proporção da fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos, número de filhos considerado ideal para uma família (a) e o número de filhos desejado ao longo da vida (b), em percentagem



Em ambos os grupos etários, concluímos que a proporção de indivíduos com uma fecundidade final esperada de apenas um filho é superior para os que concordam com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos (especialmente entre os mais velhos), assim como para os que discordam que o desejo por uma carreira profissional e vida social ativa influenciam a decisão das mulheres terem filhos (Figuras 7.3.6a e 7.3.6b).

Figura 7.3.6 Proporção da fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos, compensação entre quantidade e qualidade dos filhos (a) e *realização profissional* (b), em percentagem



Entre os mais jovens, a proporção da fecundidade final esperada de apenas um filho é superior para os que concordam com a *realização pessoal* e com a *presença materna*, para os que discordam da *presença paterna* e para os que consideram que a melhor opção de conciliação do trabalho com a vida familiar é a mãe não trabalhar e o pai trabalhar a tempo inteiro fora de casa (Tabela 7.3.2).

Porém, para aqueles com idades entre os 30 e 49 anos, esta situação inverte-se consoante a tomada de posição relativamente à importância da *realização pessoal* (discordam) e da *presença paterna* (concordam). Também no que respeita à conciliação do trabalho da mãe com a vida familiar, existem diferenças entre os dois grupos etários, sendo que para os mais velhos a proporção da fecundidade final esperada de apenas um filho é superior para os que consideram que a conciliação materna passa por a mãe trabalhar a partir de casa. Já no que respeita à conciliação paterna neste grupo etário, esta proporção não difere muito pelas diferentes opções de conciliação (Tabela 7.3.2).

Tabela 7.3.2 Proporção fecundidade final esperada, pela idade dos indivíduos e pelos seus valores e atitudes, em percentagem

	18-29 anos		30-49 anos	
	FFE = 1	FFE > 1	FFE = 1	FFE > 1
Realização pessoal – “uma mulher e um homem precisam de ter filhos para se sentirem realizados?”				
Alguma concordância	20,6	79,4	29,2	70,8
Discordância plena	19,3	80,7	34,1	65,9
Presença materna – “é prejudicial para a criança, em idade pré-escolar, que a mãe trabalhe fora de casa?”				
Concorda	22,4	77,6	33,7	66,3
Discorda	18,4	81,6	29,5	70,5
Presença paterna – “é prejudicial para a criança, em idade pré-escolar, que o pai trabalhe fora de casa?”				
Concorda	16,4	83,6	42,0	58,9
Discorda	20,6	79,4	29,1	70,9
Conciliação materna – “qual é a opção ideal para conciliar o trabalho da mãe com a vida familiar [na presença de criança(s) pequena(s)]?”				
A tempo inteiro fora de casa	22,0	78,0	31,3	68,7
A tempo parcial fora de casa	17,0	83,0	30,5	69,5
A partir de casa	19,2	80,8	34,7	65,3
Não trabalhar	27,7	72,3	30,4	69,6
Conciliação paterna – “qual é a opção ideal para conciliar o trabalho do pai com a vida familiar [na presença de criança(s) pequena(s)]?”				
A tempo inteiro fora de casa	22,3	77,7	32,4	67,6
A tempo parcial fora de casa	14,6	85,4	32,3	67,7
A partir de casa	16,4	83,6	32,3	67,7
Não trabalhar ¹	-	-	-	-

¹Não é possível apresentar uma estimativa fidedigna da proporção da fecundidade final esperada devido ao reduzido número observações da respetiva categoria (Tabela 3.1, Capítulo III).

Com o intuito de encontrar os fatores determinantes da fecundidade final esperada de apenas um filho, recorremos a dois modelos de regressão logística (Tabela 7.3.3), tal que a variável resposta for definida como: 0 – espera ter pelo menos dois filhos ao final da vida reprodutiva vs. 1 – espera ter apenas um filho.

Os modelos ajustam-se muito bem aos dados, apresentando um muito bom R² de Nagelkerke, uma excelente capacidade discriminativa e validamos os pressupostos necessários (Tabela 7.3.3). Contudo, a maioria das variáveis explicativas em análise não se revelaram significativas (pelo menos não com mais de 95% de confiança) na presença das restantes, sendo que não se pode considerar que as variáveis excluídas dos modelos finais sejam fatores determinantes para explicar a fecundidade final esperada de apenas um filho.

Os resultados do modelo ajustado para o grupo mais jovem permitiram identificar alguns fatores como significativos para explicar a intenção de ter

apenas um filho até ao final da vida reprodutiva (Tabela 7.3.3). Por ordem de maior influência, apresentam mais possibilidades de esperar ter apenas um filho, aqueles que:

- desejam menos de dois filhos, sendo que a possibilidade de esperar ter apenas um filho diminui com o aumento do número desejado de filhos:
menos de 2 filhos vs. 2 filhos, OR=18,9; IC_{95%}=]34,3; 62,3[
2 filhos vs. mais de 2 filhos, OR=3,6; IC_{95%}=]1,9; 6,7[;
- deixaram de residir com o agregado parental de origem entre os 18 e 29 anos, relativamente aos que deixaram de residir anteriormente: OR=5,6; IC_{95%}=]2,0; 15,5[;
- concordam com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos, relativamente aos que discordam: OR=2,6; IC_{95%}=]1,6; 4,4[;
- o agregado parental de origem é composto sem pelo menos um dos pais, relativamente àqueles cujo agregado é composto por ambos os pais: OR=1,8; IC_{95%}=]1,1; 3,1[;
- cujas mães possuem níveis de escolaridade até ao básico, relativamente àqueles cujas mães possuem o nível de escolaridade superior: OR=2,8; IC_{95%}=]1,1; 6,9[.

Para os indivíduos com idades entre 30 e 49 anos (Tabela 7.3.3) e por ordem de maior influência, apresentam mais possibilidades de esperar ter apenas um filho, aqueles que:

- desejam ter menos de dois filhos, sendo que as possibilidades de esperar ter apenas um filho diminuem com o aumento do número desejado de filhos:
menos de 2 filhos vs. 2 filhos, OR=4,7; IC_{95%}=]3,4; 6,5[
2 filhos vs. mais de 2 filhos, OR=2,9; IC_{95%}=]2,3; 3,6[;
- concordam com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos: OR=3,8; IC_{95%}=]3,1; 4,6[;
- que tiveram o primeiro filho mais tarde ou que ainda não entraram na parentalidade, sendo que à medida que a idade ao nascimento do primeiro filho aumenta, as possibilidades de esperar ter apenas um filho aumentam também:

20-24 anos vs. menos de 20 anos, OR=2,1; IC_{95%}=]1,1; 3,9[
25-29 anos vs. menos de 20 anos, OR=3,2; IC_{95%}=]1,7; 5,9[
30-34 anos vs. menos de 20 anos, OR=5,4; IC_{95%}=]2,9; 10,1[
35+ anos vs. menos de 20 anos, OR=8,0; IC_{95%}=]4,0; 16,0[
não tem filhos vs. menos de 20 anos, OR=6,2; IC_{95%}=]3,2; 11,9[

- são mais velhos, tal que, por cada ano a mais, as possibilidades de esperar ter apenas um filho aumentam cerca de 10%: OR=1,10; IC_{95%}=]1,09; 1,11[;
- as mulheres, relativamente aos homens: OR=1,5; IC_{95%}=]1,2; 1,8[;
- cujas mães possuem níveis de escolaridade até ao básico, relativamente àqueles cujas mães possuem o ensino superior: OR=1,9; IC_{95%}=]1,2; 3,0[.

Os resultados dos modelos demonstram que o número desejado de filhos é o fator com maior poder explicativo da fecundidade final esperada de apenas um filho, especialmente entre os mais jovens. Ainda no que respeita a atitudes e valores, segue-se a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos com elevada influência nas intenções dos indivíduos terminarem a vida reprodutiva com apenas um filho, especialmente entre os mais velhos. Deste modo, confirmamos a *Hipótese 7.2c*, na medida em que desejos reduzidos e concordar com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos aumentam a probabilidade de esperar ter apenas um filho. Contudo, a preocupação com a autorrealização (pessoal ou profissional) não é um fator determinante para explicar a fecundidade final esperada de apenas um filho.

Assim como verificámos no estudo do decréscimo da fecundidade final esperada (Capítulo VI), entre os mais jovens, após desejos de fecundidade surge a idade com que os indivíduos deixaram de residir com o agregado parental de origem. Deste modo, confirma-se a *Hipótese 7.8c* entre o grupo mais jovem, apesar de não haver evidências que a idade ao primeiro emprego pago seja determinante para explicar uma fecundidade esperada de filho único. Já entre aqueles com 30 anos ou mais, o adiamento da saída de casa dos pais perde importância, dando lugar à idade do indivíduo, à idade ao nascimento do primeiro filho, à inexistência de filhos e ao género. Deste modo, confirma-se a *Hipótese 7.5c* entre os mais velhos, pois à medida que a idade dos indivíduos e a idade ao nascimento do primeiro filho aumentam, a probabilidade de esperar ter

apenas um filho também aumenta, especialmente entre as mulheres e para aqueles que não têm filhos em idades mais tardias (*Hipótese 7.6c*).

De facto, quando analisamos o efeito dos grupos etários (Tabela 7.3.3, modelo 18-49 anos), confirma-se a *Hipótese 7.1c*, sendo que aqueles que têm entre 30 e 49 anos apresentam uma maior probabilidade de esperar ter apenas um filho até ao final da vida reprodutiva, pois à medida que a idade aumenta, as suas expectativas diminuem, o que indica que as intenções de fecundidade são fortemente influenciadas pela idade dos indivíduos.

Entre os mais jovens, segue-se a composição do agregado parental de origem e o nível de escolaridade da mãe, com influência significativa na intenção de ter apenas um filho. Já entre os mais velhos, a composição do agregado perde importância, mantendo-se apenas o nível de escolaridade da mãe, embora com menor poder explicativo do que entre as gerações mais jovens. Não obstante, confirma-se a importância dos contextos familiares nas motivações para descendências de filho único (*Hipótese 7.3c*), sendo que aqueles cujo agregado parental de origem é composto sem pelo menos um dos pais ou cujas mães possuem níveis de escolaridade mais baixos apresentam uma maior probabilidade de tencionar ter apenas um filho até ao final da vida reprodutiva.

Repare-se que, apesar do nível de escolaridade do próprio ser determinante para explicar o decréscimo da fecundidade final esperada (Capítulo VI), quando em causa está a fecundidade final esperada de um filho, o nível de escolaridade do próprio deixa de ser significativo dando lugar ao nível de escolaridade da mãe. Deste modo, não há evidências no sentido da *Hipótese 7.9c*, na medida em que a probabilidade de esperar ter apenas um filho não difere significativamente consoante o nível de escolaridade dos indivíduos.

A situação conjugal dos indivíduos não se revelou determinante na intenção de terminar a vida reprodutiva com apenas um filho, logo não há evidências no sentido da *Hipótese 7.7c*. O mesmo se verifica relativamente à situação perante o trabalho dos indivíduos e em relação à conciliação do trabalho do pai com a vida familiar, logo não podemos validar a *Hipótese 7.4c*.

Tabela 7.3.3 Coeficientes estimados do modelo de regressão logística para os indivíduos com idades entre os 18 e 29 anos e com idades entre os 30 e 29 anos, considerando quem espera ter apenas um filho até ao final da vida reprodutiva vs. quem espera ter pelo menos dois filhos, respetivos desvios padrão estimados e valores p (teste de Wald) associados

	18-29 anos			30-49 anos		
	R ² = 43%			R ² = 32%		
	AUC = 0,84			AUC = 0,80		
	valor p (Hosmer) = 0,11			valor p (Hosmer) = 0,09		
	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p
Agregado parental de origem (ref. com ambos os pais)						
Sem pelo menos um dos pais	0,61	0,26	0,02	-	-	-
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem (ref. menos de 18 anos)						
18-29 anos	1,73	0,52	0,001	-	-	-
Não deixou	0,87	0,50	0,09	-	-	-
Nível de escolaridade da mãe (ref. até básico)						
Secundário	-0,26	0,30	0,39	0,07	0,21	0,75
Superior	-1,02	0,47	0,03	-0,66	0,23	0,005
Fecundidade desejada ao longo da vida (ref. 2 filhos)						
Menos de 2	3,53	0,30	<0,0001	1,56	0,16	<0,0001
Mais de 2	-1,28	0,32	<0,0001	-1,06	0,12	<0,0001
Compensação – “é preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos?” (ref. discorda)						
Concorda	0,97	0,27	<0,0001	1,33	0,11	<0,0001
Sexo (ref. homens)						
mulheres	-	-	-	0,38	0,10	0,001
Idade do indivíduo	-	-	-	0,05	0,01	<0,0001
Idade ao nascimento do primeiro filho/paridade (ref. menos de 20 anos)						
20-24 anos	-	-	-	0,72	0,33	0,03
25-29 anos	-	-	-	1,15	0,32	0,001
30-34 anos	-	-	-	1,68	0,32	<0,0001
35+ anos	-	-	-	2,08	0,35	<0,0001
Não tem filhos	-	-	-	1,82	0,34	<0,0001
18-49 anos						
R ² = 32%; AUC = 0,80; valor p (Hosmer) = 0,06						
Modelo ajustado para as todas as variáveis significativas nos modelos 18-29 e 30-49 anos						
	$\hat{\beta}$	$\hat{\sigma}_{\beta}$	valor p			
Grupo etário (ref. até 29 anos)						
30 anos ou mais	0,81	0,15	<0,0001			

Após uma análise às motivações, desejos e intenções por descendência de filho único, agora, é extremamente importante analisar o tempo até ao nascimento do primeiro filho, na medida em que o tempo ao fim do qual os

indivíduos entram na parentalidade tem um grande impacto nos nascimentos de ordem superior, podendo comprometer a chegada de um segundo ou, eventualmente, um terceiro filho.

VII.4 Adiamento da entrada na parentalidade: continuidade ou alteração da tendência

O adiamento do nascimento do primeiro filho tem um grande impacto no *tempo* dos nascimentos de ordens superiores, tendo também um efeito direto no *quantum* (Kohler et al., 2002; Frejka e Sardon, 2006; Billari, 2008; Frejka, 2008; Bongaarts e Sobotka, 2012; Sobotka et al., 2012; Sobotka, 2013; Tomé e Mendes, 2013; Mendes, 2016; Mendes et al., 2016). De facto, anteriormente, concluímos que este adiamento é um fator determinante nas motivações de fecundidade direcionadas para o filho único, estando também associado ao decréscimo do número de filhos que os Portugueses esperam ter até ao final da vida reprodutiva (Capítulo VI). Neste sentido, pretendemos, agora, identificar os fatores com maior influência neste adiamento. Para tal, recorreremos à análise de sobrevivência, pois estamos perante uma situação em que nem todos os indivíduos experienciaram o evento.

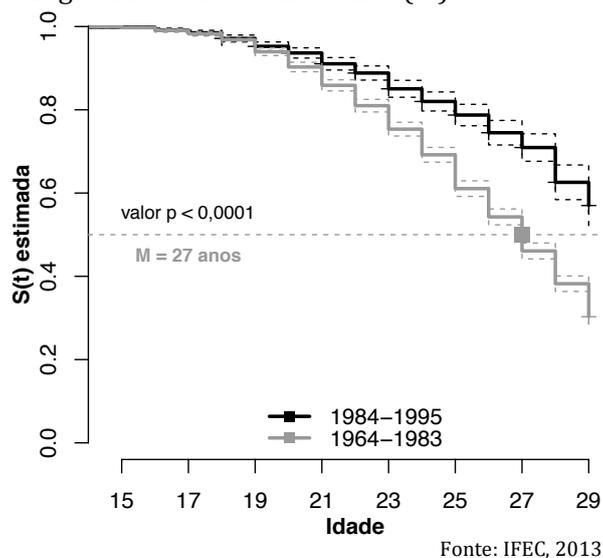
Ao longo desta análise, o evento é o nascimento do primeiro filho e as censuras são relativas àqueles indivíduos que ao final do período de *follow-up* (2013) não tinham entrado na parentalidade. Repare-se que, no caso dos indivíduos que experienciaram o evento, consideramos a idade ao nascimento do primeiro filho e para aqueles que não tinham entrado na parentalidade consideramos a sua idade em 2013. Como referimos anteriormente, para equilibrar a comparação do adiamento do nascimento do primeiro filho consoante os grupos etários, para os indivíduos com idades entre 30 e 49 anos (nascidos entre 1964 e 1983) truncamos a amostra considerando apenas aqueles indivíduos que tiveram o primeiro filho até aos 29 anos, sendo que atribuímos a idade 29 aos que não tiveram filhos aquando do período de *follow-up*.

Começamos por destacar os resultados obtidos na análise univariada, recorrendo às estimativas de Kaplan Meier, considerando os dois grupos etários

(Figura 7.4.1) e, em seguida, caracterizamos o tempo até ao nascimento do primeiro filho em função das variáveis explicativas da Tabela 3.1 (Capítulo III).

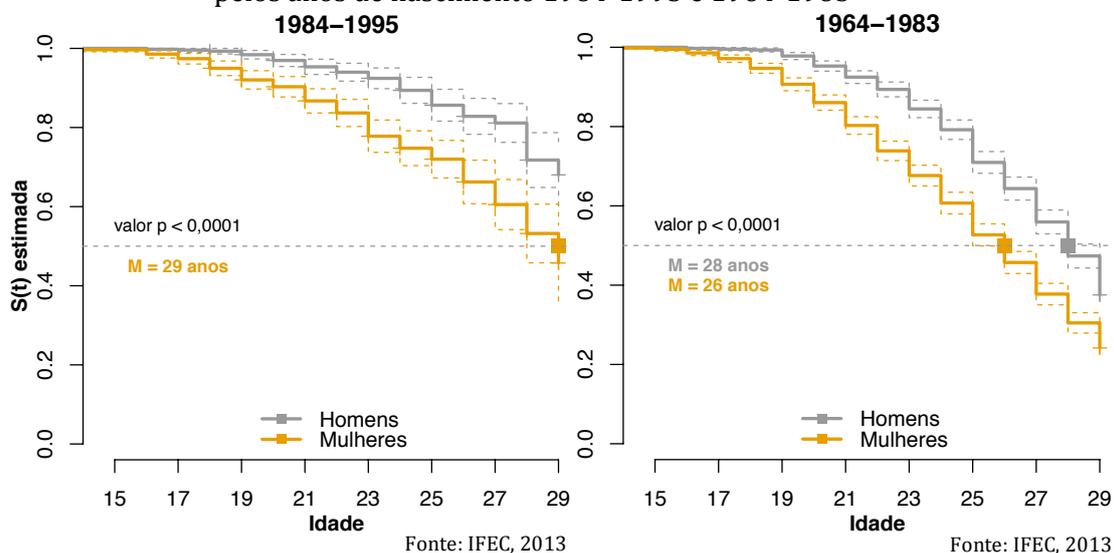
A partir da Figura 7.4.1, concluímos que, até aos 19 anos, a probabilidade de sobreviver ao evento, ou seja, a probabilidade de não ter o primeiro filho, é semelhante em ambos os grupos etários. Até aos 19 anos, esta probabilidade é próxima de 1 e a ocorrência dos diferentes eventos – “degraus” – é reduzida, o que indica que, para ambos os grupos etários, a fecundidade na adolescência é praticamente inexistente. Porém, a partir desta idade, são os indivíduos nascidos entre 1984 e 1995 que apresentam uma maior probabilidade de ter o primeiro filho mais tarde, sendo que existem diferenças significativas entre as curvas de sobrevivência dos dois grupos etários (valor $p < 0,0001$). Este resultado indica que os mais jovens estão a adiar o nascimento do primeiro filho, ainda mais do que os indivíduos mais velhos o fizeram, confirmando-se, assim, a *Hipótese 7.1d*. Efetivamente, enquanto metade dos indivíduos do segundo grupo etário teve o primeiro filho até aos 27 anos, no grupo mais jovem concluímos que metade destes indivíduos ainda não tinham tido o primeiro filho aquando do período de *follow-up*. Deste modo, não é possível apresentar um valor mediano para o tempo ao fim do qual os mais jovens tiveram o primeiro filho.

Figura 7.4.1 Curvas de Kaplan Meier para indivíduos nascidos entre 1984 e 1995 e entre 1964 e 1983, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M)



Em ambos os grupos etários, concluímos que são as mulheres que apresentam uma maior probabilidade de transitar para a parentalidade mais cedo (Figura 7.4.2), diferenciando-se dos homens logo a partir dos 17 anos (valores $p < 0,0001$) e apresentando valores medianos inferiores aos dos homens (Tabela 7.4.1). Deste modo, confirma-se que são os homens que mais tarde tendem a entrar na parentalidade (Zhang, 2008; Tomé, 2015; Mendes et al., 2016). Porém, as mulheres nascidas entre 1984 e 1995 têm vindo a adiar o nascimento do primeiro filho, relativamente às mulheres que nasceram entre 1964 e 1983. Repare-se que metade das mulheres das gerações mais avançadas teve o primeiro filho ao fim de 26 anos, enquanto metade das mulheres mais jovens teve o primeiro filho até aos 29 anos (3 anos mais tarde). O mesmo se pode dizer em relação aos homens, pois enquanto metade dos mais velhos teve o primeiro filho ao fim de 28 anos, entre os mais jovens ainda não se tinha atingido um tempo mediano em 2013.

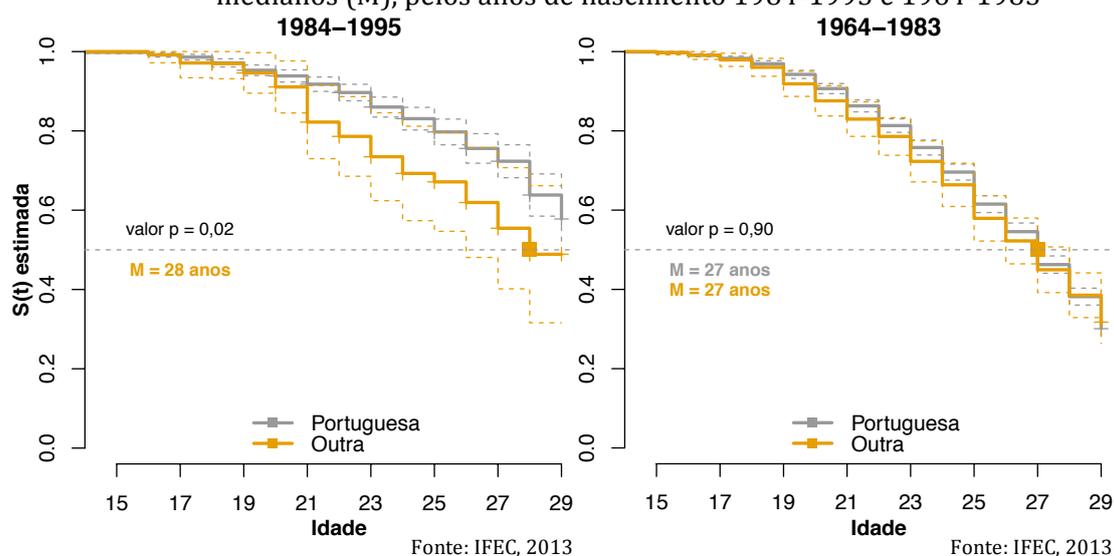
Figura 7.4.2 Curvas de Kaplan Meier para homens e mulheres, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983



O comportamento dos indivíduos consoante a sua naturalidade difere apenas entre os nascidos entre 1984 e 1995, sendo os indivíduos de outra naturalidade os que apresentam maior probabilidade de ter o primeiro filho mais cedo (valor $p = 0,02$, Figura 7.4.3). Estes resultados comprovam a importância da população imigrante (Kohler et al., 2006; Lutz et al., 2006;

Lesthaeghe, 2010), na medida em que estes indivíduos apresentam uma maior probabilidade de ter o primeiro filho mais cedo e, conseqüentemente, antecipar a chegada de um segundo ou terceiro filhos. Já entre aqueles que nasceram entre 1964 e 1983, a probabilidade de transitar para a parentalidade é semelhante para os indivíduos de naturalidade Portuguesa ou de outra naturalidade (valor $p = 0,90$), sendo as idades medianas dos indivíduos ao nascimento do primeiro filho iguais a 27 anos para ambas as nacionalidades (Tabela 7.4.1). Repare-se, também, que metade do grupo mais jovem de outra nacionalidade teve o primeiro filho ao fim de 28 anos (1 ano depois, relativamente ao tempo mediano dos indivíduos mais velhos e de outra nacionalidade).

Figura 7.4.3 Curvas de Kaplan Meier pela nacionalidade dos indivíduos, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983

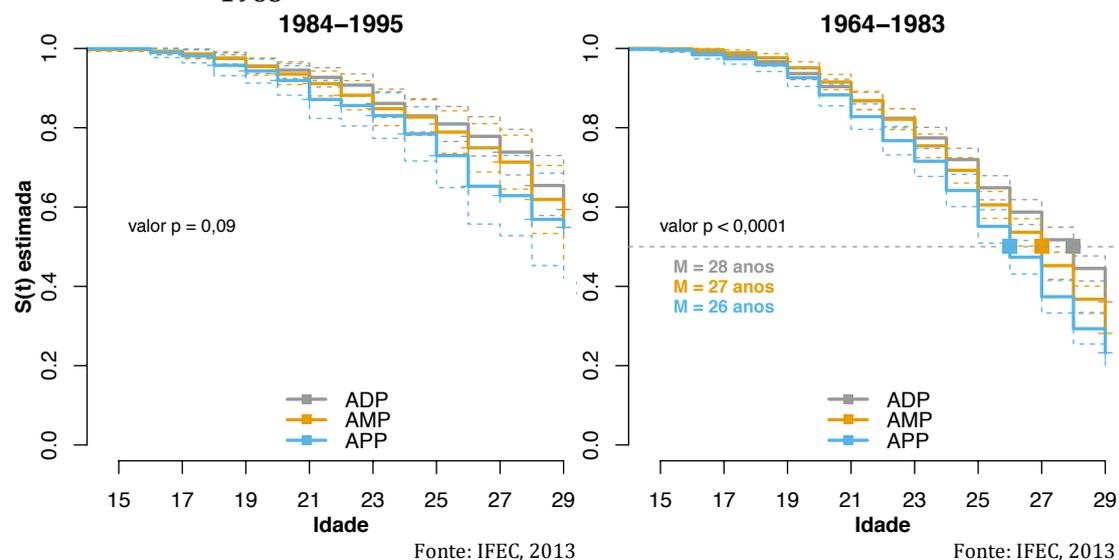


Entre os indivíduos que nasceram entre 1964 e 1983, os que residem em áreas densamente povoadas (ADP) apresentam uma maior probabilidade de sobreviver ao evento a partir dos 27 anos (Figura 7.4.4). Contrariamente, a partir desta idade, os indivíduos que residem em áreas pouco povoadas (APP) apresentam uma maior probabilidade de transitar para a parentalidade mais cedo, confirmando-se a importância dos contextos de socialização do indivíduos (*Hipótese 7.3d*).

Os tempos medianos até ao nascimento do primeiro filho aumentam com o aumento da dimensão da área de residência (Figura 7.4.4). Porém, o efeito da

dimensão da área de residência no tempo até nascimento do primeiro filho é mais expressivo entre os mais velhos (valor $p < 0,0001$), sendo que não se verificam diferenças significativas das curvas de sobrevivência entre os nascidos entre 1984 e 1995 (valor $p = 0,09$).

Figura 7.4.4 Curvas de Kaplan Meier pela a dimensão da área de residência, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983

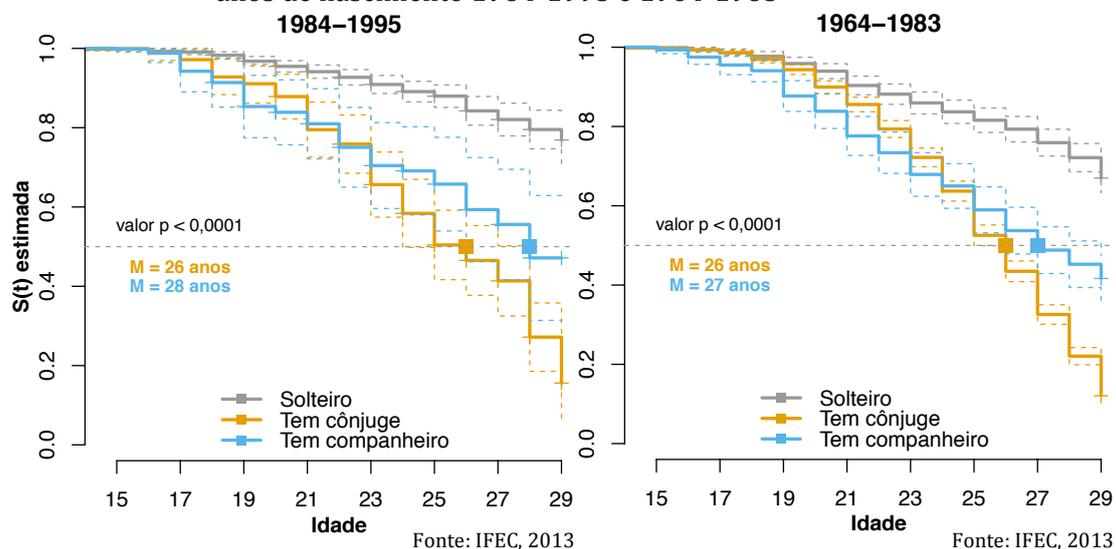


A partir dos 20 anos, os solteiros de ambos os grupos etários apresentam uma maior probabilidade de transitar para a parentalidade mais tarde do que os que têm um cônjuge ou companheiro (valores $p < 0,0001$, Figura 7.4.5), corroborando a *Hipótese 7.7d*. Porém, existem diferenças quando analisamos as curvas de sobrevivência dos indivíduos que vivem algum tipo de relacionamento conjugal entre os dois grupos etários.

Considerando os indivíduos nascidos entre 1984 e 1995, concluímos que até aos 21 anos os que têm um companheiro apresentam uma maior probabilidade de ter o primeiro filho mais cedo do que os que são casados, sendo que esta situação inverte-se a partir desta idade (Figura 7.4.5). Já entre os que nasceram entre 1964 e 1983, esta inversão acontece mais tarde, aos 24 anos. No entanto, apesar desta alteração ocorrer mais cedo entre os mais jovens, o tempo mediano dos casados é semelhante em ambos os grupos etários (26 anos). Repare-se, ainda, que é entre os que têm um companheiro que se verifica um maior adiamento do nascimento do primeiro filho entre os grupos: metade dos

que nasceram entre 1964 e 1983 tiveram o primeiro filho ao fim de 27 anos e metade dos mais jovens ao fim de 28 anos (Figura 7.4.5).

Figura 7.4.5 Curvas de Kaplan Meier pela situação conjugal, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Peto e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983



A par da importância da existência de algum tipo de relacionamento conjugal (Almeida et al, 1998; Guerreiro e Abrantes, 2007; Mills et al., 2011), a existência de enteados é significativa para explicar os tempos de sobrevivência até ao nascimento do primeiro filho apenas entre os mais jovens (valor $p = 0,02$, Figura 7.4.6), sendo que os que têm pelo menos um enteado apresentam maior probabilidade de antecipar o nascimento do primeiro filho. Contudo, esta probabilidade é significativa apenas a partir dos 24 anos.

No que respeita à idade à primeira coabitação (Figura 7.4.7), concluímos que, em ambos os grupos etários, a probabilidade de ter o primeiro filho mais tarde aumenta com o aumento da idade à primeira coabitação (valores $p < 0,0001$). Repare-se, também, que os que nunca coabitaram apresentam uma probabilidade extremamente elevada de adiar o nascimento do primeiro filho. Assim como verificamos anteriormente, o adiamento do nascimento do primeiro filho tem vindo a ganhar maior expressão entre os mais jovens, relativamente aos indivíduos das gerações mais avançadas. De facto, no grupo mais jovem, mesmo entre os que coabitaram pela primeira vez mais cedo (menos de 20 anos), metade destes indivíduos teve o primeiro filho ao fim de 21 anos, 1 ano

mais tarde do que o tempo mediano dos indivíduos que nasceram entre 1964 e 1983 (Figura 7.4.7).

Figura 7.4.6 Curvas de Kaplan Meier pela existência de enteados, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Peto e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983

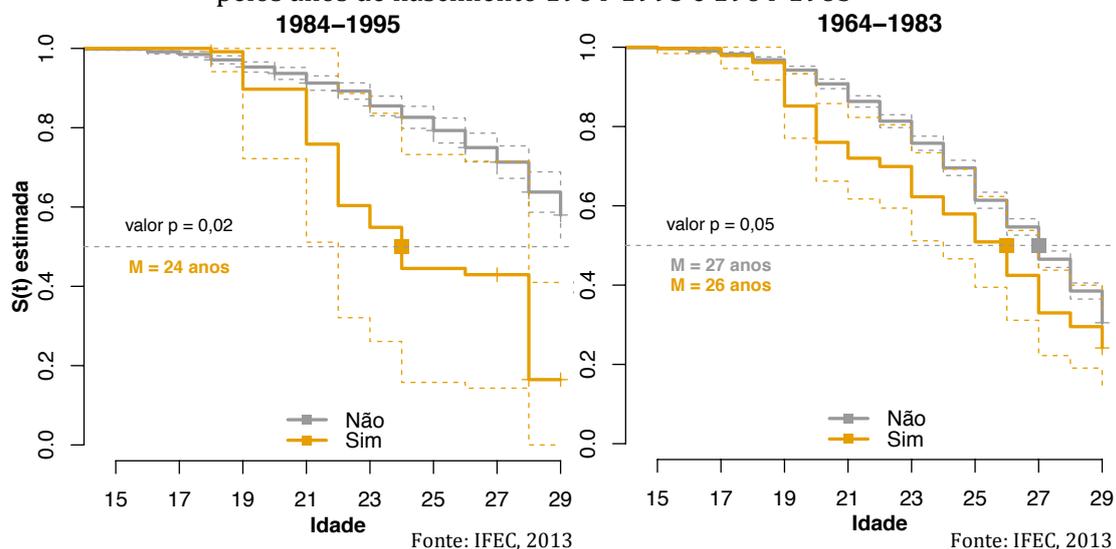
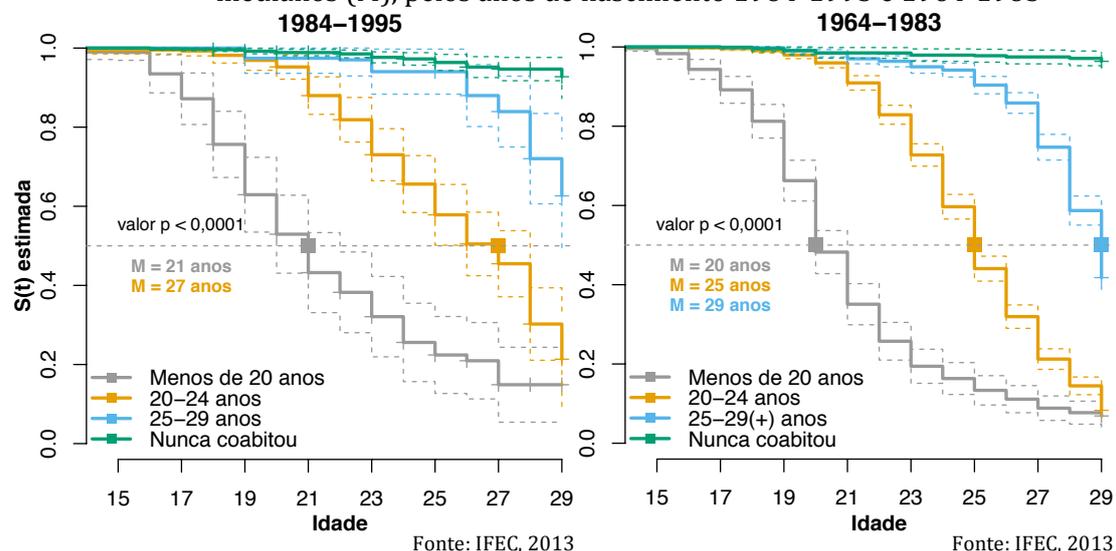


Figura 7.4.7 Curvas de Kaplan Meier pela a idade à primeira coabitação, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983

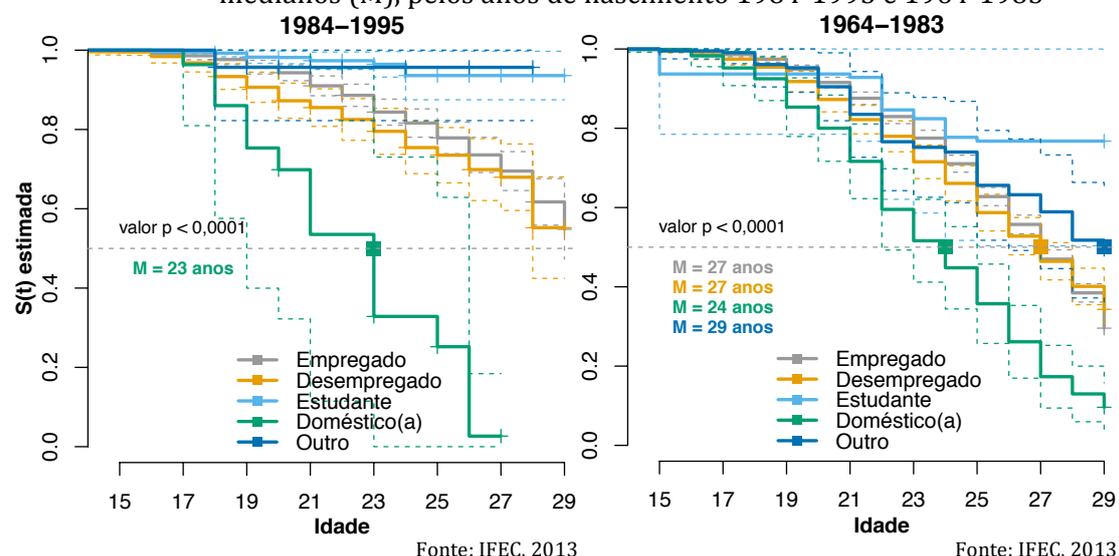


Os estudantes são os que estão em maior risco de adiar o nascimento do primeiro filho, seguindo-se os que estão noutra situação (Figura 7.4.8). Já os domésticos apresentam uma maior probabilidade de ter o primeiro filho mais cedo, especialmente entre os mais jovens. Porém, concluímos, também, que não

existem diferenças entre as curvas de sobrevivência dos empregados e desempregados.

Note-se que esta variável não é a melhor diferenciadora dos tempos de sobrevivência ao nascimento do primeiro filho, visto que a situação perante o trabalho pode variar ao longo do tempo. Deste modo, um indivíduo pode ter tido o primeiro filho quando estava empregado, mas no período de *follow-up* podia estar desempregado ou noutra situação. O mesmo se poderia dizer relativamente à situação conjugal ou ao nível de escolaridade dos indivíduos, porém entendemos que há uma menor variação destas variáveis após os 29 anos do que da situação perante o trabalho dos indivíduos, especialmente no contexto em que os dados foram recolhidos – num contexto logo após a crise económica de 2008. Assim, não conseguimos testar a *Hipótese 7.4d* na totalidade, na medida em que não conseguimos avaliar a influência do desemprego ou a instabilidade do mercado laboral no adiamento do nascimento do primeiro filho.

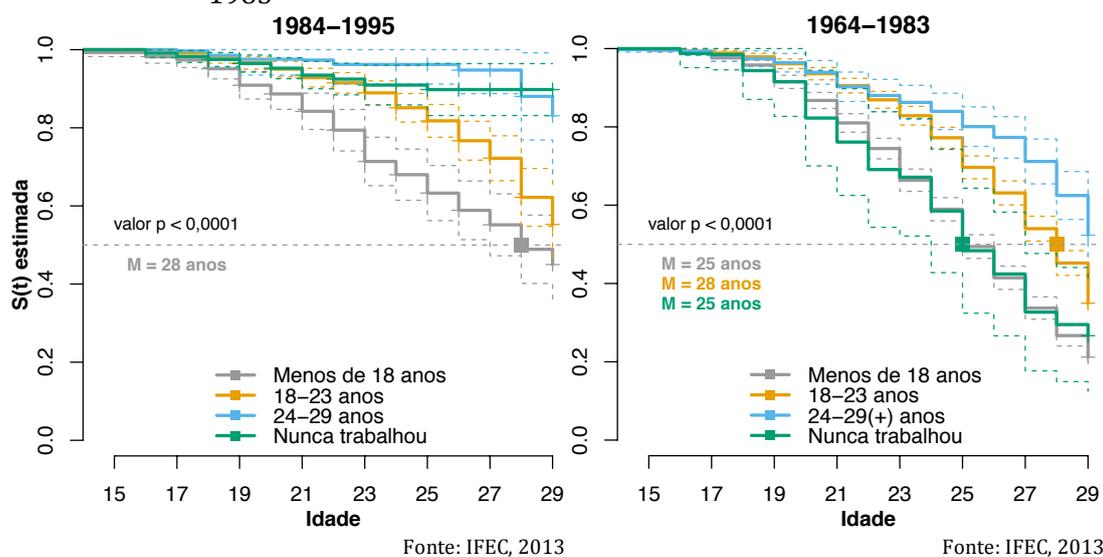
Figura 7.4.8 Curvas de Kaplan Meier pela situação perante o trabalho, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983



A idade ao primeiro emprego pago parece ser uma variável com um efeito mais fidedigno na diferenciação do tempo até ao nascimento do primeiro filho. Efetivamente, analisando a Figura 7.4.9, verificamos uma menor oscilação entre as curvas de sobrevivência consoante esta idade. Entre os nascidos entre 1984 e 1995, apresentam maior probabilidade de transitar para a parentalidade mais

cedo aqueles que entraram no mercado de trabalho antes dos 18 anos (valor $p < 0,0001$, Figura 7.4.9), sendo que metade destes indivíduos teve o primeiro filho ao fim de 28 anos. Já os que trabalharam pela primeira vez mais tarde, entre os 18 e 29 anos, são os que apresentam maior probabilidade de adiar o nascimento do primeiro filho. Entre os que nasceram entre 1964 e 1983, não existem diferenças entre as curvas de sobrevivência dos que entraram no mercado laboral antes dos 18 anos e dos que nunca tiveram um emprego. Repare-se que à medida que a idade ao primeiro emprego aumenta, aumenta também a probabilidade dos indivíduos adiarem o nascimento do primeiro filho (valor $p < 0,0001$, Figura 7.4.9), confirmando-se, assim, a *Hipótese 7.8d* para ambos os grupos etários.

Figura 7.4.9 Curvas de Kaplan Meier pela a idade ao primeiro emprego pago, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983



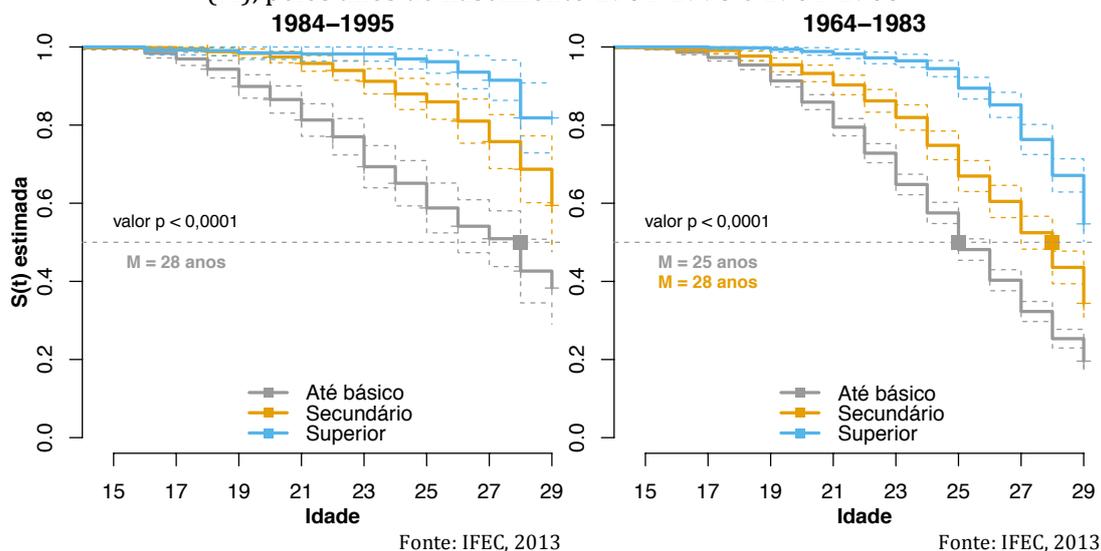
O nível de escolaridade é um fator diferenciador do adiamento do nascimento do primeiro filho em ambos os grupos etários (valores $p < 0,0001$, Figura 7.4.10). Assim como previsto na literatura (Billari e Kohler, 2002; Bongaarts, 2003; Adsera, 2005 e 2006; Kohler et al., 2006; Mills et al., 2011; Tomé, 2015; Mendes et al., 2016) são os indivíduos com menores níveis de escolaridade os que apresentam maior probabilidade de ter o primeiro filho mais

cedo e aqueles com níveis de escolaridade superior os que mais adiam o nascimento do primeiro filho, corroborando a *Hipótese 7.9d*.

Porém, no grupo mais jovem, metade dos indivíduos com níveis de escolaridade até ao básico tiveram o primeiro filho ao fim de 28 anos, sendo esta idade 3 anos superior à idade mediana dos indivíduos menos jovens com o mesmo grau de instrução. Este resultado indica que também os indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos estão a adiar o nascimento do primeiro filho e não apenas aqueles com níveis de escolaridade superior que tradicionalmente adiam a entrada na parentalidade devido ao tempo que dedicaram a concluir os estudos e a se estabilizar no mercado de trabalho.

Para além disso, também aqueles com níveis de escolaridade secundário ou superior estão a adiar mais do que adiaram os indivíduos das gerações mais velhas com o mesmo nível de escolaridade. Repare-se que, entre os mais jovens com nível de escolaridade superior, a probabilidade de sobreviver ao evento está acima de 0,9 até aos 28 anos, enquanto entre os nascidos entre 1964 e 1983 esta probabilidade é mais baixa logo a partir dos 25 anos.

Figura 7.4.10 Curvas de Kaplan Meier pelo nível de escolaridade, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983



O nível de escolaridade dos pais também é um bom diferenciador do adiamento do nascimento do primeiro filho em ambos os grupos etários (valores $p < 0,0001$, Figuras 7.4.11 e 7.4.12). Repare-se que, a partir dos 21 anos, os

indivíduos cujos pais têm um nível de escolaridade até ao básico apresentam uma maior probabilidade de entrar mais cedo na parentalidade. Porém, em ambos os grupos etários não existem diferenças significativas entre as curvas de sobrevivência dos indivíduos cujos pais têm um nível de escolaridade secundário e superior. Não obstante, confirma-se a importância dos contextos familiares no comportamento reprodutivo dos Portugueses (*Hipótese 7.3d*).

Figura 7.4.11 Curvas de Kaplan Meier pelo nível de escolaridade da mãe, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983

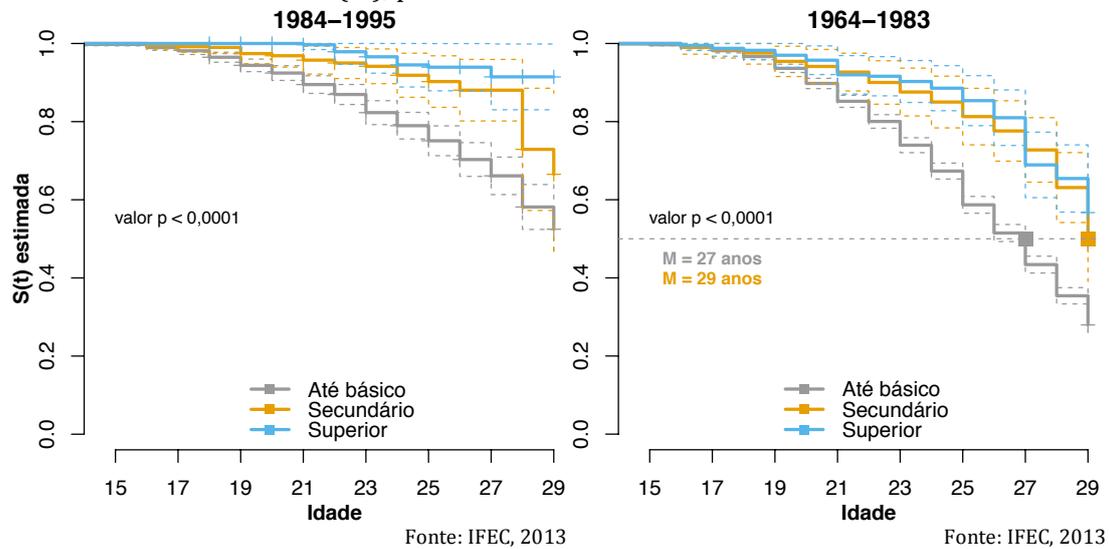
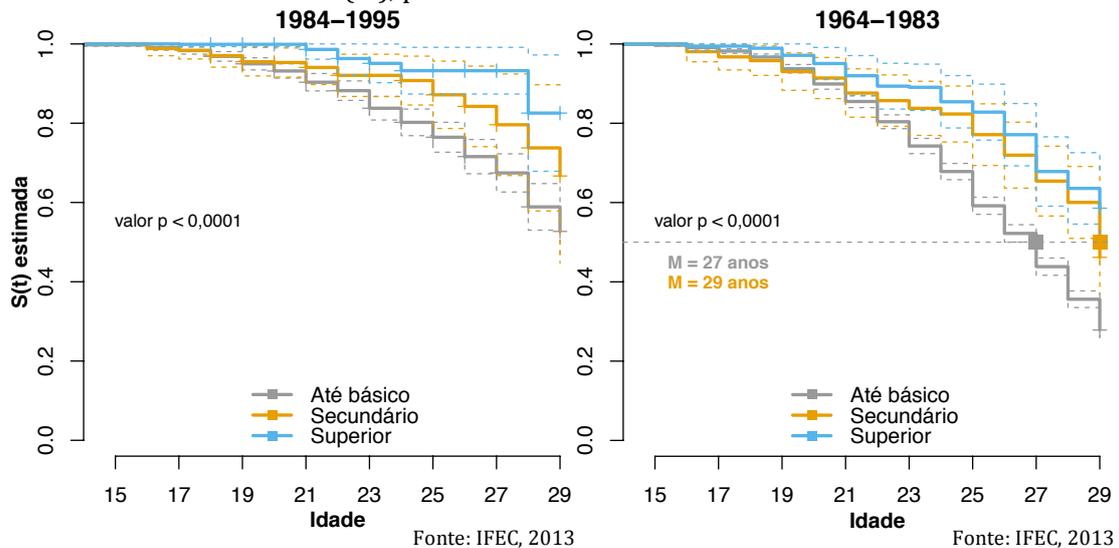
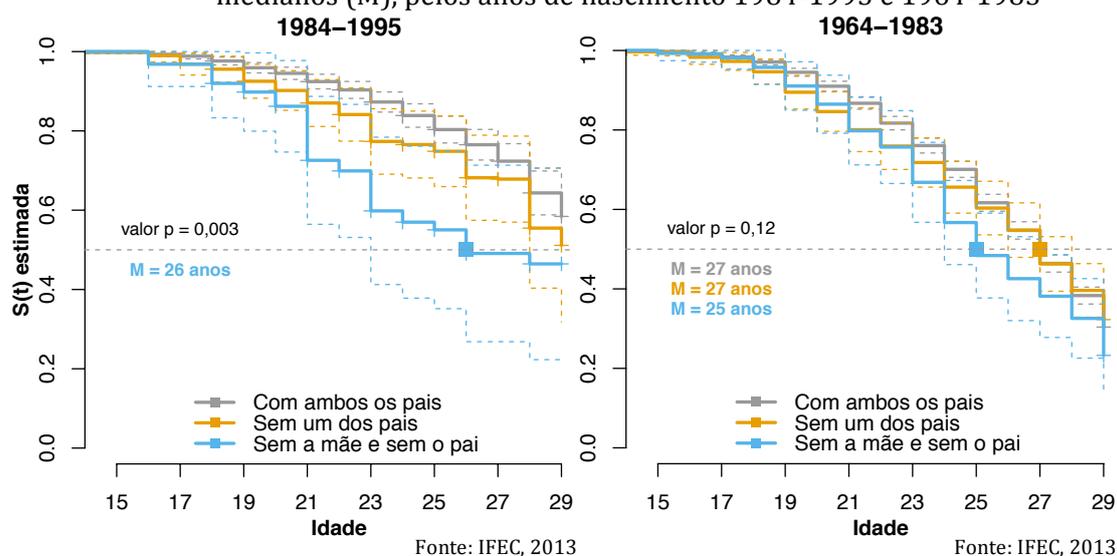


Figura 7.4.12 Curvas de Kaplan Meier pelo nível de escolaridade do pai, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983



O mesmo se pode afirmar relativamente ao efeito da composição do agregado parental de origem (Figura 7.4.13). Entre os nascidos entre 1984 e 1995, aqueles cujo agregado parental de origem não incluiu a presença de ambos os pais apresentam uma maior probabilidade de antecipar o nascimento do primeiro filho (valor $p = 0,003$), sendo que metade destes indivíduos transitou para a parentalidade ao fim de 26 anos. Já entre os que nasceram entre 1964 e 1983, concluímos que não existem diferenças significativas entre as curvas de sobrevivência do tempo até ao nascimento do primeiro filho, nem entre os respetivos tempos medianos, consoante a composição do agregado parental de origem (valor $p = 0,12$, Figura 7.4.13).

Figura 7.4.13 Curvas de Kaplan Meier pelo agregado parental de origem, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983

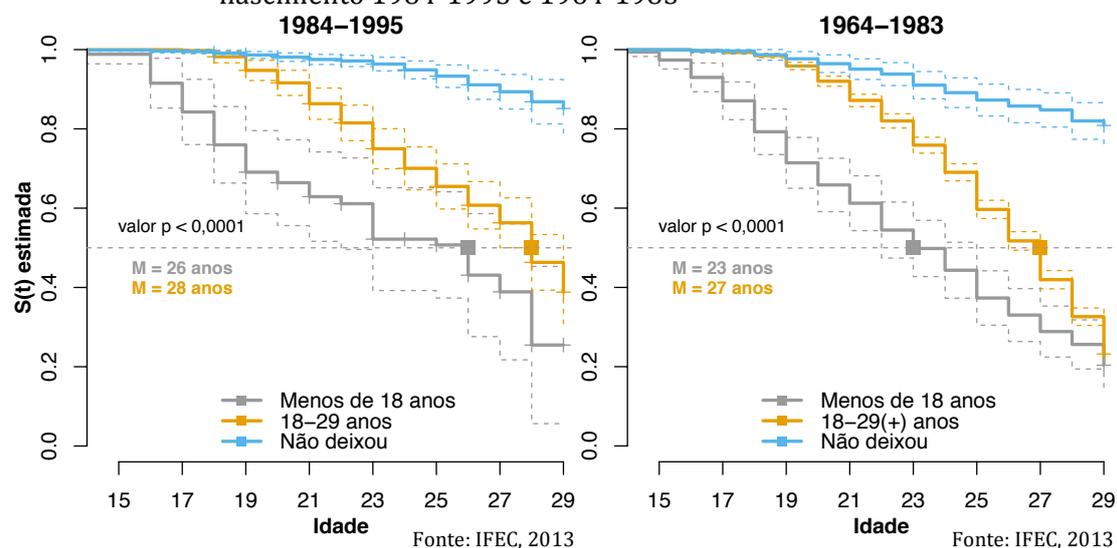


A idade com que os indivíduos deixaram de residir com o agregado parental de origem é um bom diferenciador do tempo de sobrevivência ao nascimento do primeiro filho (Figura 7.4.14). Para ambos os grupos etários, concluímos que os que deixaram de residir com o agregado antes dos 18 anos apresentam uma maior probabilidade de antecipar o nascimento do primeiro filho, seguindo-se os que deixaram de residir com o agregado entre os 18 e 29 anos e os que nunca o fizeram (valores $p < 0,0001$, Figura 7.4.14). Deste modo, confirma-se a *Hipótese 7.8d*, sendo o adiamento da saída de casa dos pais um

fator com grande impacto no *tempo* da fecundidade (Billari e Kohler 2002; Tomé, 2015; Mendes et al. 2016).

Contudo, quando comparamos os grupos etários, concluímos que entre os que tendem a antecipar a entrada na parentalidade – os que deixaram de residir com o agregado antes dos 18 anos – há um claro adiamento dos mais jovens relativamente aos que nasceram entre 1964 e 1983: enquanto metade dos mais jovens teve o primeiro filho ao fim de 26 anos, metade dos mais velhos transitou para a parentalidade ao fim de 3 anos antes, aos 23 anos (Figura 7.4.14). Além disso, quando analisamos as curvas de sobrevivência dos mais jovens, concluímos que, a partir dos 24 anos, a probabilidade de sobreviver ao evento não difere entre os que deixaram de residir com o agregado antes dos 18 anos e os que deixaram de residir entre os 18 e 29 anos (Figura 7.4.14). Como tal, se até aos 24 anos estes indivíduos ainda não transitaram para a parentalidade, a idade com que deixaram de residir com o agregado deixa de ser um diferenciador do tempo de sobrevivência ao nascimento do primeiro filho.

Figura 7.4.14 Curvas de Kaplan Meier pela idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983



Ainda focando a nossa atenção no background familiar, concluímos que a existência de um divórcio parental não é significativa para explicar o adiamento da entrada na parentalidade (valores $p > 0,05$, Figura 7.4.15). Contrariamente, as

curvas de sobrevivência do tempo até ao nascimento do primeiro filho diferem significativamente consoante o número de irmãos do indivíduo (valores $p < 0,0001$, Figura 7.4.16), comprovando-se, mais uma vez, a importância dos contextos familiares (*Hipótese 7.3d*), em particular a importância da dimensão da família de origem como uma referência para a família dos indivíduos (Testa, 2010; Mendes et al. 2016).

De facto, concluímos que, em ambos os grupos etários, à medida que o número de irmãos aumenta, aumenta também a probabilidade dos indivíduos terem o primeiro filho mais cedo (Figura 7.4.16). Entre os nascidos entre 1964 e 1983, metade dos que não têm irmãos teve o primeiro filho ao fim de 29 anos, sendo que os tempos mediados diminuem à medida que o número de irmãos aumenta (Tabela 7.4.1). Já entre os nascidos entre 1984 e 1995, apenas é possível apresentar um tempo mediano para os que têm 3 ou mais irmãos, sendo que metade destes indivíduos teve o primeiro filho até aos 29 anos, 4 anos depois do que os indivíduos mais velhos.

Figura 7.4.15 Curvas de Kaplan Meier pela existência de divórcio parental, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983

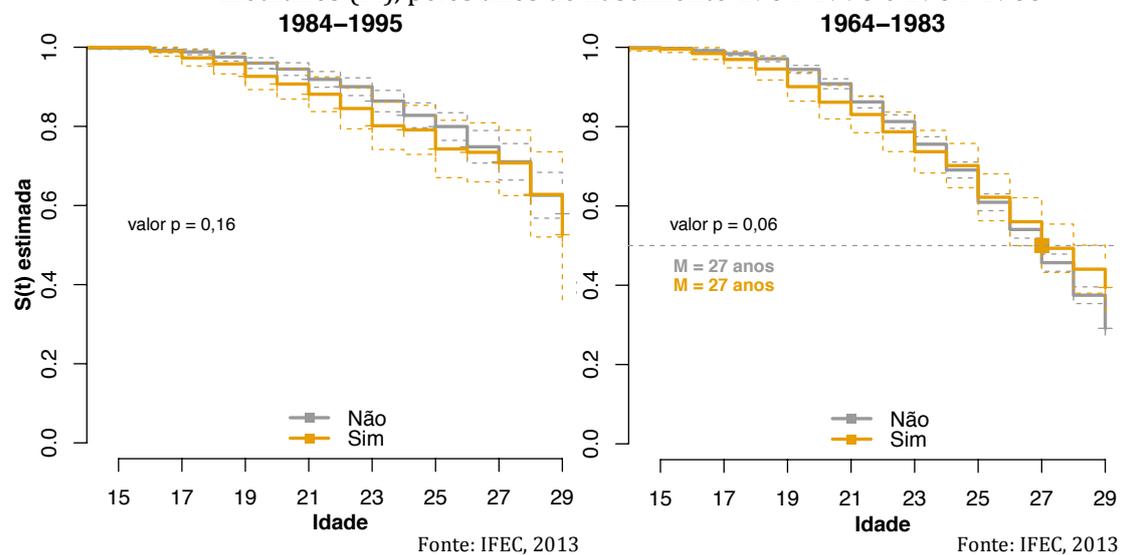
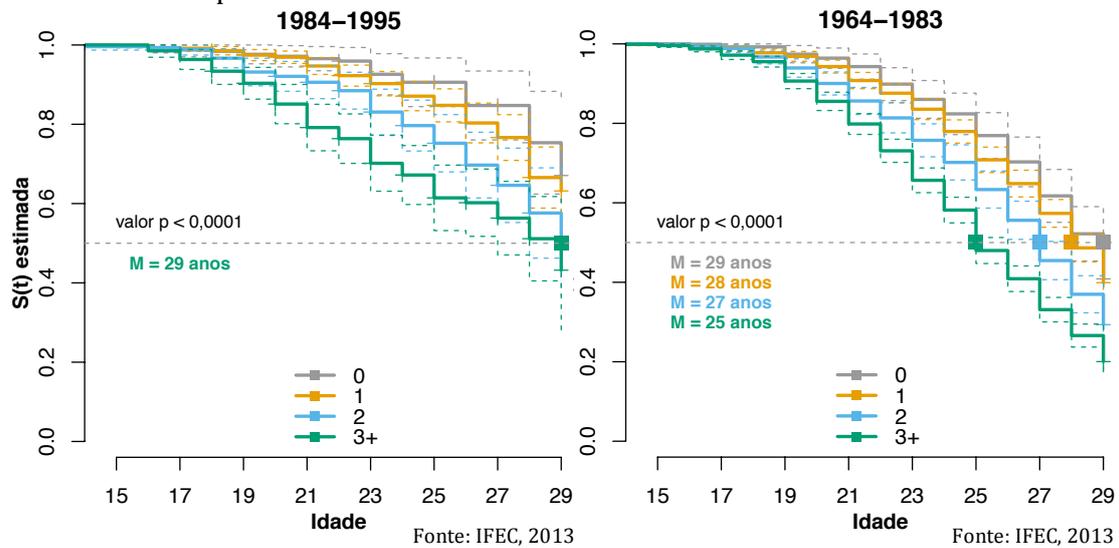


Figura 7.4.16 Curvas de Kaplan Meier pelo número de irmãos, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983



A probabilidade de adiar o nascimento do primeiro filho, assim como o tempo mediano ao fim do qual os indivíduos têm o primeiro filho, aumentam para os que esperam ter menos filhos (1 ou 2) (Figura 7.4.17), assim como para os que desejam ter menos do que dois filhos (Figura 7.4.18) ou consideram que o número ideal de filhos para uma família é inferior a 2 (Figura 7.4.19). Deste modo, há evidências no sentido da *Hipótese 7.2d*, pois ideais, desejos e intenções de fecundidade reduzidas potenciam o adiamento da entrada na parentalidade (Tomé, 2015; Mendes et al., 2016).

Porém, entre os que nasceram entre 1964 e 1983, concluímos que até aos 24 anos não existem diferenças entre as curvas de sobrevivência dos que esperam ter apenas um filho e dos que esperam ter dois filhos (Figura 7.4.17). Ou seja, é a apenas a partir dos 25 anos que uma fecundidade final esperada dois filhos faz antecipar o nascimento do primeiro filho relativamente aos que esperam ter apenas um filho. Já entre os mais jovens, esperar ter um ou dois filhos até ao final da vida reprodutiva tem um efeito semelhante neste adiamento, sendo que as curvas de sobrevivência sobrepõem-se ao longo do tempo (Figura 7.4.17).

Repare-se, também, que desejos e ideais têm um peso maior para explicar o adiamento da entrada na parentalidade entre os indivíduos do segundo grupo etário do que entre os mais jovens, sendo os valores p obtidos mais significativos

entre aqueles que nasceram entre 1964 e 1983 (Figuras 7.4.18 e 7.4.19). Ao comparar o efeito do número de filhos desejado com o número ideal de filhos, concluímos que ambas as variáveis parecem ter o mesmo efeito no adiamento do nascimento do primeiro filho, sendo os tempos medianos muito semelhantes (Tabela 7.4.1).

Figura 7.4.17 Curvas de Kaplan Meier pela fecundidade final esperada, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983

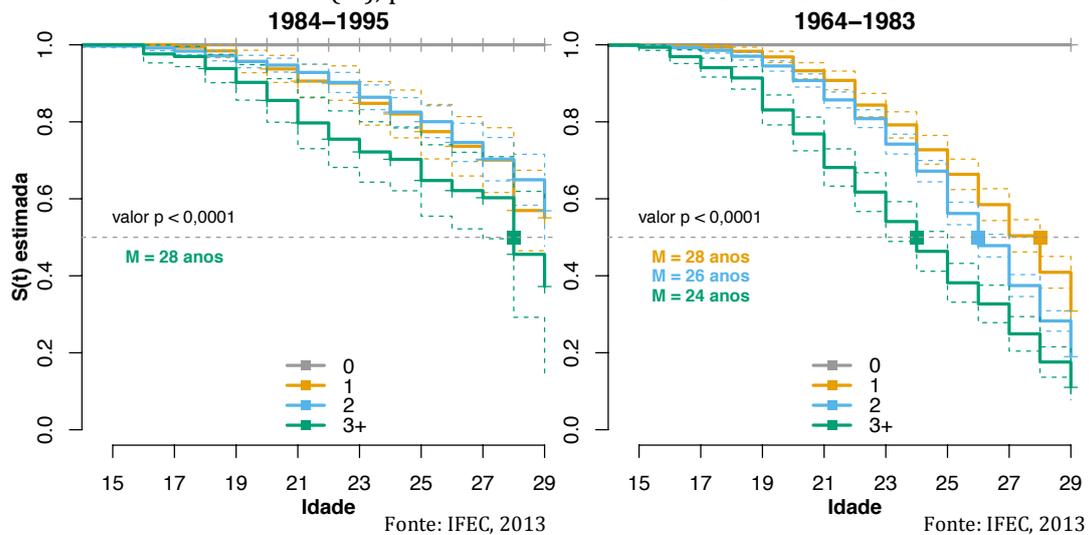


Figura 7.4.18 Curvas de Kaplan Meier pela fecundidade desejada ao longo da vida, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983

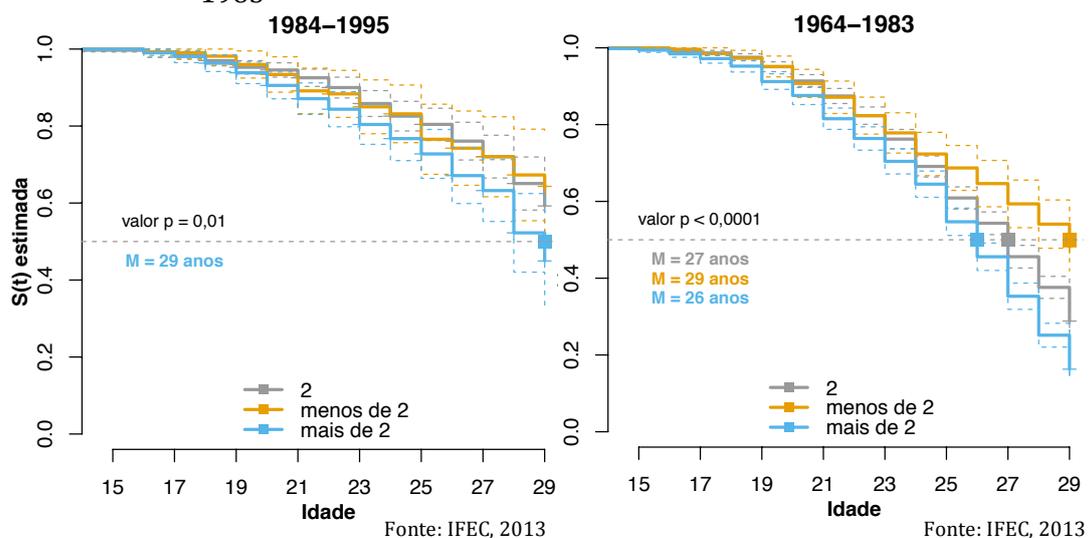
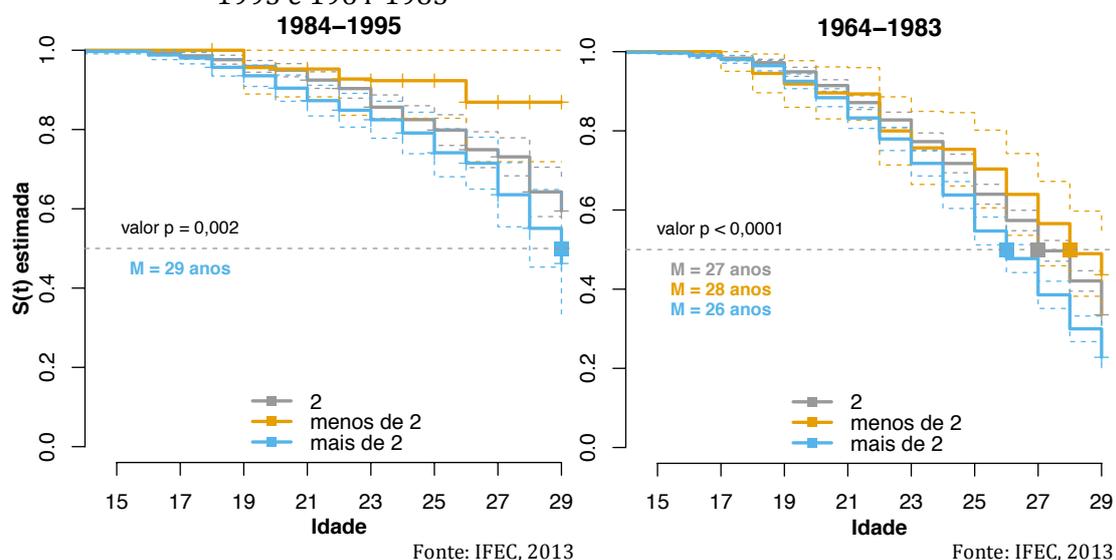


Figura 7.4.19 Curvas de Kaplan Meier pelo número de filhos considerado ideal para uma família, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983



Ainda no que respeita a valores e atitudes, concluímos que os que concordam que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições apresentam uma maior probabilidade de adiar o nascimento do primeiro filho (Figura 7.4.20), confirmando-se a importância desta variável no contexto Português (Cunha, 2005b; Adsera, 2006 e 2011; Guerreiro e Abrantes, 2007; Bandeira, 2012; Tomé, 2015; Mendes et al., 2016). Porém, enquanto entre o grupo 1984-1995 apenas existem diferenças significativas das curvas de sobrevivência entre os 21 e 26 anos, no segundo grupo etário a probabilidade de adiar a entrada na parentalidade é significativamente superior a partir dos 25 anos. Não obstante, confirmamos que motivações orientadas para o filho único, no sentido de proporcionar mais oportunidades a esse filho, têm um efeito de adiamento no *tempo* da transição para a parentalidade, corroborando a *Hipótese 7.2d*.

O mesmo se pode afirmar no sentido da importância dos filhos na procura por uma realização e felicidade pessoal (*Hipótese 7.2d*), pois a concordância de que um homem e uma mulher precisam de ter filhos para se sentirem realizados tem um efeito de antecipação da entrada na parentalidade (Figura 7.4.21), confirmando-se que a chegada de um filho está, também, ligada ao bem-estar dos indivíduos (Beck e Beck-Gernsheim, 2002). Contudo, entre os mais jovens, a

probabilidade de os que concordam com a *realização pessoal* terem o primeiro filho mais cedo aumenta significativamente logo a partir dos 19 anos e entre os que nasceram entre 1964 e 1983 apenas se verificam diferenças entre as curvas de sobrevivência a partir dos 21 anos (Figura 7.4.21). Repare-se, ainda, que metade dos indivíduos que concordam com a *realização pessoal* teve o primeiro filho ao fim de 26 (1964-1983) e 29 anos (1984-1995).

Figura 7.4.20 Curvas de Kaplan Meier pela compensação entre quantidade e qualidade dos filhos, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983

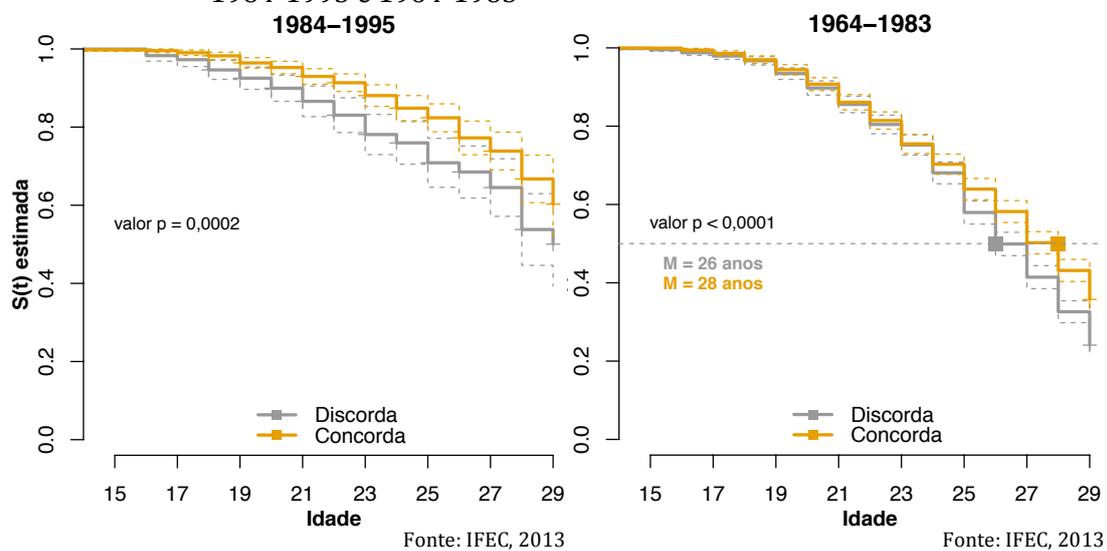
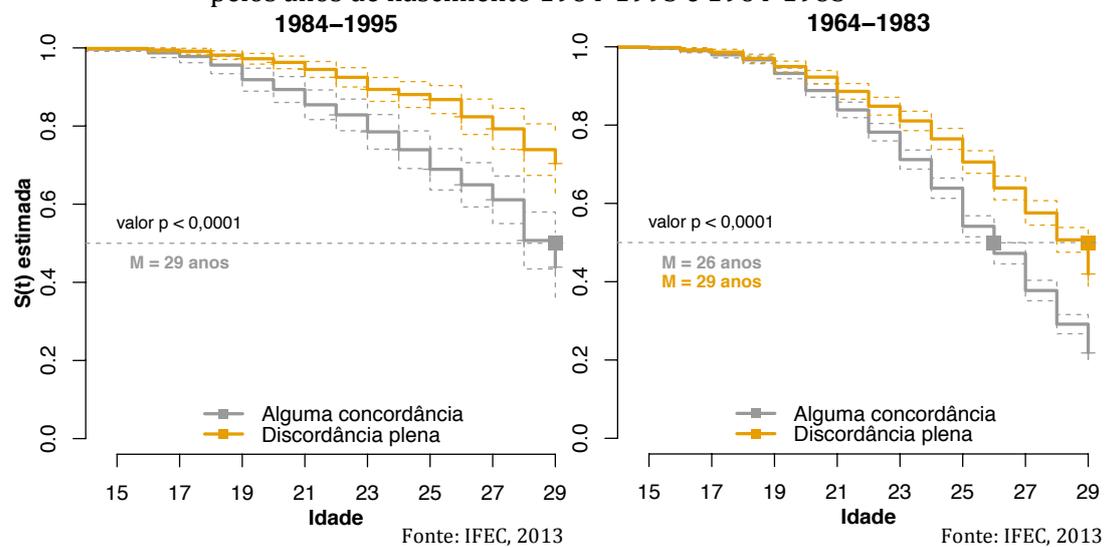
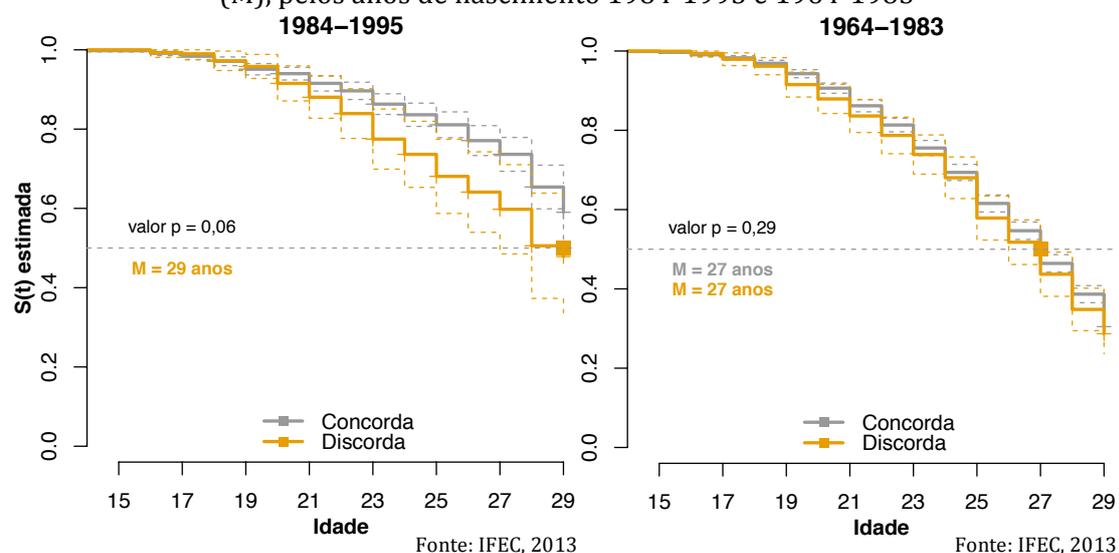


Figura 7.4.21 Curvas de Kaplan Meier pela *realização pessoal*, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983



A tomada de posição sobre o desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciar ou não a decisão das mulheres não terem filhos (Figura 7.4.22), não é um fator diferenciador do adiamento da entrada na parentalidade. Deste modo, não há evidências no sentido de que o adiamento do *tempo* da fecundidade esteja relacionado com exigências profissionais e sociais, assim como verificámos anteriormente em relação aos desejos por filho único.

Figura 7.4.22 Curvas de Kaplan Meier pela *realização profissional*, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983



Também a opinião sobre ser ou não prejudicial para uma criança, em idade pré-escolar, que a mãe ou o pai trabalhem fora de casa (Figuras 7.4.23 e 7.4.24), não são fatores diferenciadores do adiamento do nascimento do primeiro filho. A exceção ocorre entre o grupo menos jovem, sendo que a partir dos 21 anos, aqueles que discordam com a importância da presença materna apresentam uma maior probabilidade de adiar o nascimento do primeiro filho (Figura 7.4.23).

Figura 7.4.23 Curvas de Kaplan Meier pela *presença materna*, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983

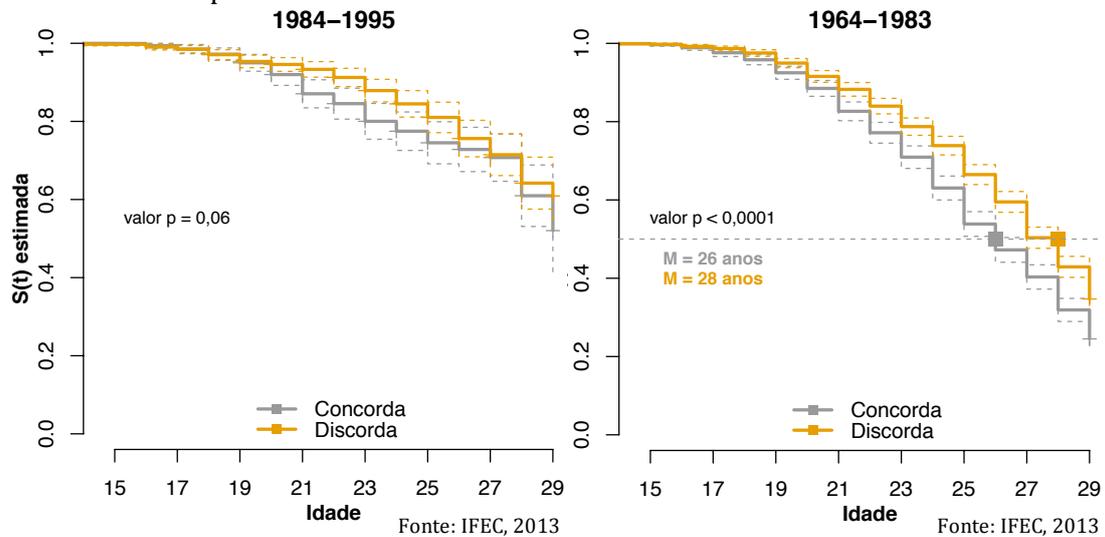
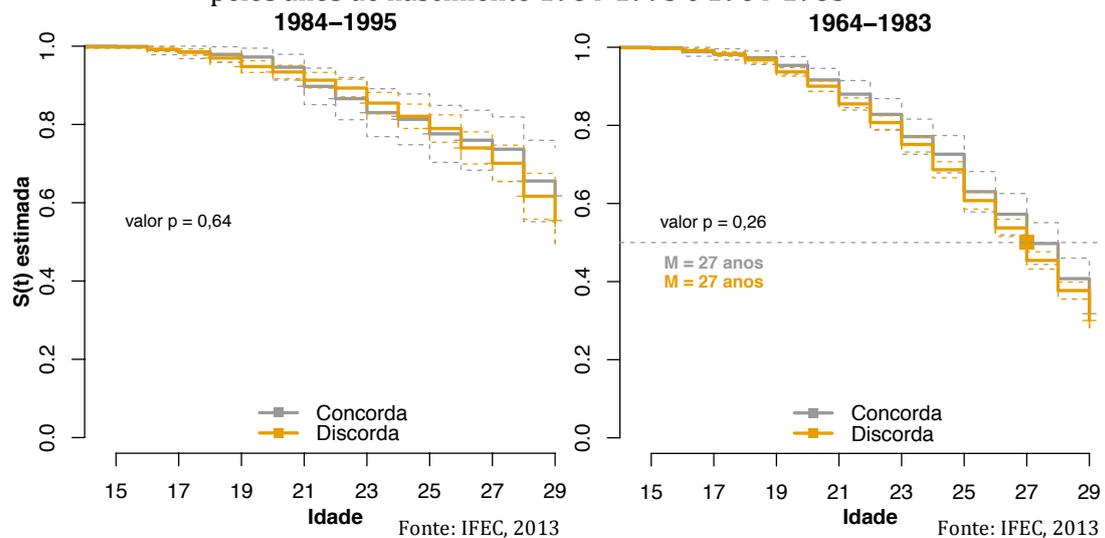


Figura 7.4.24 Curvas de Kaplan Meier pela *presença paterna*, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983



Por fim, concluímos que é entre os que nasceram entre 1964 e 1983 que a opinião sobre a *conciliação materna e paterna* tem um maior efeito no adiamento da entrada na parentalidade, sendo os valores p mais significativos neste grupo etário (Figuras 7.4.25 e 7.4.26). Deste modo, é entre os mais velhos que se confirma uma maior importância da conciliação do trabalho da mãe e do pai com a vida familiar no *tempo* até ao nascimento do primeiro filho (*Hipótese 7.4d*).

Quando analisamos a *conciliação materna* (Figura 7.4.25), concluímos que, em ambos os grupos etários, aqueles que consideram que a melhor opção de

conciliação passa pela mãe não trabalhar apresentam uma maior probabilidade de ter o primeiro filho mais cedo (não havendo diferenças significativas dos tempos de sobrevivência entre os que consideram que o ideal é a mãe trabalhar a tempo inteiro ou a tempo parcial).

Contudo, quando em causa está a opinião sobre a *conciliação paterna*, esta situação inverte-se. Para o grupo dos indivíduos que nasceram entre 1964 e 1983, concluímos que os que consideram que o ideal é o pai trabalhar a tempo inteiro fora de casa apresentam uma maior probabilidade de ter o primeiro filho mais cedo. Já entre os mais jovens, a opinião sobre a opção ideal para conciliar o trabalho do pai com a vida familiar não é significativa para explicar o tempo de sobrevivência até a entrada na parentalidade (Figura 7.4.26).

Figura 7.4.25 Curvas de Kaplan Meier pela *conciliação materna*, respetivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983

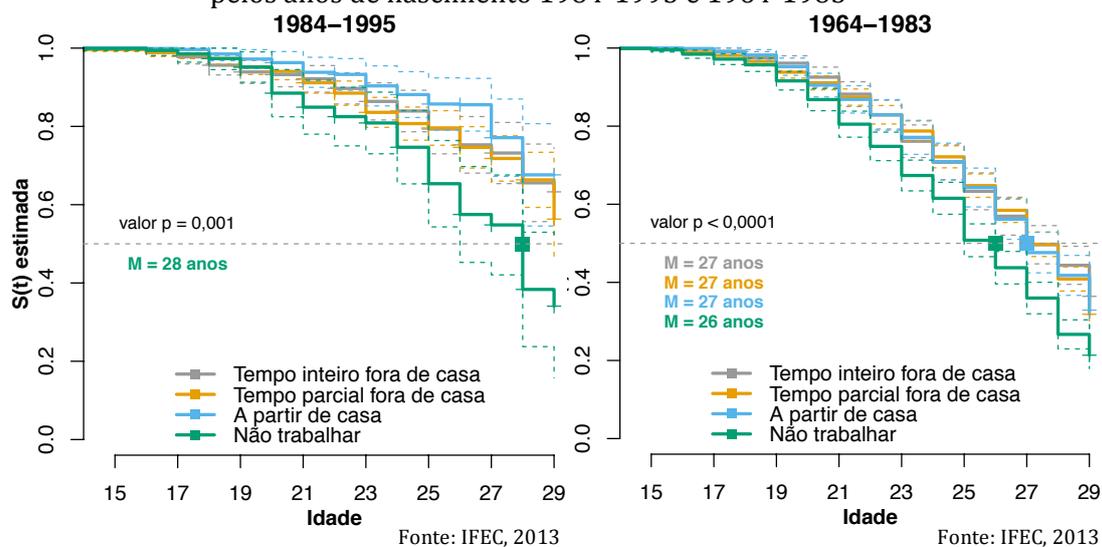


Figura 7.4.26 Curvas de Kaplan Meier pela *conciliação paterna*, respectivas bandas de confiança a 95%, valores p do teste Log-Rank e valores medianos (M), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983

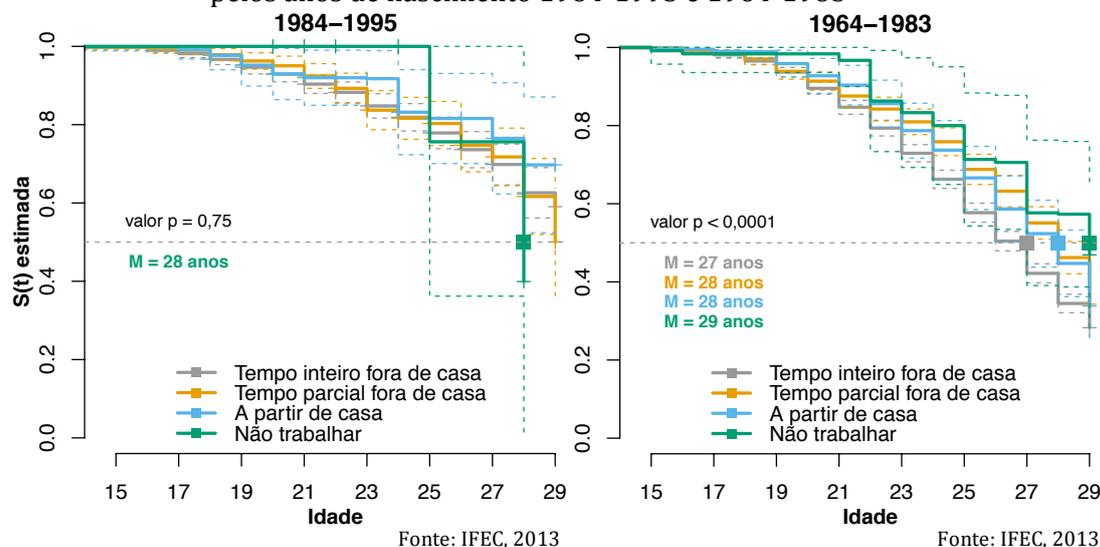


Tabela 7.4.1 Estimativas de Kaplan Meier para o tempo mediano (M) da idade ao nascimento do primeiro filho, respectivos intervalos de confiança a 95% (IC_{95%}) e valores p do teste de Peto ou Log-Rank (dependendo se as curvas de Kaplan Meier se intersectam ou não), pelos anos de nascimento 1984-1995 e 1964-1983

	1984-1995			1964-1983		
	M	IC _{95%}	valor p	M	IC _{95%}	valor p
Sexo						
Feminino	29	(28; NA)	< 0,0001	26	(25; 26)	< 0,0001
Masculino	NA	(NA; NA)		28	(28; 29)	
Naturalidade						
Portuguesa	NA	(NA; NA)	0,02	27	(27; 27)	0,9
Outra	28	(26; NA)		27	(26; 28)	
Dimensão da área de residência						
Área densamente povoada	NA	(29; NA)	0,09	28	(27; 28)	< 0,0001
Área medianamente povoada	NA	(29; NA)		27	(27; 27)	
Área pouco povoada	NA	(28; NA)		26	(26; 27)	
Situação conjugal						
Solteiro	NA	(NA; NA)	< 0,0001	NA	(NA; NA)	< 0,0001
Vive com cônjuge	26	(24; 28)		26	(25; 26)	
Vive com companheiro	28	(26; NA)		27	(26; 29)	
Existência de enteados						
Não	NA	(NA; NA)	0,01	27	(27; 27)	0,05
Sim	24	(22; 28)		26	(24; 27)	

Tabela 7.4.1 continuação

	1984-1995			1964-1983		
	M	IC _{95%}	valor p	M	IC _{95%}	valor p
Idade à primeira coabitação						
Menos de 20 anos	21	(20; 22)	< 0,0001	20	(20; 21)	< 0,0001
20-24	27	(26; 28)		25	(25; 25)	
25-29(+) anos	NA	(29; NA)		29	(29; 29)	
Nunca coabitou	NA	(NA; NA)		NA	(NA; NA)	
Situação perante o trabalho						
Empregado	NA	(29; NA)	< 0,0001	27	(27; 27)	< 0,0001
Desempregado	NA	(28; NA)		27	(26; 28)	
Estudante	NA	(NA; NA)		NA	(NA; NA)	
Doméstico(a)	23	(19; 26)		24	(22; 25)	
Outra	NA	(NA; NA)		29	(26; NA)	
Idade ao primeiro emprego pago						
Menos de 18 anos	28	(27; NA)	< 0,0001	25	(25; 26)	< 0,0001
18-23 anos	NA	(29; NA)		28	(28; 28)	
24-29(+) anos	NA	(NA; NA)		NA	(29; NA)	
Nunca trabalhou	NA	(NA; NA)		25	(24; 27)	
Nível de escolaridade						
Até básico	28	(26; 29)	< 0,0001	25	(25; 26)	< 0,0001
Secundário	NA	(29; NA)		28	(27; 28)	
Superior	NA	(NA; NA)		NA	(NA; NA)	
Nível de escolaridade do pai						
Até básico	NA	(29; NA)	< 0,0001	27	(27; 27)	< 0,0001
Secundário	NA	(29; NA)		29	(29; NA)	
Superior	NA	(NA; NA)		NA	(29; NA)	
Nível de escolaridade da mãe						
Até básico	NA	(29; NA)	< 0,0001	27	(26; 27)	< 0,0001
Secundário	NA	(29; NA)		29	(29; NA)	
Superior	NA	(NA; NA)		NA	(29; NA)	
Agregado parental de origem						
Com ambos os pais	NA	(NA; NA)	0,003	27	(27; 27)	0,12
Sem um dos pais	NA	(28; NA)		27	(26; 28)	
Sem a mãe e sem o pai	26	(23; NA)		25	(24; 27)	
Idade com que deixou de residir com o agregado parental de origem						
Menos de 18 anos	26	(22; 28)	< 0,0001	23	(22; 25)	< 0,0001
18-29(+) anos	28	(28; 29)		27	(26; 27)	
Não deixou	NA	(NA; NA)		NA	(NA; NA)	
Divórcio parental						
Não	NA	(NA; NA)	0,16	27	(27; 27)	0,06
Sim	NA	(29; NA)		27	(26; 29)	

Tabela 7.4.1 continuação

	1984-1995			1964-1983		
	M	IC _{95%}	valor p	M	IC _{95%}	valor p
Número de irmãos						
0	NA	(29; NA)	< 0,0001	29	(28; 29)	< 0,0001
1	NA	(NA; NA)		28	(28; 29)	
2	NA	(28; NA)		27	(27; 28)	
3+	29	(27; NA)		25	(25; 26)	
Fecundidade final esperada						
0	NA	(NA; NA)	< 0,0001	NA	(NA; NA)	< 0,0001
1	NA	(28; NA)		28	(27; 28)	
2	NA	(29; NA)		26	(26; 27)	
3+	28	(27; NA)		24	(23; 25)	
Fecundidade desejada ao longo da vida						
2	NA	(NA; NA)	0,01	27	(27; 27)	< 0,0001
menos de 2	NA	(NA; NA)		29	(28; NA)	
mais de 2	29	(28; NA)		26	(26; 26)	
Número ideal de filhos para uma família						
2	NA	(NA; NA)	0,003	27	(27; 28)	< 0,0001
menos de 2	NA	(NA; NA)		28	(27; NA)	
mais de 2	29	(28; NA)		26	(26; 27)	
Compensação - "É preferível ter apenas um filho com mais oportunidades e menos restrições a ter mais filhos?"						
Discorda	NA	(28; NA)	< 0,0001	26	(26; 27)	< 0,0001
Concorda	NA	(NA; NA)		28	(27; 28)	
Realização pessoal - "uma mulher e um homem precisam de ter filhos para se sentirem realizados?"						
Alguma concordância	29	(28; NA)	< 0,0001	26	(26; 26)	< 0,0001
Discordância plena	NA	(NA; NA)		29	(28; 29)	
Realização profissional - "o desejo de uma carreira profissional e de uma vida pessoal e social ativa influenciam a decisão das mulheres não terem filhos?"						
Concorda	NA	(NA; NA)	0,06	27	(27; 27)	0,29
Discorda	29	(27; NA)		27	(26; 27)	
Presença materna - "é prejudicial para a criança, em idade pré-escolar, que a mãe trabalhe fora de casa?"						
Concorda	NA	(29; NA)	0,06	26	(26; 27)	< 0,0001
Discorda	NA	(NA; NA)		28	(27; 28)	
Presença paterna - "é prejudicial para a criança, em idade pré-escolar, que o pai trabalhe fora de casa?"						
Concorda	NA	(29; NA)	0,64	27	(27; 28)	0,26
Discorda	NA	(29; NA)		27	(27; 27)	
Conciliação materna - "qual é a opção ideal para conciliar o trabalho da mãe com a vida familiar [na presença de criança(s) pequena(s)]?"						
A tempo inteiro fora de casa	NA	(NA; NA)	0,001	27	(27; 28)	< 0,0001
A tempo parcial fora de casa	NA	(29; NA)		27	(27; 28)	
A partir de casa	NA	(NA; NA)		27	(27; 28)	
Não trabalhar	28	(28; NA)		26	(25; 26)	

Tabela 7.4.1 continuação

	1984-1995			1964-1983		
	M	IC _{95%}	valor p	M	IC _{95%}	valor p
Conciliação paterna – “qual é a opção ideal para conciliar o trabalho do pai com a vida familiar [na presença de criança(s) pequena(s)]?”						
A tempo inteiro fora de casa	NA	(NA; NA)	0,75	27	(26; 27)	< 0,0001
A tempo parcial fora de casa	NA	(29; NA)		28	(28; 29)	
A partir de casa	NA	(NA; NA)		28	(27; 29)	
Não trabalhar	28	(25; NA)		29	(27; NA)	

Após a análise univariada, na qual recorremos às estimativas de Kaplan Meier, tentámos ajustar um modelo multivariado de regressão de Cox (Hosmer e Lemeshow, 2008), sendo este um dos objetivos traçados nesta dissertação. Porém, ao longo do ajustamento deste modelo, percebemos que não seria possível validar o pressuposto de riscos proporcionais para a maioria das variáveis em estudo, nem através do teste de Harrel, nem recorrendo à análise de resíduos de Schoenfeld (passo 7 da fase de ajustamento do modelo de Cox, Subapítulo III.3). Apenas foi possível validar este pressuposto para as variáveis nível de escolaridade da mãe e número de filhos desejado ao longo da vida. Deste modo, não é possível apresentar um modelo multivariado para o tempo de sobrevivência até ao nascimento do primeiro filho.

VII.5 Discussão dos resultados e conclusões

A análise das motivações, desejos e intenções de fecundidade centradas no filho único e do *tempo* até ao nascimento do primeiro filho, permitiu avaliar o perfil mais provável dos indivíduos com maior probabilidade de terminar a vida reprodutiva com apenas um filho e de adiar o nascimento do mesmo. Além disso, permitiu identificar motivações e comportamentos distintos entre as gerações mais jovens e menos jovens no que respeita a descendências de filho único.

Sendo as motivações para a parentalidade impulsionadoras de desejos (Miller, 1986; Miller, 1994), que, por sua vez, antecedem intenções de fecundidade – consideradas os determinantes mais próximos do comportamento (Ajzen, 1991; Miller, 1986; Miller et al., 2004; Miller 2010; Ajzen e Klobas, 2013; Testa et al., 2014; Miller et al., 2016; Freitas e Testa, 2017), começamos por analisar os resultados obtidos no estudo da compensação entre quantidade e

qualidade dos filhos, seguindo-se os resultados do estudo do desejo e da intenção de ter apenas um filho e, posteriormente, do *tempo* até ao nascimento do primeiro filho.

Preferência pelo filho único perante a ponderação entre benefícios e custos de ter (mais) filhos

Em primeiro lugar, estima-se que 69% da população Portuguesa com idades entre 18 e 29 anos concorda que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, sendo esta proporção inferior entre aqueles com 30 anos ou mais (53%). Efetivamente, concluímos que são os mais jovens que apresentam uma maior probabilidade de concordar que é preferível reduzir o número de filhos para benefício dos mesmos. Deste modo, verifica-se que a preocupação com a ponderação entre benefícios e riscos de ter (mais) filhos é superior entre os mais jovens, sendo espectável que esta variável venha a ganhar uma maior importância em idades mais tardias, num momento em que estes indivíduos estiverem mais perto de ter um filho adicional.

Este estudo também permitiu identificar o perfil mais provável dos indivíduos que concordam com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos. Entre os mais jovens, concluímos que a probabilidade de concordar com esta tomada de posição é mais elevada para os que têm desejos de fecundidade reduzidos (menos de dois filhos), não têm filhos ou têm apenas 1, não têm irmãos, têm ideais familiares reduzidos (menos de dois filhos por família), residem em áreas densamente povoadas, e, entre aqueles com menos de 22 anos, possuem um nível de escolaridade secundário.

Entre os menos jovens, o nível de escolaridade ganha um maior poder explicativo, sendo os que possuem um nível de escolaridade até ao básico os que apresentam uma maior probabilidade de concordar com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos. Também, o facto dos indivíduos residirem em áreas densamente povoadas e de não terem filhos, ou de terem apenas 1, é mais determinante entre aqueles com 30 anos ou mais. Contrariamente, não ter irmãos revelou-se menos significativo neste grupo etário. Ainda, as motivações dos menos jovens são semelhante às dos mais jovens no que respeita a desejos e

ideais de fecundidade, sendo que desejos e ideais reduzidos (menos de dois filhos) aumentam a probabilidade de concordar com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos.

Não obstante da maior ou menor importância destas variáveis entre os menos jovens, facto é que, para ambos os grupos etários, confirmamos a importância da inexistência de filhos (Namboodiri, 1972; Udry, 1983; Ajzen e Klobas, 2013), dos contextos de socialização e familiares (Ajzen, 1991; Testa e Grilli, 2006; Testa, 2010; Ajzen e Klobas, 2013; Mendes et al., 2016), bem como a importância do nível de escolaridade dos indivíduos (Cleland, 2009; Stange, 2011; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016), nas motivações dos indivíduos para a parentalidade. Além disso, os resultados indicam que a tomada de posição sobre ser preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições, está intimamente ligada a desejos e ideais, confirmando-se a importância destes valores e atitudes nas motivações para a parentalidade (Mendes, 2012; Sobotka e Beaujouan, 2014; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016).

Para além dos fatores mencionados, no grupo etário 30-49 anos, acresce a importância da opção ideal de conciliação do trabalho das mães com a vida familiar, sendo que aqueles indivíduos que consideram que o ideal é a mãe não trabalhar ou trabalhar a partir de casa apresentam uma maior probabilidade de concordar que é preferível ter apenas um filho, proporcionando-lhe mais oportunidades e menos restrições. Deste modo, quando em causa está limitar o número de filhos para benefício dos mesmos, confirma-se que os Portugueses consideram a importância da conciliação entre trabalho e família (Sobotka, 2016; Beaujouan e Berghammer, 2017).

A par do nível de escolaridade dos indivíduos, no segundo grupo etário, acresce, também, a influência do nível de escolaridade da mãe, sendo que os indivíduos cujas mães também possuem um nível de escolaridade até ao básico estão em maior risco de limitar o número de filhos para benefício dos mesmos. Deste modo, entre os mais velhos confirma-se uma maior influência de contextos familiares nas motivações para a parentalidade (Ajzen, 1991; Ajzen e Klobas, 2013; Mendes et al., 2016).

Desejo pela descendência de filho único

Estima-se que apenas um décimo dos Portugueses deseja ou desejou ter apenas um filho ao longo da vida (10,4% entre a população 18-29 anos e 9,7% entre a população 40-49 anos). Apesar desta proporção ser semelhante em ambos os grupos etários, confirma-se a importância da idade dos indivíduos nas motivações para a parentalidade (Rowland, 1998; Billari e Kohler, 2009; Spéder e Kapitány, 2009; Adsera, 2011; Maciel et al., 2016; Sobotka, 2016), sendo que concluímos que aqueles com idades entre 30 e 49 anos são mais prováveis de formular desejos por filho único.

Concluímos, também, que à medida que a idade aumenta, especialmente entre os que não têm filhos e entre as mulheres, para as quais o limite biológico é mais limitado, a probabilidade de desejar ter apenas um filho aumenta. Este resultado confirma que a suposta fecundidade desejada ao longo da vida altera-se com o avançar da idade e é adaptada às circunstâncias e expectativas dos indivíduos (Morgan, 1991; Livi-Bacci 2001a; McDonald, 2008).

Entre os mais jovens, apresentam maior probabilidade de desejar ter apenas um filho, aqueles que têm ideais familiares reduzidos (menos de dois filhos) – sendo esta variável a que apresenta uma maior poder explicativo neste grupo etário – os que concordam com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos, os mais velhos, que possuem um nível de escolaridade até ao básico e os que discordam da importância de uma vida social e pessoal ativa na decisão das mulheres permanecerem sem filhos. Entre aqueles com 30 anos ou mais, a discordância com a realização profissional deixa de ser determinante e acresce a importância de não ter filhos e de ser mulher, bem como a importância da inexistência de irmãos e da existência de pelo menos um enteado.

De uma forma geral, confirmamos a importância de ideais familiares (Mendes, 2012; Sobotka e Beaujouan, 2014; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016), da ponderação entre benefícios e riscos de ter mais filhos (Becker, 1960; Becker e Lewis, 1974; Becker e Tomes, 1976; Cunha, 2002; Bandeira, 2012; Mendes et al. 2016), do nível de escolaridade dos indivíduos (Cleland, 2009; Stange, 2011; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016), bem como da paridade (Namboodiri, 1972; Udry, 1983; Ajzen e Klobas, 2013), género (Morgan, 1991; Bongaarts, 1998; Mills *et al.*, 2011; Maciel, 2015, Mendes et al., 2016) e o número de irmãos dos

indivíduos (Mendes et al., 2016), como fatores condicionantes das motivações para a fecundidade.

Quando comparamos os determinantes da fecundidade desejada de apenas um filho consoante os grupos etários, concluímos que o nível de escolaridade dos indivíduos e a tomada de posição sobre o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos são fatores com maior influência entre os mais jovens do que entre aqueles com mais de 29 anos. Adicionalmente, concluímos que é também entre os mais jovens que parece existir uma maior influência de valores e atitudes em relação à fecundidade desejada. Neste grupo etário, concluímos que o desejo por apenas um filho está mais relacionado com ideais reduzidos e com a concordância de que é preferível ter apenas um filho, com mais oportunidades e menos restrições, do que com exigências profissionais e sociais.

Não obstante, também entre os mais velhos, o número ideal de filhos e a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos são fatores com elevada influência na fecundidade desejada de apenas um filho, o que indica que, em ambos os grupos etários, os desejos são fortemente influenciados por atitudes e motivações para a parentalidade. Deste modo, os resultados vão ao encontro da teoria dos traços-desejos-intenções-comportamento, sendo que os desejos de fecundidade são um resultado de motivações para a parentalidade (Miller, 1994).

Fatores como a paridade, género, assim como o número de irmãos, são determinantes apenas entre os mais velhos, assim como já havíamos verificado nos determinantes da compensação entre quantidade e qualidade dos filhos. De facto, é entre as mulheres mais velhas – que estão mais próximas de findar o seu período reprodutivo – que a inexistência de filhos tem maior influência nas suas motivações para a fecundidade (Maciel, 2015; Mendes et al., 2016).

Ao contrário do que concluímos em relação à compensação entre quantidade e qualidade dos filhos, desejos por filho único não são influenciados pelo nível de escolaridade da mãe nem pela dimensão da área de residência ou pela importância da conciliação materna com o trabalho e a família, demonstrando que desejos não são tão influenciados por contextos sociais e familiares ou pela importância da conciliação entre trabalho e família. No

entanto, desejos reduzidos são influenciados pela número de enteados, confirmando-se que a presença de enteados condiciona as motivações para a parentalidade (Balbo *et al.*, 2013).

Fecundidade final esperada: o filho único como descendência definitiva

Estima-se que 18% dos Portugueses com idade entre 18 e 29 anos esperam ter apenas um filho até ao final da vida reprodutiva, sendo esta proporção consideravelmente superior entre aqueles com 30 anos ou mais (cerca de 29%). Apesar de, entre os mais jovens, o aumento da idade não ser um diferenciador da fecundidade final esperada de apenas um filho, no grupo menos jovem, o avançar da idade aumenta significativamente a probabilidade de esperar ter apenas um filho. Deste modo, confirma-se a importância da idade nas intenções reprodutivas dos Portugueses (Maciel, 2015; Tomé, 2015; Mendes *et al.*, 2016; Sobotka, 2016), especialmente a partir dos 29 anos.

A análise das intenções de fecundidade individuais também permitiu identificar o perfil mais provável daqueles que esperam terminar a vida reprodutiva com apenas um filho. Entre os mais jovens, concluímos que apresentam uma probabilidade superior de esperar ter apenas um filho, aqueles que desejam ter menos filhos (menos de 2), os que deixaram de residir com o agregado parental de origem mais tarde, que concordam com o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos, cujo agregado parental de origem é composto sem pelo menos um dos pais e cujas mães possuem um nível de escolaridade até ao básico. Deste modo, os resultados confirmam que intenções de fecundidade de apenas um filho são explicadas, tanto pela importância dos contextos familiares (Ajzen, 1991; Testa e Grilli, 2006; Testa, 2010; Ajzen e Klobas, 2013; Maciel, 2015; Mendes *et al.*, 2016), como pela importância do adiamento da saída de casa dos pais (Billari e Kohler, 2002; Mendes *et al.*, 2016), de desejos reduzidos (Testa, 2006; Sobotka e Beaujouan, 2014; Maciel, 2015; Mendes *et al.*, 2016) e da preocupação com a ponderação entre oportunidades e restrições associadas à chegada de um filho (Becker e Barro, 1986; Guerreiro e Abrantes, 2007; Cunha, 2007 e 2012b; Bandeira, 2012; Maciel, 2015; Mendes *et al.*, 2016).

Entre os mais velhos, os resultados permitem concluir que a composição do agregado parental de origem, bem como a idade com que os indivíduos

deixam de residir com o agregado, deixam de ser fatores significativos para explicar as intenções de ter apenas um filho. No entanto, no segundo grupo etário, o aumento da idade ao nascimento do primeiro filho, assim como ser mulher e não ter filhos, são fatores que aumentam significativamente a probabilidade de esperar terminar a vida reprodutiva com apenas um filho. Deste modo, confirma-se a importância do adiamento do nascimento do primeiro filho nas intenções reprodutivas dos Portugueses (Tomé, 2015; Maciel, 2015; Maciel et al., 2016; Mendes et al., 2016; Sobotka, 2016), especialmente entre as mulheres.

Repare-se que no que respeita a valores e atitudes, concluímos que o número ideal de filhos é a variável que mais influencia a fecundidade desejada de apenas um filho. No entanto, quando em causa está a intenção de ter apenas um filho, os ideais de fecundidade não são significativos, sendo a fecundidade desejada a variável que melhor explica as intenções de fecundidade dos indivíduos. Deste modo, os resultados confirmam que os desejos de fecundidade são mais influenciados por atitudes e motivações para a parentalidade (tais como o número ideal de filhos reduzido, concordar com a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos ou discordar com a importância de uma carreira profissional e vida social ativa na decisão das mulheres não terem filhos) e que as intenções (medidas através da fecundidade final esperada) são mais influenciadas por desejos individuais. Ou seja, assim como previsto na teoria traços-desejos-intenções-comportamento (Miller, 1986), motivações impulsionam desejos e esses mesmos desejos (positivos ou negativos) antecedem intenções de fecundidade que, por sua vez, estão mais próximas de explicar o comportamento reprodutivo (Miller e Pasta, 1996; Miller, 1994; Miller et al., 2004).

Estes resultados também permitem concluir que, apesar do nível de escolaridade do próprio ser determinante para explicar o decréscimo da fecundidade final esperada (Capítulo VI), quando em causa está a fecundidade final esperada de apenas um filho, esta variável deixa de ser significativa dando lugar ao nível de escolaridade da mãe, tendo ainda uma maior influência entre os mais jovens.

Adicionalmente, concluímos que é apenas entre os mais jovens que variáveis como a composição do agregado parental de origem e a idade com que os indivíduos deixaram de residir com o agregado são fatores determinantes para explicar a intenção de permanecer com apenas um filho até ao final da vida reprodutiva. Já o género, a idade do indivíduo, assim como a idade ao nascimento do primeiro filho apenas são fatores determinantes entre os mais velhos. Assim como no capítulo anterior concluímos que estas variáveis são significativas para explicar o decréscimo da fecundidade final esperada dos indivíduos, mais uma vez, confirma-se que o aumento da idade do indivíduo e da idade ao nascimento do primeiro filho, especialmente entre as mulheres para as quais o período reprodutivo é mais curto, estão fortemente associados a intenções de fecundidade reduzidas.

Repare-se também que a idade ao nascimento do primeiro filho não é significativa para explicar a *compensação* ou o desejo por filho único, sendo apenas determinante para explicar a fecundidade final esperada. Ou seja, esta idade apenas é significativa para explicar as intenções de fecundidade dos indivíduos, tanto no que respeita ao filho único, como no que respeita ao decréscimo do número de filhos esperado (Capítulo VI).

O número de irmãos está mais relacionado com motivações individuais, tais como a compensação entre quantidade e qualidade dos filhos e a fecundidade desejada de apenas um filho. Contrariamente, esta variável não é determinante quando nos referimos às intenções de fecundidade dos indivíduos, seja pelo decréscimo da fecundidade final esperada (Capítulo VI) ou pela fecundidade final esperada de apenas um filho.

Adiamento da entrada na parentalidade: continuidade ou alteração da tendência

Em primeiro lugar, concluímos que os mais jovens (1984-1995) estão a adiar o nascimento do primeiro filho, ainda mais do que aqueles nascidos entre 1964 e 1983 o fizeram nas mesmas idades. Considerando que o adiamento do nascimento do primeiro filho tem um grande impacto na redução das intenções de fecundidade dos mais velhos, com o avançar da idade, estas gerações estão em maior risco de reduzir as suas intenções de fecundidade. Deste modo, a não ser

que o grupo mais jovem consiga recuperar os nascimentos num intervalo de tempo mais reduzido, ao final do período reprodutivo, estarão em maior risco de reduzir a sua fecundidade final – mesmo quando hoje esperam ter mais filhos do que as gerações mais avançadas (Capítulo VI).

Os resultados obtidos permitiram confirmar que os homens (Zhang, 2008; Tomé, 2015; Mendes et al., 2016) continuam a estar em maior risco de adiar a entrada na parentalidade. Porém, também as mulheres das gerações mais jovens tem vindo a adiar o nascimento do primeiro filho relativamente às mulheres das gerações mais avançadas.

Concluimos, também, que entre os mais jovens, aqueles que são de outra naturalidade apresentam uma maior probabilidade de antecipar a chegada do primeiro filho, e, por sua vez, a de um segundo ou terceiro filhos, confirmando-se a importância da população imigrante no sentido de elevar os níveis de fecundidade no país (Kohler et al., 2006; Lutz et al., 2006; Lesthaeghe, 2010).

Os resultados confirmam, também, a importância dos contextos de socialização e familiares no *tempo* da fecundidade (Ajzen, 1991; Testa e Grilli, 2006; Testa, 2010; Ajzen e Klobas, 2013; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016), sendo que apresentam maior probabilidade de antecipar o nascimento do primeiro filho, os indivíduos das gerações mais avançadas que residem em áreas pouco povoadas e os mais jovens cujo agregado parental de origem não inclui a presença de ambos os pais. Já o decréscimo do número de irmãos, bem como o aumento do nível de escolaridade das figuras materna e paterna, são fatores que influenciam o adiamento do nascimento do primeiro filho.

As questões relativas à conjugalidade também são relevantes para explicar o adiamento do nascimento do primeiro filho, na medida em que, para além da importância da existência de algum tipo de relacionamento conjugal (Almeida et al., 1998; Guerreiro e Abrantes, 2007; Mills et al., 2011), o facto da primeira coabitação ter ocorrido mais cedo potencia a antecipação da entrada na parentalidade.

Devido à construção da variável resposta e das características do questionário, não conseguimos aferir sobre a influência da instabilidade no mercado de trabalho no adiamento do nascimento do primeiro filho. Contrariamente, confirma-se a importância do aumento da idade ao primeiro

emprego pago (Tomé, 2015; Mendes et al., 2016), assim como da idade com que os indivíduos deixaram de residir com o agregado parental de origem (Billari e Kohler 2002; Tomé, 2015; Mendes et al. 2016) como fatores potenciadores do adiamento da entrada na parentalidade.

Assim como seria de esperar, são aqueles com níveis de escolaridade superior os que mais adiam a entrada na parentalidade e aqueles com níveis de escolaridade mais baixos os que tendem a ter o primeiro filho mais cedo (Billari e Kohler, 2002; Bongaarts, 2003; Adsera, 2005 e 2006; Kohler et al., 2006; Mills et al., 2011; Tomé, 2015; Mendes et al., 2016). Porém, também aqueles com níveis de escolaridade mais baixos estão a adiar o nascimento do primeiro filho relativamente ao seus homólogos das gerações mais avançadas. Este resultado é um indicador de que, em idades mais avançadas, quando os indivíduos tendem a recuperar os nascimentos adiados, a elevação dos níveis de fecundidade estará mais dependente daqueles que possuem níveis de escolaridade superiores, visto que são estes que demonstram estar mais motivados para ter mais do que um filho. Ou seja, no futuro, o aumento dos níveis de fecundidade no país, poderá estar mais dependente daqueles com maiores níveis de escolaridade, logo mais dependente das condições materiais oferecidas aos Portugueses.

Confirmamos, também, a importância da ponderação entre quantidade e qualidade dos filhos (Becker e Barro, 1986; Guerreiro e Abrantes, 2007; Cunha, 2007 e 2012b; Bandeira, 2012; Maciel, 2015; Mendes et al., 2016), bem como a importância de ideais familiares ou de uma fecundidade desejada e final esperada reduzidas (Tomé, 2015; Mendes et al., 2016) no adiamento da entrada na parentalidade. Por outro lado, os resultados permitem concluir que aqueles consideram que a presença de filhos é importante para a realização e felicidade pessoal tendem a antecipar a entrada na parentalidade, confirmando-se que antecipação da chegada de um filho está, também, ligada ao bem-estar dos indivíduos (Beck e Beck-Gernsheim, 2002). Já a tomada de posição sobre as exigências profissionais e sociais condicionarem a decisão das mulheres não terem filhos, não estão associadas ao adiamento do nascimento do primeiro filho.

Por fim, concluímos que o impacto da opinião dos indivíduos sobre o ideal de conciliação do trabalho dos pais com a vida familiar na antecipação da entrada na parentalidade é mais significativa entre os mais velhos. Apresentam

maior probabilidade de ter o primeiro filho mais cedo, aqueles que consideram que o ideal para a conciliação materna é a mãe não trabalhar e para a conciliação paterna é o pai trabalhar a tempo inteiro fora de casa. Apesar de nos últimos anos os homens demonstrarem uma maior envolvimento nas tarefas domésticas (Gauthier et al., 2004; Wall e Guerreiro, 2005; Ramos et al., 2016), estes resultados refletem a importância da estabilidade no mercado de trabalho (Livi-Bacci, 2001; Kohler et al., 2006; Fagan et al., 2011; Adsera, 2004 e 2011; Sobotka, 2016; Beaujouan e Berghammer, 2017; Sobotka et al., 2017) cujas responsabilidades financeiras parecem incidir mais sobre os homens.

VIII. Considerações finais

Desde o final da década de 70 do século XX, a sociedade Portuguesa sofreu alterações sociais e económicas consideráveis, tendo os indicadores demográficos de fecundidade se alterado nos anos seguintes. Ao longo das últimas décadas, a tendência de declínio da fecundidade acentuou-se e, atualmente, Portugal, à semelhança dos restantes países do Sul, apresenta um dos níveis de fecundidade mais baixos da Europa.

Associado ao facto de os Portugueses terem em média menos filhos (*quantum*), está o adiamento do nascimento dos mesmos para idades cada vez mais tardias dentro do seu período fértil (*tempo*). Desde meados da década de 80 do século passado, a idade média ao nascimento dos filhos e do primeiro filho têm vindo não apenas a aumentar, mas também a se aproximar, indicando que as mulheres Portuguesas tendem a ter o primeiro filho mais tarde e, na maioria das vezes, a permanecer com apenas um filho.

As tendências da fecundidade – redução do *quantum* e adiamento do *tempo* – mostram que o comportamento dos Portugueses se aproxima ao dos restantes Europeus, apesar do desfasamento de uma década relativamente aos países da Europa do norte e ocidental. No entanto, após a crise económica e financeira de 2008, quando a maioria dos países mostrou sinais de abrandamento ou até de inversão da tendência de declínio da fecundidade, os Portugueses acentuaram ainda mais esta tendência, tendo os níveis de fecundidade atingido valores próximos de um filho por mulher.

Apesar do índice sintético de fecundidade (ISF) ter aumentado ligeiramente entre 2013 e 2016, continua distante do limiar necessário para a substituição das gerações, que no atual contexto de mortalidade dos países Europeus é de 2,1 filhos por mulher. Este aumento registado entre 2013 e 2016, deveu-se, em grande parte, ao aumento do número de nascimentos de segundos filhos entre os indivíduos com 30 anos ou mais, particularmente entre mães e pais com nível de escolaridade secundário ou superior e entre aqueles que não tinham um cônjuge. No entanto, a tendência decrescente do número de nascimentos em Portugal, especialmente os nascimentos de primeira ordem (devido ao contínuo adiamento da entrada na parentalidade), continua a

prevalecer entre as mães e pais com idades até aos 29 anos, tendo sido ainda mais acentuada para os nascimentos dentro do casamento e para pais e mães com níveis de escolaridade até ao básico.

Tais evidências encontram-se em consonância com este estudo, o qual permite-nos concluir que os mais jovens e com menores níveis de escolaridade estão em maior risco de adiar ainda mais o nascimento do primeiro filho se comparados com os indivíduos das gerações mais avançadas quando estes tinham as mesmas idades.

Deste modo, os resultados evidenciam o contínuo adiamento da entrada na parentalidade entre os mais jovens (com um efeito direto na redução do *quantum* neste grupo etário), com alguma recuperação dos nascimentos em idades mais tardias, especialmente entre aqueles com níveis de escolaridade mais elevados, que têm uma maior capacidade (recursos) para concentrar os nascimentos seguintes em intervalos de tempo mais reduzidos. Contudo, apesar de os indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos terem, em média, mais filhos e de continuarem a entrar mais cedo na parentalidade, os resultados mostram que também têm vindo a adiar o nascimento do primeiro filho, se comparados aos seus homólogos das gerações anteriores.

Se, por um lado, seria de esperar que a importância da coabitação continuasse a aumentar, visto que tem se tornado uma escolha cada vez mais comum para a primeira união, por outro, é possível antecipar alterações comportamentais entre os Portugueses com diferentes níveis de escolaridade. Apesar de, tradicionalmente, serem as mães com nível de escolaridade superior (que adiaram a sua entrada no mercado de trabalho e saíram mais tarde da casa dos pais) as que mais tendem a adiar o nascimento dos filhos, nos últimos anos, também identificamos um aumento do número de mães com menores níveis de escolaridade a ter filhos depois dos 30 anos. Além disso, nestas idades, embora as mães com níveis de escolaridade superior tenham vindo a reduzir o espaçamento entre os nascimentos de segundos e terceiros filhos, entre aquelas com menores níveis de escolaridade continuam a prevalecer espaçamentos mais elevados.

Nesta conjuntura, se aqueles com menores níveis de escolaridade, que geralmente têm mais dificuldades (provavelmente, devido à falta de recursos)

em suportar os custos da parentalidade continuarem a adiar e a espaçar o nascimento dos filhos – especialmente entre as mulheres, para as quais o tempo de recuperação dos nascimentos será cada vez mais estreito, uma vez que o seu período reprodutivo é mais limitado do que o dos homens – no futuro poderão estar em maior risco de não conseguir recuperar os nascimentos adiados.

Esta situação é ainda mais preocupante, se considerarmos que são exatamente os indivíduos com menores níveis de escolaridade que, em idades mais jovens, apresentam uma maior probabilidade de ponderar limitar o número de filhos para maior benefício dos mesmos. Ainda, à medida que a idade cronológica e a idade ao nascimento do primeiro filho aumentam, para além de estes indivíduos serem mais cautelosos com a chegada de um filho adicional, apresentam, também, uma maior probabilidade de formular desejos e intenções por apenas um filho.

Deste modo, se os mais jovens com menores níveis de escolaridade já demonstram ser mais susceptíveis de limitar o número de filhos para benefício dos mesmos – sendo esta uma variável com forte influência nos desejos e intenções pelas descendências de filho único – e se já apresentam maior probabilidade de desejar e tencionar ter apenas um filho, no futuro podemos esperar que desejos e intenções pelo filho único venham a ganhar maior importância entre estes indivíduos. Consequentemente, é expectável que os níveis de fecundidade venham a diminuir entre os indivíduos com capitais escolares mais reduzidos.

Assim, em Portugal, a partir da tendência comportamental verificada entre os mais jovens, podemos suspeitar que no futuro o aumento dos níveis de fecundidade estejam cada vez mais dependentes daqueles indivíduos com níveis de escolaridade superior. Tal conclusão, prende-se ao facto de serem estes indivíduos que, além de terem mais recursos para fazer face a possíveis incertezas económicas, demonstram também estar fortemente motivados para formular desejos e intenções de fecundidade mais elevadas, apesar de nas idades mais jovens terem menos filhos em média, visto que geralmente adiam o nascimento do primeiro filho. Deste modo, estaremos mais dependentes das condições materiais oferecidas aos indivíduos para que estes possam ter os

filhos que desejam e, conseqüentemente, conseguem aumentar os níveis de fecundidade no país.

Portanto, propostas de planeamento e de previsibilidade ao nível de políticas públicas passam, inevitavelmente, por incentivos ao aumento do nível de escolaridade dos indivíduos. Tais incentivos, implicariam uma maior estabilidade financeira e, possivelmente, uma melhoria das condições materiais dos indivíduos. Assim, os Portugueses poderiam, de forma racional, decidir ter (mais) filhos em contextos onde prevalecessem mais certezas de que a chegada de um filho adicional não iria comprometer o futuro do(s) filho(s) já existentes. Aliás, se tivermos em consideração a tendência Europeia, de facto, os países com maiores taxas de emprego feminino entre as mulheres com níveis de escolaridade mais elevados, apresentam os índices sintéticos de fecundidade mais elevados de toda a Europa. Além disso, é também nestes países onde as desigualdades sociais e de género são menos acentuadas e onde há um maior apoio por parte do estado no que respeita à conciliação do trabalho com a vida familiar, sendo estes fatores que também devem ser considerados para elevar os níveis de fecundidade em Portugal.

Para além do aumento do nível de escolaridade, os resultados obtidos permitem identificar outros fatores como potenciadores de uma fecundidade desejada e final esperada mais elevada. Sendo desejos e intenções determinantes próximos do comportamento reprodutivo, os fatores associados a desejos e intenções por um maior número de filhos servem de guia para propostas de planeamento de políticas públicas, podendo auxiliar-nos no sentido de aumentar os níveis de fecundidade no país.

Em ambos os grupos etários em análise (18-29 anos e 30-49 anos), concluímos que os contextos familiares continuam a ter influência nas motivações dos Portugueses no que respeita a decisões relativas à parentalidade, seja pelo nível de escolaridade da mãe, seja pelo o número de irmãos ou pela composição do agregado parental de origem. Porém, estes fatores (já) não são susceptíveis de intervenção ao nível de políticas públicas. Da mesma forma, apesar de ideais familiares se mostrarem significativos para explicar os desejos de fecundidade dos Portugueses, também não são fatores passíveis de intervenção direta.

Assim, em relação aos mais jovens, para além daquelas medidas com o intuito de aumentar o nível de escolaridade dos indivíduos, apontamos ainda no sentido de incentivar uma saída mais antecipada da casa dos pais. Sendo aqueles que adiam a saída de casa dos pais os que apresentam uma maior probabilidade tanto de desejar quanto de esperar ter apenas um filho, bem como de reduzir a sua fecundidade final esperada e de adiar o nascimento do primeiro filho, medidas no sentido de contrariar este adiamento poderão ser protetoras da fecundidade.

Neste âmbito, considerando a importância da procura por maiores níveis de escolaridade para o bem estar dos indivíduos e ainda o impacto positivo que o aumento do nível de escolaridade poderia ter nos níveis de fecundidade em Portugal, incentivos para antecipar a saída de casa dos pais poderiam ser no sentido de aumentar as possibilidades de conciliação do trabalho com os estudos.

Ainda, se considerarmos que os mercados de aluguer restritos e que a sobrevalorização do mercado imobiliário em Portugal fazem com que os indivíduos saiam mais tarde da casa dos pais, medidas que proporcionassem uma melhoria das condições de acesso à habitação entre os mais jovens poderiam atenuar este adiamento e, conseqüentemente, permitir aos Portugueses antecipar a sua entrada na parentalidade. Estas medidas, podem fazer com que, ao final da vida reprodutiva, estes indivíduos tenham o número de filhos que esperaram ter quando ainda eram jovens. Se assim for, podemos esperar que ao final da sua vida reprodutiva estes indivíduos consigam ter mais filhos do que aqueles com mais de 29 anos estão a ter atualmente.

Quanto aos indivíduos com 30 anos ou mais, percebemos que o adiamento do nascimento do primeiro filho tem um grande impacto nas suas atuais intenções de fecundidade, sejam estas intenções direcionadas para o filho único seja para o decréscimo do número de filhos que esperam ter. Por conseguinte, se considerarmos os fatores que potenciam o adiamento da entrada na parentalidade, é possível identificar algumas medidas que podem fazer com que estes indivíduos ainda consigam interromper o adiamento da entrada na parentalidade, aumentando assim a probabilidade de ainda conseguirem aproximar a sua fecundidade realizada à sua fecundidade final esperada.

Adicionalmente, é através da experiência e do comportamento verificado entre os mais velhos que podemos fortalecer as medidas de intervenção entre os mais jovens, para que estes possam estar mais seguros com a decisão de ter um filho adicional ao atingirem idades mais avançadas.

Concluimos assim que os fatores associados ao adiamento do nascimento do primeiro filho, estão também associados às idades tardias com que os indivíduos deixam de residir com o agregado parental de origem, acrescentando a importância do adiamento da entrada no mercado de trabalho. Diante destas considerações, reforça-se a importância de oferecer aos Portugueses mais opções de conciliação entre trabalho e a possibilidade de alongar as trajetórias escolares, bem como maiores oportunidades para que os indivíduos possam entrar mais cedo no mercado laboral, aumentando, assim, a probabilidade de antecipar a sua entrada na parentalidade.

Tendo em conta que aqueles de nacionalidade não Portuguesa tendem a ter mais filhos e a antecipar a sua entrada na parentalidade, confirmamos a importância da população imigrante no sentido de elevar os níveis de fecundidade no país. Além disso, entre os mais velhos, a antecipação da entrada na parentalidade está associada ao facto dos indivíduos residirem em áreas pouco povoadas. Logo, medidas que possibilitem aos indivíduos permanecerem nos seus locais de origem e que contrariem a tendência da concentração da população em áreas densamente povoadas podem permitir aos Portugueses ter filhos mais cedo.

De uma forma geral, os resultados demonstram que não é apenas um único factor a influenciar as decisões reprodutivas dos Portugueses, na medida em que os ideais de fecundidade, as circunstâncias dos indivíduos e os contextos sociais e familiares também demonstraram ser influentes nos desejos e intenções de fecundidade ao nível individual. Porém, a ponderação entre quantidade (*quantum*) e qualidade (maiores oportunidades e condições de vida) dos filhos surge como um fator extremamente importante para explicar, tanto o adiamento do nascimento do primeiro filho, como desejos e intenções por descendências de filho único. Contrariamente, a tomada de posição sobre o desejo de uma carreira profissional e vida social ativa influenciarem a decisão

das mulheres não terem filhos, não se revelou determinante para explicar as motivações pelo filho único.

Assim, verifica-se que os Portugueses estão mais preocupados com os custos associados aos filhos e com a percepção das oportunidades futuras para os mesmos do que com requisitos profissionais e sociais para si próprios. Neste sentido, prevalecem questões associadas a uma maior estabilidade financeira e não tão individualistas. Assim, a ponderação entre benefícios e custos associados aos filhos, que por sua vez pressupõem valores mais altruístas, é uma variável-chave para explicar as tendências de fecundidade em Portugal, na medida em que se tornou uma condicionante das decisões de fecundidade centradas no filho único.

Portanto, enquanto não houverem condições sustentáveis que permitam uma melhor integração dos jovens no mercado de trabalho, que, por sua vez, implicam também um aumento do seu nível de escolaridade, os Portugueses poderão não conseguir planear projetos de futuro com um maior nível de segurança, o que, conseqüentemente, poderá conduzir a que os níveis de fecundidade no país permaneçam próximos de um filho por mulher.

9. Bibliografia

- Aassve, A.; Goisis, A.; Sironi, M. (2012). Happiness and childbearing across Europe. *Social Indicators Research*, 108(1): 65-86.
- Aboim, S. (2010). Género, família e mudança em Portugal. *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, pp. 39-66. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Adsera, A. (2004). Changing fertility rates in developed countries. The impact of labor market institutions. *Journal of Population Economics*, 17(1), 17-43.
- Adsera, A. (2005). Vanishing children: from high unemployment to low fertility in developed countries. *American Economic Review*, 95(2): 189-193.
- Adsera, A. (2006). An economic analysis of the gap between desired and actual fertility: The case of Spain. *Review of Economics of the Household*, 4(1): 75-95.
- Adsera, A. (2011). Where are the babies? Labour market conditions and fertility in Europe. *European Journal of Population*, 27, 1-32.
- Aisenbrey, S.; Fasang, A. (2017). The Interplay of Work and Family Trajectories over the Life Course: Germany and the United States in Comparison. *American Journal of Sociology*, 122(5): 1448-84.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behaviour. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), pp. 179-211. doi: 10.1016/0749-5978(91)90020-T
- Ajzen, I. e Klobas, J. (2013). Fertility intentions: An approach based on the theory of planned behaviour. *Demographic Research*, 29(8), pp. 203-232. doi: 10.4054/DemRes.2013.8.
- Almeida, A. N.; Guerreiro, M. D.; Lobo, C.; Torres, A. e Wall, K. (1998). Relações familiares: mudanças e diversidade. *Portugal, que modernidade?*, pp. 45-79. Oeiras, Portugal: Celta Editora.
- Almeida, A. N.; André, I. M. e Lalande, P. (2002). Novos padrões e outros cenários para fecundidade em Portugal. *Análise Social*, XXXVII(163), pp. 371-409.

- Andersson, G. (2012). Fecundidade e contextos sociais: o caso dos países Nórdicos. In *Conferência Nascer em Portugal, Roteiros do Futuro, Imprensa Nacional – Casa da Moeda*, Lisboa, pp. 49-64.
- Atalaia, S.; Cunha, V. (2017) O impacto da crise nos nascimentos em Portugal: uma perspetiva territorial. *Portugal Social em Mudança. Retratos Municipais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, pp. 33-41.
- Azevedo, A. B.; López-Colás, J. e Módenes, J. A. (2016). Household and housing decisions of southern European young adults. *Livro de atas do V Congresso Português de Demografia. Fecundidade, Família e Conjugalidades*, pp. 50-65.
- Balbo, N.; Billari, F.C.; Mills, M. (2013). Fertility in advanced societies: a review of research. *European Journal of Population*, 29(1): 1-38.
- Bandeira, M. L. (2012). O direito de procriar e algumas particularidades da população portuguesa, *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 153-157.
- Barber, J. S. (2001). Ideational influences on the transition to parenthood: attitudes towards childbearing and competing alternatives. *Social Psychology Quarterly*, 64(2): 101–127.
- Basten, S. (2009). Voluntary childlessness and being Childfree. *The Future of Human Reproduction. Working Paper, No. 5*.
- Basten, S.; Sobotka, T.; Zeman, K. (2013). Future fertility in low fertility countries. *Vienna Working paper 5/2013*. Vienna: Vienna Institute of Demography.
- Beaujouan, E.; Berghammer, C. (2017). The Gap Between Lifetime Fertility Intentions and Completed Fertility in Europe and The United States: A Cohort Approach. *Vienna Working paper 12/2017*. Vienna: Vienna Institute of Demography.
- Becker, G. S. (1960). An Economic Analysis of Fertility. *Demographic and Economic Change in Developed Countries. National Bureau of Economic Research*, pp. 209-231.

- Becker, G. S.; Lewis H. G. (1974). Interaction between Quantity and Quality of Children. *Economics of the Family: Marriage, Children, and Human Capital*. National Bureau of Economic Research, pp. 81-90.
- Becker, G. S. (1974). A theory of social interactions, *Journal of Political Economy* 82, n. 6: 1063-1093.
- Becker, G. S. e Tomes, N. (1976). Child Endowments and the Quantity and Quality of Children. *The Journal of Political Economy*, Vol. 84, No. 4, Part 2: Essays in Labor Economics in Honor of H. Gregg Lewis, pp. S143-S162.
- Becker, G. S. e Barro, R. J. (1986). Altruism and the Economic Theory of Fertility. *Population and Development Review*, Vol. 12, Supplement: Below-Replacement Fertility in Industrial Societies: Causes, Consequences, Policies, pp. 69-76.
- Beck, U., Beck-Gernsheim, E. (2002). Individualization. SAGE Publications, London.
- Billari, F. C. e Kohler, H.P. (2002). Patterns of lowest-low fertility in Europe. *MPIDIR working paper WP-2002-040*. Rostock, Germany: Max Planck Institute for Demographic Research, 1-31.
- Billari, F. (2008). Lowest-low fertility in Europe: Exploring the causes and finding some surprises. *The Japanese Journal of Population*, 6(1): 2-18.
- Billari, F. C. (2009). The happiness commonality: fertility decisions in low-fertility settings, on how generations and gender shape demographic change: Toward policies based on better knowledge, pp. 7-31, New York: United Nations.
- Billari, F. C. e Kohler, H.P. (2009). Fertility and happiness in the XXI century: institutions, preferences, and their interactions. *Paper presented at the XXVI IUSSP International Population Conference, Marrakesh, Morocco*. Disponível em: <http://iussp2009.princeton.edu/papers/93347>
- Blossfeld, H. P.; Mills, M.; Klijzing, E.; Kurz, K. (2005). Globalization, Uncertainty and Youth in Society. London and New York: Routledge.
- Bongaarts, J. (1998). *Fertility and reproductive preferences in post-transitional societies*. Population Council Policy Research Division, Working Paper No. 114.

- Bongaarts, J. e Feeney, G. (1998). On the quantum and Tempo of Fertility. *Population and Development Review*, 24(2): 271-91.
- Bongaarts, J. (2003). Completing the fertility transition in the developing world: the role of educational differences and fertility preferences. *Population Council Policy Research Division, Working Paper 177*.
- Bongaarts, J.; Sobotka, T. (2012). A demographic explanation for the recent rise in European fertility. *Population and Development Review*, 38(1): 83-120.
- Buchholz, S.; Hofacker, D.; Mills, M.; Blossfeld, H. P.; Kurz, K.; Hofmeister, H. (2009). Life Courses in the Globalization Process: The Development of Social Inequalities in Modern Societies. *European Sociological Review*, 25(1): 53-71.
- Buber, I.; Panova, R. e Dorbritz, J. (2012). Fertility intentions of highly educated men and women and the rush hour of life. *VID Working Papers 8/2012. Vienna Institute of Demography*, 1-28.
- Cachapa, F., Mendes, M. F., Rego, C. (2012). Novos comportamentos na transição para a vida adulta: impactos da frequência do ensino superior. *Actas do VII Congresso Português de Sociologia*, Lisboa.
- Charles, M. (2011). A world of difference: International trends in women's economic status. *Annual Review of Sociology*, 37, 355-371.
- Cigno, A., e Rosati, F. C. (1992). The effects of financial markets and social security on saving and fertility behaviour in Italy. *Journal of Population Economics*, 5(4), 319-341.
- Cleland, J. (2009). Education and future fertility trends, with special reference to mid- transitional countries. *Completing the fertility transition, United Nations Population Bulletin*, Special Issue Nos. 48/49, 2002 (2009).
- Coleman, D. (2006). Immigration and ethnic change in low-fertility countries: A third demographic transition. *Population and Development Review*, 32(3): 401-446.
- Cunha, V. (2002). O filho único na sociedade portuguesa contemporânea: descendência ideal ou descendência possível? *Atas do Colóquio Internacional*

- “*Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas*”, pp. 203-215. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Cunha, V. (2005a). A Fecundidade das Famílias. *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais*, pp. 395-464. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Cunha, V. (2005b). As Funções dos Filhos na Família. *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais*, pp. 465-497. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Cunha, V. (2007). *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Cunha, V. (2010). Projectos de paternidade e a construção da fecundidade conjugal. *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, pp. 265-312. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Cunha, V. (2012a). Trajetórias não reprodutivas em três gerações de portugueses: incidência, circunstâncias, oportunidade. *Atas VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações*. Porto, pp. 1-11.
- Cunha, V. (2012b). As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas na natalidade. *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 131-143.
- Cunha, V. (2013). O filho único na sociedade portuguesa: contributo sociológico para a compreensão da baixa natalidade. *Atas do III Congresso Português de Demografia, Declínio Demográfico: que mudanças?*, pp. 35-57.
- Cunha, V. (2016) O adiamento do segundo filho. As intenções reprodutivas tardias e a fecundidade da coorte nascida em 1970-1975. *Imprensa de Ciências Sociais*, Vol. 3, pp. 125-142.
- Esping-Andersen, G. e Billari, F. C. (2015). Re-theorizing family demographics. *Population and Development Review* 41(1): 1–31.

- Fagan, P.; Patterson, E.; Vanderplas, S. (2011). Factors in Fertility Decline. Why Fertility is Falling, and How to Raise It. Working Paper 202.393.2100. Family Research Council.
- Freitas, R.; Mendes, M. F.; Maciel, A. (2017). Depois dos 35 anos, quais as intenções de fecundidade dos Sul-Europeus? *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 85, pp. 89-105. DOI: 10.7458/SPP2017859962
- Freitas, R. e Testa, M. R. (2017). Fertility Desires, Intentions and Behaviour: A Comparative Analysis of Their Consistency, *Vienna Institute of Demography Working Paper*, 4/2017.
- Frejka, T.; Sardon, J. P. (2004). Childbearing trends and prospects in low-fertility countries: A cohort analysis. *European Studies of Population*, vol. 13.
- Frejka, T. e Sardon, J-P. (2006). First birth trends in developed countries: Persisting parenthood postponement. *Demographic Research*, 15(6): pp. 147-180.
- Frejka, T. (2008). Birth regulation in Europe. Completing the contraceptive revolution. *Demographic Research*, 19, 73-84.
- Frejka, T.; Sobotka, T. (2008). Fertility in Europe: diverse, delayed and below replacement. *Demographic Research*, 19: 15-46.
- Giddens, A. (2006). O mundo na era da globalização. Tradução de Saul Barata, (6a ed.) Lisboa: Editorial Presença.
- Goisis, A., Sigle-Rushton, W. (2014). Childbearing postponement and child well-being: A complex and varied relationship? *Demography*, 51(5), 1821-1841.
- Goldin, C. (2006). The quiet revolution that transformed women's employment, education, and family. *American Economic Review*, 96(2): 1-21.
- Gauthier, A. H.; Smeedeng, T. M. e Furstenberg, F., Jr. (2004). Are parents investing less time in children? Trends in selected industrialized countries. *Population and Development Review*, 30(4): 647-671.
- Guerreiro, M. D. e Abrantes. P. (2007). Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família. *Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego*. Lisboa. In http://www.cite.gov.pt/imgs/downloads/Transicoes_Incertas.pdf

- Heiland, F., Prskawetz, A. e Sanderson, W. C. (2008). Are individual's desired family sizes stable? Evidence from West Germany Panel Data. *European Journal of Population*, 24(2):129-156.
- Hanappi, D.; Ryser, V. A.; Bernardi, L.; Goff, J-M. (2017). Changes in Employment Uncertainty and the Fertility Intention-Realization Link: An Analysis Based on the Swiss Household Panel. *European Journal of Population*, 33: 381-407.
- Harzing, A. W. (2010). Publish or Perish. Disponível em: <http://www.harzing.com/pop.htm>
- Hofmeister, H., Blossfeld; H. P.; Mills M. (2006). Globalization, uncertainty and women's mid-career life courses: a theoretical framework. In: H.-P. Blossfeld and H. Hofmeister (Eds.) *Globalization, Uncertainty and Women's Careers: An International Comparison*. pp. 3-31. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Hosmer, D., Lemeshow, S. (2008). *Applied Survival Analysis* (3rd Edition). John Wiley & Sons, New York.
- Hosmer, D., Lemeshow, S. (2013). *Applied Logistic Regression* (3rd Edition). John Wiley & Sons, New York.
- INE (2013) *Inquérito à fecundidade*. Documento metodológico Versão 1.0, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2017) *Projeções de População Residente, 2015-2080*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Kirk, D. (1996). Demographic Transition Theory. *Population*, 50(3): 361-387.
- Kleinbaum, D., Klein, M. (2012). *Survival Analysis* (3rd Edition). Springer, New York.
- Kohler, H. P. e Ortega, J. A., (2002). Tempo-Adjusted Period Parity Progression Measures, Fertility Postponement and Completed Cohort Fertility. *Demographic Research*, 6: 91- 144.
- Kohler, H. P.; Billari, F. C. e Ortega, J. A. (2002). The emergence of lowest-low fertility in Europe during the 1990s. *Population and Development Review*, 28(4): 641-680.

- Kohler, H. P.; Billari, F. C. e Ortega, J. A. (2006). Low Fertility in Europe: Causes, Implications and Policy Options. In *The Baby Bust: Who Will do the Work? Who Will Pay the Taxes?* (F. R. Harris, Ed.). Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 1-51.
- Kreyenfeld, M., Andersson, G.; Pailhé, A. (2012). Economic uncertainty and family dynamics in Europe: Introduction. *Demographic Research*, 27(28), 835–852. doi:10.4054/DemRes.2012.27.28.
- Lesthaeghe, R. (2010). The unfolding story of the second demographic transition. *Population and Development Review*, 36(2): 211-251.
- Lesthaeghe, R. e Willems, P. (1999). Is low fertility a temporary phenomenon in the European Union? *Population and Development Review* 25(2): 211–228.
- Liebig, B.; René Levy, D.; Le Feuvre, N.; Kuehni, M.; Rosende, M.; Schoeni, C. (2015). Gendered variations in the experience of ageing at work in Switzerland. *Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal*, 34(2), 168–181.
- Livi-Bacci, M. (2001). Too few children and too much family. *Daedalus* 130(3): 139–156
- Lutz, W., Skirbekk, V. e Testa, M. R. (2006). The low fertility trap hypothesis. Forces that may lead to further postponement and fewer births in Europe. *Vienna Yearbook of Population Research* pp. 167-192.
- Lutz, W. (2006). The future of human reproduction: will birth rates recover or continue to fall? *Ageing Horizons*, 7: 15-21.
- Machado, M. C. (2012). Fecundidade e natalidade: problemas e políticas sociais e de saúde. *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 145-151.
- Maciel, A. (2015). Baixa fecundidade: adaptação tardia às mudanças estruturais ou consolidação da preferência por famílias de reduzidos padrões. [Tese de doutoramento]. Universidade de Évora.
- Maciel, A.; Freitas, R.; Mendes, M. F. (2016). As descendências de filho único e o childlessness na coorte de mulheres nascidas entre 1964 e 1968. *Livro de atas*

- do V Congresso Português de Demografia. *Fecundidade, Família e Conjugalidades*, pp. 6-20.
- Matysiak, A., & Vignoli, D. (2008). Fertility and women's employment. A meta-analysis. *European Journal of Population*, 24(4), 363-384.
- Mayer, K. U. (2004). Whose lives? How history, societies, and institutions define and shape life courses. *Research in Human Development*, 1(3), 161-187.
- McDonald, P. (2000a). Gender Equity in Theories of Fertility Transition. *Population and Development Review* 26 (3): 427-439.
- McDonald, P. (2000b). Gender Equity, Social Institutions and the Future of Fertility. *Journal of Population Research* 17 (1): 1-16.
- McDonald, P. (2006). An assessment of policies that support having children from the perspective of equity, efficiency and efficacy. *Vienna Yearbook of Population Research*, 213-234.
- McDonald, P. (2008). Very Low Fertility: Consequences, Causes and Policy Approaches. *The Japanese Journal of Population*, 6(1): 19-23.
- Mendes, M. F. (1987). Algumas questões teóricas e metodológicas sobre o custo económico da criança. *Análise Social*, XXIII(96), pp. 311-332.
- Mendes, M. F.; Rego, C. e Caleiro, A. (2006). Educação e Fecundidade em Portugal: As diferenças nos níveis de educação influenciam as taxas de fecundidade? *Working Paper 2006/10. Universidade de Évora, Departamento de Economia*, 4-26.
- Mendes, M. F. (2012). Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política. In *Conferência Nascer em Portugal, Roteiros do Futuro, Imprensa Nacional – Casa da Moeda*, Lisboa, pp. 91-110.
- Mendes, M. F., Tomé, L. (2013). Portuguese Fertility: Southern or Eastern Behaviour?, in X Congress of Association of Historical Demography (ADEH), University of Castilha La Mancha, Albacete, Spain, June 2013.
- Mendes, M. F. e Tomé, L. P. (2014). Natalidade, Nupcialidade e Divorcialidade em Portugal, in *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População*

- Portuguesa, 1950-2011, Evolução e Perspectivas, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- Mendes, M. F. (2016). "A Natalidade e a Fecundidade em Portugal", in A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal, uma questão social, económica e política. Org. Vanessa Cunha et al., Imprensa de Ciências Sociais, pp. 81-110 (ISBN 978-972-671-377-7)
- Mendes, M. F.; Infante, P.; Afonso, A.; Maciel, A.; Ribeiro, F.; Tomé, L.P.; Freitas, R. (2016). Introdução ao estudo – Determinantes da fecundidade em Portugal. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/20524>
- Miller, W. B. (1986). Proception: An important fertility behaviour, *Demography*, 23(4), pp. 579-594. doi: 10.2307/2061352.
- Miller, W. B. (1994). Childbearing motivations, desires, and intentions: A theoretical framework. *Genetic, Social, and General Psychology Monographs*, 120(2), pp. 223-258.
- Miller, W. B. e Pasta, D. J. (1996). Couple disagreement: Effects on the formation and implementation of fertility decisions. *Personal Relationships*, 3(3), pp. 307-336. doi: 10.1111/j.1475-6811.1996.tb00119.x.
- Miller, W. B.; Severy, L. J. e Pasta, D. J. (2004). A framework for modelling fertility motivation in couples. *Population Studies*, 58(2), pp. 193-205. doi: 10.1080/0032472042000213712.
- Miller, W. B. (2010). Fertility intentions, counterintentions, and subintentions - A theoretical framework and graphic model. Unpublished, in: http://www.tfri.org/TFRI.org/TFRI_Unpublished_Papers_files/
- Miller, W. B.; Barber, J. S. e Schulz, P. (2016). Do perceptions of their partners' childbearing desires affect young women's pregnancy risk? Further study of ambivalence. *Population Studies*. doi: 10.1080/00324728.2016.1253858
- Mills, M., Mencarini, L., Tanturri, M. L. e Begall, K. (2008). Gender equity and fertility intentions in Italy and the Netherlands. *Demographic Research*, 18(1): 1-26.

- Mills, M., Rindfuss, R. R., McDonald, P. e Velde, E. (2011). Why do people postpone parenthood? Reason and social policy incentives. *Human Reproduction Update*, 17(6): 848-860.
- Mínguez, A. M., Crespi, I., 2017, Future perspectives on work and family dynamics in Southern Europe: the importance of culture and regional contexts. *International Review of Sociology*, 27(3): 389-393.
- Morgan, S. P. (1991). Late nineteenth and early twentieth-century childlessness. *American Journal of Sociology*, 97(3): 779-807.
- Morgan, S. P. (2003). Is low fertility a 21st century demographic crisis? *Demography*, 40(4): 589-603.
- Namboodiri, N. K. (1972). Some observations on the economic framework for fertility analysis. *Population Studies*, 26(2), pp. 185-206. doi: 10.2307/2173577
- Neyer, G. (2012). Estado Providência, Políticas de Apoio à família e da Fertilidade. In *Conferência Nascer em Portugal, Roteiros do Futuro, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa*, pp. 22-38.
- Notestein, F.W. (1945). Population - the long view. pp. 37-57 in: T.W. Schultz (ed): *Food for the World*, Chicago, Chicago University Press.
- OECD, 2003, *Babies and Bosses, Reconciling work and family life. Volume 2, Austria, Ireland and Japan. Findings for OECD Countries*, Organisation for Economic Co-operation and Development.
- OECD, 2004, *Babies and Bosses, Reconciling work and family life. Volume 3, New Zealand, Portugal and Switzerland. Findings for OECD Countries*, Organisation for Economic Co-operation and Development.
- OECD, 2007, *Babies and Bosses, Reconciling work and family life. Findings for OECD Countries*, Organisation for Economic Co-operation and Development.
- OECD, 2011, *Doing Better for Families*. OECD Publishing, Organisation for Economic Co-operation and Development.

- OECD. 2014. *Society at a Glance 2014. The crisis and its aftermath.* , Organisation for Economic Co-operation and Development. Publishing. Available at <http://www.oecd.org/els/societyataglance.htm>.
- OECD. 2016. *Society at a Glance 2016. A spotlight on youth.* Paris: OECD Publishing. Available at OECD Publishing, Paris, Organisation for Economic Co-operation and Development. DOI: 10.1787/9789264261488-en.
- OECD, 2017a. Education attainment statistics. OECD online library, data accessed 13 December 2017, Organisation for Economic Co-operation and Development. DOI: 10.1787/025421e5-en.
- OECD, 2017b. The pursuit of gender equality: An uphill battle. Paris: OECD, Organisation for Economic Co-operation and Development. Publishing. DOI: 10.1787/9789264281318-en.
- Oliveira, I. T. (2007). Fecundidade e Educação. *Revista de Estudos Demográficos*, n. 40, Lisboa, INE, pp. 5-19.
- Oliveira, I. T. (2012). A fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento. *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 111-128.
- Philipov, D. (2009). The effect of competing intentions and behaviour on short-term childbearing intentions and subsequent childbearing. *European Journal of Population*, 25(4): 525-548.
- Ramos, V.; Atalaia, S., Cunha, V. (2016). Vida familiar papéis de género: atitudes dos Portugueses em 2014. *Observatório das famílias e das políticas de família*, Research Brief, 2016.
- Reher, D. S. (1998). Family ties in Western Europe: persistent contrasts. *Population and Development Review*, 24(2): 203-234.
- Rowland, D. T. (1998). Cross-national trends in childlessness. *Working papers in Demography 73*, Australian National University. Disponível em: <https://digitalcollections.anu.edu.au/bitstream/1885/41466/4/73.pdf>
- Rowland, D. T. (2007). Historical trends in childlessness. *Journal of Family Issues*, 29(19): 1311-1337.

- Rydell, I. (2002). Demographic patterns from the 1960s in France, Italy, Spain and Portugal. A review. *Institute for Future Studies*, 2003:2.
- Rodrigues, C. F. (1999). Income distribution and poverty in Portugal [1994/95]: A Comparison between the European Community Household Panel and the Household Budget Survey. *Instituto Superior de Economia e Gestão - DE Working papers* nº 4-1999/DE/CISEP.
- Schoen, R., Astone, N. M., Kim, Y. J., Nathanson, C. A. e Fields, J. M. (1999). Do fertility intentions affect fertility behavior? *Journal of Marriage and Family*, 61(3): 790-799.
- Sobotka, T. (2004). Postponement of childbearing and low fertility in Europe. Amsterdam: Dutch University Press.
- Sobotka, T. (2008). Overview Chapter 6: The diverse faces of the Second Demographic Transition in Europe. *Demographic Research*, 19: 171-224.
- Sobotka, T. (2009). Sub-Replacement Fertility Intentions in Austria. *European Journal of Population*, 25(4): 387-412.
- Sobotka, T.; Zeman, K.; Lesthaeghe, R.; Frejka, T. (2012). Postponement and recuperation in cohort fertility: New methods and their application to European countries and the United States. *European Demographic Research Papers*, Vienna Institute of Demography.
- Sobotka, T. (2013). Pathway to low fertility: European perspectives. (Expert Paper 2013/8). New York: Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations.
- Sobotka, T. e Beaujouan, E. (2014). Two are best? The persistence of two-child family ideals and preference in Europe. *Working papers 3/2014, Vienna Institute of Demography*, pp. 1-39.
- Sobotka, T. (2016). Understanding low fertility: Portugal in a European context. *A(s) problemática(s) da natalidade em Portugal: uma questão social, económica e política*. Imprensa de Ciências Sociais, 1. pp. 49-71.

- Sobotka, T.; Beaujouan, E. e Bavel, J. V. (2017). Introduction: education and fertility in low-fertility settings. *Vienna Yearbook of Population Research 2017*, 15: 1-16.
- Spéder, Z.; Kapitány, B. (2009). How are time-dependent childbearing intentions realized? Realization, postponement, abandonment, bringing forward. *European Journal of Population*, 25, 503–523.
- Stange, K. (2011). A longitudinal analysis of the relationship between fertility timing and schooling. *Demography* 48(3): 931–956.
- Surkyn, J. e Lesthaeghe, R (2004). Value orientations and the Second Demographic Transition (STD) in Northern, Western and Southern Europe: an update. *Demographic Research Special Collection*, 3(3): 45-86.
- Testa, M. R. (2006). Childbearing Preferences and Family Issues in Europe. *Special Eurobarometer 253/Wave 65.1 – TNS Opinion and Social*. Eurobarometer 2006.
- Testa, M. R. e Grilli, L. (2006). The influence of childbearing regional contexts on ideal family size in Europe. *Population*, 2006/1, 61: 99-127.
- Testa, M. R. (2010). Child-number and child-timing intentions in a micro-macro European framework. *European Demographic Research*, 4, pp. 1-36.
- Testa, M. R. (2012a). *Family Sizes in Europe: Evidence from the 2011 Eurobarometer Survey*. European Demographic Research Paper 2. Vienna Institute of Demography of the Austrian Academy of Sciences, pp.1-100.
- Testa, M. R. (2012b). *Women's fertility intentions and level of education: why are they positively correlated in Europe?* European Demographic Research Paper 3. Vienna Institute of Demography of the Austrian Academy of Sciences, pp.1-48.
- Testa, M. R. e Basten S. (2014). Certainty of meeting fertility intentions declines in Europe during the 'Great Recession'. *Demographic Research*, 31(23), pp. 687-734.
- Testa, M. R.; Cavalli, L. e Rosina, A. (2014). The Effect of Couple Disagreement about Child-Timing Intentions: A Parity-Specific Approach. *Population and Development Review*, 40(1): 31-53.

- Testa, M. R. e Stephany, F. (2017). The educational gradient of fertility intentions: a meta-analysis of European studies. *Vienna Yearbook of Population Research 2017*, (Vol. 15), pp. 1-38
- Tomé, L., Mendes, M. F., (2013), "Different cohorts and different periods mean different fertility?", in X Congress of Association of Historical Demography (ADEH), University of Castilha La Mancha, Albacete, Spain, June 2013.
- Tomé, L. P. (2015). Parenthood transition: from individualization to family formation. [Tese de doutoramento.] Universidade de Évora.
- Torres, A. (2001). Casamento e género: mudança nas famílias contemporâneas a partir do caso Português. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*, 3(2): 53-70.
- Toulemon, L.; Pailhé, A.; Rossier, C. (2008). France: High and Stable Fertility. *Demographic Research*, 19 (6): 553-556.
- Udry, J. R. (1983). Do couples make fertility plans one birth at a time? *Demography*, 20(2): 117-128.
- Van de Kaa, D. J. (2002). *The idea of a Second Demographic Transition in industrialized countries*. Paper presented at the Sixth Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population and Social Security, Tokyo, Japan, 29 January 2002.
- Wall, K. e Guerreiro, M. D. (2005). A divisão familiar do trabalho. *Famílias em Portugal, Percursos, Interações, Redes Sociais*, pp. 303-362. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, K. (2010). Os homens e a política de família. *A Vida Familiar no Masculino: Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, pp. 67-94. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Wall, K.; Cunha, V.; Ramos, V. (2014). Evolução das estruturas demográficas em Portugal, 1960-2011. In *Delgado, A., Wall, K. Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*, pp. 43-60. Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais.

- Wall, K.; Leitão, M.; Correia, S., Ramos, V. (2016). Políticas de Família em 2014 e 2015. Principais Desenvolvimentos. Relatório 2014-2015. *Observatório das famílias e das políticas de família*.
- Zaidi, B.; Morgan, S. P. (2017). The Second Demographic Transition Theory: A Review and Appraisal. *Annual Review of Sociology*, pp. 473-492.
- Zahng, L. (2008). *Male Fertility Patterns and Determinants*. New York: Springer.
- Zuur, A., Ieno, E., Walker, N., Saveliev, A., Smith G. (2009). *Mixed Effects Models and Extensions in Ecology with R* (2nd Edition). Statistics for Biology and Health, Springer, New York.



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO
E FORMAÇÃO AVANÇADA

Contactos:

Universidade de Évora
Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA
Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94
7002-554 Évora | Portugal
Tel: (+351) 266 706 581
Fax: (+351) 266 744 677
email: iifa@uevora.pt